

REVISTA DA ASBRAP

25

REVISTA DA ASBRAP N.º 25

REVISTA DA ASBRAP Nº 25



2018

RESPONSABILIDADE

Os conceitos e informações contidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais sobre os artigos ora publicados foram cedidos, por seus autores, gratuitamente, para a presente edição e disponibilização na internet (*site* da ASBRAP).

PROPRIEDADE

ASBRAP

Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua Dr. Cid de Castro Prado, 79 – Planalto Paulista
04064-040 - São Paulo, SP - BRASIL

Visitem o nosso *site* na Internet: **www.asbrap.org.br**

E-mail da Presidência: **presidencia@asbrap.org.br**

E-mail da Secretaria: **secretaria@asbrap.org.br**

E-mail da Tesouraria: **tesouraria@asbrap.org.br**

E-mail de Contato: **contato@asbrap.org.br**

SUMÁRIO DA REVISTA DA ASBRAP Nº 25

APRESENTAÇÃO DA REVISTA	7
RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO, DISPUTAS E A OCUPAÇÃO	
SOCIOPOLÍTICA DA GUANABARA (SÉCULOS 16 E 17)	9
<i>Gilberto de Abreu Sodré Carvalho</i>	
GUARDIÃES MILITARES DOS REGISTROS DE FISCALIZAÇÃO NAS PASSAGENS	
DE INÁCIA ROSA NOGUEIRA DE LIMA E MELO, NETA DE	
MANUEL DO VALE AMADO	37
<i>Maria da Graça Menezes Mourão</i>	
UM LUGAR CHAMADO LIBERDADE NA SOLEDADE DO PARÁ: FAZENDA	
DE INÁCIA ROSA NOGUEIRA DE LIMA E MELO, NETA DE	
MANUEL DO VALE AMADO	69
<i>Maria da Graça Menezes Mourão</i>	
PROCESSO DA IRMANDADE DA MISERICÓRDIA CONTRA D. INÁCIA ROSA	
DE ABREU E LIMA, FILHA DE LEONEL DE ABREU E LIMA E DE	
MARIA INÁCIA PIRES DE OLIVEIRA	91
<i>Maria da Graça Menezes Mourão</i>	
30 ANOS SEM CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ	97
<i>Antônio Seixas</i>	
A ORIGEM DE AGOSTINHO MACHADO FAGUNDES, TRONCO PAULISTA	107
<i>Marcelo Meira Amaral Bogaciovias</i>	
ORIGEM DA FAMÍLIA GALVÃO DE FRANÇA	121
<i>Marcelo Meira Amaral Bogaciovias</i>	
JOÃO PORTES DE EL-REI: SUAS ORIGENS EM CALHETA, ILHA DA	
MADEIRA E PROVÁVEL FILIAÇÃO	141
<i>Luiz Gustavo de Sillos</i>	
OS SOARES DE ALMEIDA DE PORTO FELIZ (SP), SUAS LIGAÇÕES À	
GENEALOGIA PAULISTANA	175
<i>Luiz Gustavo de Sillos</i>	
PORQUE MANUEL, UM DOS PATRIARCAS DO PIAUÍ,	
ADOTOU O APELIDO “CARVALHO DE ALMEIDA”	283
<i>Gilberto de Abreu Sodré Carvalho</i>	
FAMÍLIA WEBER e AFINS	303
<i>Sérgio Weber</i>	
GENEALOGIA DA ESCRITORA HILDA HILST	369
<i>Marcelo Meira Amaral Bogaciovias</i>	

Visitem o nosso *site* na Internet: **www.asbrap.org.br**

Como se associar à ASBRAP:

<http://www.asbrap.org.br/instituc/associar.htm>

Como comprar as revistas impressas da ASBRAP (as que existirem, dos números 1 a 20):

<http://www.asbrap.org.br/publicac/revista/venda.htm>

Chamamento aos associados e interessados

Pedimos o comparecimento de associados e interessados aos nossos encontros. Nosso *site* procura ser útil e informativo. Para uma participação maior, tanto presencial (comparecendo aos eventos da entidade), como intelectual (apresentando trabalhos para a Revista, palestras ou comunicações nos congressos). Mas, principalmente, precisamos de pessoas que possam efetivamente colaborar para a renovação de seus quadros diretivos, com a experiência dos mais antigos e a disposição e o ideal dos mais jovens.

XX

Sobre como escrever um artigo na Revista da ASBRAP:

Linha Editorial e diretrizes da revista:

<http://www.asbrap.org.br/publicac/revista/diretrizes.htm>

Pareceres dos artigos:

<http://www.asbrap.org.br/publicac/revista/parecer.htm>

Medidas e parâmetros a serem utilizados para a editoração:

<http://www.asbrap.org.br/publicac/revista/medidas.htm>

Metodologia e convenção de abreviaturas a serem utilizadas na Revista da ASBRAP:

<http://www.asbrap.org.br/publicac/revista/metodologia.htm>

Atenção:

- ▶ Os conceitos e informações contidos nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos seus autores;
- ▶ Os direitos autorais sobre os artigos ora publicados foram também cedidos para inserção na internet, no site da ASBRAP;
- ▶ A Revista da ASBRAP se isenta por possíveis falhas ortográficas e gramaticais nos artigos.

RIO DE JANEIRO: FUNDAÇÃO, DISPUTAS E A OCUPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA GUANABARA (SÉCULOS 16 E 17)

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: *A origem da cidade de Rio de Janeiro é confusa quanto à sua identidade como “cidade”, quando da sua suposta fundação em 1º de março de 1565. O historiador Renato Pereira Brandão defende que houve uma fundação aos pedaços; só em 1567 termina. Em seguida, ocorre a ocupação do recôncavo chamado Guanabara. Tal feito é conduzido pelos chamados “conquistadores” que se arvoram a confrontar o poder dos governadores da capitania real do Rio de Janeiro e o dos padres. Forma-se uma rede de parentes que só perderá força política e econômica no século 18, quando o rei passa a ter os recursos do ouro então encontrado pelos Paulistas e o bispo dom Francisco de São Jerônimo tem assento como o primeiro epíscopo residente.*

Palavras-chave: *Fundação do Rio de Janeiro. Redes. “Conquistadores”. “Nobreza da terra”. Francisco da Fonseca Diniz.*

Abstract: *The origin of the city of Rio de Janeiro is confused with regard to its identity as a “city” on its supposed foundation on the 1st of March of 1565. Historian Renato Pereira Brandão argues a foundation bit by bit until the year 1567. It follows the occupation of the bay, named Guanabara. Such occupation is led by the so-called “conquistadores” who defied the power of the governors of the captaincy of Rio de Janeiro and the authority of the priests. A network of kinsmen is formed and its political and economic power will last until the beginning of the 18th century when the king became rich with the gold that had been found by the Paulistas and bishop dom Francisco de São Jerônimo is enthroned as the first resident high prelate.*

Key-words: *Foundation of Rio de Janeiro. Networks. “Conquistadores”. Colonial landed gentry. Francisco da Fonseca Diniz.*

A Guanabara no contexto do Império Português

É bom observar que a expressão indígena “Guanabara” é correspondente à baía, e por extensão às suas franjas para o interior. Assim o uso desse termo descarta dizer-se “baía da Guanabara”, mais ainda quando se visita os séculos 16 e 17. O extinto Estado da Guanabara, que existiu na federação brasileira por um

tempo no século 20, projetava-se sobre menos da metade da orla do recôncavo. Por isso, de propósito, vou usar simplesmente “Guanabara” para referir-me à baía, uma vez que isso a enquadra como uma região com o mesmo histórico nos séculos 16 e 17, ora em reflexão.

É um caso interessante o da fundação, do nada, de uma cidade, como ocorreu à de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565. A fundação se deu sem prévia carta régia de foral, o que se exigia para se ter uma cidade, e ainda sem que Martim Afonso de Souza, o donatário da capitania de São Vicente, senhor da Guanabara, e das suas terras nas beiras e ilhas, tivesse assentado por escrito algum entendimento com o rei português. O direito de fazer vilas, mas não cidades, seria dele, do donatário.

De rigor, como estuda BRANDÃO (2015), a condição de São Sebastião do Rio de Janeiro, como cidade, foi sendo construída pelos atos da governação rotineira do rei dom Sebastião e não, como ocorrera a Salvador, com atos constitutivos prévios. No normal dos fatos, o regime político-jurídico de cidade era reconhecido pelo rei em favor de uma vila próspera ou que se mostrasse importante, como se deu com a Vila de São Paulo de Piratininga, no ano de 1711. Antes de uma vila, haveria uma povoação ou uma aldeia, adjunta a uma vila ou para além de uma cidade. Era, nas vilas e cidades, onde existia a presença dos poderes centrais do rei e da Igreja; por certo, bem mais de tais poderes nas cidades que nas vilas.

Tudo leva a crer, como escreve BRANDÃO (2015), que houve um reconhecimento rápido e crescente, entre 1665 e 1670, da importância estratégica da povoação de São Sebastião do Rio de Janeiro no contexto do império marítimo português. Essa relevância ia muito além da pontual expulsão dos franceses que se tinham alojado na Guanabara. A questão a mais era a da proteção do caminho de ida às Índias, por via da corrente marítima hoje conhecida como do Brasil, que passa e passava em frente à capitania de São Vicente.

Tudo se deu aos poucos e não às claras. Como escreve BRANDÃO (2015), não se sabe se núcleo urbano fundado por Estácio de Sá, no sopé do morro Cara de Cão, em 1º de março de 1565, foi uma vila ou já uma cidade? Não há documentação bastante para desvendar.

Por se terem os cronistas combinado entre eles, é tradicionalmente aceito que a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada quando Estácio de Sá mandou construir, em 1º de março de 1565, uma cerca ou paliçada em torno de um arraial, ou seja, de um acampamento de guerreiros. Isso leva à versão de que teria sido fundada uma “vila” (termo de organização política)

consistente em um “arraial” (termo descritivo da linguagem comum). A identidade de “cidade” (também palavra do direito público de então) só se teria imposto com a transferência do povoado, ou da parte mais importante dele para efeito da governação, para o morro do Castelo, em 1567. O lugar de origem passou a ser conhecido como “Vila Velha”.

Os arraiais, povoações, aldeias ou povoados, seja lá como se chamem, se podiam formar sem a intervenção do poder régio. Surgiam por efeito de um elemento agregador – moinho, capela, parada ou pousada de tropeiros, acampamento etc. Não havia para esses agrupamentos qualquer normatividade jurídica prévia, ainda que tendessem a se organizar como freguesias e os moradores reclamarem a presença de um pároco. A intervenção régia direta, ou por delegação do rei a outrem (o senhor das terras onde vai estar a vila), ocorre quando é outorgada a condição de vila. A criação de uma cidade é ato apenas do rei, e não da iniciativa de um agente seu, como um governador.

Como informa BRANDÃO (2015), para as vilas era necessário o estabelecimento de um prédio da Câmara, a eleição de vereadores (que compunham o Senado da Câmara), a ereção do pelourinho, e a atividade de um prelado, alguém mais que um simples pároco. No caso de cidade, cabia uma sé episcopal, ou seja, um bispo com sua catedral. Esse modelo era tanto o do Reino, como o da América portuguesa; aqui era uma extensão de Portugal quanto à organização política. Contudo, por cá, o poder do rei foi delegado aos donatários de capitânicas; na ausência do donatário, o poder constituinte de vilas ficava com o seu representante legal, ou seja, com o capitão-mor ou governador. A Câmara Municipal assumia o papel de organizadora do espaço socioeconômico urbano circunscrito à sua autoridade, conforme o que fosse dito na sua carta de foral. Correspondia ao que se chamava, no direito de então, de *república*, uma vez que do *povo*, composto de homens brancos, católicos, livres, casados e de posses, credenciados como “homens bons” (ou seja, aptos pelos critérios de então) para serem eleitores e possíveis eleitos para o Senado, de até seis vereadores. O *povo* era uma parte mínima da população. A imensa maioria era composta pelos sem qualidade, os mecânicos, os adventícios, a plebe, os pobres, os miúdos, os escravizados, os indígenas, as crianças e as mulheres em geral.

As Câmaras eram dependentes do senhor territorial que a tivesse constituído para a confirmação, por exemplo, de quem podia ser eleitor e eleito. No que se aplica à do Rio de Janeiro, como sede de uma capitania real, o senhor era o rei (ver BOXER, 2002, p. 286-298; RAMINELLI, 2017, entre muitos outros).

Junto à Câmara, em cidades como a do Rio de Janeiro, havia a Santa Casa da Misericórdia, com função de assistência à população em geral, composta por gente do *povo*, organizada como uma irmandade de benfeitores contáveis até as centenas (BOXER, 2002, p. 299-308). A Câmara e a Misericórdia eram

organizações do *povo*; tinham atividade autônoma em relação às do governador da Capitania do Rio de Janeiro, sendo esse um representante do rei. Os governadores eram, de regra, trocados logo pelo monarca; não lançavam raízes na terra (BOXER, 2002, p. 286). A repetição dos Correias, no Rio de Janeiro, é uma exceção. Em suma, a identidade institucional da cidade do Rio de Janeiro, como a das demais inúmeras vilas e cidades da metrópole e de império português, cabia à Câmara. Inclusive, ela podia comunicar-se diretamente com o rei; não estava sujeita, no exercício de suas competências regimentais, ao governador, mas diretamente ao rei (FRAGOSO e MONTEIRO, 2017).

Os cargos camaristas, inclusive de juiz, eram funções eletivas não remuneradas. As Câmaras também tinham poder tributário, cabendo-lhes o recolhimento de rendas, tributos e donativos; bem como a função militar de sediar um corpo da tropa de ordenanças, organização militar auxiliar.

A primeira vila a existir no Brasil, a de São Vicente, foi fundada em 1532, ou seja, antes do estabelecimento do regime de capitânias hereditárias. Martim Afonso de Souza, seu fundador em nome do rei, obedecendo à legislação, providenciou o estabelecimento da Câmara e a ereção do pelourinho, dando ainda curso ao primeiro processo eletivo dos cargos municipais. Com a criação do sistema de capitânias, esta vila tornou-se a cabeça da capitania de São Vicente, em 1534.

Como ensina BRANDÃO (2015), com a instituição do modelo de governos gerais na América portuguesa, o governador régio deveria estar estabelecido em uma cidade. Como o Brasil foi todo dividido em capitânias hereditárias, seria preciso que o rei retomasse o poder sobre uma das capitânias doadas. Isso foi possível com o falecimento do donatário da capitania da Bahia de Todos os Santos, Francisco Pereira Coutinho, quando a Coroa negociou e indenizou o herdeiro. Em 1549, Tomé de Souza trazia em seu regimento (o documento régio em que constavam as competências e restrições do poder delegado ao agente do rei) instruções para o estabelecimento do governo geral e a fundação de uma cidade, do nada ou de um vilarejo mínimo que pudesse estar no lugar, previamente. A cidade, logo fundada, teve por nome São Salvador. No ano de 1551, o papa Júlio III, criou para a cidade o primeiro bispado na América portuguesa, que veio a ser ocupado em 22 de junho de 1552 por dom Pero Fernandes Sardinha.

A invasão da Guanabara pelos franceses, iniciada em 1555, foi de pronto denunciada ao rei por Brás Cuba, capitão-mor em exercício da capitania de São Vicente. Sem condições para combater os franceses, Brás Cuba requisitou reforços ao governador-geral Duarte da Costa. Não foi ouvido. Só em

1560, o novo governador-geral, Mem de Sá, é incumbido da responsabilidade de expulsar os franceses da Guanabara.

Mem de Sá teve sucesso, mas logo deixou o recôncavo, dando oportunidade para a volta dos franceses que se tinham refugiado no sertão. Uma segunda força portuguesa, sob o comando de Estácio de Sá, aparentado de Mem, consegue instalar-se, em 1º março de 1565, na boca da Guanabara para o oceano, no local então conhecido como Praia de Fora, hoje Urca.

Como diz BRANDÃO (2015), é aceitável considerar-se que Estácio de Sá tivesse a incumbência de estabelecer um povoado e não um mero arraial tático, como diríamos atualmente, para uma guerra pontual que começava e que acabaria logo. Contudo, Estácio de Sá, por não ser capitão-mor da capitania de São Vicente, já que não se tem conhecimento dessa sua patente, estaria impossibilitado de elevar este povoado à condição de vila. Talvez por Estácio ser intrépido e muito voluntarioso, passou a conceder cartas de sesmarias para a região do entorno da Guanabara, como se fosse (ou mesmo era, “in pectore”, quem sabe) capitão-mor da capitania de São Vicente. Somente de setembro de 1565 a novembro do ano seguinte foram concedidas 45 cartas de sesmarias nesta região.

Como está em BRANDÃO (2015), nos tempos anteriores a Estácio de Sá, os capitães-mores ou governadores da capitania de São Vicente concediam terras de sesmaria nas bordas da Guanabara. Estas outorgas de sesmarias provam que o Rio de Janeiro era havido, para todos os efeitos, como território da doação régia a Martim Afonso de Souza. Fato muito curioso, como afirma BRANDÃO (2015), é que Salvador Correia de Sá e Benevides, quando governador do Rio de Janeiro em 1638, tenha concedido sesmarias na estranha condição de procurador da condessa de Vimieiro, donatária da capitania de São Vicente. Que poder teria Estácio de Sá para, em 1565, dar cartas de sesmarias na região guanabarina?

Ao recuperar o controle da Guanabara, Mem de Sá transfere a sede da administração municipal para o alto do morro do Castelo, em 1567, no atual centro urbano do Rio de Janeiro.

Como nos informa BRANDÃO (2015), apesar de Mem de Sá usar distorcidamente seu regimento para categorizar como cidade o núcleo de pessoas estabelecido no alto do morro do Castelo, somente a partir da intervenção direta do rei dom Sebastião, em 1570, o Rio de Janeiro pôde ser assim considerado. Isso aconteceu não por emissão de foral ou por qualquer ato formal de ratificação do feito fundacional de Estácio de Sá, em 1º de março de 1565. O rei apenas fez nomeações de cargos administrativos de sua competência, fazendo claro que que queria uma cidade. A primeira conhecida é de 7 de março de 1570, quando nomeou Aires Fernandes Vitória para o cargo de almoxarife “da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro”. No ano seguinte, o rei nomeou Cristóvão de Barros por quatro anos “capitão e governador da capitania e cidade de São

Sebastião do Rio de Janeiro nas partes do Brasil”, em substituição a Salvador Correia de Sá (chamado pelos historiadores de “o Velho”, em distinção de seu neto Salvador Correia de Sá e Benevides, filho de Martim Correia de Sá), referindo-se, assim, não somente à cidade, mas também à nova capitania real, como escreve BRANDÃO (2015). Em 11 de maio de 1576, dom Sebastião faz ainda diversas nomeações, inclusive de tabelião das notas e do público e judicial. Em de agosto de 1577, nomeou Salvador Correia de Sá, o Velho, para novamente ocupar o cargo “de capitão e governador da dita capitania e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro por tempo de três anos”.

Quanto a uma cidade dever ser sede de uma diocese? Quando da transferência para o morro do Castelo, a cidade não contava nem mesmo com um pároco. A primeira freguesia no Rio de Janeiro, a de São Sebastião, só veio a ser criada em 1569 por provisão régia datada de 20 de fevereiro, sendo o padre Mateus Nunes seu primeiro vigário. Em 1576, o Rio de Janeiro foi elevado à condição de prelazia. A segunda freguesia, a da Candelária, só veio a ser estabelecida em 1634. A prelazia só foi elevada a sé episcopal em 1676.

O comum seria, nos moldes do ocorrido com a vila de São Paulo de Piratininga, em 1711 - cento e quarenta e cinco anos depois do Rio de Janeiro – a criação de uma cidade mediante a elevação de uma vila. Ou ainda o caso da vila de Olinda, em Pernambuco, que quando elevada a sé de bispado, em 1676, foi feita cidade, uma vez que não podia haver vila que um bispo.

Para concluir esta seção, resta dizer que a criação confusa e informal da cidade levou a que se estabelece uma autoproclamada classe de “homens bons”. Esses tais “homens bons”, dominavam as comunidades no Reino pelo poder econômico e prestígio, não existiam, por certo, no Rio de Janeiro. Isto posto, os homens principais da conquista da Guanabara tomam como seu o poder fundante, tornam-se os “homens bons”, para só eles serem os eleitores e os elegíveis para a Câmara Municipal; nada havia antes (ver FRAGOSO, 2007, P. 61-62).

Pode-se imaginar uma formidável concentração do tempo, em que umas duas dezenas de homens principais da conquista da Guanabara aos franceses e índios adversos discutiram como se aproveitarem das oportunidades. O que durou centenas de anos no Reino, no lento processo de construção do poder burguês, foi feito poucos anos, com a prevalência ou mesmo exclusividade do recém chegados e novíssimos senhores de terras e de escravos indígenas e africanos.

A ocupação da Guanabara

A região da Guanabara estabilizou-se em seguida à guerra vencedora dos portugueses e seus aliados índios termiminós contra os franceses e os seus tamoios.

As terras na Banda d'Além – a leste e além das águas da entrada da baía – foram outorgadas ao chefe termiminó Arariboia, que se passara a chamar, uma vez batizado, Martim Afonso de Souza, tal qual seu padrinho, o donatário da capitania de São Vicente. A Banda d'Além era conhecida pelos índios como Niterói (“Nichteroy”, na transliteração antiga). Arariboia instalou-se formalmente em 22 de novembro de 1573, no amplo lugar, no que se chamou arraial e, depois, povoado de São Lourenço dos Índios, do qual surgiu o atual bairro niteroiense de São Lourenço. É curioso que, mesmo sendo o novo Martim Afonso de Souza muito prestigiado pelos portugueses, não houve a fundação de nenhuma vila.

De algum modo, São Lourenço dos Índios não vingou como centro econômico nos quase 250 anos que se seguiram. Na Banda d'Além, outra experiência de ocupação territorial ocorreu e foi vencedora, desta vez por efeito, como cabia, à ação pessoal dos portugueses. Ocorreu de impor-se a povoação feita na Praia Grande, bem ao sul de São Lourenço, no lugar que se chamou de freguesia de São Domingos da Praia Grande, correspondente ao atual bairro niteroiense de São Domingos. Em 10 de maio de 1819, por alvará régio de dom João VI, foi feita Vila Real da Praia Grande (SOUZA, 1993).

Em termos demográficos, o Recôncavo, com sua forma de balão, tem a oeste de sua boca, ou à esquerda, a sede municipal do Rio de Janeiro, e a leste, a Banda d'Além. Nas beiras e logo adentro das bandas oeste e leste do balão em direção ao norte, estão, nos séculos 16 e 17, engenhos de açúcar e plantações de cana, crescentemente dotados de africanos escravizados, e mínimos povoados informais junto à atividade econômica da indústria açucareira. As terras chamavam-se, segundo a tradição indígena, Inhaúma, Iguaçu, Irajá, Jacutinga, Maricá, Meriti, Pavuna, Piratininga, Sacopema.

A motivação inicial para a o colar de engenhos foi o deslocamento de São Vicente para a Guanabara do centro principal da produção açucareira do Brasil meridional. A indústria açucareira era uma forma de assentar gente em favor de dar-se concretude à ocupação lusa; tratava-se de uma atividade para o comércio exterior do interesse metropolitano, e não uma colonização autonomista como a que houve na América do Norte. Por volta de 1630, havia 60 engenhos. Dez anos depois, 110, quando o Rio de Janeiro passou a fornecer açúcar a Lisboa em vista da tomada de Pernambuco pelos holandeses. No final do século 17, havia mais de 120 engenhos em operação. FRAGOSO e

FLORENTINO (2001, p. 65) reportam 130 “fábricas de açúcar” no grande entorno do Recôncavo, em 1680.

O cultivo do açúcar levou à obtenção da mão-de-obra africana escravizada. O ingresso de negros foi facilitado pela retomada de Angola em 1648. A massa populacional africana cresceu enormemente durante a segunda metade do século. Isso ocorreu, tanto pela sua qualidade para a atividade laboral, como pelo fato de a escravidão dos indígenas se ter tornado difícil pela ação dos jesuítas e das autoridades eclesiásticas locais. A tese era a de que os índios não poderiam ser escravizados.

Como em FRAGOSO (2000 e 2003), os casais portugueses proprietários dos engenhos e plantações desenvolvem-se como bandos. São sistemas sociais de lealdades formadas e cobradas. Novos sistemas podem emergir pela insatisfação quanto aos retornos em vista dos “investimentos” de lealdade. Os complexos familiares (em que se somam os dependentes e clientelas) disputam entre si mercês régias novas ou a renovação das antigas, bem como a presença no Senado da Câmara e a investidura nos cargos camarários, e ainda como irmãos-membros principais da Santa Casa da Misericórdia (BOXER, 2002, p. 299-308).

Tais bandos eram redes sociais com componentes e lealdades pontuais diferentes conforme o que estivesse em jogo e contra quem se estivesse concorrendo. Dependia, ainda, da negociação ou de mesmo deixar passar uma oportunidade, de molde a manter-se um certo equilíbrio na captura de proveitos.

O conjunto desses bandos devia formar, como se observa nas ciências sociais de hoje, um grande grupo de interesses, quando se tratasse de preservar o *status quo* do sistema geral de privilégios, que incluía por certo a auto-regulação pelos bandos das suas disputas por ganhos, cargos e direitos, bem como a exclusão de qualquer bando externo.

Bandos de interesses na Guanabara

Na lógica das relações dentro do sistema do Império português, os Correia do Rio de Janeiro são uma “dinastia” que serve na governação da cidade e da capitania do Rio de Janeiro como garantes da importância da povoação para a preservação de Angola e do Oriente. Tratam-se os Correia de gente de lealdade metropolitana e não de “conquistadores”.

A força dos Correia surge, como diz COARACY (1944; p. 12), da figura de Mem de Sá, como “tio” e protetor de Salvador Correia de Sá, o Velho, e de Estácio de Sá. Isso aconteceu mesmo que não fossem sobrinhos, de rigor. Estácio de Sá foi sobrinho-neto, uma vez que neto de Guiomar de Sá, irmã de Mem, e de um Álvaro Pires. Salvador Correia de Sá, o Velho, foi filho do casamento de Gonçalo Correia da Costa com Filipa de Sá, filha de Martim de Sá

Soutomaior, primo-irmão de Mem de Sá. Tais dados são os constantes do “Nobiliário” de dom Antônio de Lima e Pereira, publicados por Carvalho Franco em “Os Correias de Sá na história das minas de São Paulo”, conforme Coaracy.

A “dinastia” dos governadores Correia é mostrada do seguinte modo: Salvador Correia de Sá, o Velho; Martim Correia de Sá, filho do Velho; Duarte Correia Vasqueanes, meio-irmão patrilíneo do Velho; Salvador Correia de Sá e Benevides, neto do Velho; João Correia de Sá, irmão inteiro do anterior e neto do Velho; Tomé Correia de Alvarenga, sobrinho-neto do Velho; e Martim Correia Vasqueanes, filho de Duarte Correia Vasqueanes e sobrinho do Velho.

Contra o bando dos Correia, vai-se formar sua oposição, com base no poder dos vereadores da Câmara Municipal e dos seus oficiais: os “conquistadores”, de os Correia foram um grupo a parte.

Os ditos “conquistadores” e seus agregados estabeleceram outras referências com que se identificarem como grupos de interesses, que podiam ou não se aliar aos Correia. Tinham como tronco comum, como que um totem ancestral, as pessoas de Jordão Homem da Costa e de Aleixo Manuel Albernaz, “conquistadores” típicos que se fixaram de vez e espalharam descendentes (ver FRAGOSO, 2000 e 2003).

Em FRAGOSO (2001, p. 60), se tem que o governador da capitania do Rio de Janeiro, entre 1644 e 1645, Francisco de Soutomaior, escreveu que *as eleições ao Senado da cidade eram dominadas por pessoas da facção dos Correias e as dos Manuéis que são dois bandos e parcialidades de que resultam tantas monstruosidades tão prejudiciais ao serviço de Deus e de Sua Majestade*. O texto informa ainda que só pode tomar posse de seu cargo acompanhado de cem mosqueteiros.

Haveria três visões interligadas que validavam a autopercepção dos “conquistadores” como nobres da terra e assim “homens bons”, conforme se tem em FRAGOSO (2000, 2001 e 2003), NIZZA DA SILVA (2009) e CARVALHO (2017, p. 159-160):

- O entendimento muito conveniente para si de que, no Novo Mundo, se reproduzia o desenho de guerra em nome do rei e da Cruz, ocorrido na conquista das rotas e do comércio das Índias, no início do século 16. Por analogia, era justa a apropriação, pelos conquistadores do Novo Mundo, para si mesmos, suas famílias e agregados, dos bens, meios e recursos naturais como patrimônio que fosse do rei e deles, como seus agentes.
- Essa construção mental determinaria que os conquistadores do Novo Mundo devessem ter reservados para si e seus descendentes, que só se casariam entre si para concentrar o teor fidalgo e sua inteira identidade portuguesa, os cargos da câmara municipal e da governação régia. Se fossem homens, sucederiam aos seus diretamente; se mulheres, para os

seus maridos e filhos. Os filhos e filhas que tivessem com as indígenas seriam bastados, nunca legítimos ou legitimados.

- A existência da escravidão dos silvícolas e depois dos negros sinalizava que ser nobre era natural aos conquistadores, sendo típica a sujeição dos inferiores. Em um extremo da comunidade, os nobres, em contraste com o outro extremo, o dos escravizados. No entremeio: os burgueses incipientes e os homens livres sob dependência. A estrutura muito estável da indústria açucareira dava condições para que a estrutura social fosse afinada com os critérios do Antigo Regime europeu.

O pertencimento dos indivíduos à qualidade de nobreza da terra na região da Guanabara se confirmava por meio dos casamentos entre primos e mesmo entre tios e sobrinhas, ou ainda entre cunhados (viúvos ou solteiros) e cunhadas (irmãs viúvas, ou solteiras, das falecidas). Na Guanabara, não se pertencia a “casas” claramente identificáveis como ocorria na alta nobreza de Portugal do século 17. Por cá, na Guanabara, nos séculos 16 e 17, e tudo isso estava em formação, ou se dirigia para tanto. Os “apelidos” (fora o “Correia”) eram incertos quanto a atestarem uma dada origem de uma pessoa.

O que havia era uma trama de parentescos, ou seja, uma rede social em que alguém era avaliado pela carga relativa maior ou menor de sangue “conquistador” ou de algum berço fidalgo; o que fazia com que se buscasse o aumento da dose, ou no mínimo a sua preservação, nos filhos, nas filhas, nos netos e nas netas, desse valor social. Os portugueses poderosos da Guanabara, pode-se argumentar, eram um simulacro da pequena nobreza provinciana do Reino. Foram transplantados para um cenário no outro lado do mundo, longe e abaixo do Equador, com fauna, flora e habitantes do tempo da Pedra. Tinham o ônus, que assumiram, de autoconstruir-se identitariamente e apresentar-se favoravelmente no âmbito império português e nas circunstâncias do Antigo Regime. A gente da Guanabara estava lá para ficar; eram imigrantes na linguagem de hoje que, no geral, só se passaram a conhecer, uns aos outros, na nova terra, vindos que foram de lugares diversos, como Barcelos, a Madeira, Setúbal, Coimbra, a Terceira). Tendiam à descensão social e pobreza em seus lugares de origem.

Queriam-se fidalgos, à semelhança dos reinóis, e não gente comum que tivesse vindo para aventuras. Viam-se como “homens bons” capazes, com exclusividade, para o exercício do poder uma vez que eram os titulares, por sucessão hereditária, do poder fundante do Rio de Janeiro. Não se confundiam, como modelo de elite (especialmente nos séculos 16 e 17) com os pioneiros da vila de São Paulo, no planalto vicentino, comunidade de notável extroversão social, na forma da miscigenação dos brancos com os indígenas, na quase ausência do elemento negro escravizado e no intenso sertanismo como meio de

vida, em que se deixava a vila vazia da gente que se embrenhava no mato, em bandeiras, por longos períodos (BRUNO, 1984, p. 71-96).

E quanto os adventícios chegados ao Recôncavo? Esses esbarram no aparato instalado (FRAGOSO, 2001). Os novos têm de lutar por ascensão sociopolítica e econômica, pelas beiradas. Os nobres da terra consideram gente comum aqueles que não são tipicamente do seu meio; devem ter funções subalternas, como dependentes e artesãos em todas as artes. FRAGOSO (2001) nomeia “primeiros povoadores” aos que logo chegam, mas não satisfazem os critérios de inclusão dos que se autoidentificam como “homens bons”. Os novos tendem a não ter meios de reproduzir, nos filhos, o seu eventual sucesso; uma vez que a concorrência da rede dos antigos é muito ativa nas suas capturas de oportunidades e no bloqueio dos que vêm do Reino sem liames com os da classe senhorial em formação.

A referida nobreza da terra, ainda que se sustentasse em parte nos recursos das regalias e proventos das mercês, tinha no açúcar e seu comércio o lastro econômico principal. No entanto, o açúcar guanabarinense era ruim, como tinha sido de má qualidade o vicentino, se comparado com o de Pernambuco e o da Bahia. Os comerciantes europeus não o queriam, a não ser por menor preço. Por que ir tão mais longe para produto pior? Entretanto, o rei precisava dos “conquistadores” para seu domínio da Angola e como bastião militar e comercial para o caminho das Índias pela, hoje chamada, corrente marítima do Brasil. Assim, através de medidas protecionistas e compensatórias de toda a ordem, o açúcar fluminense é tornado lucrativo para dar apoio à gente da Guanabara.

A população do município, em meados do século 17, contava-se por volta de 10 mil pessoas, distribuída entre a cidade e as terras ao longo da Guanabara. Bem menos da metade era de elementos da raça branca; o resto, de mestiços dependentes ou pobres (mamelucos, de regra), de índios cativos e de escravos negros. No início do século 18, a população, na mesma área, seria de cerca de 20 mil, metade na cidade, metade nas terras junto à Baía (GORENSTEIN, 2005, p. 54).

Uma genealogia que mostra a construção do poder local

Francisco da Fonseca Diniz, a nossa referência

Como já tanto dito, na região da Guanabara, os parentescos eram procurados como condição para o sucesso nos planos político e econômico e no da honra social. Para dar exemplo desse fenômeno, estabeleço como referência central o personagem seiscentista Francisco da Fonseca Diniz. Outros pivôs (avôs, avós, tios, tias, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas de Francisco)

poderiam ser usados para genealogias; mas a ele, Francisco, eu conheço de perto. Confirmei minha escolha dessa referência quando, ao começar a escrever este ensaio, compulsei MACEDO SOARES (1993) e cheguei ao nome “Fonseca”. Trata-se do bairro e da rua que remetia a Francisco da Fonseca Diniz.

Tanto a área como o caminho que a cortava tinham o nome “do Fonseca”. A terra, que se tornou bairro, manteve o nome, desde meados do século 17 até hoje. O caminho fez-se uma via pública, no ano de 1856, quando a denominação tradicional foi substituída em homenagem ao doador da área ao Município, sucessor hereditário de Francisco, de nome Boaventura Ferreira Maciel, passando-se a chamar alameda São Boaventura. Atualmente, no século 21, restou o nome “Fonseca” para o bairro correspondente a parte menor das terras que foram de Francisco e, em seguida, de seu filho primogênito Baltazar de Abreu Cardoso.

Francisco da Fonseca Diniz, vindo da sede do Município, adquiriu terras na Banda d’Além, em 1651. A aquisição foi feita aos padres da Companhia de Jesus, procuradores dos índios de São Lourenço. Tais índios são o povo do arraial que Arariboia estabeleceu, em 1573, na vasta área que tinha como centro o atual bairro niteroiense de São Lourenço. Os jesuítas se tornaram desde o século anterior, o 16, grandes proprietários diretamente e intercessores de assuntos indígenas.

Francisco da Fonseca Diniz estudou medicina em Salamanca, na Espanha, (e não em Coimbra, como antes escrevi em CARVALHO, 2008) formando-se em 1637 (MACEDO SOARES, 1993). Francisco da Fonseca Diniz não foi um médico nos termos que hoje conhecemos. Naqueles tempos, século 17, e nos logo seguintes, a maior parte do atendimento de doentes era feita por profissionais que, na tradição portuguesa, se chamavam cirurgiões-barbeiros, barbeiros e boticários, e os seus aprendizes (HERSON, 1996, p. 20 e 24). Havia ainda os entendidos vindos da cultura ameríndia, com suas soluções exóticas. Francisco da Fonseca Diniz certamente não clinicou ou atendeu doentes pobres como determina a ética médica a contar do século 19. A qualificação de Francisco lhe deve ter servido para cuidar de seus escravos negros e servos indígenas, mantê-los aptos, bem como para saber como escolher os africanos mais convenientes por ocasião da sua compra no porto do Rio de Janeiro.

Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (a segunda do nome) tiveram o mais velho Baltazar de Abreu Cardoso, e outros nove filhos. Três deles religiosos: o frei Manuel de São José; o frei Jorge da Apresentação, batizado em 11 de junho de 1645, prior do convento do Carmo no Rio de Janeiro; e o frei capuchinho Francisco da Cruz, batizado em 10 de março de 1655; e mais: Isabel Rangel de Macedo, Beatriz Rangel de Macedo, Maria de Abreu Soutomaior, José da Fonseca Rangel e João de Abreu da Fonseca

(RHEINGANTZ, 1967, vol. II, p. 150-151; MACEDO SOARES, 1947, vol. II, p. 6 a 8).

Não sei a explicação de Francisco da Fonseca Diniz ter assumido o apelido “Diniz” e seu filho Baltazar de Abreu Cardoso, o sobrenome “Cardoso”; neste último caso, é possível que tenha sido por conta de um padrinho da gente de apelido Cardoso, relevante no século 17 no Rio de Janeiro, em suas relações com os Azeredo Coutinho.

***Jorge Fernandes de Fonseca e Beatriz da Costa Homem,
genitores de Francisco***

Francisco da Fonseca Diniz era natural do Rio de Janeiro, nascido por volta de 1616, filho de Jorge Fernandes de Fonseca e de Beatriz da Costa Homem.

Jorge Fernandes da Fonseca foi advogado licenciado pela Universidade de Coimbra. Na história da Capitania de São Vicente, foi governador (capitão-mor) nos anos de 1653 e 1660, podendo ser encontrado nas crônicas vicentinas.

O doutor Jorge Fernandes de Fonseca, assim conhecido com o axiônimo “doutor”, foi um notável personagem colonial. Jorge nasceu em Buarcos, perto de Coimbra, Portugal, por volta da 1585. Casou-se, em 1615, com Beatriz da Costa Homem (RHEINGANTZ, 1967, II, p. 150); casamento possível, parece, pela condição de letrado apresentada por Jorge, que lhe dava qualidade pelos costumes reinóis, para unir-se a uma mulher de pai e avô “conquistadores, como se verá neste texto. Também foi superada a condição de cristão-novo de Jorge (referida em SALVADOR, 1976, p. 35, 170 e 171), devendo ter sido percebido como convertido sincero, ainda mais se seu ingresso na Universidade de Coimbra se tiver dado sem a anotação de cristão-novo. O consórcio com Beatriz da Costa Homem, com certeza, levou à aceitação de Jorge como um “conquistador” por adoção, ou foi consequência dessa aceitação prévia.

Jorge Fernandes da Fonseca, Capitão-mor de São Vicente. Em 1660, com autorização do Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, elevou a vila a povoação de Paraty, a requerimento de Domingos Gonçalves, Capitão da dita povoação. – Milliet de St. Adolphe, vd. Paraty (MACEDO SOARES, 1947, vol. II, apêndice, p. 89).

Observe-se que no ano de 1660, Salvador Correia de Sá e Benevides era governador geral das chamadas Capitânicas do Sul. Ainda a comentar que o ano de “1660”, indicado na transcrição, parece avançado, uma vez que Jorge nascera por volta de 1585. No entanto, o mesmo dado está em SALVADOR (1976, p. 253-254), com indicação de outra fonte. Jorge teria perto de 75 anos. Não era estranho viver-se muito, entre os “conquistadores”, ou entre os genros dessa

gente, como o caso de Jorge. O sogro dele, Aleixo Manuel Albernaz viveu por mais de 80 anos.

Jorge era filho de Francisco da Fonseca, natural de Aveiro, e de Juliana Nunes, de Lisboa. Em 1612, estava no Rio de Janeiro exercendo alguma atividade profissional de jurista. É, portanto, certo que tenha sido um dos primeiros ou o primeiro advogado formado academicamente residente no Rio de Janeiro, como já referido.

Por volta de 1615, Jorge casou-se com Beatriz da Costa Homem, filha de Aleixo Manuel Albernaz e de Francisca da Costa Homem. Beatriz da Costa Homem era irmã do reverendo padre Pedro Homem Albernaz, administrador da Repartição Sul (Capitanias do Sul), em diversas interinidades, como em RHEINGANTZ (1967, vol. II, p. 513).

O casal Jorge Fernandes da Fonseca e Beatriz da Costa Homem teve mais cinco filhos, além de Francisco da Fonseca Diniz: Gregório Nazianzeno da Fonseca, o padre Manuel da Fonseca Homem, outro Jorge Fernandes da Fonseca, capitão, e mais Antônio e Matias, de quem não há mais notícias. De quase todos há descendência que vem descrita em RHEINGANTZ (1965 e 1967).

***Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues,
bisavós maternos de Francisco***

Francisca da Costa Homem foi filha de Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues), nascida por volta de 1532. RHEINGANTZ (1965, vol. I) informa que Jordão Homem da Costa nasceu por volta de 1522 e faleceu depois de 1573, no Rio de Janeiro. Jordão e Apolônia casaram-se, por volta de 1552, na ilha Terceira, Açores. Ambos eram naturais da Terceira. A filha do casal Francisca, esposa de Aleixo Manuel, era a mais velha de três irmãs; também nasceu na Terceira, por volta de 1552 (BELCHIOR, 1965, p. 33 e 134).

O pesquisador Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (2005) identifica os seguintes filhos do casal Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues): Francisca da Costa Homem (mulher de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho), Ana da Costa (ou Rodrigues), Antônio da Costa e Margarida da Costa.

***Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e Francisca da Costa Homem,
avô e avó maternos de Francisco***

Aleixo Manuel Albernaz, dito o Velho pelos genealogistas, sogro do doutor Jorge Fernandes da Fonseca e avô materno de Francisco da Fonseca Diniz, foi figura importante no Rio de Janeiro. Encontrava-se vivo ainda em

1619, com 80 anos de idade, quando serviu de testemunha na inquirição procedida para a entrada do Mosteiro de São Bento, de Frei Plácido da Cruz (BELCHIOR, 1965, p. 307, 308 e 360). Chamou-se Rua do Aleixo Manuel a atual Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Suas terras iam até essa rua. Assim chamou-se “do Aleixo Manuel” por um século; até que lá residisse o primeiro Ouvidor (GERSON, 2000, p. 42).

MANUEL, Aleixo - Oficial da Câmara da Cidade do Rio de Janeiro, em 1584, 1587, 1588, 1592 e 1609, sendo que na vereação de 1588 saiu eleito juiz ordinário. Considerado um dos conquistadores do Rio de Janeiro, para a cidade teria vindo em companhia do Capitão-mor Estácio de Sá, ajudando-o a povoá-la. Aparentado com Manuel de Brito, dono de sesmaria na qual se erguia o atual morro de São Bento, obteve seu consentimento para nele construir uma ermida em louvor a Nossa Senhora da Conceição, o que realmente fez no ano de 1582. [...] Teve o posto de capitão de infantaria da cidade, em 1611, ano em que serviu de perito na demarcação da sesmaria doada por Manuel de Brito ao mosteiro de São Bento. Era descendente de família nobre, casado com Francisca da Costa Homem, ambos naturais da ilha Terceira, nos Açores (BELCHIOR, 1965, p. 307, 308 e 360).

Os filhos de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e Francisca da Costa Homem foram muitos. Registram-se o padre Pedro Homem Albernaz, o capitão Aleixo Manuel, o Moço, que também aparece como Aleixo Manuel Albernaz, e Francisco da Costa Homem, e ainda Beatriz da Costa Homem, Maria Albernaz e Inês da Costa Homem (ver RHEINGANTZ, 1965, vol. I, p. 446; BOGACIOVAS, 2005). Foram irmãos-inteiros de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho: Bartolomeu Albernaz e Manuel Albernaz, ambos vindos ao Rio de Janeiro, e mais Isabel de Faria (BOGACIOVAS, 2005).

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (2005) identifica os seguintes filhos de capitão Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues): Francisca da Costa Homem (mulher de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho), Ana da Costa (ou Rodrigues), Antônio da Costa e Margarida da Costa.

Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e seus irmãos podem ter sido netos ou sobrinhos-netos de Afonso Albernaz, um escudeiro-fidalgo nascido por volta de 1470, na ilha do Faial (BOGACIOVAS, 2005). Marcelo Meira Amaral Bogaciovas (2005) confirma que não se sabe quem foram os pais de Aleixo Manuel Albernaz, o Velho. Todavia, na sua percepção de genealogista, entende que a mãe de Aleixo (não identificada, mas supostamente de apelido “Faria”, a chamar-se de “Fulana” de Faria) teria, uma vez viúva (de alguém de apelido “Albernaz”; a chamar-se “Fuão” Albernaz), casado com Jordão Homem da Costa, que então era viúvo de Apolônia Domingues (ou Rodrigues).

Desse modo, como escreve Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, Jordão Homem da Costa e “Fulana” de Faria, ambos de antes viúvos, passaram a viver

na Terceira ou no Faial, reunindo os filhos e as filhas de seus anteriores casamentos. Aleixo Manuel Albernaz, o Velho, e seu irmão-inteiro Manuel Albernaz (ambos filhos de “Fuão” Albernaz e “Fulana” de Faria) casaram-se com duas filhas de Jordão Homem da Costa e Apolônia Domingues (ou Rodrigues), respectivamente: Francisca da Costa Homem e Margarida da Costa. Jordão Homem da Costa e “Fulana” de Faria teriam tido, juntos, a Luís de Faria Homem, que também se radicou na região da Guanabara (BOGACIOVAS, 2005).

O valor da solução genealógica de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas é que ela ajuda a entender-se a formação do congregado de bandos do Rio de Janeiro, em que se combinam no topo, as origens Manuel (ou Albernaz) / Homem da Costa (ou Costa Homem; a que se junta interligadamente o composto Mariz / Rangel de Macedo.

***Baltazar de Abreu e Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome),
sogros de Francisco***

Por volta de 1641, Francisco da Fonseca Diniz casou-se com Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome), filha de Baltazar de Abreu (com o acréscimo de “de Soutomaior”, em alguns registros) e de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), filha de Julião Rangel de Macedo e de Beatriz Sardinha.

Balthazar de Abreu seria descendente do galego dom Pedro Alvarez - ou de Abreu - de Sotomaior, o “Pedro Madruga”. Não podia ser filho, conforme diz RHEINGANTZ (1965, vol. I, p. 3), em vista da desarticulação temporal. Balthazar de Abreu foi possivelmente descendente, por algum caminho, de dom Pedro e de sua segunda cōnjuge, Francisca de Duque Estrada. MACEDO SOARES (1947, vol. I, p. 31-32) transcreve o padre Antônio Carvalho da Costa, ao comentar o apelido “Duque Estrada”, em *Chorographia Portugueza, Província da Estremadura*, cap. 21, p. 607: *Dom Pedro Alvarez de Sotomaior, fidalgo galego, visconde de Tuy, passou a este reino seguindo o partido d’el Rei Afonso V, que o fez conde de Caminha. Casou com Dona Teresa de Távora, filha de Álvaro Pires de Távora, Senhor de Mogadouro. [...] Voltando para Castela viúvo, casou segunda vez com dona Francisca de Estrada, filha de Henrique Duque Estrada, o qual era cavalheiro principal em Castela, filho de Álvaro Gonçalves Duque Estrada e de sua mulher Dona Úrsula Lopes de Mendonça, irmã de Diogo Furtado de Mendonça.*

Baltazar de Abreu nasceu na Madeira, após 1583, e faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de julho 1659. Foi moço fidalgo da Casa Real (MACEDO SOARES, 1947, vol. II, p. 5, 6 e 7). Baltazar de Abreu era alguém bem visto. A prova disso está em que o seu apelido “Abreu” foi adotado por vários dos seus

descendentes, como o caso do filho primogênito de Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome), que se chamou Baltazar de Abreu Cardoso.

***Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha,
genitores de Isabel Rangel de Macedo
(primeira do nome), e assim avós paternos da mulher de Francisco***

Do que se conclui de SOVERAL (2012, nota 62; e 2018, nota em e-mail), Julião Rangel de Macedo foi filho do abade Damião Dias Rangel, este nascido cerca de 1519 (prelado-titular de Santo Isidoro, marco de Canavezes, no ano de 1540), e de Violante Bernardes. SOVERAL (2012, nota 62) refere-se aos que seriam irmãos-inteiros de Julião Rangel de Macedo: o doutor Cosme Rangel de Macedo, do Conselho da Fazenda e desembargador do Paço, em 1583; e Jerónimo Rangel, que casou a 13 de janeiro de 1597, com certa Maria Teixeira; referido no assento de casamento como “*Jrmº Rangel, da freguesia de Santa Olaia, fº se dizia de Damião Dias Rangel, abade de Santo Isidoro, já defunto, e de (espaço em branco) moça solteira.*”

Conforme Manuel Abranches de Soveral, o abade Damião Dias Rangel foi filho de dom Diogo Dias Rangel, prior do Mosteiro de Santo Estevão de Vilela, nascido cerca de 1495. A mãe de Damião foi Catarina Anes Toscano, com quem dom Diogo teve filhos entre 1518 e 1534.

Dom Diogo deve descender, possivelmente como neto, de Pedro Álvares Rangel e de Inês Sanches de Macedo. Neto desses Pedro e Inês, seja por via feminina ou masculina, sendo presumível que o seu pai, filho ou genro de Pedro e Inês, se tenha também chamado "Diogo", daí seu nome inteiro: Diogo Dias (patronímico do nome de batismo Diogo) Rangel. Pedro Álvares Rangel foi fidalgo da Casa do rei dom Afonso III. Também sobre Julião Rangel de Macedo se tem: MACEDO SOARES, 1947, vol. II, p. 6, 7, 17, 40, 55, 56, 57 e 77; e GOMES, 2017, p. 533.

Julião foi fidalgo da Casa do rei dom Filipe I de Portugal. Passou à conquista do Rio de Janeiro e foi feito Juiz de Órfãos, nos fins do século 16. Em 1583, substituiu a Salvador Correia de Sá, o Velho (MACEDO SOARES, 1947, vol. II, apêndice, p. 3). Chegou ao Rio de Janeiro, em companhia do Governador-Geral Mem de Sá (BELCHIOR, 1965, p. 385, 386 e 387).

Beatriz: a referência Sardinha

Beatriz Sardinha é tida por diversos genealogistas como tendo sido irmã inteira do primeiro bispo do Brasil, dom Pero Fernandes Sardinha, condição que eu vinha tomando como correta, como em CARVALHO (2008). Esse parentesco

está em RHEINGANTZ (1965, vol. I, p. 139; 1967, vol. II, p. 196); e junto a outras considerações em MACEDO SOARES (1947, vol. I, p. 36, 41, 44-45, 58, 60-61, 73, 75, 83, 85-86, e 133-134; vol. II: p. 16-17, 40, 57, 59, 78, 80, 82 e 85; vol. I, apêndice, p. 7 e 12; vol. II, apêndice, p. 86). Parece que Rheingantz, sem atenção, simplesmente repetiu Macedo Soares.

No entanto, na revisão que fiz deste assunto, em 2017, observei, em debates no portal Genea Portugal, que dom Pero Fernandes Sardinha, tendo nascido cerca de 1496, em Évora, no Reino, e morto em 1556, não poderia, em absoluto, ter sido irmão de Beatriz Sardinha, que era mulher jovem em meados do século 16, quando dom Pero tinha perto de 60 anos de vivo. Pelo que depreendo das discussões, em especial do dito por Gilson Caldwell do Couto Nazareth, não se sabe quem foram os pais de dom Pero, o que é sem dúvida curioso para quem viria a ser um prelado. O respeitado genealogista fluminense Gilson Nazareth (falecido em 2016) presume que Beatriz Sardinha, mulher de Julião Rangel de Macedo, tenha sido filha de Gaspar Sardinha e Filipa Gomes. Gaspar teria nascido entre 1524 e 1527. No ano de 1557, Gaspar e Filipa tiveram um filho, em Porto Seguro, na Bahia, de nome João, que se chamaria, quando adulto, João Gomes Sardinha.

Neste quadro, Beatriz Sardinha foi irmã-inteira, possivelmente mais nova, desse João Gomes Sardinha. Essa argumentação teria suporte, em parte ao menos, no processo de canonização do padre José de Anchieta. Em suma, Filipa Gomes teria sido, com Gaspar Sardinha, mãe de João Gomes Sardinha e de Beatriz Sardinha. Concluo das entrelinhas da manifestação de Nazareth (mas sem que ele o diga) que dom Pero Fernandes Sardinha pode ter sido tio, seja materno ou paterno, de Gaspar Sardinha, ou mesmo pai de Gaspar, o que não era incomum no tempo, como foi o caso de Julião Rangel de Macedo, filho de abade e neto de prior, como se escreveu acima. O que se pode perceber é que dom Pero Fernandes Sardinha foi parente de Gaspar Sardinha, sendo regular a vinda de parentelas para as áreas de conquista.

Sobre a investidura de dom Pero se tem que, por bula papal de 12 de junho de 1514, criou-se o Bispado de Funchal, passando a ele a jurisdição sobre o Brasil. Por nova bula papal, de 25 de fevereiro de 1551, o Brasil foi desmembrado do Bispado de Funchal para constituir bispado à parte, sufragâneo do Arcebispado de Lisboa. O primeiro bispo foi dom Pero Fernandes Sardinha, que em 22 de junho de 1552 chegou à Bahia. Dom Pero morreu tragicamente, em 1556, quando de viagem para o Reino.

O tio materno (e não avô materno, de acordo com a argumentação acima) de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome), João Gomes Sardinha andou, em 1613, barganhando terras com os índios na Banda d'Além (MACEDO SOARES, 1993)

Julião e Beatriz também foram genitores de Paula Rangel de Macedo, mulher de Antônio de Mariz Loureiro; isso tem as implicações a seguir

Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha - genitores de Isabel Rangel de Macedo (primeira do nome) - foram também pais de Paula Rangel de Macedo. Paula Rangel de Macedo casou-se com Diogo de Mariz Loureiro, filho do famoso Antônio de Mariz e de Isabel Velho (ver ainda GOMES, 2017, p. 529-532; a grafia “Mariz” parece mais adequada; é lugar na região de Barcelos, em Portugal, onde Antônio nasceu). Diogo foi oficial da Câmara do Rio de Janeiro, em 1599, e nomeado aos 31 de dezembro de 1606 para o cargo de Provedor da Fazenda Real da Alfândega do Rio de Janeiro, que seu pai, já ocupara antes. Diogo de Mariz Loureiro e Paula Rangel de Macedo tiveram a Maria de Mariz (segunda do nome).

Esta Maria não deve ser confundida com sua tia, irmã-inteira de seu pai Diogo, Maria de Mariz (primeira do nome), que se casou com Tomé de Alvarenga (BELCHIOR, 1965, p. 315). Vale a digressão: conforme RHEINGANTZ (1965, vol. I, p. 44), Tomé de Alvarenga nascido por volta de 1564, casou-se com Maria de Mariz (primeira do nome), em 1594. O casal Tomé e Maria teve, entre outros, a Maria de Alvarenga, nascida por volta de 1595, e falecida em 1649. Maria de Alvarenga casou-se, em 1615, com Manuel Correia, nascido por volta de 1585, morto em 1648. Manuel Correia e Maria de Alvarenga foram pais de Tomé Correia de Alvarenga, governador da Capitania em duas oportunidades. Manuel Correia foi filho de Gonçalo Correia da Costa (pai de Salvador Correia de Sá, o Velho) e de sua segunda esposa Maria Ramires (RHEINGANTZ, 1965, vol. I, p. 370-371), sendo assim meio-irmão de Salvador Correia de Sá, o Velho, e irmão-inteiro de Duarte Correia Vasqueanes, que também foi governador da Capitania (RHEINGANTZ, 1965, p. 377).

João Gomes de Silva e Maria de Mariz (segunda do nome); com as implicações a seguir

Maria de Mariz (segunda do nome), filha de Diogo de Mariz Loureiro e de Paula Rangel de Macedo, e seu marido João Gomes da Silva tiveram a Catarina da Silva Sandoval.

O capitão João Gomes da Silva nasceu em 1580 e morreu em 1640. Foi capitão da infantaria e das fortalezas de Santo Antônio da Barra na Bahia e de São João da Barra no Rio, Provedor da Fazenda Real e Juiz de Órfãos do Rio de Janeiro (ver na entrada de sua mulher Maria de Mariz, em RHEINGANTZ, e em GOMES, 2017, p. 142). Conforme GOMES (2017, p. 140-141 e 366),

CARVALHO (2008, p.112) e entradas em RHEINGANTZ (1965, vol. II), João Gomes da Silva foi filho de Braz Gomes de Sandoval e de Helena da Silva.

***Francisco Sodré Pereira e Catarina da Silva Sandoval;
com implicações a seguir***

Catarina da Silva Sandoval e Francisco Sodré Pereira (fidalgo da Casa Real, segundogênito de Duarte Sodré Pereira, 10º Senhor de Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, no Reino, e de Guiomar Ramires de Souza (CARVALHO, 2008, p. 28-31; MACEDO SOARES, 1947, II, p. 18-21 e 72, e Genea Portugal) tiveram a Isabel Sodré Pereira (ou “de Souza”, como dizem alguns, por algum equívoco de leitura de “Sodré”).

Por fim, as implicações que seguem, em que as irmãs Isabel Rangel de Macedo e Paula Rangel de Macedo, filhas de Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha, se vão reencontrar por via de seus descendentes.

Baltazar de Abreu Cardoso e sua prima Isabel Sodré Pereira

Isabel Sodré Pereira casou com seu primo Baltazar de Abreu Cardoso, filho de Francisco da Fonseca Diniz e Isabel Rangel de Macedo (segunda do nome). Isabel Sodré Pereira foi trineta e Baltazar de Abreu Cardoso, bisneto, de Julião Rangel de Macedo e Beatriz Sardinha.

Baltazar de Abreu Cardoso, esposo de Isabel Sodré Pereira, tornou-se personagem conhecido na crônica oitocentista do Rio de Janeiro, por conta de um erro de identificação. O ponto é que a tradição lhe atribui um feito que foi possivelmente de seu avô materno, seu homônimo, Baltazar de Abreu. É dito que, em 1635 (sem que se lembre que cerca de doze anos antes de ele nascer), Baltazar de Abreu Cardoso teria erguido uma pequena capela no cume de um morro situado em suas terras, em Irajá, então nos arredores do Rio de Janeiro. Essa ermida foi a origem da igreja de Nossa Senhora da Penha, que veio posteriormente a dar o nome ao bairro (COARACY, 1944, p. 79). “Penha” é uma grande e alta massa de rocha. No cume da penha, em Irajá, se construiu a capela que se tornou, especialmente ao longo do século 18, igreja de romaria. Conforme COARACY (1944, p. 79), a ermida estava em terras de sesmaria passadas em 1613.

Neste quadro, o provável é que tenha sido o avô materno de Baltazar de Abreu Cardoso, o acima referido Baltazar de Abreu, quem verdadeiramente construiu a capelinha original em resposta devocional por um milagre mediante a intercessão de Nossa Senhora, como diz a tradição. É possível que o neto tenha sido um benfeitor quando das obras da edificação da primeira versão de templo

católico mais amplo que veio a ocupar o espaço da ermida, estabelecendo-se assim a confusão.

Baltazar de Abreu Cardoso foi coronel do regimento pago do Rio de Janeiro e dono de dois grandes engenhos entre Irajá (a Penha de hoje) e Campo Grande. Baltazar de Abreu Cardoso também se vincula à Banda d'Além. Lá casou-se, na igreja de Nossa Senhora da Conceição, com sua prima Isabel Sodré Pereira (RHEINGANTZ, 1965, vol. I, p. 6-7; 1967, vol. II, p. 150). Baltazar de Abreu Cardoso herdou do pai, na Banda d'Além, as terras correspondentes ao atual bairro do Fonseca, mais uma grande parte do atual bairro do Cubango, até o Baldeador, e mais chão descendo pela várzea de Icarai (MACEDO SOARES, 1993).

O primogênito de Baltazar de Abreu Cardoso e de Isabel Sodré Pereira chamou-se João de Abreu Sodré Pereira. Os outros filhos foram: João de Abreu Pereira Sodré, José Pereira Sodré, Francisco Sodré Pereira e frei Baltazar; o mesmo Baltazar de Abreu Cardoso teve o filho ilegítimo Antônio da Fonseca de Abreu (MACEDO SOARES, 1947, vol. II, p. 8 e 9).

Muito curiosamente, o “Pereira”, que vinha de dom Álvaro Gonçalves Pereira, prior do Crato, e de um de seus filhos, Rodrigo Álvares Pereira, 1º Senhor de Águas Belas, em Ferreira do Zêzere, no Reino, some de uso em três gerações patrilíneas daqueles que então adotaram o apelido “Abreu Sodré”; foi, no entanto, mantido por outros ramos com tronco em Francisco Sodré Pereira, no Rio de Janeiro. Na Bahia, há a descendência de um sobrinho de Francisco Sodré Pereira, de nome Jerônimo Sodré Pereira, que se casou com Maria de Azevedo. Um sobrinho-neto, Duarte Sodré Pereira, 13º Senhor de Águas Belas, foi governador de Pernambuco, entre 1727 a 1737, mas não deixou geração por lá; foi rigorosamente um reinol (ver SILVA, 1992).

Naquele tempo, antes e em seguida, até o início do século 20, seja em Portugal ou no Brasil, os apelidos eram escolhidos livremente pelas pessoas na idade adulta, dando-se preferência por aquelas sobrenomeações que sinalizassem mais prestígio no repertório dos antepassados ou mesmo fora (CARVALHO, 2017, p. 207-226).

Embate entre bandos no Rio de Janeiro

Em COARACY (1944, p. 170-171), no ano de 1666, Francisco da Fonseca Diniz, como vereador na cidade do Rio de Janeiro, em conjunto com Matias de Mendonça, Francisco Mendes e Lopes do Lago, todos do Senado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, peticionaram ao rei a dizer de seu degraço com a continuidade da prisão, em Lisboa, dos revoltosos do levante de 1660, contra o governador Salvador Correia de Sá e Benevides. Em 1660, tinha havido uma revolta que depusera Salvador Correia de Sá e Benevides. Os rebeldes

ficaram senhores da cidade durante vários meses, mas o detestado governador acabou por reverter a situação. Os cabeças foram presos, um deles enforcado e os demais remetidos para a prisão do Limoeiro, na capital do Reino, onde sobreviviam em 1666 apenas dois: Diogo Lobo Pereira e Lucas da Silva. Em favor desses, seguiu para o Reino, a 2 de junho de 1666, petição assinada por Francisco da Fonseca Diniz e seus companheiros de Câmara, conclamando o rei a rever o processo que os havia injustamente penalizado. O rei respondeu a 7 de fevereiro de 1667, a dizer que já determinara ao conde-regedor da Casa de Suplicação que abreviasse o processo de soltura. E a 2 de setembro do mesmo ano comunicava ao Senado do Rio de Janeiro a soltura dos dois, *livres da calúnia com que o ódio e a paixão lhes haviam falsamente imposto o crime de inconfidência* (MACEDO SOARES, 1993).

Em 1661, durante a revolta contra Salvador Correia de Sá e Benevides, Francisco Sodré Pereira (sogro de Baltazar de Abreu Cardoso), comandou as guarnições das fortalezas no entorno da Guanabara e as companhias de milícias de Jacarepaguá, São Gonçalo, e Suruí para garantir a defesa do Rio de Janeiro e buscar a prisão de Salvador Correia de Sá e Benevides que viria de São Paulo com tropas (COARACY, 1944, p. 160). Não se tem notícia de Francisco Sodré Pereira ter sido processado por esse ato; com certeza não foi levado a Lisboa.

Embates com os prelados

Durante o século 17, parte da classe senhorial e parcela, ou mesmo a maioria, dos vereadores da Câmara Municipal, se opunham à autoridade incontida dos governadores da capitania real do Rio de Janeiro, em especial os Correia. Não só confrontaram os governadores régios, mas também a presença da Igreja. Ao que parece, não queriam outro mando que não fosse o seu próprio.

Quanto ao confronto com a Igreja, uso para escrever o texto abaixo das informações sobre a Igreja no Rio de Janeiro contidas em COARACY (1944), das quais já me vali em CARVALHO (2008, p. 51-52).

O Papa Gregório XIII, em 19 de julho de 1567, instituiu uma prelazia para o Rio de Janeiro, com poderes semelhantes ao de uma diocese; tudo em linha com a existência de uma “cidade”, que deveria ter um bispo, como se viu no início deste artigo.

Durante todo o século 17, a classe senhorial e os demais do povo não aceitaram a autoridade eclesiástica. As questões eram a escravidão dos índios e a intromissão da Igreja na vida privada e nos negócios das pessoas, definindo o certo e o errado. Sobre a escravidão dos indígenas, a indisposição com a Igreja ocorria quando a captura e a submissão dos índios eram feitas sem prévia autorização e sem o pagamento de emolumentos ao prelado.

No começo do século 17, quando o prelado era o padre João da Costa, houve problemas. Costa, querendo ser disciplinador, sofreu a revolta da comunidade, a qual o ameaçou fisicamente. Temeroso, escapou para a vila de São Paulo. A contrariedade da elite teve sucesso, uma vez que Costa foi destituído, sendo substituído pelo padre Bartolomeu Lagarto. Esse, por sua vez, amedrontado não ocupou o cargo. Foi então nomeado o padre Mateus da Costa Aborim. Em 7 de fevereiro de 1629, Aborim morreu envenenado em sua morada.

Em seguida, o bispo da Bahia designou o abade do mosteiro de São Bento, frei Máximo Pereira, para assumir interinamente. Pereira não teve ânimo para enfrentar a permanente indisposição da comunidade em aceitar interferências no seu autogoverno. Logo o velho abade renunciou à sua abadia e à prelazia, retirando-se para o Reino.

De modo a que não se ficasse sem comando, o clero local elegeu como administrador eclesiástico interino o vigário-geral padre Pedro Homem Albernaz, irmão de Beatriz da Costa Homem, mulher do doutor Jorge Fernandes da Fonseca.

Em 9 de setembro de 1632, tomou posse como prelado, o sacerdote Lourenço de Mendonça, o qual tinha exercido funções de vigário-geral do Peru. De lá veio para o Rio. Os principais da terra novamente antipatizaram com a autoridade eclesiástica. Mendonça era intransigente quanto à questão indígena, bem como preocupado com os desvios de comportamento dos cristãos-novos que existiam em meio e boa parcela da classe senhorial. Logo aos quatro dias depois de haver se empossado, era alvo do primeiro atentado.

Em 13 de setembro de 1632, à noite, indivíduos atiraram pela janela para dentro do quarto, onde Mendonça dormia, um barril de pólvora com o estopim aceso. Mendonça fugiu para a rua, mas todos os bens móveis que possuía foram-se embora no incêndio que se seguiu à explosão. Noutra ocasião, em um segundo atentado, estando o prelado hospedado em um engenho, em visita pastoral, pessoas desconhecidas dispararam uma carga de arcabuzes contra o cômodo onde ele se achava e atearam fogo à choça de palha onde dormiam escravos negros de sua escolta. Ele escapou novamente. As ofensas contra ele eram inúmeras. Eram pregados cartazes insultuosos contra o administrador nas paredes das igrejas. Ele próprio se queixou de lhe terem sujado de alto a baixo a porta de entrada de sua casa com fezes; tudo como consta em COARACY (1944).

O povo deliberou desfazer-se dele. Quando Mendonça soube dos planos, fugiu em um navio que estava de partida para o Reino. Antes disso, transferiu interinamente a prelazia ao vigário-geral Pedro Homem Albernaz, já nosso conhecido. Em 2 de setembro de 1639, o padre Pedro Homem Albernaz. Em

1640, com restauração portuguesa dos Bragança, Mendonça recolheu-se a Toledo, na Espanha.

Em 8 de junho de 1644, em lugar do padre Pedro Homem Albernaz, assumiu a administração eclesiástica o padre Antônio de Mariz Loureiro, filho de Diogo de Mariz Loureiro e de Paula Rangel de Macedo (RHEINGANTZ, 1967, vol. II, p. 520; GOMES, 2017, p. 367-368). Antônio de Mariz Loureiro, sentindo-se inseguro no Rio de Janeiro, em vista de ameaças, evadiu-se para o Espírito Santo. Mesmo lá, os seus inimigos conseguiram envenená-lo na comida. Não chegou ao óbito. No entanto enlouqueceu e se viu impedido de exercer as suas funções. Foi removido para Lisboa, nunca vindo a recuperar a plenitude das suas faculdades mentais. Tudo isso pode parecer fantasia ao leitor, mas é exatamente o que Vivaldo Coaracy nos narra sobre os acontecimentos no Seiscentos do Rio de Janeiro.

Em 1659, houve novos conflitos de jurisdição entre o prelado de então, o padre Manoel de Souza Almada, e a Câmara Municipal. Na noite de 5 de março de 1659, os inimigos de Almada deram um tiro de peça de artilharia contra a sua casa. O prelado conseguiu escapar. Então, teve a ideia infeliz de mover uma devassa para punição dos responsáveis. No entanto, no processo, as testemunhas ouvidas disseram que tinha sido o próprio Almada o planejador do seu atentado: queria com isso incriminar os seus inimigos. Não resistindo a toda essa situação, Almada abandonou o posto e retirou-se para o Reino, transferindo o cargo ao Vigário Geral Francisco da Silveira Dias.

A gestão também tumultuada do padre Francisco da Silveira Dias durou até 1676, quando o Papa Inocêncio XI, ao mesmo tempo em que elevou a arcebispado a sede episcopal da Bahia, criou os bispados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O bispado do Rio de Janeiro abrangia todo o território português desde o Espírito Santo até o Rio da Prata. Elevando-se a prelazia do Rio de Janeiro à categoria episcopal, esperava-se que fosse dado um paradeiro ao conflito permanente da Igreja com a sociedade, o que ainda não veio a ocorrer.

O primeiro bispo foi dom Manoel Pereira, o qual acabou por não assumir, permanecendo em Lisboa. A administração do Rio de Janeiro continuou assim novamente com o padre Francisco da Silveira Dias. Em 19 de agosto de 1680, foi feito bispo dom José de Barros Alarcão. Esse só se apresentou para tomar posse em 1683. Alarcão era um homem acostumado ao luxo e à vida dissipada, tudo como consta em COARACY (1944). Já em 1686, a Câmara do Rio de Janeiro representou contra Alarcão por ter abandonado a sede episcopal para residir na vila de São Paulo, onde também tinha jurisdição eclesiástica. Nessa vila, levava uma vida de pândega, sendo um jogador contumaz e mantenedor de duas amásias (COARACY, 1944). Negociava com ouro e instituiu um tributo em benefício próprio sobre a captura de índios. Tantas fez dom José de Barros Alarcão que foi chamado de volta ao Reino. Lá ficou até o

ano de 1700, quando sendo inocentado de suas faltas, voltou ao Rio de Janeiro. Veio a falecer no mesmo ano, enfermo que estava. Foi enterrado na Igreja do Mosteiro de São Bento e posteriormente teve seus restos levados para Portugal.

Em 10 de dezembro de 1700, foi escolhido o sucessor de Alarcão, dom Francisco de São Jerônimo. Esse veio a tomar posse em 1702. Dom Francisco de São Jerônimo, finalmente, impôs a autoridade da Igreja aos sempre rebeldes da Guanabara. Sua gestão durou por vinte anos, sendo notável a ação do Santo Ofício da Inquisição durante o tempo.

Ao que parece, pela leitura de COARACY (1944), os prelados não tinham apoio firme dos governadores. Ficavam por conta própria e sujeitos à oposição de ao menos parte da classe senhorial e homens livres, todos interessados em levar a vida como entendessem e em manter a servidão dos indígenas. Pode-se ainda inferir que prelados como Pedro Homem Albernaz e Antônio de Mariz Loureiro, dois homens da classe senhorial local, tinham seus compromissos e lealdade com a Igreja e não com os seus parentes e afinidades.

Conclusão

Na região da Guanabara, observou-se, nos séculos 16 e 17, uma experiência muito interessante de ocupação portuguesa. Foi uma decisão que hoje diríamos geopolítica: a de afastar a concorrência dos franceses na tomada da terra e, ao mesmo tempo, garantir a segurança do caminho das Índias na parte sul do mar-oceano e servir de sentinela para a Angola.

A consequência disso foi a formação de uma classe de donos de fábricas de açúcar e de plantações, que participavam do poder municipal e dos cargos do rei, bem como operavam como bandos na disputa por mais poder, cargos e favores, em lutas entre si ou frente a governação régia local. Casavam-se os primos entre si na ação de preservar as posições e ganhos, e criar a noção de uma nobreza da terra.

Só com o advento da mineração do ouro no finalzinho do século 17, por ação dos “vicentinos de Serra Acima”, os paulistas, se vai ter a mudança dessas condições. O modelo da indústria açucareira e de uma classe senhorial para a ocupação deixam de ter sentido, quando se precisa de um porto para o ouro e o comércio crescente. O rei torna-se muito poderoso, com o fim dos gastos com a guerra da Restauração e com suas receitas do ouro. A importância da Igreja, como parceira do rei, passa a ser notável, com a presença do bispo dom Francisco de São Jerônimo, em 1700, que desbarata, como cabeça-ponte do Santo Ofício da Inquisição, as redes de poder dos senhores da Guanabara.

Referências

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Conquistadores e Povoadores do Rio de Janeiro*, In: Coleção Vieira Fazenda nas Comemorações do Centenário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965.

BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Albernazes e Homens da Costa*. In: Revista da ASBRAP, n. 11, p. 89-124, 2005.

BOXER, Charles R. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRANDÃO, Renato Pereira. *A fundação do Rio de Janeiro na ocupação régia do espaço vicentino*. In: ACERVO, Rio de Janeiro, vol. 28. N. 1, p. 159-172, jan/jun 2005.

BRUNO, Ernani Silva. *Arraial de sertanistas (1554-1828)*. In: *História e tradições de São Paulo*, vol. I, 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. *A Inquisição no Rio de Janeiro no começo do século XVIII*. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

_____. *Homo genealogicus – gênese e evolução do ser humano socialmente importante*. São Paulo: Edição do Autor, 2017.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século 17*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1944.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro*. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 45-122, 2000.

_____. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII)*, p. 31-71. In: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos – a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____ e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, 1790-1840*. 4ª. Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *A Nobreza vive em Bandos: A Economia Política das Melhores Famílias da Terra do Rio de Janeiro, século XVII*. In: TEMPO – Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 8, n. 15, p. 11-35, 2003.

_____. *Fidalgos e parentes de pretos: nota sobre a nobreza principal do Rio de Janeiro (1600-1750)*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá (organizadores). *Conquistadores e negociantes – histórias das elites no Antigo Regime nos trópicos; América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (organizadores). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico – comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Lacerda Editores. 2000.

GOMES, João Eduardo Monteiro. *Os Camargos de São Paulo e Tatuí*, Coleção Ascendências Paulistas, tomo II, volume II; São Paulo: Edição do Autor, 2017.

GORENSTEIN, Lina. *Um Brasil subterrâneo: cristãos-novos no século XVIII*. In: Grinberg, Keila (organizadora). *Os judeus no Brasil – inquisição, imigração e identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HERSON, Bella. *Cristãos-novos e seus descendentes na medicina brasileira (1500-1850)*. Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

MACEDO SOARES, Antônio Joaquim de. *Nobiliarquia Fluminense ou Genealogia das Principais e Mais Antigas Famílias da Corte e da Província do Rio de Janeiro*. Edição ampliada e publicada por seu filho, o desembargador Julião Rangel de Macedo Soares. 2 volumes. Niterói, Imprensa Estadual do Rio de Janeiro, 1947.

MACEDO SOARES, Emmanuel. *As ruas contam seus nomes*, vol. 1. Niterói Livros, 1993.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Unesp, 2009.

RAMINELLI, Ronald. *Poder político das câmaras*. In: FRAGOSO, João e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (organizadores). *Um reino e suas repúblicas no Atlântico – comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, p. 371-400. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*, vol. I, Livraria Brasileira Editora, 1965.

_____. *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)*, vol. II, Livraria Brasileira Editora, 1967.

SALVADOR José Gonçalves. *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)*. São Paulo: Livraria Pioneira/Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

SILVA, Maria Júlia de Oliveira. *Fidalgos-mercadores do século XVIII: Duarte Sodré Pereira*. Lisboa: Imprensa Oficial, 1991.

SOUZA, José Antônio de. *Da Vila Real da Praia Grande a Imperial Cidade de Niterói*. Niterói Livros, 1993.

SOVERAL, Manuel Abranches de. *Reflexões sobre a origem dos Rocha, dos Aguiã, dos Calheiros e dos Jácome*". In: "Raizes & Memórias", nº 29, Dezembro de 2012, p. 149-196, 2012.

_____. Troca de e-mails sobre a origem dos RANGEL, 2018.

**GUARDIÃES MILITARES DOS REGISTROS DE FISCALIZAÇÃO NAS
PASSAGENS DE RIOS: UMA TRADIÇÃO DE FAMÍLIA
VALE AMADO/ PINTO COELHO***

*Maria da Graça Menezes Mourão
Historiadora e Pesquisadora- Especialista em História e
Cultura de Minas Gerais do Século XVIII-PUC-MG*

Resumo: *Este artigo procura analisar a dinâmica das estratégias adotadas por indivíduos da elite rural e militar nos séculos XVIII e XIX nos caminhos dos sertões leste e oeste da Capitania de Minas Gerais. Através de enlces matrimoniais suas práticas permitiram escrever a história desses lugares, cujo circuito mercantil e dinâmica da proteção dos registros das passagens de rios foram identificados na descendência de Manuel do Vale Amado/ Pinto Coelho, dando continuidade a uma tradição da família de guardiães militares das passagens nos rios no Caminho Real do Pitangui no “Sertão Oeste”.*

Resumen: *este artículo pretende analizar la dinámica de las estrategias adoptadas por la élite militar y rural en los siglos 18 y 19 en los caminos del este y oeste de la Capitanía de Minas Gerais. A través de enlaces matrimoniales prácticas permitidas escribir la historia de estos lugares, cuyo mercado y dinámica de circuito de protección de los registros de las travesías del río fueron identificados en la semilla de la que Manuel do Vale Amado/ Pinto Coelho continuando una tradición familiar de militares guardianes de los pasos en los ríos en el camino real de Pitangui en "sertão oeste".*

Nas primeiras décadas do Século XVIII, no Leste da Capitania de Minas Gerais, após as faixas orientais das Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes, havia um espaço atualmente denominado de “Zona da Mata” que sob o título de “sertão do Leste” ou “matas gerais da Mantiqueira” era considerado “sertões incultos”. Para o Gov. D. Rodrigo José de Menezes, o motivo seria ‘do limitado número de pessoas e riquezas que por outros havia’.

Desde os tempos da descoberta do ouro, ‘a mata foi um espaço instável e a sua formação ocorrida basicamente a partir de três frentes pioneiras, os vales dos rios Paraibuna, Pomba e Alto Vale do Rio Doce, esteve marcada por surtos de expansão com tempos variáveis. Dos maciços florestais da Mata Atlântica e

da presença de um conteúdo distinto de organização territorial adveio a sua primeira acepção de região’,¹ Essa percepção de mata perigosa, densa e impenetrável fora descrita desde o seu adentramento, em 1531, pelos sertanistas do Rio de Janeiro através do Rio Doce e seus afluentes. Acrescenta-se ainda a imagem construída pelos governantes e que a historiografia tratou de perpetuar como uma zona natural, quase intocada pelo branco, porém abrigo de indígenas a quem não agradava o avanço da civilização e as frequentes pilhagens em suas roças.

A partir de 1755, este espaço foi considerado “área proibida” pelo governador interino da Capitania de Minas Gerais, José Antônio Freire de Andrade, informado da existência de descaminhos e, além disso, recomendado, segundo d. Rodrigo pelo tenente coronel Manoel Lopes de Oliveira da Borda do Campo de só ele conhecer tais veredas e assim usufruir das suas utilidades. Contudo, Freire de Andrade, foi inflexivo. Enquanto não fossem descobertos os autores que abriam tais picadas no Caminho Novo, em prejuízo da Fazenda de S. Majestade, qualquer abertura ou a conclusão das que haviam sido iniciadas ficava proibida.

Enquadrados como zonas de fronteiras entre o civilizado e o inculto, os sertões das “minas gerais” passaram por diversas representações imagéticas construídas pelos colonos da época. Uma das principais imagens era que o sertão ‘se tratava de uma região povoada de rebeldes que precisava ser controlada e domesticada’. ‘Era também um espaço vazio de elementos civilizados, onde a natureza se apresentava como inóspita, ora circundada de matas fechadas, ora repletas de áreas desertas’.²

Não somente os colonos carregavam em suas mentes tais representações, como os próprios governadores. O próprio Conde de Assumar, governante das minas, entre 1717-1721, assim via os moradores das regiões incultas como Pitangui, sem domicílio e em contínuo movimento: ‘os dias nunca amanhecem serenos; o ar é um nublado perpétuo; tudo é frio naquele país, menos o vício, que está ardendo sempre. (...) a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins...’.³

* Os mais sinceros agradecimentos à D. Correa Miranda, moradora de Pará de Minas que me disponibilizou parte da “Documentação da Fazenda da Cachoeira” em 2005, quando eu escrevia **Raízes de Pará de Minas: uma história as margens do Paciência**- Ed. Lutador.

1 Carneiro, 2008.

2 Amantino, 2003.

3 Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas Houve no ano de 1720. BH, Fundação João Pinheiro, CEFC, 1994, p. 59.

A suposição das autoridades de que o Distrito da Mantiqueira se encontrava povoado apenas pelas ferozes nações dos Coroados e Botocudos, Xopotós, Puris e Osorós ‘favoreceu a ação daqueles que eram e dos que foram considerados pelas autoridades os facinorosos das estradas, que ligavam a região a outras paragens bem conhecida em toda a América Portuguesa, por ser “longe e diabólica”, lugar onde a ordem não se impusera.’ Quando então, se descobre que o Caminho Novo, em 1783, estava infestado por uma numerosa quadrilha de salteadores que agia no alto da Serra da Mantiqueira.⁴

Mesmo assim, com a permanente movimentação desafiante à instalação do Estado Metropolitano, desde muito cedo a administração portuguesa se mostrou flexível em se apoiar naqueles que se sobressaíam, principalmente nas atividades econômicas, estabelecendo compromissos com esses poderosos locais. O próprio Assumar os aceitava, pois embora abusassem do seu poder, ‘eram muito essenciais ao mesmo serviço de Nosso Rei, pois servem aos governadores de instrumento para conseguirem cobrar os quintos, para reprimir revoltosos de menos poder, para prender criminosos’.⁵

Aproveitando-se da necessidade da coroa portuguesa se utilizar de seus vassallos, Matias Barbosa da Silva, Antônio de Araújo dos Santos, Simão Pereira de Sá e Manuel do Vale Amado anteviram tal oportunidade no “sertão do leste”, estabelecendo-se no Caminho Novo, onde foi instalado um dos principais registros de fiscalização de passagem de rio.

Os registros eram postos fiscais, localizados em lugares estratégicos, onde eram cobrados impostos e eram registradas todas as movimentações de bens e de comerciantes que por eles passavam.

A Criação dos Registros nas Passagens dos Rios

Nas Minas foram instalados três tipos de registros. Os registros da cobrança do quinto do ouro e transporte se encontravam em pontos estratégicos nas saídas das minas de ouro e nos portos. As contagens eram voltadas para a cobrança de impostos sobre a circulação de animais e por último a fiscalização na passagem dos rios que era explorada por contratadores que adquiriam seus direitos através de leilões acertados com a administração portuguesa, percebendo os valores pagos pelos viandantes. A cobrança dos dízimos, constituídos em 1704 e extintos em 1835, foi administrada e cobrada sob a responsabilidade da Provedoria da Real Fazenda do Rio de Janeiro, até 1715, quando passaram a ser adminis-

4 Anastasia, 005.

5 Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas Houve no ano de 1720. BH, Fundação João Pinheiro, CEFC, 1994.

trados pela Provedoria de Minas Gerais. Após 1772 passaram a ser leiloados os contratos para a sua administração.

No “Sertão Leste”, antes da Borda do Campo, situada quando a Mata Atlântica se rareia para dar lugar a uma vegetação de campo, instalou-se o registro de fiscalização do Caminho Novo. Embora objeto de documento de autoria do governador Sá e Menezes, datado de 18 de abril de 1701, sua criação somente ocorreu após a Ordem Régia de 06 de novembro de 1717 de D. João V.

D. João V considerou a necessidade de ‘fabricar uma importante chave para as Minas’, e que seria mais adequada à instalação do registro na região do Rio Paraíba, na divisa de da capitania do Rio de Janeiro, devido à ‘densidade dos matos’. Registra-se aqui a posição de Costa (2015) de que nesse documento não houve ‘nenhuma referência a eventuais registros no lado mineiro da fronteira’.⁶

Referência ao arraial de Matias Barbosa como registro que teria sido transferido por razões de segurança para o local onde passou a ser identificado como sendo o Registro de Matias Barbosa é da autoria de Caetano da Costa Matoso, ouvidor da Comarca de Vila Rica, registradas em seu diário de jornada para Vila Rica, ocorrida entre 27 de janeiro e 7 de fevereiro de 1749. São estas as observações de Antônio Gilberto da Costa sobre o relato de viagem de Costa Matoso:

Primeiro, na passagem por Mathias Barbosa Costa Matosos observou: “Seguiu-se o dia (...) primeiro de fevereiro [de 1749] (...) cheguei a um sítio que chamam de Matias Barbosa (...) [onde] está posto o registro do contrato das entradas das fazendas que por este caminho vão para as Minas. (...). Este registro está neste sítio há doze anos, tendo estado antes no sítio adiante da Borda do Campo [região da atual Barbacena]”. Seguindo sua viagem para Vila Rica e passando pela região da Borda do Campo, no dia 06 de fevereiro, observou: “Tendo andado perto de uma légua, cheguei pela borda de um rio que chama o do Registro Velho (...) por nele ter tido o seu primeiro assento o registro das entradas de que já falei, e esteve [aqui] por alguns vinte anos.” Levando-se em conta os dados fornecidos por Costa Matoso, chega-se ao ano de 1717, com importância não só para a instalação do Registro Velho, mas para a confirmação de que esse teria sido de fato o ano, a partir do qual, foram instalados os registros do Caminho Novo.

A fim de visualizar a localização geográfica dos registros do Caminho Novo, eu recorro ao mapa **Principais Fazendas e Roças no Caminho Novo, Sertões da Mantiqueira, 1789**.⁷ Este trecho do mapa da Capitania de Minas

⁶ Costa, 2015.

⁷ Barreiros, 2003.

Gerais mostra o Registro do Paraibuna, as roças do Caminho Novo, e a passagem dos rios identificando as divisas entre as capitanias até então.



Fonte: Adaptado de Eduardo Canabrava Barreiros. "Área geográfica da inconfidência". In *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981, v. 3.

A localização do registro de Matias Barbosa apresentava-se ineficiente quanto ao controle da cobrança de impostos, em razão das inúmeras veredas e das passagens ocultas desconhecidas do governo, bem como os limites imprecisos estabelecidos entre as capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O Gov. Rodrigo José de Menezes 'afirmava que o Rio Paraibuna era inadequado para servir de baliza entre elas por correr de norte a sul, demarcando apenas a estrada e deixando os sertões a leste ilimitados'. Sugeriu a divisão das duas capitanias pelo Rio Paraíba, não só por correr de leste a oeste em uma imensa distância, como pelo fato de ser uma barreira quase intransponível entre as duas capitanias pelo seu volume d'água e as dificuldades de atravessá-lo. Quanto à ineficiência do controle, d. Rodrigo duvidava que o Registro de Matias Barbosa, a Passagem do Paraibuna e a Patrulha do Mato seriam suficientes para impedir os extravios. Somente uma diligência cuidadosa na região poderia apontar a necessidade, ou não, da criação de um novo registro e da alteração da rota da patrulha.⁸

Nesse interim dos acontecimentos já se encontrava registrada na região, a sesmaria de Matias Barbosa da Silva adquirida em 09.03.1709, de uma légua de testada por três de sertão, às margens do rio Paraibuna, entre as sesmarias de

8 Anastasia, 2005.

Simão Pereira de Sá de 1708 e a de Antônio de Araújo dos Santos com carta em 2.06.1709.⁹ Estas três sesmarias tinham suas roças, principalmente a de Simão Pereira denominada de N. Sra. da Glória e as fazendas São Mateus e do Registro pertencentes a Matias Barbosa, que se tornaram importantes fontes de abastecimento no novo caminho, cuja abertura estava sob a direção de Garcia Rodrigues Pais e concluído em 1725 por Bernardo Soares Proença. Caminho este, que a arqueóloga Maria da Conceição Beltrão e outros, esclareceu sendo parte do Peabiru, rota milenar de indígenas, onde tiveram suas aldeias dizimadas pelo apressamento em seus diversos trechos pelos desbravadores que se orientaram pelas informações destes mesmos nativos.

*Entendendo a região sudeste como o polo terminal de uma dessas rotas migratórias pré-históricas, os autores seguem um modelo de inversão, tomando como exemplo o Caminho de Garcia Rodrigues Paes, no estado do Rio de Janeiro, que seguia em direção a Minas Gerais. Aí foram registradas superposições de ocupações humanas que revelam reutilizações dos assentamentos, além do fato de que os pontos iniciais do processo de fluxo e refluxo localizam-se em áreas elevadas. Nesse caminho, evidências recuperadas (buril e raspador) comprovam que o homem pleistocênico ocupou áreas às quais a megafauna não teria acesso. Descamando esses animais nos seus arredores o Tupi-Guarani aí colocou seus aldeamentos em pontos mais elevados e os escravos negros buscaram igualmente regiões de difícil acesso para sobreviver em liberdade, conforme atestam elementos da cultura material encontrados.*¹⁰

Aproveitando-se do Caminho do Peabiru, Garcia Rodrigues viabilizou encurtar a distância entre o Rio de Janeiro e Vila Rica, em apenas 10 a 15 dias, contra 30 a 43 dias do Caminho Velho. O que se revestiu de grande importância, porquanto, a partir da segunda metade do XVIII, ali se registrou o maior movimento fiscal em Minas: em 1776, dos 25 registros listados, o do Caminho Novo respondeu por 74,5% do valor do contrato das entradas. O segundo mais importante era o da Mantiqueira, com 10,9% do total.¹¹

A Fazenda São Mateus, antes de propriedade de Matias Barbosa da Silva e depois de Manuel do Vale Amado, fazia parte das que foram autorizadas na Zona da Mata, a fazerem parte do esquema de domínio e controle da administração portuguesa, após a Guerra dos Emboabas, quando a entrada e saída na região do ouro começaram a ser controladas.

9 Antonil,007.

10 Beltrão, 1988.

11 Carneiro, 2008.

Ninguém entrava ou saía sem a permissão das autoridades reais. Com muitos sertões desconhecidos pelos governantes, os descaminhos eram inúmeros, favorecendo o extravio de riquezas. ‘Um descritivo anônimo, datado de 1706, só dava nessa época, notícia de três caminhos: o antigo provindo de São Paulo; o “novo”, do Garcia Pais Leme, e a antiga trilha indígena “vereda de pé posto”’.¹²

Ao se descobrir o ouro, como medida de conter a evasão fiscal e o metal dourado sem a devida tributação, a Fazenda Real, de imediato, criou um sistema de cobrança de impostos e, conseqüentemente, a vigilância desses caminhos, quando então surgem espécies de alfândegas, de passagens de rios e de registros. A vigilância na passagem dos rios, que passou a funcionar com o Código Filipino, a partir de 1603 e implantado no Brasil, era necessária na regulamentação do comércio e das práticas mercantis na Capitania de Minas Gerais.¹³

O imposto sobre as passagens era cobrado, sobretudo, como uma espécie de pedágio para a travessia de rios e lagoas por aqueles que não possuíam embarcações. Os que a possuíam, a passagem ou registro era conferida através de arrematação ou concessão a terceiros, que compravam da administração portuguesa o direito de possuírem a “passagem” de determinado rio ou lugar.¹⁴

Resende (2008), citando o manuscrito anônimo “Das Villas”, informa que ao tratar das entradas e das saídas das minas, o autor – que ela identifica como Luís César de Menezes escrevendo para D. Pedro II em 1706, referindo-se ‘ao Caminho Novo do Rio de Janeiro, aberto por Garcia Rodrigues –, aponta haver alguma possibilidade de controlar a entrada por ele, por serem os ministros zelosos e os vassalos domésticos e obedientes (...). Duvida, porém de que se pudesse controlar a quantos quisessem fazer a saída por ele’.¹⁵

Para cumprimento da interdição e controle das entradas e saídas Luís César de Menezes escreveu “Das Villas” em 1706, no contexto da conclusão da abertura do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Pais, como também numa conjuntura de que a sua realização remetia à necessidade da administração portuguesa de definir as bases de uma política fiscal e tributária para a região da mineração.

A ligação das minas com o Rio de Janeiro pelo famoso Caminho Novo possibilitava uma comunicação mais rápida do governo da Repartição do Sul com a região das Minas em substituição ao Caminho Velho via Parati, que levava ao sertão, trilhado desde o início do século XVII pelos paulistas.

12 Resende, 2008.

13 Mourão, 2012.

14 Dias, 2014.

15 Códice 51-IX, 33. Biblioteca da Ajuda. Lisboa

Até 1699, depois de um ano de trabalho o Caminho Novo estava aberto do Rio de Janeiro, somente até à Borda do Campo, nas proximidades de Barbacena. Mas, esgotado de seus recursos, pelas muitas adversidades sofridas, como a fuga de seus escravos e o logro das promessas dos homens de negócios, proprietários de sesmarias vizinhas, quanto ao fornecimento de recursos financeiros, Garcia Rodrigues Pais recebe ajuda real através da Provisão de 2.10.1699 do Gov. Artur de Sá e Menezes para que usasse durante dois anos a exclusividade de uso do referido Caminho Novo. Em 26.10.1700, Artur Sá e Menezes escreve que

Da diligência que tem feito Garcia Rois Pais no descobrimento da estrada livre para as minas, estado em que a tem posto, proposta que nos fez para que os moradores concorressem para a despesa do último trabalho, com a ajuda de custo e por que não convirem nesse desembolso se oferecera o dito Garcia Rois de acabar a todo a estrada a sua custa com declaração de que lhe havia de ficar o dito caminho livre por dois anos para servir somente para ele, no que convieram os moradores, e vos lho prometestes, assim com a condição dele não impedir a nenhuma pessoa que das minas quisesse vir com o ouro a essa capitania, ou outro qualquer negócio por assim convir aos quintos reais ao que não pusera dúvida, e tratara logo de se preparar de escravos, cavalos e boiadas para continuar essa diligência (In MAGALHÃES, 1913).¹⁶

Garcia Pais se situou na passagem, entre o Rio Paraíba do Sul e o Rio Paraíba quando este é engrossado pelas águas dos Rios do Peixe e do Rio Preto, por serem dois rios muito caudalosos. Não havia paragem melhor para estabelecer a sua fazenda, pois ali se atravessava os 'rios por duas canoas, para que todos os passageiros que subissem para as minas e descessem delas para o Rio de Janeiro, se lhe pagassem por cada pessoa, meia pataca e por cada cavalo outra meia, cujo tributo embolsou alguns anos'.¹⁷

Uma pessoa e um cavalo de passagem pelo Registro pagariam 40 réis, destinados aos soldados, ou a quem lá trabalhasse, ou aos escravos que tivesse o Provedor, em lugar dos soldados, em remuneração das funções que tivessem exercido. Para evitar contrabandos e descaminhos nas passagens dos rios, como também a fuga de escravos e de presos, as embarcações destinadas ao transporte das pessoas de uma margem para outra não poderiam funcionar durante a noite; em caso de urgentes necessida-

¹⁶ Magalhães, 1913.

¹⁷ Arq. Histórico Ultramarino, (Lisboa) RJ, 6180, cx 1729; Anais da Biblioteca Nacional (RJ) vol. 46, página 32.

des, deveria haver consentimento do Provedor do Registro (ELLIS, 1958).¹⁸

Ao Garcia Pais também se incumbiu de ser o provedor do registro, em cuja linhagem os Vale Amado se encontrava com enlaces matrimoniais através de uma Dias Pais, Maria Córdula de Abreu e Melo, casamentos que interessariam quanto aos cargos de provedor e administrador de registros nas passagens dos rios. Desde então, já se tornara conhecida a remuneração dos vassallos, como se aplicou a ‘concessão de “estrada livre” por dois anos a Garcia Rodrigues.

... ‘foi porque quando se principiaram as minas, não se pagavam os quintos à S. Majestade nas mesmas minas. (...) Dando lhe a incumbência de que fosse provedor do registro para haver de cobrar todo o ouro que descesse das minas’. E como o Gov. Antônio de Albuquerque (1711-1717) visse que aquele tributo não era lícito que se pagasse a Garcia Rois, se não à S. M. se determinou que se pusesse ali um provedor para haver de arrecadar aquele tributo e juntamente cobrasse os quintos de S. M.’¹⁹ (As Minas Setecentistas, Vol. I).

O Registro do Paraíba era um dos mais frequentados, sob a jurisdição do Governador do Rio de Janeiro, por ordem de 16 de junho de 1723, segundo Saint-Hillaire.²⁰ Enquanto, devido às questões de limites entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, o Registro do Paraíba nos primeiros tempos das Gerais era a chave das Minas. Em ambos os lugares havia barcas para a condução de cargas, de pessoas e animais; bem como casas e telheiros onde se recolhiam fardos de fazendas, seus condutores, ou tropeiros e também, onde havia pouso para passageiros.

Havia um Registro estabelecido antes do Rio Paraíba e do Paraíba, onde cada pessoa pagava 460 réis pela barca de passagem e mais 200 réis; e cada animal 360 réis. No primeiro Registro (o de Paraíba) os viajantes das minas permutavam “por moeda corrente o ouro que lhes sobejava dos gastos da jornada para o Rio de Janeiro, assim como a trocavam por ouro em pó, quando seguiam da capital para as capitânicas centrais, onde não girava com a mesma franqueza o ouro, a prata e o cobre amoe-

¹⁸ Ellis, 1958.

¹⁹ Arq. Histórico Ultramarino, (Lisboa) RJ, 6180, cx 1729; Anais da Biblioteca Nacional (RJ), vol. 46, pág. 32 In as Minas Setecentistas, vol.I.

²⁰ Saint-Hillaire. Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas, tomo 1.

*dado, como permitiu o alvará de 1 de setembro de 1808' (EL-LIS,1958).*²¹

A administração dos Registros nas Passagens nos rios

Em 1761, os registros passaram a ser administrados por contratadores que arrematavam o contrato por período de três anos. Os vencedores deveriam seguir as normas do General Luís Diogo Lobo da Silva. Primeiramente, o contratador era obrigado a fazer toda a possível diligência, a fim de que estivessem de acordo

(APM, CC, Livro 1159, Filme 23, Fl. 4v e seguintes).²²

Junto com o lavrador ou o administrador da fazenda, o contratador avaliava a produção agrária que se esperava obter no triênio. O valor estabelecido era lançado sob a forma de créditos no livro da administração fazendária. Isto significa que o agricultor estava avençado (ajustado) e se comprometia a pagar o montante especificado. A quantia devida era paga em parcelas, comumente notável nas avenças de maior valor, ou à vista.²³

Ao contratador ou aos seus procuradores era-lhes permitido estabelecer onde melhor lhes parecesse, os postos de Registro de tudo que demandasse as zonas auríferas. Em 1740, por exemplo, o Registro do Caminho Novo localizava-se no rio Paraibuna. Para melhor comodidade dos viandantes, o contratador Francisco Gomes Ribeiro, cujo contrato se iniciava em 1742, teve todo o direito de transferi-lo para regiões mais próximas, às minas, caso lhe aprovesse. Embora sucedendo a transferência dos Registros, continuariam a pertencer ao contratador os direitos de tudo o que até último dia do seu contrato transpusesse os limites dos distritos auríferos em demanda às minas, mesmo que não fossem atingidos no mesmo dia os sítios onde funcionassem os Registros.²⁴

Na segunda metade do século XVIII, os registros de avença do dízimo da Freguesia do Caminho Novo indicam que, em termos do valor pago por agricultor, aí se encontrava a produção de mantimentos com o maior grau de mercantilização por lavrador no contexto da capitania mineira. Matias Barbosa da

21 Ellis, Myriam(1958) <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/107194/105734>

22 APM, CC, Livro 1159, Filme 23, Fl. 4v e seguintes

23 Carneiro, 2008.

24 Ellis,1958.

Silva foi um desses afortunados, deixando uma vultosa herança com o seu falecimento em 25 de julho de 1742. Seu testamento aponta um legado em ouro em barra e em pó, prata, joias, quatro sítios e duas sesmarias na picada de Goiás, três fazendas ao longo do Rio Gualaxo, numa das quais possuía mais de 200 escravos, datas minerais em Piranga, casas em Ouro Preto, Antônio Dias e no Rio de Janeiro.

Em 21 de julho de 1766, o administrador da Fazenda do Registro, que cuidava dos bens de Matias Barbosa para seus herdeiros, vendeu-a para Manuel do Vale Amado onde este viveu até o seu falecimento em 03.11.1801. Este foi seu administrador no período de 1769 a 1777 e depois de 1789 a 1799.²⁵ Registra-se que no triênio, a partir de 1775, foi avençado em 240 mil réis, quantia que o qualificava como um dos homens mais ricos do “Sertão do Leste”.

João José do Valle Amado de Abreu, filho de Manuel do Vale Amado era capitão de Ordenanças. A sua Fazenda Nossa Senhora da Glória, conhecida como roça de Simão Pereira, era dedicada à produção de açúcar, equipada com moinho, engenho de cana tocado a boi, alambique e rancho para passageiros, com um plantel de 88 escravos. Em 28.08.1798, assume o cargo de Guarda-mor no Registro de Matias Barbosa.²⁶ Seu testamento foi feito na Fazenda da Glória, em 23/01/1827 e aberto em 25/02/1830, em Simão Pereira.²⁷ Outro seu filho, seu homônimo, tornou-se presidente da Câmara de Juiz de Fora na legislatura de 1857 a 1861.

Manuel do Vale Amado e as suas redes de aliança

Os ricos sesmeiros da Capitania de Minas Gerais passaram a ser diferenciados e reconhecidos como “homens bons”, constituindo-se na “nobreza da terra”. Estudos recentes apontam que a fim de assegurar e sustentar a hierarquia de classe social e se distinguirem dos demais grupos de menor qualidade, passaram a adotar estratégias que resguardavam a posição social adquirida e com ela o poder político. Uma delas, as redes de alianças ‘sustentadas pela política de casamentos entre as elites’. Desta forma, ‘urdiam teias de laços parentais que formavam potentados que assentavam seu poder em imensas redes clientelares’.²⁸

*No ano de 1831, José Caetano Rodrigues Horta possuía 36 escravos. Em 1854, no inventário de sua mulher, **uma representante da família dos Vale Amado**, detinha 135 cativos, 180 mil pés de café, uma tropa de 32 bestas de carga e diversas ações de estradas, co-*

25 Costa, 2013

26 Seção Geral, Cx.39- Doc. 51 – Alvará de Fernando Dias Pais Leme da Câmara, Guarda-mor das Minas.

27 Inventário de João do Vale Amado, 1801, I,SVC, Cx 74/14. AHMPAS: Arquivo Histórico Municipal Prof. Altair Savassi.

28 Fragoso, 2005.

mo a Mangaratiba no Rio de Janeiro e a União e Indústria, ainda em construção. (...) Situação semelhante era a de Francisco de Paula Vilas Boas da Gama, apontado na lista de 1831 como detentor de 57 cativos. Casado com Rosa Joana do Vale Amado, em 1838 deixou 72 cativos (OLIVEIRA, 2005).²⁹

A capacidade de cada homem rico em estabelecer estratégias, de casamento, de acúmulo de cargos e privilégios ou de diversificação eficaz de seus negócios teria grande influência para o sucesso ou não de suas histórias particulares, cuja negociação estava imersa numa ampla trama social. Essas estratégias abarcaram não apenas os mais abastados, mas vários atores sociais oriundos de classes menos favorecidas, bem como, novas formas de se tratar o poder. Para conter a divisão do patrimônio, aumentá-lo e preservar o status familiar, a elite agrária fundiu entre si e à sua correspondente da margem direita do vale do Paraíba, estabelecendo relações econômicas, políticas e matrimoniais. A elite agrária uniu primos e primas, tios e sobrinhas, compadres a afilhadas, filhos de comerciantes ou capitalistas às filhas de grandes proprietários fundiários e vice-versa. Outros integrantes da mesma elite promoveram arranjos pré ou pós-inventários, nos quais foram propostos acordos de usufruto dos bens por todos os herdeiros ou de compra de todas as partes por um dos herdeiros.³⁰

A ligação com a baronia, através de enlaces matrimoniais com indivíduos de família nobre de influência na Corte fizeram com que a rede ganhasse flexibilidade espacial e garantisse o poder em várias frentes. As redes sociais indicam várias dinâmicas desde a manutenção do poder econômico, da ascensão e do mando político até o brilho das titulações nobiliárquicas.

O estudo de Costa (2013), diferenciando os conceitos de casa e linhagem, evidencia a procura por tal tipo de aliança, que ocorreu principalmente nas elites agrárias da Zona da Mata. “Casa” se encontra ligado aos bens simbólicos e materiais, envolvendo todos que dela nasciam ou dependiam. O conceito de “linhagem”, no entanto, envolve todos aqueles que descendiam de um mesmo antepassado em relações familiares variadas, não predominando necessariamente o parentesco consanguíneo, pois incluía também as relações de afinidade. Desta forma, ‘os matrimônios consanguíneos foram instrumento de concentração de fortuna, constituição e consolidação de alianças familiares’.³¹

Parte do estudo de Patrícia Falco Genovez (2011) aponta a imbricada rede familiar de Manuel do Vale Amado que gravitou na formação de uniões com a baronia, a partir do casamento de sua filha Francisca Maria Vale do Abreu e Melo. Ela se tornou, após a morte do marido, a baronesa de São Mateus, cuja

29 Oliveira, 2008.

30 Oliveira, 2005.

31 Costa, 2013.

fazenda foi o dote de seu casamento, quando sua mãe Maria Córdula de Abreu, já viúva, vende, em 10.12.1803, a fazenda para o futuro barão, seu genro, por um conto de réis. Esse arranjo familiar com os Cerqueira Leite e os Nogueira da Gama, através do Barão de Nepomuceno, garantiu influência econômica e política aos Vale Amado. ‘Poder político e brilho dos baronatos formou o capital social deste grupo, além do poder econômico oriundo da escravidão e da produção agrícola’.³²

Nicolau Antônio Valle da Gama, o Visconde de Nogueira da Gama, que nasceu na tradicional Fazenda de São Matheus na Zona da Mata mineira em 1809 era filho da baronesa de São Mateus. Apesar de suas origens mineiras, Nicolau Antônio passou grande parte de sua vida na corte tendo sido mordomo da Casa Imperial a partir de 1868, agraciado com o título de Barão em 1872 e de Visconde em 1888.³³

Cargos na estrutura Militar de Primeira Instância

Além de casamentos por interesse e manutenção do *status quo*, através de poderes locais, a “nobreza da terra”, passou também a requerer cargos nas Companhias do Exército e no Terço das Ordenanças que garantiam o comando da sociedade. No interior das ordenanças, a aquisição de um posto militar, apesar de não representar diretamente ganhos monetários, era um excelente meio para se adquirir prestígio, promoção social e posição de comando. Estas companhias tinham papéis semelhantes à função militar, como atacar os quilombos de escravos fugidos, combater os “índios bravos”, reforçar o bom cumprimento da lei e impor os regulamentos fiscais.³⁴

A respeito do que representava participar das Ordenanças, Lima Junior(1943) escreveu o seguinte:

Em todo o Brasil, aliás, durante o regime colonial, ninguém se julgava feliz sem ter um posto nessas milícias de auxiliares (...) que era uma tropa irregular, contudo dotada da instrução de campo; possuía uniforme e armamentos e os soldos ficavam a cargo das câmaras municipais, para não falar dos vistosos uniformes que terão sido um grande atrativo às vaidades. (...) nas velhas localidades mineiras ainda hoje se encontram logradouros com os nomes de “praia do manejo”, “campo do manejo” onde depois do traba-

32 Genovez, 2011.

33 Gama, 1985.

34 Carneiro, 2008.

lho, iam os auxiliares a distrair-se em militanças... (Lima Junior, 1943).³⁵

A partir da introdução, em 1719, pelo Conde de Assumar de alguns dragões portugueses nas Minas, o ingresso às companhias de Exército também se tornou forma estrategicamente adotada para obtenção de poder local. Os dragões portugueses eram organizados dentro dos regulamentos do Exército permanente, com oficiais e soldados profissionais. Chegaram às Minas, inicialmente para conter os motins e encurralar os amotinados de Pitangui. Depois, como tropa paga dedicando-se à guarda dos governadores e dos comboios reais e posteriormente a tudo o que era relativo à manutenção da arrecadação do ouro, da ordem e sossego público. Posteriormente, segundo as Leis do Reino surgiram as Companhias de Ordenanças que na estrutura militar era considerado de segunda, constituída de homens a cavalo e homens a pé provenientes da camada menos favorecida. A terceira instância, considerada o contingente de reserva, era formada de homens a pé, pardos e negros libertos.

Como o efetivo da tropa existente era insuficiente diante dos problemas relativos aos extravios e às desordens nas Minas, mas também por motivos de racionalização administrativa e financeira, em nove de junho de 1775, o capitão-general Gov. D. Antônio de Noronha, instalou em Vila Rica o Regimento Regular de Cavalaria de Minas, como Tropa Paga e instruída nos regulamentos do Código de Lippe, com novo armamento, arreamento e cavalaria em grande parte adquirida em Sorocaba.³⁶

A partir das três companhias existentes, o Gov. D. Antônio de Noronha desdobrou-as em 8 companhias de 476 soldados. Em 1779, foi constituído o magnífico quartel de Cachoeira do Campo, nas vizinhanças de Vila Rica, com oficina de armeiro e fornecedores de fechos de espeingardas para os batalhões do Rio de Janeiro.³⁷

Após os abalos políticos e sociais que abalaram a Europa, a Coroa portuguesa viu-se forçada a entrar na fase final da Guerra dos Sete Anos, em 1762, com sua força militar desarticulada, fragilizada sem aparato para enfrentar seus inimigos. Selada a paz pelo tratado de Paris de 1763, o Marquês de Pombal, convidou o Conde de Lippe para conduzir uma reforma na estrutura militar portuguesa, como também nos corpos militares do seu domínio ultramarino. O ale-

³⁵ Lima Junior, 1943.

³⁶ Lima Junior, 1969.

³⁷ Lima Junior, 1943.

mão Conde de Lippe (1724-1777) foi nomeado em 1762 como marechal-general do exército português e prestou serviços a Portugal até 1768.³⁸

Uma reforma que veio de encontro às necessidades da administração portuguesa no Brasil, pois em 1750, o Marquês de Pombal havia decretado que Minas Gerais deveria ter que pagar o mínimo de uma tonelada e meia de ouro anualmente, devendo a população pagar o que faltasse, não importando se fossem pobres ou ricos, mineradores ou não. Em 1765 teria início esta cobrança, que é conhecida nos Anais da Inconfidência como o “Dia da Derrama”. Da Metrópole para o Brasil, o Estado português se aparelhava militarmente com a transposição da reforma militar.

Cotta (2007), citado por Oliveira (2008)³⁹ informa que o orçamento destinado a cobrir os gastos com as três companhias anteriores à Reforma, deveria ser suficiente para arcar com as despesas das oito companhias do novo Regimento. Nesse sentido uma das primeiras medidas foi reduzir os soldos pagos aos oficiais e soldados. Treze oficiais eram recrutados e inseridos como militares no estado-maior – centros especializados na logística militar, necessários para a direção e apoio das forças militares. O mesmo governador, dando continuidade à reestruturação de 1776, reformou alguns militares de idade avançada, que não eram capazes de dar continuidade aos seus serviços. Além disso, ordenava aos capitães-mores a tarefa de comunicarem às pessoas mais capazes de poderem empregar-se nos postos de capitães e que quisessem formar companhias às suas custas. Uma dinâmica que proporcionou a formação de companhias com fortes laços de parentesco, bem como possibilitou o estabelecimento de redes de alianças no interior do Regimento de Dragões.⁴⁰

Em 1773, o Conde de Valadares convocou aos ‘moradores, rancheiros e pedestres, que obrigatoriamente deveriam conceder a ajuda necessária à boa guarda, condução e segurança dos cabedais Régios. Esta ordem, reforçada pela reestruturação de 1776 proporcionou ainda mais o costume dos moradores do Caminho Novo ao ingresso à Companhia Militar.

Todos os moradores e rancheiros do mesmo Caminho [Novo] para a dita cidade [do Rio de Janeiro], lhes assistirão [aos representantes do Governo Régio] com a devida aposentadoria do estilo, e toda a mais ajuda e favor de que precisar o dito cabo da partida, para boa guarda, condução e segurança dos cabedais Régios e com cavalos de montada e conduta, de sítio quando por algum incidente falte os que vão montados e carregados; e, outrossim, sem exceção de pessoa alguma, privilegiada ou dispensada por despa-

38 Lucena, 2008.

39Oliveira, 2008.

40 Oliveira, 2008.

*cho, que na presente ocasião não terá efeito ou vigor algum, para que deixem de assistir cada um por si com os capins necessários, e preciosos escravos, bestas e cavalos na forma acima dita para a boa condução dos ditos cabedais, e segurança deles, igualmente pedestres, ordenanças de brancos, pardos e pretos, e cavalarias de cada um e outro regimento de que carecer e requerer ao dito cabo de partida, ficando todos na inteligência, e cada um responsável do prejuízo, que causar e acontecer por falta de inteira execução e cumprimento desta, e ser castigado severamente, como se constituir merecedor, depois de presos, quando faltarem em prontidão ao sobredito. E o mesmo cabo e mais soldados recomendo toda boa ordem e regular disciplina tanto na ida como na vinda. Assim se cumpra. Vila Rica, 16 de fevereiro de 1773.*⁴¹ (grifos meus).

Os senhores do Caminho Novo, principalmente os que pertenciam ao clã de Manuel do Vale Amado, não fugiram a esse procedimento, o que deu origem à tradição dessa linhagem. Além de ocuparem postos de poder locais, eles se integraram não só às milícias ou corpo de ordenanças (tropas de segunda linha), como em altos postos como foi o caso de ‘Maximiliano de Oliveira Leite, segundo tenente da 1ª. Companhia com assentamento de praça em 1775’.⁴²

A obtenção de uma patente de milícia assegurava o poder e a importância do agraciado, refletindo seu prestígio econômico e social. Por outro lado, tornar-se comandante das ordenanças significava ter controle sobre a força armada e, assim, impor a própria ordem. Manoel Lopes de Oliveira e José Aires Gomes das paragens da Borda do Campo enquadravam-se nesse perfil. Fazia parte necessariamente das atribuições desses homens, investidos de poder militar, zelar pela ordem e defender a população contra invasores, índios hostis, quilombolas e salteadores.⁴³

Os Sertões da Mantiqueira, paragens contíguas à Borda do Campo, nos prováveis anos de 1782 a 1784, foram palcos da ação do Montanha, um dos salteadores da Quadrilha da Mantiqueira, que foi desbaratada em 1783, graças à atuação do Alferes José Joaquim da Silva Xavier, o Tiradentes da 6ª. Companhia de Dragões.

Na esteira da busca por prestígio e poder, Manuel do Vale Amado requer na esfera militar, em 17.08.1769, carta patente de confirmação do posto de capitão da Companhia da Cavalaria Auxiliar de Dragões, do Caminho Novo da

41 Teodoro, 2014.

42 APM, SC-Código 211, fl. 86-86v. Carta de D. Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776.

43 Resende, 2009.

Mantiqueira até a Paraíba e posteriormente a de tenente coronel da referida cavalaria. Em 1789, era o comandante da Patrulha do Caminho Novo, Estrada Real que seguia para o Rio de Janeiro, portanto, chefe de Tiradentes, o Alferes José Joaquim da Silva Xavier.

Nesta data, 1789, os moradores da fazenda do Registro de Matias Barbosa passam pela angústia de ver ali pernoitar, algemados, os presos da Conjuração Mineira, na viagem de Vila Rica Para o Rio de Janeiro, escoltados pelo Major José Botelho. A partida dos presos na Conjuração Mineira, na manhã do dia seguinte está perpetuada no quadro “Jornada dos Mártires”, encomendado pela Prefeitura de Juiz de Fora ao pintor Antônio Parreiras que o pintou *in loco*, procedimento usual do artista. Nele se encontram os inconfidentes Tomaz Antônio Gonzaga e Domingos Abreu Vieira, a cavalo.



Jornada dos Mártires⁴⁴

Em 1890, O Dr. Cândido Tostes adquiriu a fazenda dos herdeiros de Vale Amado, já famosa pelo pernoite dos inconfidentes. Sua fama se espalhou com o referido quadro de Antônio Parreiras, visitada por diversas personalidades ilustres brasileiras como Dom Pedro II em 1845, e o Presidente Olegário Maciel em 1933 na companhia de ministros e secretários de Estado, sendo referenciada também por muitos viajantes estrangeiros.⁴⁵

⁴⁴ https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Ant%C3%B4nio_Parreiras_-_Jornada_dos_M%C3%A1rtires.jpg

⁴⁵ Gomes, 1933.

Os Vale Amado/Abreu de Lima e Melo e a linhagem Pinto Coelho

O cargo de administrador de um Registro ou Passagem de um rio era ocupado por homens de confiança do governo real, provenientes de linhagem militar portuguesa ou daqueles que formavam a Companhia de Cavalaria Auxiliar, cujas patentes eram conferidas pelo rei. No estudo evolutivo da genealogia das famílias **Vale Amado/Abreu de Lima e Melo e a linhagem Pinto Coelho**, observa-se, entre eles, além da concentração de riquezas interfamiliares, a formação de um cartel ou monopólio das “Passagens dos Rios”.

A descendência dos “Vale Amado/Abreu de Lima e Melo” em Minas Gerais, se constituiu numa intrincada rede familiar com a linhagem “Pinto Coelho da Cunha” e esta por sua vez com os “Correa de Miranda” no Caminho Real de Pitangui que era conhecido também como o *Caminho do Borba* ou *Caminho do Velho “Borba”*, expressão que surgiu após a morte de Borba Gato, em 1734. Nele viveu *mansa e pacificamente* até 1734, em suas terras no Morro do Mateus Leme, com o seu filho P^o. Vitoriano de Borba.

A linhagem dos Pinto Coelho descendeu de Antônio Caetano Pinto Coelho da Cunha, governador de Itanhaém, São Paulo, fundador do ramo brasileiro desta família, pai de Luís José Pinto Coelho da Cunha, coronel do regimento de Pitangui que com sua mulher D. Antônia Joana de Miranda, segundo Pedro Nava, fundou a família Pinto Coelho em Minas Gerais.⁴⁶

Para Waldemar Barbosa, os “Pinto Coelho da Cunha” representam uma estirpe de militares portugueses, constituindo-se numa das mais típicas famílias da próspera burguesia judaica do velho Portugal anterior à Inquisição. D. Antônio Muniz de Egas Pinto Coelho foi uma das autoridades portuguesas enviadas ao Brasil no século XVII.⁴⁷

Os Correa de Miranda, proveniente dos Teles de Miranda, eram “portugueses de conhecida nobreza”, assim cognominados por D. Braz Baltazar da Silveira, governador de Minas Gerais (1717-1721). Os filhos se tornaram homens de confiança acompanhando os quatro primeiros governantes da Capitania de Minas Gerais, começando por Artur de Sá e Menezes. O progenitor da família no Brasil, João Teles de Miranda se tornou seu homem de confiança desde a sua vinda como governador do Maranhão, em 1695, vindo para as “minas antes das Minas”.

Nessa intrincada rede de interesses econômicos, cujo mote central se situava na administração dos registros e passagens, Manuel do Vale Amado casa sua neta Lourença Maria de Abreu e Lima, em 13 de novembro de 1796, com o capitão José Luís Pinto Coelho da Cunha, ‘Moço Fidalgo, Cavaleiro do Hábito

46 Nava, 1972.

47 In Mourão, 2005.

de Cristo', filho do Coronel do regimento de Pitangui, Luís José Pinto Coelho da Cunha, portanto neto do Barão de Cocais.

A respeito desta união, Pedro Nava (1972) escreveu: 'Por essa progenitora, (D. Lourença Maria de Abreu e Lima) o tropeiro bruto do Caminho Novo recebe sangue apurado nas vinte e cinco gerações que vão dele a D. Paio ou Pelaio de Mogudo de Sandim, rico homem de Afonso VI de Leão...'⁴⁸

No decorrer desse texto, se observará que o clã de Manuel do Vale Amado vai se formando através de enlances matrimoniais com oficiais militares ou grados a eles, alguns deles na região de Pitangui, cuja atuação, em sua maioria se dedicava a atender os interesses da administração portuguesa, como a fiscalização. Principalmente após o motim de Pitangui (1718) em que os paulistas fixados em seus povoados no Caminho de Pitangui, (futuro Caminho Real) foram encurralados sob as ordens do Conde de Assumar.

Mandou invadir todo o Caminho do Pitangui já com inúmeros núcleos de povoamento. Usando de estratégias militares fechou todas as saídas: da Mata do Cego à Passagem do Paraopeba; do Rio do Pará Acima (São Gonçalo do Pará) que tem navegação para São Paulo, até os caminhos para São João del-Rei. (...) Seguiram-se então, vários confiscos de suas propriedades e muitos foram levados ao Juízo das Arrematações de Sabará. A Passagem do Borba e a Passagem do Cego, cujos arrendatários eram paulistas, tiveram substituições reinóis como desejava o Conde. O Sítio dos Guardas de Diogo da Costa Fonseca, confiscado, não poderia ser vendido, nem arrendado a nenhum paulista, mas à pessoa reinol e fiel. (...) O Conde de Assumar, a fim de exercer maior controle sobre a região, mandou, de Vila Rica e Sabará, que vários portugueses ali se estabelecessem 'para que fique de todo segura aquela Vila [Pitangui] que tem sido o meu flagelo com as contínuas revoluções em que tem andado [:] espero que se lá ache o cômodo que alguns desejam pelo tempo adiante umas das melhores minas deste governo'.⁴⁹ (MOURÃO, 2005).

Durante o motim de Pitangui, Manuel Lopes Castelo Branco foi preso, reinol solidário às posições dos paulistas. Como de costume procedeu-se a devassa de sua vida, o que fazia, por onde andava... Num desses interrogatórios descobriu-se que ele *costumava seguir por uma picada do Paraopeba para aquela Vila de Pitangui, só levando meio dia de viagem*. Ora, todo caminho não autorizado pela Coroa era considerado clandestino, por onde corria o descaminho.

48 Nava, 1972.

49 Feu de Carvalho, 1931.

Diante dessa descoberta, o que em muito era agravante, pois as *minas do Caminho do Pitangui* deveriam ser muito vigiadas para não acontecer o extravio do ouro, julgou o Conde de Assumar que *na hipótese que assim acontecesse muito conveniente também, seria convidar-se uma ou duas pessoas para lançarem roças naquela picada e franquearem-na, porque a maior conveniência dos paulistas era ter sempre dificultosos os caminhos para fugirem ao castigo, fiados em suas traições*.⁵⁰ Imediatamente o Governador tomou medidas estratégicas a respeito desse caminho clandestino, usando para vigiá-lo, os homens que se encontravam sob o comando de dois oficiais de sua confiança, da Cavalaria dos Dragões: o Capitão Pedro da Rocha Gandavo e o Coronel José Correa de Miranda.⁵¹

O Capitão Pedro da Rocha Gandavo⁵² era morador no Morro do Mateus Leme nas terras chamadas Gameleira. O outro oficial da confiança do Conde de Assumar era o Coronel José Correa de Miranda⁵³, comandante dos Dragões de Vila Rica, proprietário da roça ou engenho da Cachoeira no Patafufo. Além destes, já contava com outro oficial, o *Capitão Antônio Francisco da Silva, no distrito de Itatiaia*, por onde passava o caminho de Vila Rica para Bonfim, dirigindo-se depois para a face noroeste da Pedra Grande na Cordilheira do Itatiaia como a denominou Eschwege, entre Serra Azul e o Morro de Mateus Leme.

Assim, colocando naquele descaminho para o Pitangui, parte da cavalaria de seus mais devotados oficiais, o Conde de Assumar providenciou sua abertura oficial, tal como aconteceu com o descaminho de Carrancas, feito para atalhar o Caminho Velho.⁵⁴ Como já explicamos, a oficialização de tais caminhos clandestinos e sem autorização da Coroa, principalmente os ditos atalhos que favoreciam aos viandantes e à circulação das mercadorias e à saída do ouro, retornou a um costume muito antigo – a Estrada Real.⁵⁵

50 Feu de Carvalho, 1931.

51 Mourão, 2007.

52 O Capitão-mor Pedro da Rocha Gandavo, cavaleiro da Ordem de Cristo, natural de Viana, com inventário em 1762, foi casado com Maria Rosa Sodré Sandoval, filha de Catarina Mendes da Rocha e do Coronel Sebastião Carlos Leitão, do Título Arias, Aguirre e Sodré da Genealogia Paulistana. Do seu casamento nasceram dois filhos: João da Rocha Gandavo que se casou com Ana Maria de Barros e falecido em 30.03.1745, contraindo Ana Maria de Barros novas núpcias com Manoel Veloso de Carvalho, sargento-mor da Ordenança de Pitangui, com inventário em 1762. Ela, aos 39 anos, estava novamente viúva, em 1772, data do inventário de Nicolau Sousa de Sá, seu terceiro marido. A filha Catarina Violante Sodré casou-se com o Capitão Manuel da Silva Fonseca, português, natural de Óbidos e foram pais de Maria Rosa Sodré Sandoval (II), de Catarina Violante Sodré, de Clara que se casou com um Morais Navarro e de Pedro da Rocha Gandavo (II), que *depois de ter aplicado aos estudos, sentou praça e foi alferes brigadeiro* (ICMC, Itáúna, doc. 192).

53 O Cel. José Correa de Miranda também foi nomeado para comandar os 44 dragões da cidade de Mariana em 20.06.1759 (APM SC 114:11).

54 Mourão, 2009.

55 Mourão, 2005.

A oficialização do Caminho do Pitangui como Estrada Real, denominação que se dava a toda picada aberta ou reconhecida pelo governo português ocorreu quando do ‘Inficionado, em 22.06.1718, o Conde de Assumar despachou uma ordem ao sargento-mor João Ferreira dos Santos e ao Capitão Francisco Duarte Meireles para seguirem ‘pelo caminho que vai para os currais começando da encruzilhada que vai para o engenho do Coronel Correia de Miranda em Sabará até o Monteiro (referindo-se a José Campos Bicudo, o Monteiro, em Pitangui) fazendo pontes, atalhando as voltas, como for possível, sendo que de Jequitibá para baixo (onde o Rio Paraopeba dá uma grande volta) se concederá a cada um deles, o sítio ou sítios como for o justo, conforme o trabalho que tiverem’.⁵⁶ Estava assim preparado o caminho para a entrada dos canhões e a Cavalaria dos Dragões que chegariam em 1719, para atacar Pitangui.

Apaziguada a região, após as prisões, enforcamentos e perdões de muitos, os registros sesmarias de terras começaram a surgir nas redondezas desse Caminho Real para Pitangui para oficiais militares e homens ligados à administração portuguesa, como a geração do Gov. Antônio Caetano Pinto Coelho (o IV da linhagem). Foi casado com Maria Josefa de Azeredo Coutinho no Rio de Janeiro em 1730, a matriarca dos Pinto Coelho do Caminho Real de Pitangui. Dessa descendência, Luís José Pinto Coelho da Cunha que em 1751 minerava na Serra da Aparição, faleceu solteiro.⁵⁷ Existiu outro desse nome que segundo Pedro Nava, foi coronel do Regimento Auxiliar da Capitania em Pitangui e sua descendência constava de mineradores opulentos nos meados e fins do século XVIII e no princípio do XIX.⁵⁸

Em 10.09.1765, Francisco Pinto Coelho registrou sesmaria no “Distrito do Pitangui”, precisamente na região do Ribeirão do Ouro, nas imediações de onde hoje está instalada a Fazenda Cachoeira.⁵⁹ Era casado com sua sobrinha Elisa Robertina de Carvalho Macedo, pais de Elisa, Francisco, Francisca, Carlos e Elvira.

Ribeirão do Ouro era o nome do atual Ribeirão Bonito, em cujas nascentes, em 1855, a Fazenda Cachoeira divisava pelo nascente e com José de Paula, pelo poente com a Seabra, pelo Norte com Lages e pelo Sul com Antônio Alves do Vale. O Ribeirão Bonito cortava também as terras que pertenceram ao padre Camilo de Lélis e depois ao Padre Antônio Moreira Ribeiro.⁶⁰

A essa descendência dos Correa Miranda se uniu a dos Vale Amado, expandindo-se a partir dos muitos netos da filha Lourença Maria de Abreu e Melo

56 Códice do Conde de Assumar, RAPM, 1933, p.462.

57 In página 9, Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Pais Leme, Gama e Villas Boas até seus atuais descendentes.RJ. Typografia Universal de Laemmert-Rua dos Inválidos, 61B,1859.

58Nava, 1972.

59 SC-10.09.1765,140:134.

60 APM, SC 140:134.

casada com o neto do Barão de Cocais, José Luís Pinto Coelho da Cunha, moço fidalgo da Casa Real e Cavaleiro do Hábito de Cristo.

A descendência de Vale Amado continua a tradição dos Sertões do Leste. No Caminho Real de Pitangui irão crescer os rebentos dos enlaces com os “Pinto Coelho” e “Correa de Miranda”, principalmente com o casamento de Lourença Maria de Abreu e Melo com José Luís Pinto Coelho da Cunha. Ali já se encontrava sua tia avó, irmã de sua mãe, Inácia Rosa de Abreu e Lima casada com Domingos Gonçalves da Cruz. Este, por sua vez viúvo, casado com a sobrinha Umbelina de Abreu e Lima será motivo suficiente para que a neta de Amado e Maria Córdula, Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo, filha de Brígida de Abreu e Lima casada com João Manuel de Menezes Miranda venha se juntar à tia bisavó no Sabará e à tia avó nas proximidades da Passagem do Paraopeba, local de cobrança de tributos para a administração portuguesa.

O Registro da Passagem do Rio Paraopeba

O casal Lourença Maria de Abreu e Melo e José Luís Pinto Coelho da Cunha segundo Pedro Nava (1972) viviam ‘em Santa Bárbara onde nasceram os quatorze (?) filhos. D. Lourença e o marido capitão não passavam muito tempo no mesmo lugar. Viviam abaixo e acima, onde tinham minas e lavras’.⁶¹ Um desses lugares para onde certamente viajava o casal era a Fazenda da Passagem do Rio Paraopeba, situada em Vianópolis, distrito de Betim.

No Registro Paroquial de terras de 1855, consta que a Fazenda A Fazenda Passagem da Paraopeba, de propriedade de Lourença Maria de Abreu e Melo, nessa data divisava pelo nascente com José Ferreira da Silva e o falecido Manuel Ferreira da Silva, pelo Rio Paraopeba, pelo poente com a das Lages e José Francisco Moreira, pelo Norte com a “aldeia do porto” e com o mesmo José Francisco e pelo Sul com as Lages.⁶² Aldeia do Porto é hoje a Charneca, terras que pertencem a São Joaquim de Bicas. Nesse mesmo Registro Paroquial de terras de 1855 (RP-nº.114:23), consta que

José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, o Barão do Caeté, foi o procurador dos herdeiros da Fazenda da Paraopeba, a saber: D. Ana Amália de Ataíde Portugal, o Dr. Antônio Olinto Pinto Coelho da Cunha, D. Luíza Pinto Coelho da Cunha, Dona Maria Olínta Pinto Coelho da Cunha, Dona Júlia Amália de Araújo Pinto Coelho, o Barão de Cocais (José Feliciano Pinto Coelho da Cunha), Bernardo Antônio Nascentes Pinto, Ana Nascentes Pinto Coelho,

61 NAVA, 1972:182.

62 Registro Paroquial, 1855, no 212:40, ICM-Itaúna.

Julia Amália Figueredo Pinto Coelho, Ovídio César Pinto Coelho, Antônia Josefina de Figueredo Pinto Coelho. Esses herdeiros possuíam além de terras de cultura que levavam de sementeira de milho duzentas e cinquenta alqueires, um campo de quatrocentos a quinhentos alqueires (MOURÃO, 2005).⁶³

Na escritura das terras de Lourença Maria de Abreu e Melo verifica-se a citação do Ribeirão Grande como divisa de terras, o mesmo que passa em Santa Quitéria, hoje Esmeraldas, e que recebe o Ribeirão das Abóboras de Contagem e o Ribeirão Santo Antônio da Fazenda do Barão de Caeté, antes de se lançar no Rio Paraopeba. A escritura cita ainda a Passagem do Paciência ou Passagem do Borba, que levava o bandeirante Manoel de Borba Gato até às suas terras do outro lado do Paraopeba, cuja fazenda abandonada ficou conhecida como Tapera⁶⁴, pois durante anos e anos serviu ao governo português como Superintendente das Minas, até que a ela retornou, morando nas margens do Paraopeba no Morro de Mateus Leme, onde por volta do início do século XVIII, ainda havia uma rua com o seu nome, lembrando a casa onde ele viveu (MOURÃO, 2005).

Ocupada pelo “Movimento dos Sem Terra” no final do Século XX, tive oportunidade, entre 2000-2003, na companhia do P^º. Luis César de Menezes da Paróquia de Azurita, de visitar e conhecer as ruínas da Fazenda da Passagem do Rio Paraopeba. Na época não foi permitido o registro fotográfico pelos líderes do movimento. Em 2012, residindo em Ouro Preto fui informada por Celmar Ataídes a respeito da restauração pela FAOP, de uma fazenda em Vianópolis. Logo identifiquei como sendo a “Fazenda da Passagem” de Lourença Maria de Abreu e Melo e do neto do Barão de Cocais, através das confirmações que seguem.

Uma Carta Sertanista - possível rascunho ou borrão do mapa do P^º. Diogo Soares com passagem pela região em 1733-, citada no início do livro Os Caminhos do Ouro de Antônio Gilberto Costa, descreve na margem do mapa o trajeto de Sabará a Pitangui que da encruzilhada, referindo-se a Contagem das Abóboras até a Passagem do Rio Paraopeba tinha cinco léguas (Porto do Calote em Francelinos no município de Juatuba); desta passagem ao riacho dos Guardas das bandeiras, (outras tantas) cinco léguas...⁶⁵

No relato de 15.01.1844 de Francis Castelnau consta até mesmo como se procedia a passagem. Lembro-me que a entrada para o pátio da fazenda, onde se verificava a quantia a ser paga, ficava na margem direita do Rio Paraopeba, antes

63 In Mourão, 2005.

64 Tapera que quer dizer na linguagem indígena, casa muito velha, muito antiga.

65 Costa, 2005.

da ponte, de quem vinha de Betim. Saindo de Capela Nova, hoje Betim, o viajante francês escreveu que ‘a uma meia légua de Bicas atravessa-se o Paraopeba, cuja largura é quase de 35 metros, numa ponte de 2 a 3 metros de largura, formada apenas de tábuas e sem parapeitos. Os carros de boi passam por ela, apesar disso’.⁶⁶

O Rio Paraopeba é navegável do Fecho do Funil em Brumadinho, algumas léguas da cidade do Bonfim até à Cachoeira do Choro em Pitangui. Segundo Boxer (1982) a ‘data da criação de passagem teria sido em 1724’, portanto logo depois do governo do Conde de Assumar, quando a Passagem do Paraopeba gerou 1500 oitavas de ouro, ou seja, “4 milhões e meio de dólares”, atuais. Em 1745, ‘foi reunida à Passagem do Rio São Francisco, para fins de arrematação. Nela, cada pessoa pagava quatro vinténs de ouro ou meia pataca de prata, e cada cavalo meia pataca de ouro ou uma pataca de prata; cada carga pagava quatro vinténs de ouro’.⁶⁷

A respeito da anexação da Passagem do Rio São Francisco à Passagem do Rio Paraopeba dos Pinto Coelho, nas terras que ficavam “além do São Francisco”, havia outros Pinto Coelho da Cunha que ali se encontravam nos meados do XVIII, dentre eles, Elias Pinto Coelho, casado com Maria Cândida Guimarães, filha de Amaro da Costa Guimarães. Na mesma região, encontrava-se Juca de Sousa, José de Sousa Pinto Coelho, camarista pitanguiense do último quartel do XVIII. Em 1737, nascera em São Paulo, mas sua família era de cristãos-novos, de Pedregoso, Comarca da Feira, Bispado do Porto, Portugal.

Documentação inédita da Fazenda da Cachoeira (Pará de Minas), guardada pela descendência Correa de Miranda esclarece como as concessões de benesse eram feitas sob a contrapartida de seus vassalos. Ao capitão Felisberto José Correa de Miranda é prometido o Hábito da Ordem de Cristo pelos serviços prestados na arrecadação dos impostos, quando o mesmo é **consultado sobre os meios de imposição de novos tributos que se lançarão**.

Na íntegra a carta que concede o Hábito de Cristo para o Capitão Felisberto José Correa de Miranda (*1762) que foi casado com Teodora Gertrudes de Morais.

Atesto e juro que o capitão Felisberto José Correa de Miranda, sendo Juiz Ordinário deste termo no ano de 1799, foi chamado á Sala do Reino pelo Ex^{mo.} General que então era Bernardo José e Lorena para ser consultado sobre os meios de imposição de novos tributos que se lançaram, havendo-se tão bem conferido o Capitão, que o sobredito General em nome de S.A. Real lhe prometeu a mercê do Hábito da Ordem de Cristo, o que eu ouvi por mais de

66 Castelneau, 1944.

67 Boxer, 1982.

*uma vez do dito General. Portanto, lhe mandei passar a presente por mim assinada e selará com o sinete das minhas armas. Cocais, 3 de agosto de 1810.*⁶⁸

Como Capitão da Companhia de Ordenanças a Pé do Distrito do Morro Vermelho, cargo que lhe é confirmado em 10.09.1791,⁶⁹ Felisberto José Correa de Miranda era responsável pelas obras dos caminhos que favoreciam à arrecadação de impostos facilitando a circulação das mercadorias, conforme carta que recebe do Corregedor da Comarca José Gregório de Morais Navarro, em 24 de julho de 1800.

*Juiz Ordinário e Alferes da Comarca da Vila Real da Rainha Sou informado que o caminho que vai dessa Vila para o arraial de Sta. Bárbara, admite mudança por outro rumo com grande utilidade porque se diminui uma légua de longitude e como uma das primeiras obrigações em qualidade de Corregedores desta Comarca é promover o concerto, reparo e melhoramento dos caminhos públicos, tendo determinado mudar o dito caminho por onde for mais perto, conveniente encarregando o Capitão Felisberto José Correa de Miranda esta averiguação, por meio de uma picada que ele mandará fazer por onde lhe parecer mais acertado e logo depois de feita o participará a V. Mercê para que hajam de encarregar a fatura do dito Caminho dos Almotacés atuais desta Vila que como inspetores dele poderão tomar as medidas que parecerem mais justas para se fazer o dito Caminho com meios aprovará dos vexames dos Povos que deverão ser convidados para uma obra em que eles mesmos têm o maior interesse e V. Mercê, mandarão assistir com algumas despesas que forem necessárias pelas rendas dessa Câmara que na tomada de conta se lhe abonará. Espero que V. Mercês se postem nessa diligência com Zelo e atividade que brevemente se conheça o dito Caminho, em benefício comum dos povos desse Distrito. Digne a V. Mercê mandar. 24 de julho de 1800. O diretor geral e Corregedor da Comarca José Gregório de Morais Navarro.*⁷⁰

Na sequência, recebe carta dos vereadores da Câmara de Caeté constando que ‘da carta que por cópia remetemos a V. Mercê verá o que determina o se-

68 Assim como, Teófilo de Almeida teve acesso a esta documentação na Fazenda da Cachoeira, em 2005 a descendente dos Correia de Miranda, proprietários da referida Fazenda que era um Posto Policial desde 1717, também proporcionou-me a ter em mãos esta documentação.

69 Projeto Resgate, Col. Rio Branco, 1680-1832- Minas Gerais.

70 Documentação da Fazenda da Cachoeira cedida por D. Miranda, quando eu escrevia em 2005, Raízes de Pará de Minas: uma história as margens do Paciência- Ed. Lutador.

nhor Digno Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca: logo que V. Mercê receber esta fará executar o que contém a mesma carta no que pessoa que pedir respeito. Deus guarde a V. Mercê. Em Vila Nova da Rainha em Câmara e Vereação de 26 de julho de 1800. Antônio Coelho Pinto da Cunha. Antônio da Silva Braga. Antônio de Novais Campos. João Gomes de (?) (Juiz Presidente e demais oficiais da Câmara).

Em 1819, o Jornal Gazeta de Lisboa publica a 'Relação das Mercês, que El Rei Nosso Senhor foi servido conceder aos cavalheiros e mais pessoas, que concorrerão para os Festejos, que começarão no Faustíssimo Dia 12 de outubro de 1818, em Aplausos dos Augustos Desposórios de Suas Altezas o Príncipe e Princesa Real'.

Na relação dos Cavalheiros e pessoas que concorreram para as Cavalhadas encontra-se o nome de Felisberto José Correia de Miranda, Sargento-Mor. do Termo da Villa de Caeté em Minas Gerais, Promovido a Capitão Mor, agregado das mesmas Ordenanças. Os seus préstimos junto ao governo português se acumulam até o momento em que se estabelece o seu processo de Habilitação ao Hábito de Cristo, cuja documentação pertence à Fazenda da Cachoeira.

Quanto a Lourença Maria de Abreu e Melo (Lourença Maria Ataíde Miranda) casada com José Luís Pinto Coelho da Cunha, a geração Vale Amado/Abreu e Melo continua no Caminho Real do Pitanguí. Sua filha, Maria José de Athayde e Melo casou-se com João Felisberto Carneiro de Miranda, da casa dos Correa Miranda. Com a morte de Maria José Athaíde, a outra filha de Lourença Maria, Leonor Carolina de Abreu e Melo casou-se com o cunhado João Felisberto Carneiro⁷¹ Correa de Miranda (segundas núpcias).

Em 13.04 de 1839, diz João Felisberto Correa de Miranda que,

ele foi participado pelo Secretário da Câmara que devia tomar posse do cargo de Juiz de paz do Curato do Patafufo. Não querendo ser estovado (sic) o suplicante, de menosprezador da lei, vem expor a V.V.S.S. , que além de achaques e incômodos de saúde, está presentemente viúvo, tendo a seu cuidado a educação física e emocional de doze filhinhos todos de menor idade, sem ter uma pessoa a quem confie este cuidado de tanto melindre. Além disto mora distante do Patafufo duas léguas e meia e não tendo nesse lugar casa própria onde fique para exercer esse emprego pelo que é e pela razão assim pondera não se ter a capacidade de dar audiências e esperar outras atribuições do emprego em sua casa com o que se sofrerá o Serviço Público. Não convindo de maneira alguma que fiquem as coisas neste estado, vem requerer a V.V.S.S.

71 Não consegui ainda precisar o apelido Carneiro.

*hajão dispensar convocando o imediato para vir tomar posse e prestar juramento, no que se fará ao suplicante.*⁷²

Em 07 de julho de 1858, herdeiros da Fazenda da Cachoeira, - descendentes da matriarca Maria Josefa de Azeredo Coutinho -, vendem sua parte para Lourença Maria Ataíde Miranda, filha de Manuel do Vale Amado.

Dizemos nós, abaixo assinados, herdeiros da fazenda da Cachoeira, que vendemos de comum acordo com nossas Mulheres, abaixo assinadas ao nosso parente João Felisberto Correa de Miranda pelo preço de 21 mil contos de réis que percebemos (...) e temos de hoje para sempre, sem nenhuma cláusula, não podendo nós, nem nossos descendentes, chamados para qualquer título ao seu domínio e para clareza e inteiro teor, firmamos este em que de livre vontade assinamos. Brumado 07 de julho de 1858. Ana Carolina de Carvalho Coutinho, Antônio Augusto de Carvalho Coutinho, Amélia Carolina de Carvalho Coutinho, Patrício de Carvalho Coutinho, Emília Perpétua de Oliveira, Patrício Martins de Oliveira.

*Lourença Maria Ataíde Miranda assina e sua firma é reconhecida em 11 de dezembro de 1858.*⁷³

72 Documentação da Fazenda da Cachoeira cedida por D. Miranda, quando eu escrevia em 2005, Raízes de Pará de Minas: uma história as margens do Paciência- Ed. Lutador.

73 Documentação da Fazenda da Cachoeira cedida por D. Miranda, quando eu escrevia em 2005, Raízes de Pará de Minas: uma história as margens do Paciência- Ed. Lutador.

Pará em 5.04.1868. Ele morreu sem deixar testamento. Sua segunda esposa solicitou a feitura do inventário dos bens do casal alegando existência de “órfãos menores”, herdeiros diretos, filhos do primeiro e do segundo casamento.

Na época, os bens inventariados da Fazenda da Cachoeira mostraram a opulência e a riqueza de seus moradores, como um “atanar de ourives” (espécie de recipiente para curtir como o carvalho). O instrumento evidencia trabalho com ouro e confirma a história antiga de que era costume doar a cada neta que nascia um cordão pequeno de ouro trabalhado com pequeninas conchas, encontradas agarradas nas pedras dos ribeirões da fazenda... Conta-se também que a matriarca Lourença Maria de Abreu e Melo (Lourença Maria Ataíde Miranda) foi para um convento do Rio de Janeiro onde faleceu... Parte de sua extensa prole no Caminho do Pitangui se encontra extensa na documentação pós - inventário de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo, filha de sua irmã **Brígida Inácia de Lima e Melo** casada com o **Capitão João Manoel Ferreira de Miranda**.

Informo também que no Livro 2- Óbitos de Escravos (1871-1880) encontra-se o registro do o enterramento de Leonor Carolina de Ataíde Miranda: ‘Aos 14 de abril de 1875 no Cemitério da Fazenda da Cachoeira sepultou-se D. Leonor Carolina de Abreu e Mello’. O livro que se encontra na Casa Paroquial de Pará de Minas assim foi nomeado:

*‘Servir para assentamentos de óbitos dos filhos de mulher escravas nascidos desde a data da Lei no. 2.040 de 28.09.1871, na Freguesia da Vila de Nossa Senhora da piedade do Pará na conformidade do Parágrafo 5º. do artigo 8º. da mesma Lei. Designação feita pelo Exmo Sr. Dr. Joaquim Pires Machado Portela, Presidente da Província de Minas Gerais, todo rubricado. Secretaria do Governo, 19.02.1872. O oficial maior, A. Cesário B. de Lima’.*⁷⁴

Informo também que no Livro 1 de Óbitos de 31.10.1858, da citada Casa Paroquial de Pará de Minas, encontra-se na pág. 19, o sepultamento n.º 41 de **José**, em 10.06 de 1861, filho de Lourenço José Pinto Coelho.

Esta pesquisa levou-me à conclusão que os locais de moradia dos homens de confiança da administração portuguesa se tornaram, além de registros de passagem da produção das fazendas adjacentes aos caminhos reais, lugares de pouso e feitorias de abastecimento. Tal como aconteceu com as roças do Caminho Novo, assim também se procedeu no Caminho Real de Pitangui.

Pelo Caminho Real de Pitangui circulava uma produção que tinha como intenção comercial, o abastecimento das vilas e arraiais naquela direção: Pitangui, Guardas, Patafufo (Pará de Minas), Fazenda Cachoeira dos Correa Miranda, Fazenda Soledade dos Gomes de Abreu, depois do Major João Nogueira da Ro-

74 Pesquisa de Maria da Graça Menezes Mourão.

cha, Morro do Mateus Leme, Passagem do Paraopeba, Capela Nova do Betim, Contagem das Abóboras⁷⁵, Curral d'El Rei, Sabará, Vila Rica.

Referências Documentais

APM SC 114:11; APM, SC 140:134; APM, SC-Código 211, fl. 86-86v. Carta de D. Antônio de Noronha. Vila Rica, 13/1/1776; ICMC, Itaúna, doc. 192; APM, CC, Livro 1159, Filme 23, Fl. 4v e seguintes
 Arq. Histórico Ultramarino, (Lisboa), 6180, cx 1729; Anais da Biblioteca Nacional (RJ) vol. 46, pág. 32.; Arq. Histórico Ultramarino, (Lisboa) RJ, 6180, cx 1729; Anais da Biblioteca Nacional (RJ), vol. 46, pág. 32 In as Minas Setecentistas, vol.I. Código 51-IX, 33. Biblioteca da Ajuda. Lisboa; Código do Conde de Assumar, RAPM, 1933, p.462.
 Discurso Histórico e Político sobre a sublevação que nas Minas Houve no ano de 1720. BH, Fundação João Pinheiro, CEFC, 1994, p. 59.
 Inventário de João do Vale Amado, 1801, 1,SVC, Cx 74/14. AHMPAS: Arquivo Histórico Municipal Prof. Altair Savassi.
 Seção Geral, Cx.39- Doc. 51 – Alvará de Fernando Dias Pais Leme da Câmara, Guarda-mor das Minas.
 SC-10.09.1765,140:134.
 Registro Paroquial, 1855, no 212:40, ICM-Itaúna.
 Projeto Resgate, Col. Rio Branco, 1680-1832- Minas Gerais

Referencia Bibliográfica

AMANTINO, Márcia. O sertão oeste em Minas Gerais: um espaço rebelde. Revista Varia História, nº29, 2003, p.80.
 ANASTASIA, Carla Maria Junho - A geografia do crime, violência nas Minas setecentistas-Belo Horizonte, UFMG, 2005.
 ANTONIL, André João -Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas- S. Paulo. Ed.da USP, 2007.
 BARREIROS, Eduardo Canabrava. Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981. v.3
 BELTRÃO, Maria da Conceição de MC; ANDRADE, Carlos Octavio LC de; NE-ME, Salete Maria N. Arqueologia e História. Um binômio para a sistematização da transdisciplinaridade. Anuário do Staden, Estudos brasileiros, v. 36, p. 206-211, 1988.

⁷⁵ As contagens referiam-se à cobrança de tributos relacionados com a circulação de animais. Na Contagem das Abóboras, porque ali tinha muitas, contava-se o gado que descia da Bahia pelo Caminho dos Currais do Rio São Francisco e Rio das Velhas.

- BOXER, Charles R.- A Idade de Ouro do Brasil. 1695-1750. Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial. Nova Fronteira. RJ. 1982,p.305.
- CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva-Conquista e povoamento de uma fronteira: a formação regional da Zona da Mata no leste da Capitania de Minas Gerais (1694-1835)– Belo Horizonte, UFMG, 2008.
- CASTELNEAU, Francis-. Expedição às regiões centrais da Am. do Sul. Ed. Nacional. SP.1949,p.174
- COSTA, Antônio Gilberto Costa- Registro do Caminho Novo para as Minas de Ouro nos mapas antigos- Atas do VI Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 4 a 7 de Novembro de 2015. Braga, Portugal.
- COSTA, Vanessa Lourenço Vaz- O Caminho Novo: Ocupação do solo e produção rural: 1700-1831-UFFJF-2013
- DIAS, Thiago Alves-O Código Filipino, as Normas Camarárias e o comércio - Revista Brasileira de História, vol. 34, no. 68, p. 215-236, São Paulo,2014.
- ELLIS, Myriam. Contribuição ao estudo do abastecimento das zonas mineradoras do Brasil do século XVIII. Revista de História, USP, 1958 p.429-464
<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/viewFile/107194/105734>
- FEU de CARVALHO, Teófilo. Ocorrências em Pitangui. Imprensa Oficial. BH. 1931,
- FRAGOSO, J. Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra, supra capitánias nos Setecentos. In: MONTEIRO, N. G. F., CARDIM, P., CUNHA, M. S. da. (Orgs.). Optima Pars: elites ibero americanas no Antigo Regime. Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais, 2005
- GAMA, Nicolau Antônio Valle da. Minhas Memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.
- GOMES, Lindolfo. A tradicional fazenda São Mateus, em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1933.
- Genealogia das famílias Botelho, Arruda, Sampaio, Horta, Pais Leme, Gama e Villas Boas até seus atuais descendentes. RJ. Typografia Universal de Laemmert.
- GENOVEZ, Patrícia Falco- Barões numa perspectiva reticular: análise de redes sociais, poder e nobreza na Zona da Mata Mineira no segundo Reinado- Revista Tempo, vol. 16, no. 30, Niterói, 2011.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. Crônica Militar (1719-1969). 9ª edição, 1969.
- LIMA JUNIOR, Augusto de. Capitania de Minas Gerais. 2ª. Ed. Zélio Valverde, 1943.
- LUCENA, Ana Priscilla Barbosa de - As Reformas nos Corpos Militares em Portugal e na América Portuguesa (1760 – 1807) Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 2008
- MAGALHÃES, Basílio. Documentos relativos ao bandeirismo paulista (1664-1700) Revista Inst. Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. 18, 1913.
- MOURÃO, Maria da Graça Menezes. O cerceamento da comunicação por Correios na “capitania de todos os negócios”. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.13, n, 18: 9-31, 2012.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes-Duas roças no Caminho do Pitangui, Revista da ASBRAP, no. 13, 2007.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes-CARRANCAS, uma Capela no Caminho Real, Ed. Scortecci, 2009

MOURÃO, Maria da Graça Menezes- Raízes de Pará de Minas: uma história às margens do Paciência –Ed. Lutador, 2005.

NAVA, Pedro. Baú de Ossos. Memórias I. Notas de Carlos Drumond de Andrade. 7ª. Ed. Nova Fronteira. 1972).

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa-Mão de Luva e Montanha:Bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no Século XVIII(Matás Gerais daManti-queira: 1755- 1786), Juiz de Fora, 2008.
<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2927>

RESENDE, Edna Maria - Os senhores do Caminho Novo: notas sobre a ocupação da Borda do Campo no século XVIII - Mal-Estar e Sociedade - Ano II - n. 2 - Barbace-na - jun. 2009 - p. 121-143.

RESENDE, Maria Efigênia Lage. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais, in As Minas Setecentistas, vol.1,2008.

SAINT-HILAIRE, Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas, tomo 1., pp. 87 e 88.).

TEODORO, Miguel A.- O Enígma Tiradentes, Rio de Janeiro, 2ª.ed.,2014.

**UM LUGAR CHAMADO LIBERDADE NA SOLEDADE DO PARÁ:
FAZENDA DE INÁCIA ROSA NOGUEIRA DE LIMA E MELO
NETA DE MANUEL DO VALE AMADO**

*Maria da Graça Menezes Mourão
Historiadora e Pesquisadora- Especialista em História e
Cultura de Minas Gerais do Século XVIII-PUC-MG*

Resumo- *Este artigo identifica Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo casada com João Nogueira da Rocha, neta de Manuel do Vale Amado e Maria Córdula de Abreu, na Fazenda da Liberdade de Soledade do Pará, no Caminho Real de Pitangui.*

Cortada pelos ribeirões da extensa sesmária de Manuel de Borba Gato, minerados por Mateus Leme Barbosa, Rafael Freire de Azevedo, Alexandre Gomes Barros, Manoel Gomes de Abreu e outros tantos, dormitava muito fértil, uma terra chamada de Soledade por portugueses e paulistas castelhanizados. Vocábulo espanhol que indica o estado de quem está ou se sente só, o que remete à solidão e por isso mesmo indicativo de um lugar muito solitário e retirado. Saudade também ainda é o nome da serra que marcava os lindes daquela paragem, no século XX:

O distrito de Azurita (antiga Soledade) começa na Serra da Saudade, defronte dos Córregos do Taquaral e do Córrego Jacu, segue pelo espigão entre águas do Córrego da Cachoeira e do Córrego Olhos D'água e vai atingir o Ribeirão Mateus Leme na Foz do Córrego das Contas. Segue pelo divisor da vertente da margem esquerda deste, até o Morro de Santo Antônio. Continua pelo divisor de águas dos Ribeirões Mateus Leme e Sítio Novo, até defrontar a cabeceira do Córrego da Executa ou Córrego da Matinha. O distrito é banhado pelo Ribeirão Mateus Leme e o Ribeirão da Cachoeira. Os córregos são os do Bom Jardim,

Azambuja, Farias, Alto do Baio e o Córrego Sujo (MOURÃO, Ed. Empório da História, 2005).¹

Com a morte de Manuel de Borba Gato, parte do seu latifúndio, onde portugueses, paulistas e castelhanos mineravam e plantavam suas roças sob sua benesse, se transformou, após 1738, em inúmeras sesmarias adquiridas através da administração portuguesa. A carta de sesmaria de Manuel Gomes de Abreu, concedida em 27 de junho de 1741 registra que,

... ele possuía por si e seus antecessores uma roça, matos, posses e suas pertenças, sita na Soledade, da Freguesia de Pitangui, Comarca de Sabará, as quais deveria haver por sesmaria para evitar dúvidas, fazendo pião no meio de um capão grande chamado o Capão da Soledade, e dai findando para os lados até as posses do suplicante e suas vertentes... (Revista do APM, VII, pag. 502).

A denominação Soledade para o povoado perdurou até à sua troca por Azurita, a partir do Decreto lei no. 1 058 de 28.12.1943, um tanto imprópria, pois a pedra a que se refere tal designação é desconhecida na região, não apresentando nenhuma identidade para a sua gente.

Através de doador ainda não conhecido, parte do grande “Capão da Soledade,” citado na Carta de Sesmaria de 1738, foi destinada como patrimônio ao orago Santo Antônio, para nela se constituir uma capela, tal o costume da Igreja. Nossa Senhora da Soledade era a padroeira do povoado, só deixando o centro principal da capela com o século XX, passando de sua metade. Pois, em 14.01.1913, o arcebispo de Mariana, D. Silvino Gomes Pimenta autoriza ao P^e. David Frascarolo, na forma do Regimento Real ‘benzer a Igreja da “Solidade”, dedicada ao Mártir São Sebastião’.

¹ MOURAO, 2005.



Fig. 1-Igreja de N. S.^{ra} da Soledade-Azurita (Mateus Leme), até meados do Séc. XX

Entre 1810-1830, na sesmaria lavrada em 1741, no citado Capão da Soledade, já existia a Fazenda Soledade, do casal Major João Nogueira da Rocha e Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo. Em 1832, as atividades da lavoura e da mineração da Fazenda Soledade eram divididas entre os 64 escravos da propriedade e demais agregados lavradores brancos.

O casamento dos dois, certamente ocorreu depois dos acontecimentos trágicos da Conjuração Mineira, cuja Fazenda São Mateus, de seus avós, no “Sertão do Leste” tinha sido abrigo dos inconfidentes presos. Arroubos da juventude para uma família tradicionalmente se sabia ligada às relações do Império. Após a Independência do Brasil a Fazenda da Soledade passou a se chamar Fazenda da Liberdade troca de nome que ocorreu em muitas fazendas mineiras, inclusive em Santana de São João Acima, Itaúna.

No contexto das atividades da Fazenda da Liberdade surge o povoado formado por algumas choupanas de lavradores brancos, agregados da fazenda e um pouco distanciado o Quilombo das Parobas, quase todo dizimado, entre 1912-1913, quando ocorreu o surto da “bexiga” nos distritos de Pitangui. A varíola que ali tinha acontecido no final dos oitocentos, “não progrediu, tendo o governo feito imediatamente remessa para ali do pus “vacínico” de que então pode dispor”.²

2 RAPM— Ano XVII-1912-1913 p. 64.(Assembléia dos deputados 18 p. 64

Em 1867, embora os louvados do inventário do Major João Nogueira da Rocha apresentasse a Fazenda Liberdade em ruínas, apura-se da informação documental de 1832 que ali existia uma extensa produção de grãos paralela à atividade da mineração. O pisar das mulas dos viandantes e comerciantes justifica a estrada que passava à porta da referida fazenda já era chamada de Caminho Real, que no início do Século XVIII, o Conde de Assumar mandou providenciar até o Monteiro, nome que muitas vezes se designava José de Campos Bicudo de Pitangui.

A Matinha, último reduto que sobrou da Mata do Cego, por onde passava um velho caminho para Patafufo, tem como origem a estrada antiga que vinha do Morro de Mateus Leme, passando pela Fazenda da Soledade, em sesmaria de 1760, hoje Azurita. Estrada esta que sabemos ser o antigo Caminho do Pitangui e depois a Estrada Real (MOURÃO, 2005).³

Em 1843, o francês Francis de Castelnau (1850, Vol. I) percorre a Estrada Real que o levaria de Capela Nova (Betim) a Paracatu, passando pela Ponte Alta em direção ao Morro do Mateus Leme para atingir Pitangui. Na tentativa de encontrar marcas e trechos desta Estrada Real, percorri os caminhos citados por Castelnau, constatando que ainda se encontram à vista, segundo o meu registro através de fotos.

Em Igarapé, na direção da Mina da Candonga, hoje Juatuba, a Estrada Real tomou rumo Oeste. No sopé da Pedra Grande, encontrei a estrada, magnífica, com uma nivelção avançada para um século XVIII; com drenagem que salta aos olhos pela engenhosidade; toda calçada de pedra canga, retirada nas proximidades. Dali ela seguia rumo Oeste em direção ao Morro do Mateus Leme. Passando pela Fazenda Soledade (Azurita) pelo Alto dos Laranjos no Morro, seguindo a direção do Ribeirão Paciência, alcançava-se, para chegar a Pitangui, a Mata do Cego dos irmãos Penteados, citada nos mapas do padre Jacobo Cocleo (MOURÃO, 2009).⁴

³ Idem MOURÃO, 2005

⁴ Mourão, 2009.

.... Um pouco além da margem, o viandante atento aos sons da mata, podia saciar a sede na cachoeira que desencavava o solo, espalhando torrões de terra no Córrego Santo Antônio afora. Impossível permanecer ali descansando sem lançar ou mandar passar a bateia. Sobre a mineração neste córrego, onde tem origem o núcleo do povoado do guaratinguetano Mateus Leme Barbosa, o Livro 3º, de Guardamoria, que há de servir de Registos das Datas de Terras e Agoas de Matheos Leme, Freguesia do Currulo d'El Rei, cita a presença em 1703 de José Vaz Pinto, o primeiro Superintendente das Minas, dando posses na mineração (MOURÃO, 2009).⁵



⁵ Idem, Mourão, 2009.



No dia 05.09. 2004 percorri novamente o trecho da Estrada Real que passava na Fazenda Soledade, como já citei. Quando descobri ‘paralelamente junto à estrada, uma trilha para tropa de muares, porém calçada até nas suas laterais, protegendo os barrancos, onde mal duas pessoas podiam passar juntas. Em certos trechos, o caminho se contorcia entre troncos enormes, que muitas décadas anteriores, não passavam de uma vegetação inofensiva. Este caminho tropeiro fora abandonado para se construir a Estrada Real, toda calçada de canga de minério, fartamente encontrado no Morro do Mateus Leme.

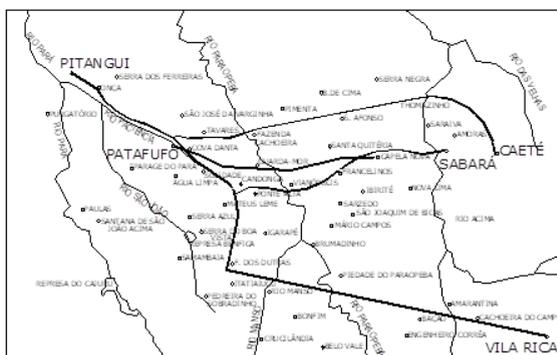
Infelizmente, o Prédio Agrícola “Fazenda da Liberdade” de pertencimento da União aparece, por volta de 2003, sob o poder de Newton Cardoso. Com a ajuda dos que dirigiam os tratores da destruição, recolhi algumas peças desse patrimônio, que se encontram no Museu “Jovino Resende”, criado e dirigido por mim em Azurita, por longos anos.

Esta Estrada Real, como tantas outras espalhadas pelas Minas Gerais, além da melhoria dos caminhos, sua finalidade era a criação de pontos estratégicos para fiscalizar a mineração aurífera e a circulação da mercadoria que se escoava das fazendas adjacentes a ele, na intenção comercial do abastecimento das vilas e arraiais: Pitangui, Guardas, Patafufu, Fazenda Cachoeira dos Correa Miranda, Fazenda Soledade, Morro do Mateus Leme, Passagem do Paraopeba, Capela Nova do Betim, Contagem das Abóboras (onde se contava o gado que descia da Bahia), Curral d’El Rei, Sabará, Vila Rica.

Pelo mesmo caminho, viandava a gente de Santana do Rio São João Acima, hoje Itaúna, deslocando-se através da picada que ia para Pitangui. Para chegar até ao Morro do Mateus Leme, desviava-se na direção do Ribeirão da Sesmaria, cuja fazenda do mesmo nome pertencia, no século XVIII, a Pedro Dornas dos Santos, pai do historiador João Dornas Filho. Esta picada foi feita em

1760 à custa do P.^o Manuel de Siqueira, nas terras de sua propriedade, hoje Universidade de Itaúna para atender também ao Morro do Mateus Leme.

Por este mesmo Caminho Real viandava a gente de Santana do Rio São João Acima, hoje Itaúna, deslocando-se através da picada que ia para Pitangui. Para chegar até ao Morro do Mateus Leme, desviava-se na direção do Ribeirão da Sesmaria, cuja fazenda do mesmo nome pertencia, no século XVIII, a Pedro Dornas dos Santos, pai do historiador João Dornas Filho.



Caminhos para Pitangui (In MOURÃO, Maria da Graça Menezes- “Caminhos do Médio Paraopeba”- ed. Empório da História) - Cortesia do Auto-CAD-Daniele Santos de Sousa

Dentro do mesmo quadro das constituições familiares e interesses de uma rede clientelar surgiu a Fazenda da Soledade do Morro do Mateus Leme, com o casamento de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo com o Major João Nogueira da Rocha. A Fazenda da Soledade era um prédio agrícola, que além de escoar a produção se fidelizava a causa de sua descendência familiar, localizada no caminho entre a Fazenda da Cachoeira e a Fazenda da Passagem, e dessa forma exercia também vigilância no tráfego constante dos muares carregados de grãos e outros produtos da região.

Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo que se casou com o **Major João Nogueira da Rocha** era neta de Maria Córdula e Manuel do Vale Amado. Era homônima de sua tia materna, Inácia Rosa de Abreu e Lima do Sabará. Sua outra tia materna, Lourença Abreu de Lima e Melo, morava não muito longe, na Ponte Alta, Fazenda da Passagem do Paraopeba, casada com o capitão José Luiz Pinto Coelho da Cunha. Uma propriedade militar com regimento usada para fiscalizar a entrada e saída do ouro e cobrar impostos sobre as mercadorias que

por ali passassem. Este tipo de caminho chamado real interligava Vila Rica ao Curral del Rei, Morro do Mateus Leme a Pitangui passando às portas da moradia da sobrinha e da sua tia Lourença.

Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo era filha de **Brígida Inácia de Lima e Melo** casada com o **Capitão João Manoel Ferreira de Miranda**. No Inventário de Inácia Rosa, o nome de seu pai está registrado como João Manoel Menezes Miranda, João Manoel Miranda Menezes e até João Menezes Correa Miranda.⁶

Em Sabará, na Casa de Borba Gato, encontrei o inventário do Ajudante Antônio Felis (Félix) Correa Menezes de Miranda, irmão de Gonçalo José Correa de Miranda feito no ano de 1787.⁷ Tudo indica tratar-se de tio, ou avô paterno de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo da Fazenda da Liberdade.

O Major João Nogueira da Rocha, cônjuge de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo foi juiz de paz, minerador com um plantel de 47 escravos. Era filho de Custódio Nogueira da Rocha e de D. Ana Antunes de Sousa, que em 1832 já era viúva moradora na Fazenda da Liberdade aos 52 anos e vivia da lavoura, no fogo 370 do 15^o. Quarteirão da Aplicação do Morro do Mateus Leme.⁸

A fim de pontuar o cargo de Juiz de Paz do Major João Nogueira da Rocha, incluí o que diz Cardoso (2003) a este respeito. Citando Thomas Flory, ela escreve que as primeiras eleições para juiz de paz em Minas Gerais ocorreram em 1829, dois anos após a promulgação da lei de 15 de outubro de 1827 que criou o cargo de juiz de paz, em conformidade com o que já havia sido indicado na Carta de 1824. Eleitos para cada freguesia e capelas filiais curadas, com atribuições judiciais, administrativas e policiais e sem a exigência de formação específica, além de promover a conciliação entre litigantes, com o propósito de desobstruir o Judiciário, “agilizando” causas que se alongavam em demasia, questões relativas à utilização de caminhos, passagem de rios, pastos, direitos de caça e pesca, também passavam inicialmente por essa instância. Portanto, a independência dos juizes de paz, simbolicamente, rompia com o emperramento judicial deslocando-o para as instâncias locais.⁹

6 Defunta D. Inácia Rosa de Lima e Melo- Processo no. 723 da Comarca de Sete Lagoas, 21.03.1881.

7 CSOI (63) 469-1787.

8 Relação dos Habitantes da Aplicação do Morro do Mateus Leme- 1832

9 Cardoso,2003.

Em 18.08.1831 fora criada a Lei que regia a Guarda Nacional, e em 13.02.1832 já constava o seu início em Mateus Leme, tendo como presidente o Major João Nogueira da Rocha, oficial da 4ª companhia do terceiro batalhão do município da cidade do Sabará, como comandante da 2ª legião da Guarda Nacional do distrito do Morro do Mateus Leme. No ano de 1837, constava o seu ‘assentamento aos 41 anos, residente na Solidade, casado, lavrador, reserva pelo gozo de tenente, passou-se para o serviço ativo no posto de sargento mor do batalhão’ e 1842, novamente presidente.¹⁰ Na “História do Movimento Político de 1842”, entre a oligarquia e os liberais, no magistral trabalho do seu “chefe revolucionário” Cônego José Antônio Marinho, consta a perseguição aos liberais considerados insurgentes (p.228-229). Mas, os fatos são agraciados com maiores detalhes no livro de Avelar Rodrigues, onde o autor descreve a participação de muitos moradores de Mateus Leme, dentre eles, o Major João Nogueira da Rocha, no batalhão formado em Santa Quitéria, quando em 10 de junho lá chegou a notícia da revolução.

Manuel Ferreira da Silva (...) reuniu o batalhão da Guarda Nacional, e no dia 19 de junho, efetuou no arraial de Santa Quitéria o reconhecimento da autoridade insurgente (...) Coadjuvado pela senhora Dona Ana Felipa de Santiago, pelo Padre Francisco de Paula Moreira e pelo Major João Nogueira da Rocha e outros numerosos parentes e amigos do mesmo, da Freguesia do Morro do Mateus Leme, organizou uma caixa militar e pôs-se em marcha com as companhias do Patafufo (Pará de Minas) e Santana (a do Paraopeba), ambas do município de Pitangui (...) e marcharam para Sabará, onde a Câmara reconheceu solenemente a autoridade (...) dos Insurgentes.¹¹

Em seu testamento, datado em 1857, o Major João Nogueira da Rocha casado com Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo diz o que segue:

Pág. 19 v- ... sou filho legítimo de Custódio Nogueira da Rocha e de sua mulher Ana Antunes de Sousa, já falecidos, sou natural da Contagem das Abóboras e de presente morador na Freguesia do Morro de Mateus Leme do Bonfim. Sou casado com Inacia Rosa Nogueira de Lima e Melo deste consorcio não tivemos filhos, nem nunca os tive naturais ao fazer este testamento... e pleno uso de minhas faculdades intelectuais instituo por minha universal herdeira a supra dita minha mulher Dona Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo. Quando eu falecer, meu testamenteiro mandará dizer uma missa de corpo presente pelo meu pároco e o funeral será feito pelo pároco e mais um sacerdote e uma missa

10 Livro de Matrícula da Guarda Nacional no distrito de Mateus Leme.

11 Rodrigues, s/d

de corpo presente e o oitavário do costume e o meu testamenteiro mandará dizer 30 missas por minha alma e será isto por um sacerdote de sua eleição . Ordeno ao meu testamenteiro dar às minhas tias Josefa Antunes de Sousa, Maria Joaquina filhas do meu avô materno, a cada uma a quantia de cem mil reis e quando aconteça falecerem primeiro do que eu, será cumprida esta verba de beneficio às filhas solteiras das mesmas. O meu testamenteiro mandará dizer por alma de meus pais, muitas missas e no dia do meu funeral mandará repartir pelos pobres, da Freguesia a quantia de vinte cinco mil reis daí a 3 meses mandará outros vinte e seis mil reis, terão preferência os pobres mais necessitados da freguesia. Será meu primeiro testamenteiro, minha mulher Dona Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo, que aceitando terá de premio toda a minha terça. Em segundo lugar, será meu parente, o Dr. José Inácio Nogueira Penido, em terceiro o meu parente José Nogueira Duarte, em quarto o meu parente João Nogueira Duarte e em quinto o meu parente Francisco Sales de Almeida, a qualquer destes que tiver por qualquer circunstância de passar a minha testamentária , só terão a prêmio de 400\$000 se alguma recomendação marcar mais o fazer por carta dirigida ao meu testamenteiro estando firmada a carta por minha própria firma , a qual valerá como parte deste testamento. O meu testamenteiro terá o prazo de dois anos para ser cumprida depois de minha morte e por ele revogo qualquer outra data anterior . Rogo as justiças de sua Majestade Imperial e façam cumprir e executar como nele se contém o qual mandei escrever por Tomaz José de Castro e depois de tudo e achado conforme o havia ditado, afirmei com a minha própria firma nesta fazenda da Liberdade, nove de maio de 1857, João Nogueira da Rocha.

Seguiu-se a aprovação do testamento e ‘a tudo foram testemunhas presentes o reverendo Vigário Vicente Ferreira Guimarães (1),Manoel Francisco de Camargos (2) João Nepomuceno de Aguiar (3),o capitão Pedro Dornas dos Santos(4) e Manoel Marcos da Silveira (5).

A 1^a. testemunha moradora na cidade de Pitangui, a segunda, 3^a. e 5^a. neste distrito e a 4^a. do Distrito de rio Manso, deste município, todos maiores de 14 anos e livres e minhas conhecidas de que tudo dou fé e aqui como testador, se assinam. Eu, Joaquim José Vaz de Oliveira, Primeiro tabelião , que o escrevi, estavam as iniciais JJVO de ambos os lados e nomeio destas o sinal publico Joaquim José Vaz Oliveira= João Nogueira da Rocha, Pe. Vicente F. Guimarães, Manoel Francisco de Camargos, João Nepomuceno de Aguiar, Pedro Dornas dos santos, Manoel Marcos da Silveira= Rotulo testamento cercado do major Joao Nogueira da Rocha, cosido com cinco pontos de retrós cor de rosa e com igual números de pingos de lacre vermelho, por banda aprovado por mim tabelião abaixo afirmado nesta fazenda Liberdade, dos quinze de maio de 1857. O primeiro tabelião Joaquim José Vaz de Oliveira’.

‘O testamento foi aberto pelo Cônego Vigário João José da Silva Araújo, em Mateus Leme, no dia vinte e sete de outubro de 1867, para se poder cuidar das disposições do funeral e no dia 21 dias do mês de novembro de 1867, na vila do Pará apresentou-se no cartório, ‘Francisco Esteves Rodrigues, procurador bastante como mostrou ser de dona Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo, pelos poderes da procuração que da mesma apresentou e ao adiante copiadas e por ele me foi dito que em nome e a favor da referida sua constituente escritura tem a testamentária retro de seu falecido marido, o Major João Nogueira da Rocha para o fim de cumprir as disposições de suas ultima vontade’.¹²

O Major João Nogueira da Rocha faleceu aos 73 anos, em 26 de outubro de 1867, ‘sem deixar descendentes legítimos ou naturais, nem ascendentes por serem já falecidos, instituindo como sua universal herdeira dos bens, a inventariante sua mulher D. Inácia Rosa Nogueira de Lima’ que faleceria dois anos depois’.

O Inventário de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo: Processo no. 723 de 21.03.1881

Para esclarecer o que segue, há que se ter em mente que o casal **Brígida Inácia de Lima e Melo**, filha de Maria Córdula e Vale Amado, e o **Capitão João Manoel Ferreira de Miranda teve** os seguintes filhos:

1-**Umbelina Cândida de Abreu Melo** (seu 1º. Casamento). Foi casada com Domingos Gonçalves da Cruz, cujo ‘seu solene testamento’ foi feito em 05.04.1834, pelo Vigário de Mateus Leme, Antônio Fernandes Taveira. Foram os pais de José, Maria, Francisco (Francisco Gonçalves da Cruz casado com Ana... são os pais de Rosa Amélia esposa de **Domingos do Vale Amado**). Umbelina casa-se segunda vez com Maximiniano Augusto Pinto (Coelho?) viúvo.

2-**Guilhermina Silvina de Lima e Melo**, solteira, morava com o irmão Domingos do Vale Amado

3- **Domingos do Vale Amado** era casado com Rosa Amélia sua prima, pais de José Inácia, e Maria da Glória cc Modesto José Pereira Costa, cidade de Resende, província do Rio de Janeiro

5-**Felicidade Perpétua do Vale Amado** cc Francisco do Vale Amado, pais de Belmira do Vale Amado

12 FCAM, Cx 4-141-143, Doc 172-Inventário com cópia de testamento e Partilha de bens

6-Inácia Rosa (Nogueira) de Lima e Melo cc Major José Nogueira da Rocha, sem filhos.

As informações que surgem no Processo no. 723 de 21.03.1881 fornecem dados preciosos que ajudam a completar a genealogia dos muitos descendentes de Maria Córdula e Manuel do Vale Amado. Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo e o Major João Nogueira da Rocha não tiveram filhos, e em seu testamento ela institui como herdeiros o seu irmão Capitão Domingos do Vale Amado e seus filhos.

O Processo no. 723 de 21.03.1881 tem início com uma Carta Precatória de 25.11.1878, do procurador Luiz da Cunha Pinto Coelho Junior, de Santa Quitéria, hoje cidade de Esmeraldas.

Dizem o Tenente Coronel Maximiniano Augusto Pinto e o Capitão Feliciano Gomes Pinto Monteiro como tutor de seus filhos menores que havendo a Relação do Distrito anulado o Testamento com que faleceu D. Inácia Rosa de Lima e Melo na ação proposta pelos próprios suplicantes contra os herdeiros instituídos, Domingos do Vale Amado e suas filhas (?), torna-se urgente necessidade proceder-se o inventário e partilha dos bens, visto como o herdeiro referido, em cuja posse tem estado a herança, não zela e ao contrário a tem prejudicado de modo lastimável, por isso os suplicantes requerem... (P. 2, Processo no. 723 de 21.03.1881).

Os dois requerentes suplicantes dessa petição eram cunhados de Rosa Inácia Nogueira de Lima e Melo. O Tenente Coronel Maximiniano Augusto Pinto era o segundo marido de sua irmã Umbelina Cândida de Abreu e Melo. O requerente Feliciano Gomes Pinto Monteiro, nomeado às vezes como Felicíssimo era casado com a outra sua irmã Felicidade Perpétua do Vale Amado.

Em 5.12.1868, ‘o escrivão do Juízo de Órfãos do Termo de Juiz de Fora, Ernesto Nogueira da Gama vai à Fazenda da Glória e intima o Capitão Domingos do Vale Amado e seus filhos maiores José e Inácia, assim também Dona Guilhermina Silvina de Lima e Melo em Juiz de Fora. Achava-se Maria da Glória, filha de Domingos do Vale Amado casada com Modesto José Pereira da Costa no município de Resende, província do Rio de Janeiro. (P. 5 e 6 verso, Processo no. 723 de 21.03.1881).

Domingos do Vale Amado, irmão de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo era casado com Amélia Augusta, filha de Francisco Gonçalves da Cruz seu sobrinho, portanto sua prima.

Na “Relação dos Habitantes de 1832” da Aplicação do Morro do Mateus Leme, Umbelina Cândida de Abreu, tia materna de Inácia Rosa Nogueira de

Lima e Melo, encontrava-se casada com Domingos Gonçalves da Cruz, lavrador e da mineração, com um plantel de 64 escravos. Eram filhos do casal: José, Maria e Francisco (o Gonçalves da Cruz).¹³

Dos bens sequestrados ao Domingos do Vale Amado, ‘constam mais de 32 alqueires de terras na Fazenda Matias Barbosa do inventário do pai da finada Inácia Rosa, **João Manuel de Menezes Miranda** (Processo no. 723 de 21.03.1881, pág. 34).

Em 7.02.1879, também deu entrada a este processo uma procuração do bacharel João Jorge Ferraz, José Orozimbo Pinto Monteiro e sua mulher D. Aurora Belmira Ferraz e D. Francisca Ratecheff Pinto Monteiro.

Na página 22 transcreveu-se uma procuração do Tenente Coronel Maximiniano Augusto Pinto e outros, datada de Juiz de Fora, em 25 de maio de 1875 do seguinte teor:

Eu abaixo assinado, Cavalheiro da Ordem de Cristo e Tenente coronel reformado da Guarda Nacional do Município de Sabará por sua Majestade o Imperador. Pela presente procuração (...) constituo por meu bastante procurador a meu genro Luís da Cunha Pinto Coelho Junior com amplos e ilimitados poderes (...) propor contra quem de direito for por ação de nulidade do testamento em que se deu haver falecido minha cunhada Rosa Inácia Lima e Melo (nome de solteira) (Processo no. 723 de 21.03.1881, p. 22).

Em outra transcrição de procuração do dia 30 de julho de 1875 consta ‘como outorgantes Francisco de Paula Pinto Monteiro, D. Francisca Racheff, D. Rosa Amélia e o Capitão Felicíssimo Gomes Pinto Monteiro como tutor e pai de um dos filhos menores de D. Belmira do Vale Amado, filha legítima de D. Felicidade Perpétua’(Processo no. 723 de 21.03.1881, p. 22 verso).

É nomeado como curador *ad cite* o cidadão Vicente Moreira, intimado para prestar juramento e Luís da Cunha Pinto Coelho Junior é nomeado inventariante (Processo no. 723 de 21.03.1881, pag. 25v e 29).

Relacionou-se na página 30 do Processo no. 723 os ‘bens da finada e havendo interessados menores, para avaliar a Fazenda da Liberdade e umas casas do arraial do Morro do Mateus Leme’ propôs-se como louvados Pedro Dornas dos Santos e Belmiro José Pinto Coelho da Cunha, ‘com ordem para serem sequestrados mais de 32 alqueires de terra na Fazenda Matias Barbosa...’, ‘que couberam à finada no inventário de seu pai João Manuel de Miranda

13 Fogo 372 do 15o. Quarteirão -Relação dos Habitantes da Aplicação do Morro do Mateus Leme- 1832).

Menezes.....” louvados Daniel Rodrigues de Queirós e Marcelino de Brito Pereira de Andrade...’.

Na página 32 registrou-se que ‘não pode proceder à avaliação por estar grassando naquele lugar a varíola e porque encontrou embaraços na arrecadação dos bens pertencentes ao espólio que se achavam em Juiz de Fora. Pará,19.06.1879’.

Seguem anexos:

**I- INFORMACOES DADAS PELO INVENTARIANTE
FRANCISCO GONÇALVES DA CRUZ**

ARTIGOS DE HABILTAÇÃO contra coletor federal, estadual, promotor de justiça, curador a lide, Curador de herança de Inácia (Rosa Nogueira de Lima e Melo):

Exposição:

1 - A 27 de abril de 1870 morava na Fazenda Liberdade – Inácia

2- Ela tinha 3 irmãos:

1º. – **Domingos do Vale Amado**- seu universal herdeiro, ato de última vontade de Inácia, o qual foi anulado por sentença proferida em causa contenciosa que essa sentença transitou em julgado e devolveu a herança que ficou por morte de D. Inácia a seus herdeiros abintestados, retro referidos , que julgou habilitados.

2º. - **Felicidade Perpetua de Abreu e Melo** cc Francisco do Vale Amado deixando 2 filhas:

2.1-Rosa

2.2-Belmira cc Felicíssimo Pinto Monteiro. **Filhos deste casal:**

-Francisco de Paula Pinto Monteiro- morador em Cataguases

-Rosa Amélia falecida

-Antônio Pinto casado em Juiz de Fora

-Maria Vitoria há pouco falecida

-Pedro Pinto Monteiro- falecido há pouco

-José Joaquim Pinto Monteiro falecido

-Ana Belmira Ferraz cc Eng. João Borges Ferraz

- Francisca Rateclif cc José Orozimbo Pinto Monteiro,
viúvo em Juiz de Fora.

3º.-Umbelina Cândida de Abreu e Melo

Domingos do Vale Amado universal herdeiro, ato de última vontade de Inácia, o qual foi anulado por sentença proferida em causa contenciosa que essa sentença transitou em julgado e **devolveu a herança** que ficou por morte de D. Inácia a seus herdeiros abintestados, retro referidos, que julgou habilitados.

Os autores da causa de anulação foram, entre outros, Maximiniano Augusto Pinto e sua mulher Umbelina Cândida de Abreu e Melo cc antes com Domingos Gonçalves da Cruz. Do segundo casamento não tiveram filhos.

Filhos do 1º. casamento de Maximiniano que era casado com Umbelina.

Ele, Maximiniano passa a herança, sua meação para os filhos abaixo.

-Maria Cândida Pinto Coelho cc que foi com Luiz Pinto Coelho da Cunha Junior

- José Augusto Pinto

-Maria Augusta Pinto e

- Maximiniano Augusto Pinto (Filho) – Viúvo em Rio Novo:

Filhos:

-José Augusto Pinto- em Leopoldina

-Maria Augusta Pinto- Juiz de Fora

-Maria Cândida cc Luiz da Cunha Pinto Coelho Junior- Juiz de Fora

-Joana Feliciano, viúva de Francisco Claudino Ferreira Torres,
Residente em Taquarassu, termo de Caeté

-Jacinto- falecido, deixando 11 filhos, netos de MAXIMINIANO:

-Jacinto

- Maria Augusta cc Dr. José Augusto Pinto Lontra
- Manoel Cardoso Pinto
- Francisco Augusto Pinto
- Rita Monteiro Pinto
- Joana Augusta Pinto
- Augusto Pinto
- Amélia Pinto
- Rosa Augusta
- Elisa Pinto
- José Pinto

II- INFORMAÇÕES DADAS PELO INVENTARIANTE FRANCISCO GONÇALVES DA CRUZ

Os três últimos (filhos de Maximiniano), José Augusto, Maria Augusta e Maximiniano (o filho) vendem o direito hereditário deles na Fazenda da Liberdade, para João Ferreira Rodrigues e sua mulher Maria Francisca Rodrigues .e que depois vendem esse direito para Casemiro Nery Pereira. Com a morte de sua mulher, a metade deste direito fica para os seus três filhos.

Alegação de que se Maximiniano como cabeça do casal Umbelina, foi habilitado herdeiro, seus filhos são herdeiros sucessores dos bens da Inácia.

Pais de Inácia- João Manoel Correia de Miranda e Brígida Inácia de Lima e Melo

O testamento de Inácia é anulado por Maximiniano Augusto Pinto como cabeça de casal, cc com Umbelina e por Feliciano Gomes Pinto Monteiro, tutor de seus filhos, netos de Felicidade Perpétua do Vale Amado.

A 1/09/ 1876, foi dada a sentença, julgando habilitados os requerentes e as custas para os réus. Francisco de Paula Prestes Pimentel, e foi confirmada a sentença pela **Relação por uma carta de sentença passada em nome de D. Pedro II,**

a 20/11/ 1878 e assinada pelos desembargadores **Leni Gonzaga de Brito Guerra, Quintiliano José da Silva, Antônio Felipe Dias e Antônio Felipe Dias** . Cópia conferida e comentada pelos escrivães Antônio Júlio Teixeira e José Ferreira de Oliveira Pena. Cidade do Pará, 27/04/1906. Ass. Paulo Braz de Menezes

III- Filhos de Umbelina, casada que foi com Domingos Gonçalves da Cruz:

- 1- Dona Maria Isabel Silvina de Melo cc Cap. Albino Silvino de Lima e Melo, ele inventariante- morador em Juiz de Fora
- 2-Francisco Gonçalves da Cruz cc Ana Bernarda de Garcia, falecida depois de Inácia

Filhos-

- Maria solteira- 21 anos
- Francisco- dez anos
- Juscelino- 7 anos
- José Egídio de Melo- falecido antes de sua mãe e da inventariada deixando nove filhos:
 - Juscelino Eugênio em Juiz de Fora
 - Emília cc Júlio Stampa- na Corte
 - Maria, menor, na Corte
 - Augusto cc.....
 - Amélia viúva de João Alves falecido depois de Inácia :.....
 - Virginia cc Cândido Celestino de Aguiar
 - Cândida
 - Uma menor que se verificará se está falecida

Dona Amélia (filha de Umbelina) **já falecida casada com seu tio Domingos do Vale Amado**, (irmão de Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo), deixaram filhos:

- 1-Pedro Alexandrino, falecido:

- filha Amélia, menor de 21 anos em Juiz de Fora

2-Inácia casada com Sipresidônio - Juiz de Fora

3-Maria da Glória, falecida casada com Modesto José da Costa:

-Filha, menor (doze anos) na Corte ou em Resende com seu pai

-José Augusto em Juiz de Fora

João Ferreira Rodrigues e sua mulher Maria Francisca Rodrigues, residentes em Tiradentes, compraram de 3 filhos do MAXIMINIANO, José Augusto Pinto e sua mulher, Capitão Augusto Pinto e Dona Maria Augusta Pinto na Fazenda Liberdade, partes deles na herança e vendem para Casemiro Neres Pereira, morador na Fazenda Rio do Peixe, distrito Onça em Pitangui, que compra por 3 contos de reis. Assina o coletor- José Evaristo de Melo- 31/07/1899

João Ferreira Rodrigues e sua mulher Maria Francisca Rodrigues, também compram a parte de herança de bens de raiz dos herdeiros da Inácia, a saber: Maximiniano Augusto Pinto, Maria Augusta Pinto, o menor Jovelino Gonçalves da Cruz (representado por seu pai e tutor, Francisco Gonçalves da Cruz) residentes em Juiz de Fora, em 17/06/1896 no cartório, representados pelo procurador SILVINO Dornas dos Santos, aqueles possuidores de terras de cultura e matos na Fazenda da Liberdade e campos no RETIRO DO SOBRADINHO, situados no distrito de Mateus leme terras que foram do finado João Nogueira da Rocha e sua mulher Inácia no valor de seis conto e quatrocentos mil reis à vista. Recebeu-se a Coletoria o imposto de 6% , no valor de 144\$000 cento e 44 mil reis, Coletor Vilaça. Testemunhas, Porfírio Rodrigues Viegas e Joaquim Palhares Cardoso. Antônio Júlio Teixeira de Faria-10. Tabelaio.¹⁴

Anexo IV- FAZENDA da LIBERDADE- Sobre os “bens vagos” para a União (Cópia)

5.11.1904 - Silvino Antônio da Silva

Data

Aos 5 de novembro de 1904 me foram entregues estes autos com despacho retro. Eu João Ferreira de Oliveira Pena, escrivão de órfãos escrevi:

Dir^{te}

Em seguida faço estes autos com ... ao cidadão Silvino Antônio da Silvs, Coletor Federal,. Eu escrivão acima dito escrevi

V^{te}

Ilmo. Sr. Juiz Suplente:

Aprovo os louvados propostos e por parte da fazenda Federal, como seu representante legal incumbido de fiscalizar as suas rendas, protesto, perante V. S.^a, sobre o que diz na petição de folha 2, o sr. Coletor Estadual a reclamar perante V. S.^a, todo o direito sobre os bens vagos e sobre todos os seus produtos para a União. Diz o Coletor Estadual que os bens vagos pertencem ao Estado. Sustento eu que os bens vagos e todos os seus produtos pertencem à União. Diz o artigo 11 do Regulamento de 15 de junho de 1859 o seguinte: “são bens vagos que na conformidade das leis vigentes se devolvem à Fazenda Nacional: 1º. Os imóveis e de raiz a que não é achado senhorio certo; 2º. Os bens dos intestados que não deixaram parentes ou cônjuge e herdeiros nos termos de direito ou dos falecidos com testamento ou sem ele, cujos herdeiros, mesmo ab-intestado repudiaram a herança; 3º. Os denominados do evento no município da Corte; 4º. O produto de todos os prédios e quaisquer bens vagos ou herança jacentes, ainda litigiosas, que por falta de senhores ou herdeiros certos se devolvem ao Estado; 5º. Todas as embarcações ou navios que se perderem ou derem à costa nas praias do Império e seus carregamentos, sendo de inimigos ou corsários, salvo acordo ou convenção em contrário”. Penso, Ilmo. Sr., que o digno Sr. Coletor Estadual por ver diversas vezes nas disposições do citado Regimento a palavra Estado, que naquele tempo se entendia o Império, ou a Nação, confundiu com o Estado que é hoje somente uma parte da União; tanto mais quanto, vê-se que o Regimento citado é de 1857 e nesse tempo não podia ele conceder direito a entidades não existentes - Estados federados de hoje.

Penso também, Ilmo. Sr., que o digno Sr. Coletor Estadual, tratando de arrecadar bens vagos para o Estado está firmado na determinação do art. 64 da Constituição da República que diz “pertencem ao Estado as minas e terras devolutas situadas nos seus respectivos territórios”, etc..... Mas, é claramente entendido, Ilmo. Sr., que terras devolutas não são bens vagos e que bens vagos não podem se constituir de terras devolutas, por que terras devolutas são aquelas que nunca, em tempo algum, foram propriedade de alguém, que nunca tiveram dono; e bens vagos são aquelas terras ou bens que foram propriedade de alguém, e que isso se saiba ao menos pela tradição. E isto é bem explicado pelos avisos do Ministro da Fazenda e ordem do expediente do Tesouro que transcrevo algumas partes que vêm ao caso; - “..... e recomendo-vos que providencieis no sentido de ser recolhido aos cofres da União tudo o que se apurar ou arrecadar ou proveniente de bens vagos de defuntos e ausentes.” (Ordem da Diretoria de Expediente do Tesouro Federal, de 20 de março de 1889). “ Sr. Presidente do Estado de Minas Gerais - n.º 3 - Em Ofício n.º 44 de 224 de outubro de 1900 à Delegacia Fiscal do Tesouro Federal, em Ouro Preto, trouxe ao conhecimento deste Ministério que não obstante as suas reclamações, a Secretaria das Finanças desse Estado, insiste em arrecadar para os cofres estaduais o produto dos bens de defuntos e ausentes, equiparando tais bens às terras devolutas e próprios

nacionais bens de que trata o artigo 64 da Constituição da República.” Cabe-me ponderar-vos, em relação ao assunto, que ainda mesmo quando constituídos por terras os bens de defuntos e ausentes não podem compreender naquele artigo da Constituição, porquanto, das disposições do artigo 3º. e seus parágrafos do decreto 601 de 18 de setembro de 1850, leis números 1.114 de 27 de setembro de 1860, art.11, parágrafo 8º., 2.672 de 20 de outubro de 1875, 3.348 de 20 de outubro de 1887 e aviso do Ministério do Império nº 172, de 21 de outubro de 1850 e 148 de 1857, do da Fazenda nº 166 de 1857 e das instruções deste mesmo ministro nº 28 de 1889, claramente se compreende que como terras devolutas devem se considerar tão somente aquelas sobre as quais jamais se exerceu o direito de posse ou de propriedade. “A estas, é que evidentemente se refere o citado art. 64 da Constituição, etc.....” “Assim, pois, solicito a expedição das necessárias ordens para que as importâncias provenientes de tais arrecadações sejam recolhidas aos cofres federais, como é de lei.” (Advinda Fazenda de 23 de julho de 1901).

Para que fique de uma vez para sempre, firmada a doutrina de que os bens vagos pertencem à União, chamo também a atenção de V. S^a para o Acordão da Relação do Estado de Minas, em apelação Civil, número 1541 entre partes – o Coletor Estadual e o Coletor Federal de Muriaé, de 12 de setembro de 1901, página 168 do Fórum de Belo Horizonte, do ano 6º., de julho a dezembro, volume 12. Em vista, pois, do que ficou demonstrado a V. S^a que depois de feitas as avaliações dos bens de que tratam estes autos, sejam publicados editais por três vezes, no jornal local e no da Capital do Estado, como determina o Regimento já citado, pelo prazo da lei, chamando os herdeiros, sucessores da mesma finada Inácia Rosa Nogueira de Lima e Melo e todos que direito tenham na sua herança ou bens a virem habilitar-se, e, não comparecendo nenhum, sejam julgados os bens vacantes e pertencentes à União e, passe-se edital de praça e, vendidos em hasta pública, seja o líquido do seu produto recolhido á Coletoria Federal.

Cidade do Pará, 14 de novembro de 1904.

O Coletor Federal, Silvino Antônio da Silva.

Data.

Aos 16 de novembro de 1904, me foram entregues autos com a resposta supra. Eu, João Ferreira de Oliveira Pena, escrivão de Órfãos, escreveu.¹⁵

15 Auto sobre os bens vagos da União, pag. 9 a 11. Fundo Fórum, Nestor Marinho, Pará de Minas.

Nessa data, 16.11.1904, após demanda de muitos herdeiros, a sede da Fazenda da Liberdade, com muitos hectares passa a pertencer a União. Do restante das muitas léguas ao quadrado, surgem outras duas Soledade: uma no alto do Rosário e outra à direita de quem vem de Itaúna, pouco depois do Posto de Fiscalização Rodoviária, na divisa com o município de Itaúna.

Referências Documentais

Defunta D. Inácia Rosa de Lima e Melo - Processo no. 723 da Comarca de Sete Lagoas, 21.03.1881.

CSOI (63) 469-1787.

FCAM, Cx 4-141-143, Doc 172-Inventário com cópia de testamento e Partilha de bens-Inácia Rosa de Lima e Melo

FCAM-AUHAB-330 Autos de Habilitação Inácia Rosa de Lima e Melo

Fundo de Fórum Nestor Marinho, Pará de Minas.

Livro de Matrícula da Guarda Nacional no distrito de Mateus Leme.

RAPM- Ano XVII-1912-1913

Relação dos Habitantes da Aplicação do Morro do Mateus Leme - 1832.

Referências Bibliográficas

CARDOSO, Maria Tereza Pereira- Os juízes de paz e os Tigres da Hircânia nas Vilas del Rei da Comarca do Rio das Mortes- ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História- João Pessoa, 2003.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes-Evolução Histórica de Azurita-Ed. Empório da História, 2005.

MOURÃO, Maria da Graça Menezes- Raízes de Pará de Minas: uma história às margens do Paciência- Ed. Lutador- BH. 2005

MOURÃO, Maria da Graça Menezes - A Picada de Goiás- Sua importância na formação dos núcleos populacionais até a sua transformação em Estrada Real pelo Conde Valadares em 1769. Ed. Empório da História, 2009.

RODRIGUES, Avelar- Esmeraldas, uma contribuição á História de Minas. Ed. do autor.s/d.

**PROCESSO DA IRMANDADE DA MISERICÓRDIA CONTRA
D. INÁCIA ROSA DE ABREU E LIMA, FILHA DE LEONEL DE ABREU E LIMA
E DE MARIA INÁCIA PIRES DE OLIVEIRA**

*Maria da Graça Menezes Mourão
Historiadora e Pesquisadora- Especialista em História e
Cultura de Minas Gerais do Século XVIII-PUC-MG*

Resumo: *Documentação foi encontrada esparsa em pastas diferentes e paleografada por Maria da Graça Menezes Mourão, há mais de 20 anos, bem antes da organização e digitalização dos documentos da Casa Setecentista de Mariana. Contribui para identificação do homônimo Domingos Gonçalves da Cruz e outros da descendência de Manuel do Vale Amado.*

Abstract: *Documentation was found sparse in different folders and palaeographed by Maria da Graça Menezes Mourão, more than 20 years ago, well before the organization and digitization of the documents of the Mariana House of Seventeenth. It contributes to the identification of the homonym Domingos Gonçalves da Cruz and others of the descendants of Manuel do Vale Amado.*

**Casa Setecentista-Mariana- Cód. 336-7413
Irmandade da Misericórdia 24.07.1836**

pág.2- Diz a Mesa da Irmandade da Vila de Sabará, como Mantenedora e Administradora do respectivo Hospital da mesma Vila que havendo o Capitão Domingos Gonçalves Abreu (ver ratificação) deixado em seu testamento e mostra procedimento parágrafo 1º. o capital de uma ação que tinha entre outras no..... Banco do Brasil paravencimentos reforma de uma botica e se assistir para o Curativo e alimento dos pobres enfermos e havendo-se nele pelo testamento deixado o uso fruto dela enquanto viva for a sua mulher D. Inácia Rosa de Abreu e Lima, aconteceu que havendo esta pela extinção daquele Banco recebido os dividendos que haviam feitos por conta do capital da caução.

pág. 06- Apólice no. 130-Banco do Brasil- 19.06.1835- foi ratificado Domingos Gonçalves da Cruz (e não Domingos Gonçalves de Abreu), as quais por seu falecimento passavam à D. Inácia Rosa de Abreu e Lima.

Estanislau Vieira Cardoso certifica que revendo o Livro 1º. de acionistas do Banco do Brasil, **Pág. 06** nele a fl 103 se acha a conta de Domingos Gonçalves da Cruz como proprietário de 4 ações de números seguintes: 960,238,130 e 131 as quais foram transferidas em tempo competente para a viúva D. Inácia Rosa de Abreu e Lima, em cujo nome ainda existem como conta do Livro 6º., fl 105. Consta mais do Livro do primeiro dividendo por conta do Capital que a Cota pertence às mencionadas quatro ações foi de setecentos e dezesseis mil quatrocentos e cinquenta e oito réis e oitenta centésimos em moeda metálica na forma seguinte: 2 moedas de ouro de 4 mil réis no valor de 9.440 réis; 534 pesos no valor de 533 744réis; e cento e oitenta e meio patações no valor de 173 mil duzentos e oitenta réis e foi paga a Sigaux & Farrene como procuradores da dita viúva. Consta mais do Livro do segundo dividendo para conta de capítulo que foi a quota pertencente às ditas ações, **pág. 7-** hum conto e duzentos mil réis pagos da maneira seguinte: seiscentos e sessenta e quatro mil réis em notas, 496 mil réis em letras sobre a Caixa dos “Descontos da Bahia” e 40.000 réis em letras sobre a caixa de São Paulo e que foi tudo entregue aos ditos procuradores Sigaux & Farrene. E do Livro do terceiro dividendo por conta de Capital, consta ter sido a quota pertencente às sobreditas ações e 640000 reis que existe por pagar.

Finalmente de toda a respectiva escrituração não consta haver sido alienada algumas das referidas ações em favor da Sta. Casa de Misericórdia do Sabará. É quanto consta de todos os mencionados livros, aos quais me reposito. E em cumprimento do Despacho passei a presente por mim assinada. Rio de Janeiro, na Contadoria da Liquidação do Banco em 20.06.1835. Estanislau Vieira Campos.

Pág. 8- Procurador da Santa Casa de Misericórdia- Sabará 1.07.1835. Moreira e Castro.

Antônio Manoel Coutinho, escrivão da Provedoria de Resíduos e Capelas desta Fidelíssima Vila de N. Sra. da Conceição de Sabará, município e Comarca do Rio das Velhas certifico que revendo o Livro no. 6 de Registro de testamentos, findo nele a folha 10 se acha registrado o do finado Capitão Domingos Gonçalves da Cruz e codicílio. Revendo o testamento **pág. 8** verso se acham entre as Verbas do mesmo Relativas às Ações do Banco do Brasil, da qual o teor é o seguinte:

“ Declaro que tenho no Banco do Brasil quatro ações e como destas, duas pertencem à minha mulher, das que me pertencem disponho na forma seguinte: Que enquanto for viva minha mulher perceberá esta os rendimentos e por sua morte

deixo hum para o Hospital desta Vila para rendimentos e fornecer uma Botica e se assistir para o curativo e alimento dos pobres enfermos ficando debaixo da minha administração nomeada pelo fundador do dito Hospital.

E outro fim vivendo a codicilo cabia à verba seguinte: As duas ações que temos no Banco do Brasil metidas em 9.05.1816 em número 130 e número 131, fica em capital pertencendo a primeira ao Hospital desta Vila e a segunda à Capela de Santa Rita de Cássia na Rua Direita com as condições seguintes que de ambos teremos assim lucros enquanto vivermos e pela nossa morte a ação da Capela de Sta. Rita do seu rendimento retirará todos os anos trinta mil réis para alimentos do nosso escravo Camilo a quem com ele damos a Liberdade e por este donativo não fará obrigado a cargo algum na Capela e por sua morte ficarão todos os lucros servindo de Patrimônio a dita capela. Outra ação depois da morte do último de nós, serão entregues a seu conhecimento a quem de direito for, estes também são os sentimentos de minha mulher. Sabará, 13 de setembro de 1816. Domingos Gonçalves da Cruz.

Outro fim do mesmo testamento consta instituir por testamenteira e herdeira do dito finado, sua mulher Dona Inácia Rosa de Abreu e Lima, esta fiz a citação por termo de testamentária e herança. Nada mais em relação ao que a suplicante faz menção na petição ao princípio desta conta do referido registro de testamento, do qual teor, fiz passar a presente ao dito Livro me reporto e a subscrevo nesta Fidelíssima Vila de N. Sra. da Conceição do Sabará, 07 de julho de 1835. Antônio Manoel Coutinho, Escrivão da Provedoria que subscrevi e assino.

Nas páginas 11,12 e 13, Dona Inácia Rosa de Abreu e Lima faz uma procuração passada a Luiz José Pinto Coelho da Cunha e são testemunhas João Mariano da Cruz, João Gonçalves Vilaça e Maximiniano Pires da Costa.

Na pág. 13 verso, A ré não deseja opor-se a presente ação porque nunca foi da sua mente prejudicar a Mesa Autora – Porque a grande propriedade de casas na Vila de Sabará que bem vale 12 contos e daí para cima não devia hipotecar por Escritura Pública, vou por termos nos autos desta propriedade de passar por sua morte a ser paga a Mesa Autora da ... ação com dinheiro que então corrente.

Pág. 14- E para melhor conhecer a Autora da Mesa, a vós intenção de achar quem queria ir comprar a mesma, proponho para justo valor, está pronta a vender.....

Pág. 16- Para avaliar as casas em Sabará a ré indicou os “Probos Cidadões”, Capitão Francisco Martins Marques, Capitão Camilo de Lélis Martins da Costa, sargento-mor Manuel de Araújo da Cunha, Tenente José João Fernandes...

Pág. 24- Advogado de Sabará José Agostinho Passos

Foram avaliadores do Conselho Acúrcio Quintiliano de Azevedo, Alexandre Monteiro dos Santos que tenham vistos e examinadas as casas lavradas na Precatória situada na Rua Direita desta Vila defronte da capela de Santa Rita, terras com os fundos para o beco que vai para a Corte, as quais por velhas estão com os tetos e baldrames bem danificados e podres e por uso achavam valer a quantia de 800mil réis.

Pág.25- Aos 17 de março de 1741 na Cidade de Mariana na presença de Henrique Rodolfo reconhecido como Processo da Irmandade intimam a D. Inácia, Maximiniano Pires da Costa. O auto termina com o pedido das custas do processo por parte de D.Inácia Rosa de Abreu e Lima.

Casa Setecentista-Mariana- Cód.263-4799

Luiz José Pinto Coelho da Cunha, testamenteiro de D. Inácia Roza de Abreu Lima- Contas da testamenteira-1844

Pág.2- Diz Luiz José Pinto Coelho da Cunha, (filho de Lourença Maria de Abreu), que sua tia, estando cega, surda e velha e enferma muitos anos fez testamento em 1835, sobrevivendo ainda seis anos, fazendo muitos legados e disposições fundada em ter direito e propor uma demanda em Sabará, sem qualquer poder haver uma grande fazenda com escravos, criações, porém desenganada se dispôs para fazer novo testamento em que se esclareça a pobreza em que já se achava por ter consumido em gastos e dádivas suas joias, pedras, ouro e prata e assim como ter pagamento das casas da Rua Nova, Clemente José, camponês, assim mesmo a quem deixava no testamento e neste suposto declarava aqui lhe passarão sobre as ações do Banco, contudo o marido havia feito nas costas dos títulos, por isso morta elas ficam. Ausente o suplicante, faleceu a testadora e o camponês vendeu uns ornamentos velhos por 80 mil réis para o enterramento e quando o suplicante chegou nessa cidade já não achou mais que os pequenos trastes há que no inventário consta de ser tidos,

Pág. 2 verso- junta e nela fez as outras declarações que constam da segunda certidão. O suplicante para honrar as findas da sua parenta fez a aceitação, pagou dívidas como mostra os documentos juntos e esta no desembolso do e passo que há da venda dos ornamentos e dos móveis inventariados além de ter despendido com a oposição que fez o Legatário das casas de Sabará em que o mesmo pagou a de cima e tirou sentença para execução e em Sabará corre demanda

contra ela (D. Inácia) e a Misericórdia credora. Enfim só pode haver algumas pequenas quantias ao futuro da casa filiada de Libelo, porém isso nesta está embargado pela Misericórdia de Sabará como é notório e de fato o sr. Promotor e, portanto o suplicante declara não querer dispender um só real por não haver donde tirar requer que V. Sa. o admita a jurar e depois disso o sr. Promotor disponha por hora em silêncio as contas da Testamentária. Pede deferimento. Pede V. Sa. o admita ao juramento e manda dar vista ao promotor,

Como requer e deve vista ao promotor Fiscal. Mariana 02.05.1844. Silva Costa. Luís José Pinto Coelho da Cunha.

Em 02 de maio de 1844, na Leal Cidade de Mariana na casa do tenente Cel. Manoel Francisco da Silva Costa , segundo substituto do Juiz Municipal de Órãos e aí vindo presente Luís José Pinto Coelho da Cunha, testamenteiro de Inácia Rosa de Abreu e Lima, a este deferiu o dito juiz o juramento dos Santos Evangelhos

Livro de testamento-106

Traslado de Testamento de Inácia Rosa de Abreu e Lima, nascida e batizada na Freguesia do Sumidouro, filha legítima do capitão Leonel de Abreu e Lima e de Maria Inácia Pires de Oliveira, viúva do Capitão Domingos Gonçalves da Cruz, de cujo matrimônio não tiveram filhos.

1º. Testamenteiro- Luiz José Pinto Coelho da Cunha

2º. Testamenteiro-Jacinto Gonçalves da Cruz

Nomeio como meus herdeiros as sobrinhas Ana, Matides, Albina, filhas legítimas do Capitão Francisco Manuel Pinto Coelho da Cunha e também D. Albina de Carolina filha legítima de Luis José Pinto Coelho da Cunha, meu primeiro testamenteiro.

Declaro que já dei em vida umas moradas de casas que possuo na Rua Direita em Sabará a Jacinto Manuel Gonçalves da Cruz como segundo testamenteiro com a condição de gastar os aluguéis até vender por possível promessa.... Deixo a minha escrava Mariana e sua filha Umbelina, seu filho Júlio Gonçalves e seu neto Dimas Gonçalves as moradas de casas. Deixo pela minha morte a (José) Clemente, o camponês e sua mulher.... Deixo para minha afilhada D. Maria Isabel do Carmo, filha do meu afilhado Leonel de Abreu e de D. Rita. Deixo ao meu escravo José Gonçalo, filho do falecido Maximiliano Gonçalo 200 mil libras. Deixo para minhas duas afilhadas Inácia Rosa de Abreu e Isabel Geralda filha legítima de Joao Gonçalves Neto e sua mulher D. Ana.... Mariana 8.05 de 1835, a rigor de D. Inácia Rosa de Abreu e Lima sendo essa.....

Pág. 7- aos 8.05.1835 em Mariana na casa da testadora Inácia Rosa de Abreu

Pág.8- Livro de Assento de Óbitos da Catedral de Mariana,p. 198- falecimento de Inácia Rosa de Abreu em 16.04.1841.

Doc. 294 57-98 Inácia Rosa de Abreu- 1841

Trata-se da cópia do testamento anterior com acréscimo

Pág.5- Deixo de esmola ao meu escravo José Gonçalves filho do falecido Maximiliano Gonçalves e se este falecer primeiro fica sem efeito. Deixo ao meu afilhado Domingos Gonçalves, filho do compadre Clemente 100 mil réis. Isabel Geralda filha de João José Neto e sua mulher D. Ana.... de nove li....pelo mesmo clérigo que proverão serem rezadas em suas casas e serei sepultada na Capela do Morro de Santo Antônio.

30 ANOS SEM CARLOS GRANDMASSON RHEINGANTZ

Antônio Seixas.¹

Resumo: Em 1988, faleceu o genealogista Carlos Grandmasson Rheingantz, fundador do Colégio Brasileiro de Genealogia. Decorridos 30 anos, com este ensaio, buscamos analisar sua trajetória intelectual, destacando sua contribuição para os estudos genealógicos no país.

Abstract: In 1988, the genealogist Carlos Grandmasson Rheingantz, founder of the Brazilian College of Genealogy, passed away. After 30 years, with this essay, we sought to analyze his intellectual trajectory, highlighting his contribution to genealogical studies in the country.

Introdução

A genealogia constitui importante auxiliar para a compreensão dos vínculos estabelecidos pelo parentesco na estrutura social brasileira, daí, segundo Américo Jacobina Lacombe, “do estudo das biografias e das famílias, passa-se naturalmente ao das genealogias”.²

No Brasil, os primeiros estudos genealógicos estiveram voltados à demonstração das origens aristocráticas das famílias. Não é à-toa que o livro de Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), escrito a partir de 1742, tem por título *Nobiliarquia paulistana, histórica e genealógica*. No mesmo sentido, a obra de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786) intitulada *Nobiliarquia Pernambucana*, escrita entre 1748 e 1777. Com *O Nome e o Sangue*, Evaldo Cabral de Mello confirma essa tendência, ao demonstrar os esforços empreendidos pelo Sargento-mor Filipe Pais Barreto para esconder sua

¹ Advogado e historiador. Membro titular da Academia Mageense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Niterói. Filiado ao Colégio Brasileiro de Genealogia, ao Instituto Brasileiro de História do Direito e ao Centro de Estudos da Imaginária Brasileira. antseixas@bol.com.br.

² LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973, p. 90.

origem sefardita, com a finalidade de obter o Hábito de Cristo, que lhe conferiria *status* social na Pernambuco colonial, valendo-se, para tanto, até mesmo de uma fraude nobiliárquica.³

O genealogista Carlos Grandmasson Rheingantz, filho de Gustavo Adolfo de Sá Rheingantz e de Marguerite Modeste Clarie Lucie Grandmasson Rheingantz, nasceu na cidade de Petrópolis (RJ), a 13 de fevereiro de 1915, na residência de seus avós maternos, na Avenida Koeller.⁴



Dr. Carlos Grandmasson Rheingantz.⁵

Engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a sua formatura mereceu destaque nas páginas do jornal *O Imparcial*: “Entre os diplomados ontem pela Escola Politécnica, figura o Dr. Carlos Grandmasson Rheingantz, figura de destaque da nossa sociedade, filho do Dr. Gustavo Rheingantz, e neto do saudoso engenheiro Dr. Emile Grandmasson”.⁶

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Pulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 4, v. 1, 1990, p. 42.

⁵ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 125, 2015, p. 1.

⁶ *O Imparcial*, 8 de dezembro de 1935, p. 7.

Com este ensaio, analisaremos a trajetória intelectual de Carlos Grandmasson Rheingantz, bem como suas contribuições para a investigação genealógica das famílias brasileiras e das famílias estrangeiras radicadas no país.

O genealogista

Rheingantz nos legou uma vasta obra genealógica, publicada em livros, opúsculos e periódicos. O projeto Memória Genealógica do Colégio Brasileiro de Genealogia, coordenado pelo Dr. Victorino Coutinho Chermont de Miranda, identificou nos acervos da Biblioteca Nacional e do próprio CBG, nada menos que 134 publicações de Carlos Grandmasson Rheingantz.⁷

Sua obra mais famosa talvez seja *Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVIII)*, publicada inicialmente em dois volumes, o primeiro, em 1965, e o segundo, em 1967, ambos pela Livraria Brasileira (Coleção Vieira Fazenda), totalizando 324 troncos familiares. Na década de 1990, o Colégio Brasileiro de Genealogia publicou em fascículos o terceiro volume, reunindo os estudos genealógicos referentes a outras 114 linhagens.



Anúncio do lançamento, na Livraria São José, do livro *Primeiras famílias*.⁸

Quando publicou *Primeiras famílias*, Rheingantz já era conhecido por outros trabalhos genealógicos, como o *Titulares do Império*, publicado pelo Arquivo Nacional (1960), e por suas contribuições publicadas em anais de

⁷ MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de (coord.). *Bibliografia preliminar sobre Genealogia no Brasil*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2000, p. 256-270.

⁸ Última Hora, 3 de novembro de 1965, p. 7.

congressos, como o do IV Congresso Nacional de História (1949) e em revistas especializadas, como o *Anuário Militar do Brasil* (1955) e o *Anuário do Museu Imperial* (1957). Encontramos ainda estudos genealógicos seus publicados nos jornais *O Globo* e *Tribuna de Petrópolis* e nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e do Instituto Histórico de Petrópolis.

O Colégio Brasileiro de Genealogia

Carlos Grandmasson Rheingantz convidou um grupo de pesquisadores para fundarem, em 24 de junho de 1950, o Colégio Brasileiro de Genealogia. A sessão ocorreu em seu apartamento, na rua Miguel de Lemos, 7, em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. A primeira diretoria ficou assim composta: Alberto Carlos d'Araújo Guimarães (Presidente), Gilda Guimarães de Azevedo (Vice-Presidente), Horácio Rodrigues da Costa (1.º Secretário), Marieugenia Catta Preta de Faria (2.ª Secretária), Luiz Philippe de Sá Campello Faveret (1.º Tesoureiro) e Sergio de Almeida Lamare (2.º Tesoureiro). A Rheingantz coube o cargo de bibliotecário-arquivista da entidade.⁹

No CBG, Rheingantz é o fundador da cadeira n.º 3, que tem por patrono Frederico de Barros Brotero, na qual foi sucedido, em março de 1989, por Luiz Carlos Sampaio de Mendonça (1929-2001),¹⁰ e por Jorge Douglas Alves Fasolato, eleito em 2004.¹¹

Em 1952, na sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi eleita nova diretoria do CBG, encabeçada por Rodrigo Octávio Filho (Presidente) e Gilda Guimarães de Azevedo (Vice-Presidente), tendo Rheingantz assumido a 1.ª secretaria da entidade.¹² Na ocasião foram aprovados o emblema e o brasão do CBG.¹³

Em 2 de agosto de 1958, Rheingantz foi eleito Presidente do Colégio Brasileiro de Genealogia, sendo integrantes da diretoria, Maria Alberto Torres (Vice-Presidente), Armando de Salmont Campbello (Secretário) e Adalberto Brito Cabral de Melo (Tesoureiro).¹⁴ Reeleito presidente do CBG (1961-1964,

⁹ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 3, n.º 1, 1970, p. 15.

¹⁰ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 9, 1989, p. 2.

¹¹ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 85, 2004, p. 1.

¹² O Jornal, 8 de outubro de 1952, p. 1.

¹³ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 102, 2011, p. 3.

¹⁴ Instituto Genealógico Brasileiro. *Revista Genealógica Latina*, v. 9, n.º 11, 1959, p. 297.

1964-1967, 1967-1970), foi aclamado Presidente Vitalício (1968),¹⁵ condição que manteve até ser sucedido interinamente em 31 de maio de 1988 pelo Dr. Attila A. Cruz Machado.

Em 1.º de julho de 1959, sob a presidência de Rheingantz, o Colégio Brasileiro de Genealogia recebeu seu reconhecimento oficial através do título de Utilidade Pública Federal, conferido pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (Decreto n.º 46.342, de 1.º de junho de 1959).¹⁶

Elevando o nome do CBG ao nível internacional, Rheingantz participou dos Congressos Internacional das Ciências Heráldica e Genealógica, em Bruxelas (1958), Estocolmo (1960), Haia (1964) e Paris (1966), tomando parte efetiva nos debates e contribuindo para a elaboração das teses aprovadas.¹⁷

Em 1960, o CBG publica, sob a presidência de Rheingantz, o primeiro número de sua revista, *Brasil Genealógico*, cuja comissão editorial foi composta pelos genealogistas Gilson Caldwell do Coutto Nazareth, Maria Alberto-Torres e Paulo Carneiro da Cunha.¹⁸

Seguiu-se a publicação do primeiro tomo da coleção *Genealogia Carioca* (1964), em que Rheingantz apresenta a descendência dos duques, condes e marqueses nascidos no Rio de Janeiro.¹⁹ O segundo tomo da coleção somente viria à luz somente em 1990, com a publicação da genealogia da família Hime, pelo casal Egon e Frieda Wolff.²⁰

No contexto das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, o CBG marcou presença, convidado oficialmente a colaborar com os festejos, organizando a grande Concentração dos Descendentes dos Povoadores do Rio de Janeiro, dando a conhecer os nomes dos dezoito troncos formadores da família carioca.²¹ A concentração se deu no dia 24 de julho de 1965, no Aterro do Flamengo, reunindo 1.500 descendentes dos povoadores do Rio de Janeiro.²² O Estado da Guanabara, através de projeto do deputado estadual

¹⁵ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 102, 2011, p. 4

¹⁶ Jornal do Comércio, 2 de julho de 1959, p. 4.

¹⁷ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 3, n.º 1, 1970, p. 16-17.

¹⁸ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 1, n.º 1, 1960, p. 4.

¹⁹ RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Genealogia Carioca*, t. 1, n.º 1. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 1965.

²⁰ WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Genealogia Carioca*, t. 2. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 1990.

²¹ Última Hora, 24 de junho de 1965, p. 3; Jornal do Brasil, 7 de julho de 1965, p. 5.

²² A Tribuna, 25 de julho de 1965, p. 3.

Everardo Magalhães Castro (ARENA),²³ reconheceu oficialmente a Medalha Comemorativa outorgada pelo Colégio Brasileiro de Genealogia, juntamente com o diploma comprovante aos descendentes dos povoadores da terra carioca (Lei Estadual n.º 1.700, de 26 de agosto de 1968).²⁴

A reitoria da Universidade Federal Fluminense, em 1967, acolheu o II Congresso de História Fluminense, que contou com a participação do Colégio Brasileiro de Genealogia, representado por uma comitiva composta pelos sócios Carlos Grandmasson Rheingantz, Attila A. Cruz Machado, Adalberto Brito Cabral de Mello, Amílcar Montenegro Osório, Paulo Carneiro da Cunha e Abellard Barreto, cabendo a Rheingantz a 3.ª Vice-Presidência da mesa diretora.²⁵

Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

No dia 23 de outubro de 1968, Carlos Grandmasson Rheingantz foi empossado sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (criado em 1838), sendo saudado pelo historiador Américo Jacobina Lacombe, que o descreveu como um genealogista dedicado, preocupado em analisar a formação da família brasileira, a partir dos registros paroquiais, como dão testemunhos seus estudos sobre a família carioca, publicados por ocasião do IV Centenário do Rio de Janeiro, e as publicações do Colégio Brasileiro de Genealogia.²⁶

É tradição do IHGB que o empossando apresente uma conferência. Rheingantz não fugiu a ela. E com o título *Um passeio no Rio antigo*, convidou os presentes a flanarem pelas ruas do Rio de Janeiro, descrevendo a cidade, seus bairros, praças, jardins, monumentos e as mais antigas famílias cariocas.²⁷

²³ Diário de Notícias, 29 de junho de 1968, p. 2.

²⁴ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 3, n.º 1, 1970, p. 22.

²⁵ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 2, n.º 6, 1968, p. 282-284.

²⁶ LACOMBE, Américo Jacobina. Genealogia: discurso de saudação a Carlos Grandmasson Rheingantz. *RIHGB*, v. 281, 1968, p. 91-98.

²⁷ RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. Um passeio no Rio antigo: discurso de posse. *RIHGB*, v. 281, 1968, p. 99-126.

Homenagens e silêncios

Aos 73 anos, Carlos Grandmasson Rheingantz faleceu em sua cidade natal, a 16 de agosto de 1988, sendo sepultado no cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.²⁸

Em 30 de novembro de 1988, por ocasião do elogio dos sócios falecidos, Vicente Tapajós, 1.º Secretário do IHGB, destacou as contribuições de Rheingantz enquanto fundador do Colégio Brasileiro de Genealogia e autor de livros, entre eles, *Titulares do Império* (1960).²⁹

Rheingantz foi escolhido, ainda em vida, patrono da cadeira n.º 20 do Colégio Brasileiro de Genealogia, por iniciativa de Roberto Menezes de Moraes, quando este foi eleito sócio titular em 31 de maio de 1988.³⁰

Eleito sócio titular do Instituto Histórico de Petrópolis, em 6 de março de 1964, Rheingantz foi escolhido patrono da cadeira n.º 10 do IHP, desde 10 de outubro de 1994 ocupada por Paulo Roberto Martins de Oliveira.³¹ Infelizmente, o relatório de atividades do instituto relativo ao ano de 1988 silencia quando ao falecimento de Rheingantz.³²

No início de 2015, o CBG destacou o centenário de Rheingantz em sua *Carta Mensal*.³³ Consultando os boletins mensais do IHGB, ficamos sabendo que o Colégio Brasileiro de Genealogia realizou no Instituto Cultural da Aeronáutica – INCAER, em 17 de outubro de 2015, a concessão de uma Tríplice Medalha, comemorativa dos 65 anos de fundação do CBG, do centenário de Rheingantz e dos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, ocasião em que foram homenageados, entre outros, o próprio IHGB e os presidentes do CBG Rodrigo Octávio Filho (*in memoriam*), Victorino Chermont de Miranda e Carlos Eduardo Barata e o sócio benemérito Marcello de Ipanema (*in memoriam*).³⁴

Curiosamente, o IHGB realizou sessões solenes comemorativas de outros centenários de nascimento de sócios, transcorridos em 2015 (Hélio Leônico

²⁸ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 4, v. 1, 1990, p. 43.

²⁹ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, n.º 361, 1988, p. 600-601.

³⁰ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal* n.º 22, 1991, p. 2.

³¹ NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (org.). *Patronos do Instituto Histórico de Petrópolis: informes biobibliográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999, p. 37.

³² Instituto Histórico de Petrópolis. *RIHP*, v. 6, 1989, p. 147-151.

³³ Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 125, 2015, p. 1.

³⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Noticiário*, n.º 307, 2015, p. 2

Martins, Wilson de Lima Bastos, Eduardo d'Oliveira França, Antônio Houaiss, José Gomes Bezerra Câmara, Jorge Calmon e José Calasans), porém o relatório de atividades (2014-2015), apresentado pela 1.ª Secretária Cybelle Moreira de Ipanema, silencia acerca do centenário do sócio Carlos Grandmasson Rheingantz.³⁵

Já o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul criou o fundo Carlos Grandmasson Rheingantz em seu arquivo, composto por 8.619 fichas doadas pelo homenageado, referentes a pesquisas genealógicas abrangendo a região sul do estado (de Camaquã a Pelotas, Rio Grande, sobretudo).³⁶

Considerações finais

Como vimos, o nome de Carlos Grandmasson Rheingantz e sua trajetória intelectual estão associados ao Colégio Brasileiro de Genealogia, cujas bases foram por ele lançadas.

Próximo de completar 70 anos, o CBG chegou ao século XXI com um patrimônio significativo: seu fichário de registros de batismos, casamentos e óbitos, com mais de 150 mil indicações, e por isso mesmo, único no país; e sua biblioteca especializada em genealogia, com mais de cinco mil títulos, instalados, desde 1988, em sua sala no prédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Sem esquecer-se de sua revista *Brasil Genealógico*, editada desde 1960, e seu informativo *Carta Mensal*, com mais de 140 edições desde sua criação em 1988.

Com seus escritos Carlos Grandmasson Rheingantz contribuiu teórica e metodologicamente para o estudo e a investigação genealógica das famílias brasileiras e das famílias estrangeiras radicadas no país, sendo o Colégio Brasileiro de Genealogia seu maior legado.

Fontes:

A Tribuna, 25 de julho de 1965.

Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 2, n.º 6, 1968.

Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*, t. 3, n.º 1, 1970.

³⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, n.º 469, out/dez, 2015, p. 189-194.

³⁶ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Guia de arquivos pessoais e coleções do IHGRS*. Porto Alegre: IHGRS, 2013, p. 40.

- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*. t. 1, n.º 1, 1960.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Brasil Genealógico*. t. 4, n.º 1, 1990.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 102, 2011.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 125, 2015.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 22, 1991.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 85, 2004.
- Colégio Brasileiro de Genealogia. *Carta Mensal*, n.º 9, 1989.
- Diário de Notícias, 29 de junho de 1968.
- Instituto Genealógico Brasileiro. *Revista Genealógica Latina*, v. 9, n.º 11, 1959.
- Instituto Histórico de Petrópolis. *RIHP*, v. 6, 1989.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Noticiário*, n.º 307, 2015.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, n.º 361, 1988.
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *RIHGB*, n.º 469, 2015.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Guia de arquivos pessoais e coleções do IHGRS*. Porto Alegre: IHGRS, 2013.
- Jornal do Brasil, 7 de julho de 1965
- Jornal do Comércio, 2 de julho de 1959.
- O Imparcial, 8 de dezembro de 1935.
- O Jornal, 8 de outubro de 1952.
- Última Hora, 24 de junho de 1965.
- Última Hora, 3 de novembro de 1965.

Referências bibliográficas:

- LACOMBE, Américo Jacobina. Genealogia: discurso de saudação a Carlos Grandmasson Rheingantz. *RIHGB*, v. 281, 1968.
- LACOMBE, Américo Jacobina. *Introdução ao estudo da História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EDUSP, 1973.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O Nome e o Sangue: uma fraude genealógica no Pernambuco colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989
- MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de (coord.). *Bibliografia preliminar sobre Genealogia no Brasil*. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 2000.
- NETTO, Jeronymo Ferreira Alves (org.). *Patronos do Instituto Histórico de Petrópolis: informes biobibliográficos*. Petrópolis: Editora Gráfica Serrana, 1999.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. *Genealogia Carioca*, t. 1, n.º 1. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 1965.

RHEINGANTZ, Carlos Grandmasson. Um passeio no Rio antigo: discurso de posse. *RIHGB*, v. 281, 1968.

WOLFF, Egon; WOLFF, Frieda. *Genealogia Carioca*, t. 2. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, 1990.

A ORIGEM DE AGOSTINHO MACHADO FAGUNDES, TRONCO PAULISTA

H. V. Castro Coelho

Marcelo Meira Amaral Bogaciovas

Resumo: *Novos documentos sobre a origem e família do Português Agostinho Machado Fagundes, tronco paulista.*

Abstract: *New documents about the origin and family of the Portuguese Agostinho Machado Fagundes, São Paulo's trunk.*

A propósito de um anúncio em Portugal de preparem o lançamento da obra “Genealogias da Ilha Terceira”, sendo autores Jorge Forjaz e António Ornellas Mendes, pareceu-me oportuno, a título colaborativo, relacionar alguns antigos troncos paulistas originários daquela ilha dos Açores. Obviamente que também deseja instigá-los a obterem mais detalhes... Para tanto, publiquei um artigo na Revista da Asbrap, sendo um deles sobre a família Fagundes.¹ Eu havia me baseado em um trabalho lançado 13 anos antes, por Helvécio Vasconcelos Castro Coelho, meu amigo de longa data e descendente da família.²

Curiosamente, para mim, quando aquela obra foi lançada, alguns anos depois, mais grandiosa do que imaginava, em dez grossos volumes, não se fez menção alguma ao tronco Agostinho Machado Fagundes.³ Na altura, fiquei sem entender: seus autores, amigos meus, simplesmente ignoraram, ou não acreditaram, no que lhes havia encaminhado. Mas entendi o recado: deixaram claro que não corroboravam com a informação recebida. Comentei esse fato, sem graça, com o Sr. Helvécio.

¹ BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Alguns Troncos Paulistas de Origem Terceirense*. Asbrap: São Paulo, 2004. In Revista da Asbrap n.º 10, pp. 205-220.

² COELHO, H. V. Castro. *Título “Fagundes” da Ilha Terceira: alguns descendentes nos Açores e em São Paulo*. In Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo: IMESP, 1991, pp. 573-601.

³ MENDES, António Ornelas; FORJAZ, Jorge. *Genealogias da Ilha Terceira*. Lisboa: DisLivro, 2007, 10 volumes. Vol. IV: Fagundes, pp. 291-364.

Muitos anos depois, recebi amável correspondência (via e-mail) de um dos autores, António Ornellas Mendes, em 3 de dezembro de 2012. Agradou-me sobremaneira, pois confirmava a filiação do tronco: era, de fato, filho de João Machado Fagundes – um herói português nas guerras de restauração de Portugal – e de Maria Cardines Preto. Mas ele entendia que seria filho natural e que essa senhora seria de modesto estrato social, o que justificaria que o futuro mestre de campo não se casasse com ela. Ornellas escreveu ainda que não havia encontrado o óbito de Maria Cardines Preto (aliás, seu apelido ora vem transcrito como Cardanes, ora como Cardenas), nem tinha informações de seus pais, Manuel Rodrigues Preto e Luísa de Castro.

Por problemas particulares, demorei alguns meses para encaminhar os dados para o Sr. Helvécio, acrescidos de pesquisas que eu havia feito em Portugal (Torre do Tombo) e pela internet (utilizando cópias de registros paroquiais, obtidos da base de dados do **tombo.pt**). A carta que lhe enviei voltou do Correio, por engano. Não me restou outra alternativa senão a de levá-la pessoalmente em sua residência, na cidade de Guaratinguetá, distante quase 200 quilômetros de São Paulo, onde resido. O que fiz, na volta de uma das minhas viagens ao Rio de Janeiro. Ficou-me a impressão de que ele não apreciou o material recebido.

A questão fulcral é que o Sr. Helvécio fiou-se em documentos existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, nos quais havia expressa menção de que Agostinho Machado Fagundes era filho do Capitão João Machado Fagundes e de **sua mulher** D. Maria de Cardines Preto (inclusive com o tratamento de *dona*), como melhor se verá adiante. O fato de não constar que seu pai, quando casou-se em Alter do Chão, em 19 de agosto de 1664 (ver adiante) era viúvo, fez o amigo Ornellas pensar que Agostinho só poderia ser filho natural. Acrescido ao fato de, no assento de batizado de Agostinho, não constar que era filho de João Machado Fagundes e *de sua mulher...* Entretanto, já compulsei diversos matrimônios de viúvos onde não constava seu estado civil.

Por outro lado, em documentos açorianos, abaixo relacionados, percebe-se que o pai de Maria de Cardines Preto não seria de baixa condição social. Ao contrário: de uma relação anônima sobre a restauração de 1640 ao se tratar da guerra na cidade de Angra: “... e se entregou o provimento da pólvora ao Licenciado Manuel Rodrigues Preto, bom português.”⁴ Confirmando essa informação, o mesmo constou, com o título de *licenciado*, fazendo parte do Conselho de Guerra da Ilha Terceira, na qualidade de almoxarife.⁵ E, finalmente, um filho do

⁴ **Arquivo do Açores**. Edição fac-similar da de 1883. Volume IV, p. 10.

⁵ DRUMMOND, Francisco Ferreira. Anais da Ilha Terceira – reimpressão fac-similada da edição de 1856. Porto: Governo Autônomo dos Açores/ Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1981. Volume II, p. 32.

mesmo Manuel Rodrigues de Vasconcelos, de nome Manuel Preto de Vasconcelos, foi estudante de Cânones na Universidade de Coimbra, de 1630 a 1637.⁶



Fins de 2007, em Lisboa. Eu entre os autores de *Genealogias da Ilha Terceira*: António Ornellas Mendes (à esquerda) e Jorge Forjaz

Enfim, filho legítimo ou não, sintetizando a parte que toca aos Fagundes, consoante a obra “Genealogias da Ilha Terceira”, temos:

§ 1.º

- I- RODRIGO AFONSO FAGUNDES. Teria sido pajem do Infante D. Henrique. É possível que não tenha sido povoador da Ilha Terceira, mas sim suas filhas. Desconhece-se o nome de sua mulher. Foi pai, além de outra, de:
- II- ISABEL RODRIGUES FAGUNDES. Casou-se, na Ilha Terceira, com GIL EANES CURVO que, por ser natural de Borba, no Alentejo, Portugal, foi conhecido por Gil de Borba. Foram pais, entre outros, de:
- III- CATARINA GIL FAGUNDES, falecida na Praia em 9 de outubro de 1569 (sepultada em São Francisco). Casou-se, na Ilha Terceira, com (seu primo?) FERNÃO VAZ FAGUNDES, filho de Luís Vaz Fagundes, que havia passado para a Ilha Terceira. Foram pais, entre outros, de:

⁶ **Arquivo do Açores.** Edição fac-similar da de 1883. Volume XIV, p. 157.

- IV- MÉCIA LOURENÇO FAGUNDES. Casou-se com FERNANDO MARTINS FERREIRA, cavaleiro africano, natural de Ceuta, que passou a viver na Ilha Terceira. No casamento de seu filho, adiante, foi nomeado *Fernando Martins Fagundes Africano*. Foram pais, entre outros, de:
- V- ANTÔNIO MARTINS FAGUNDES, ou Antão Martins Ferreira. Casou-se na freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras em 15 de junho de 1560 com BÁRBARA DIAS VIEIRA MACHADO, ali nascida cerca de 1540 – dos Machados e Vieiras da Ilha Terceira.⁷ Um bisneto do casal Antônio – Bárbara, de nome Francisco de Sousa Machado, obteve brasão de armas, passado em 10 de outubro de 1687. Um dos quartéis era dos Fagundes, assim descrito: “em campo de prata cinco chagas azuis em santor”.⁸

Segue o teor do casamento:⁹

*Antão Martins Fagundes com
Mécia Lourenço Fagundes/ Aliás Bárbara Dias Vieira*¹⁰
Aos 15 de Junho de 1560 recebi eu Manuel Gonçalves cura nesta
..... da bem aventurada Santa Bárbara das nove ribeiras a Antão
Mar..... filho de Fernando Martins Fagundes Africano e de Mécia
Lourenço Fagundes de Fernando Vaz Fagundes e de Maria Ro-
drigues Fagundes meus fregueses cidade de Angra o qual rece-
bimento fiz à porta da dita Igreja perante muitas testemunhas que
presentes estavam Diogo de Pedro Francisco Vieira Afon-
so Martins André Vaz Alvaro Martins Fagundes, Pedro Jácome
Ma..... do Canto filho de João do Canto e outros muitos perante os
quais lhes fiz banhos momentâneos e lhes dei as bênçãos da Santa
Igreja , e por verdade assinei aqui. Declaro que a mulher é Bárbara

⁷ NEMÉSIO, Vitorino e NEMÉSIO, Gonçalo. *Uma Família do Ramo Grande Ilha Terceira*. Lisboa/Braga: Barbosa & Xavier, 1994. p. 126.

SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo (CARCAVELLOS), *No-biliário da Ilha Terceira*. 3 volumes. Porto: Fernando Machado & Cia, 1944. Volume II, p. 29.

⁸ **Arquivo do Açores**. Edição fac-similar da de 1883. Volume X, p. 465.

⁹ Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Paróquia de Santa Bárbara. Livro de casamentos (1560-1606), fls. 1. Ver em:

http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/TER-AH-SANTABARBARA-C-1560-1606/TER-AH-SANTABARBARA-C-1560-1606_item1/P1.html

¹⁰ O nome do casal não foi escrito pelo pároco. Parece ter sido feito em época posterior, aparecendo o nome da noiva equivocado. Depois, alguém corrigiu.

Dias Vieira filha de Pedro Lourenço Machado e de Catarina Dias Vieira, e por verdade assinei

Manuel Gonçalves



Foram pais de (supõe-se):

- VI- CAPITÃO ANTÃO MARTINS FAGUNDES¹¹. Batizado em 14 de fevereiro de 1580 na freguesia de Santa Bárbara¹² e ali falecido em 10 de setembro de 1653.

Casou-se, cerca de 1602 (não 1615), com CATARINA MARTINS BORBA, batizada em 10 de outubro de 1576 na freguesia de Santa Bárbara, onde faleceu em 1.º de fevereiro de 1666. Catarina Martins era filha de João Martins de Borba e de Bárbara Gonçalves.

Segundo a obra “Genealogias da Ilha Terceira”, acrescido de pesquisas na Torre do Tombo:¹³

El Rei nosso senhor tendo respeito aos serviços de Antão Martins Fagundes, já falecido, feitos por espaço de 30 anos em praça de capitão de infantaria da gente de ordenança à sua custa na Ilha 3.ª em o distrito da freguesia de Santa Bárbara 3 léguas da cidade de Angra, e nas ocasiões que se lhe ofereceram aquele tempo de rebates de inimigos da

¹¹ Era **Antão**, não Antônio.

¹² Não encontrei o assento de seu batizado nos livros paroquiais.

¹³ IAN/ Torre do Tombo. Registo Geral de Mercês. Ordens. L. 6, fls. 263. Registo Geral de Mercês. Portarias do Reino (microfilme 4253), L. 3, fls. 53v-54v.

costa e outros efeitos do serviço desta Coroa proceder sempre com grande zelo, e diligência particularmente depois da aclamação ajudando de sua parte no que lhe coube e Francisco de Ornellas da Câmara e melhor dispor e executar as ordens que levou do Reino para manifestar em como os povos dele ficavam recuperados, e livres da sujeição de Castela, e finalmente a assistir pelo modo que lhe foi possível no cumprimento dos mandados de seus superiores enquanto se bateu o Castelo do Monte do Brasil, e durou o sítio até de todo se restaurar e serem desalojados os castelhanos cuja doação por sentença do Juízo das Justificações [ficou pertencendo] a seu filho João Machado Fagundes em satisfação do qual e dos mais que por parte dele se representou.

Há por bem fazer-lhe mercê além dos vinte mil réis de pensão com que pelos serviços pessoais fora despachado e de que tirou portaria em 8 de março de 653 tenha mais com o hábito de Cristo que já lhe mandou lançar quarenta mil réis de renda cada ano e que delas se lhe façam efetivos vinte mil réis, e alcançará 15 de junho de 654.

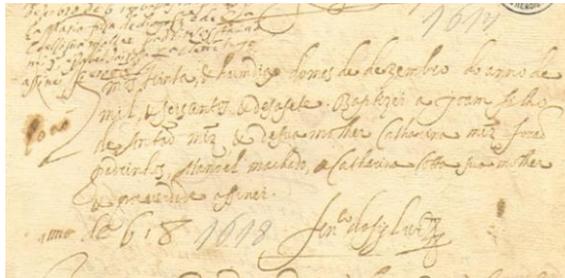
Foram pais, entre outros, de:

- VII- MESTRE DE CAMPO JOÃO MACHADO FAGUNDES, batizado em 31 de dezembro de 1617 na citada freguesia de Santa Bárbara, conforme segue:¹⁴

João

Em os trinta, e hum do mês de dezembro do ano de mil, e seiscentos e dezasete baptizei a João filho de Antão Martins e de sua mulher Catarina Martins foram padrinhos Manuel Machado e Catarina Costa sua mulher e por verdade assinei.

Fancisco da Silveira



¹⁴ Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. Paróquia de Santa Bárbara. Livro de batizados (1610-1625), fls. 81. Ver em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/TER-AH-SANTABARBARA-B-1610-1625/TER-AH-SANTABARBARA-B-1610-1625_item1/P81.html

João Machado Fagundes teve de MARIA DE CÁRDINES PRETO, um filho, que segue adiante. Há dúvida se eram casados ou solteiros. Ela era filha do Licenciado Manuel Rodrigues Preto, como já foi escrito acima, que foi almoxarife do Conselho de Guerra da cidade de Angra em 1640, por ocasião da Restauração, e de sua mulher Luísa de Castro.

Já em Portugal continental, casou-se em 19 de agosto de 1664 na freguesia de Alter do Chão (concelho de Alter do Chão, distrito de Portalegre) com D. Isabel de Vasconcelos, solteira, dali natural e moradora.¹⁵ No assento de seu casamento, consta que ele era governador do Crato; não se fez menção a seu estado civil. Ela era filha de Luís de Roboredo de Vasconcelos Barreto (falecido em 22 de setembro de 1678 em Alter do Chão) e de sua mulher D. Joana Barradas (falecida em 11 de setembro de 1684 em Alter do Chão). Segue o assento de seu casamento:¹⁶

João Machado Fagundes

Dona Isabel de Vasconcelos

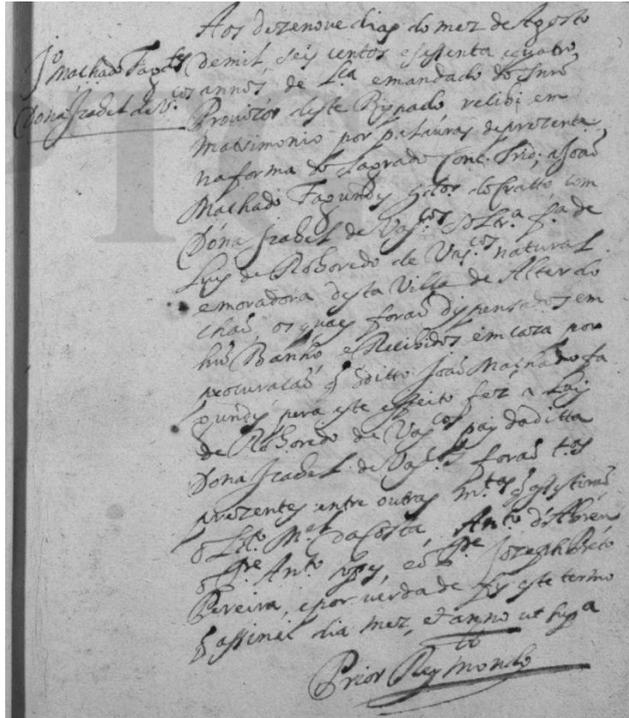
Aos dezenove dias do mês de Agosto de mil, seiscentos e sessenta e quatro anos, de licença e mandado do Senhor Provisor deste Bispaço, recebi em matrimônio por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio; a João Machado Fagundes governador do Crato, com Dona Isabel de Vasconcelos solteira filha de Luís de Roboredo de Vasconcelos natural e moradora desta vila de Alter do Chão, os quais foram dispensados em um Banho, e recebidos em casa por procuração que o dito João Machado Fagundes para este efeito fez a Luís de Roboredo de Vasconcelos pai da dita Dona Isabel de Vasconcelos foram testemunhas presentes entre outras muitas que assistiram o Licenciado Manuel da Costa, Antônio d'Abreu, o Padre Antônio Lopes, e o Padre José Preto Pereira, e por verdade fiz este termo que assinei dia mês, e ano ut supra.

Prior Reymondo

¹⁵ BRITO, Manuel da Costa Juzarte de (1675-1759). *Livro genealógico das famílias desta Cidade de Portalegre* (anotado, corrigido e actualizado por Nuno Borrego e Gonçalo de Mello Guimarães). Lisboa: Medialivros/ Tipografia Peres, 2002. p. 829.

Apud <https://geneall.net/pt/nome/126715/joao-machado-fagundes-de-vasconcelos/>

¹⁶ Arquivo Distrital de Portalegre. Concelho de Alter do Chão. Freguesia de Alter do Chão. L.º de casamentos (1656-1694), fls. 56. Vide em: <http://digitarq.adptg.arquivos.pt/viewer?id=1001883>



Segundo a obra “Genealogias da Ilha Terceira”:

Serviu durante as guerras da Restauração, como ajudante do tenente de mestre de campo general do exército do Alentejo, e depois como mestre de campo, sargento-mor e governador das praças de Vila Viçosa e Valença de Alcântara. Tomou parte na batalha das Linhas de Elvas a 14.1.1659 com o posto de sargento-mor. Servira na Flandres, no Castelo de Angra, em Santa Marta, Codiceira, Telená e Olivença.

Fidalgo cavaleiro da Casa Real; cavaleiro professo na Ordem de Cristo, por alvará de 20.8.1655¹⁷ e padrão de 20.000 réis de pensão, por carta de 3.6.1660¹⁸, acrescentado para 60\$000 réis, a 24.6.1662¹⁹.

¹⁷ IAN/ Torre do Tombo. Chancelaria da Ordem de Cristo. L. 38, fls. 453v.

¹⁸ IAN/ Torre do Tombo. Chancelaria da Ordem de Cristo. L. 51, fls. 390.

¹⁹ IAN/ Torre do Tombo. Chancelaria da Ordem de Cristo. L. 47, fls. 260.

João Machado Fagundes faleceu em 22 de novembro de 1668 (conforme Manuel da Costa Juzarte de Brito) na freguesia de Alter do Chão.

João Machado Fagundes teve de Maria de Cárdenes Preto o filho:

1 (VIII)- CAPITÃO AGOSTINHO MACHADO FAGUNDES, que segue no § 2.º.

João Machado Fagundes teve de sua mulher (segunda?) D. Isabel Mendes de Vasconcelos o filho:

2 (VIII)- JOÃO MACHADO FAGUNDES DE VASCONCELOS, que segue.

VIII- JOÃO MACHADO FAGUNDES DE VASCONCELOS. Nasceu em Valença de Alcântara. Segundo o livro de Juzarte de Brito, foi capitão-mor de Monforte, nomeado na vereação de 18 de outubro de 1690, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real. Casou-se duas vezes, não tendo deixado geração. A primeira, com sua prima D. LEONOR ROSA, falecida na freguesia de São Pedro, Monforte, em 4 de outubro de 1710, filha de Heitor Rodrigues de Matos e de D. Maria Curvo. A segunda, em 25 de maio de 1714, na mesma freguesia de São Pedro, com sua prima D. BEATRIZ DA VIDE, filha de Manuel Barradas Mures e de sua mulher Margarida Subtil da Vide.

§ 2.º

VIII- CAPITÃO AGOSTINHO MACHADO FAGUNDES, filho de João Machado Fagundes, do § 1.º n.º VII. Nasceu na rua do Rego, em Angra, tendo sido batizado em 3 de setembro de 1642 na freguesia de Santa Luzia, Ilha Terceira. Segue o assento de batizado:²⁰

Agostinho

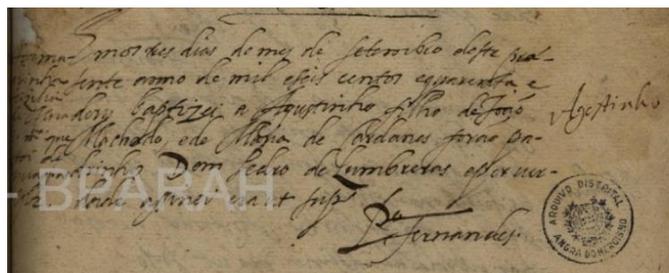
Em os 3 dias de setembro deste presente ano de mil e seiscentos e quarenta e dous baptizei a Agostinho filho de João Machado, e de Maria de Cardanes foram padrinhos Dom Pedro de Lumbreras e por verdade assinei era ut supra.

Pedro Fernandes

Ao lado consta:

foi madrinha Cecília de Mora.... mulher que foi de Gaspar Gonçalves.

²⁰ Arquivo Distrital de Angra do Heroísmo. L.º n.º 1, imagem 136, de batizados da paróquia de Santa Luzia (Angra), Ilha Terceira. Ver em: http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/TER-AH-SANTALUZIA-B-1621-1647/TER-AH-SANTALUZIA-B-1621-1647_item1/P136.html
Como se observa, o assento foi mal redigido; tanto que o nome da madrinha foi posto à margem. Portanto, o fato de não nomear sua mãe como mulher de João Machado, em minha opinião, não quer dizer, forçosamente, que era filho natural.



Segundo o Cônego Roque Luís de Macedo Pais Leme da Câmara, que se baseara nas pesquisas de seu primo Pedro Taques de Almeida Pais Leme (autor de *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*), Agostinho Machado Fagundes “foi herdeiro da casa de seus pais e de todas as mercês que houve e tudo perdeu vindo fugido para São Paulo onde guardou silêncio até morrer”. Segundo o mesmo autor (Cônego Roque), era filho de João Machado Fagundes (irmão do Morgado da Praia, na Ilha Terceira), sargento-mor, em cujo posto se achou na Batalha das Linhas de Elvas, tendo falecido na Pátria, e de sua primeira mulher D. Maria de Cordis Preto, natural da Ilha Terceira.²¹

Pedro Taques realmente escreveu sobre a família de Agostinho Machado Fagundes. Isso se verifica quando ele trata da mulher de José da Cunha Franco, a qual era bisneta do tronco. Ele pura e simplesmente remete o leitor para o título de Machado Fagundes, capítulo 4.^o Esse título fazia parte dos inúmeros que se perderam do nosso grande genealogista paulista (quicá o maior...) no terremoto de Lisboa, em 1755.²²

Sua ascendência vem descrita no processo de *genere et moribus* de seu filho, o Padre José Machado de Oliveira.²³ Igualmente no processo de

²¹ CÂMARA, Roque Luís de Macedo Pais Leme da. *Nobiliarquia Brasiliense ou Coleção de todas as famílias nobres do Brasil, e as Capitánias, principalmente daquela de S. Paulo, com a notícia certa donde são oriundos, mortes e jazigos*. Publicado por Affonso de Taunay in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Volumes 32, 34 e 35. Vol. 32 (ano 1937), p.126.

²² LEME, Pedro Taques de Almeida Pais (1714-1777). *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*, 5.^a ed., 3 volumes. São Paulo: Ed. Itatiaia/EDUSP, 1980. Vol. II, p. 104.

²³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-4-67, ano de 1710.

genere et moribus de outro filho seu, o Padre Mestre Francisco de Chagas Machado, religioso do Carmo, no ano de 1750.²⁴

Agostinho Machado Fagundes veio para o Brasil, casando-se duas vezes e deixando geração das duas mulheres.

A primeira vez, cerca de 1670, provavelmente na vila de São Paulo, com GENEBRA LEITÃO DE VASCONCELLOS (irmã do Coronel Antônio de Oliveira Leitão), batizada em 2 de outubro de 1649 na Sé de São Paulo e falecida em 1691 em Mogi das Cruzes.²⁵ Genebra era filha de Domingos de Oliveira Leitão e de sua mulher Ana da Cunha, esta irmã dos Padres Salvador da Cunha, Antônio da Cunha (falecido em Angola) e Domingos da Cunha (vigário da Vara de São Paulo), todos filhos de Manuel da Cunha, natural da Ilha de São Miguel, e de Catarina Pinto, natural da vila de Santos.²⁶ Manuel da Cunha veio para São Paulo cerca de 1616, onde foi escrivão da câmara e onde faleceu em 1674.²⁷ Segundo o processo de *genere et moribus* de Domingos da Cunha, eram netos paternos de Salvador Teixeira da Cunha e de Maria Mendes; netos maternos de Antônio Lopes Pinto, alcaide da vila de São Paulo.²⁸

Do processo de Domingos da Cunha consta o depoimento de Miguel Cisne da Faria, provedor-mor das fazendas dos defuntos e ausentes e capelas, resíduos, e órfãos do Estado do Brasil, que também serviu de juiz de fora da Ilha de São Miguel e corregedor e contador da Fazenda Real dela e da Ilha de Santa Maria, por Sua Magestade. Disse que conhecera a Salvador Teixeira da Cunha por meirinho das Execuções da Fazenda Real das ilhas de São Miguel e de Santa Maria, e a sua mulher Maria Mendes. Conheceram ainda a dois irmãos do dito meirinho, a saber, o Padre Jerônimo da Cunha, vigário e cura da vila de Água de Pau (Nossa Senhora dos Anjos), concelho da Lagoa, e ao Padre Frei Pedro, frade professo da Ordem de São Francisco. Disse mais:

Manuel da Cunha é filho legítimo dos ditos Salvador Teixeira e Maria Mendes e os tenho por cristãos-velhos sem raça alguma de mouro nem judeu e por tais são havidos e conhecidos de todas na dita

²⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-23-215.

²⁵ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Genealogia Paulistana*. São Paulo: Duprat & Cia., 1903 a 1905, 9 volumes. Vol. VIII, p. 523.

²⁶ Manuel da Cunha e Catarina Pinto são meus antepassados, através de sua filha Úrsula da Cunha Pinto, mulher do também paulista Manuel Delgado da Silva.

²⁷ **Atas da Câmara de S. Paulo**. Volume III, p. 205.

²⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-1-2.

Ilha. E vi ao dito Salvador Teixeira ter cavalo na estrebaria e servir na Casa da Santa Misericórdia por irmão e sei ser da governança da cidade de Ponta Delgada da dita Ilha...

Não descobri parentesco entre Salvador Teixeira da Cunha e Marta da Cunha Teixeira, se é que havia. Ela foi mulher de Gonçalo do Rego de Sousa, moradores em Ponta Delgada, onde faleceu em 10 de fevereiro de 1633.²⁹ Era irmã de Manuel Martins, filhos de Luís Martins, mercador, e de sua mulher Isabel da Cunha, que fez testamento em 1610 em Ponta Delgada, de mão comum com seu marido.

Antônio Lopes Pinto foi meirinho das minas da Capitania de São Vicente, como se verifica na provisão passada em 25 de novembro de 1620 em São Paulo, por Martim de Sá – essa provisão foi passada a Diogo Munhoz, morador em São Paulo, “por morte e falecimento de Antônio Lopes Pinto, que o exercia”.³⁰

Agostinho Machado Fagundes casou-se, segunda vez, cerca de 1693, certamente em São Paulo, com RUFINA DE MORAIS, viúva de Antônio Álvares Vieira, e filha de Manuel João de Oliveira e de sua mulher Francisca de Lima de Moraes, naturais e moradores em São Paulo.³¹

Do primeiro matrimônio nasceu, entre outros, o filho José Machado de Oliveira, que habilitou-se de *genere et moribus* no ano de 1710.³² Era cavaleiro da Ordem de Cristo; havia sido batizado em 11 de outubro de 1682 na capela de Nossa Senhora da Ajuda do Colégio da vila de São Paulo (atual município de Itaquaquecetuba, diocese de Mogi das Cruzes), sendo seus padrinhos André Lopes, o moço, e Ana da Cunha. Em seu processo de *genere*, declarou ser filho de Agostinho Machado Fagundes, natural da Ilha Terceira, da freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras e de sua mulher Genebra Leitão de Vasconcelos, natural da vila de São Paulo; neto paterno de João Machado Fagundes e de sua mulher D. Maria de Cardines Preto, naturais da sobredita Ilha Terceira e freguesia; neto materno de Domingos de Oliveira Leitão, natural da vila de Santos, e de sua mulher Ana da Cunha, natural da Vila de São Paulo. Segundo Pedro Taques, José Machado de Oliveira acabou religioso carmelita no convento de São Paulo.

²⁹ São bisavós dos irmãos Melos de Itu, a saber, Matias de Melo do Rego, Capitão-mor João de Melo do Rego, e do Capitão Pedro de Melo e Sousa (este meu 6.º avô). Vide: <http://asbrap.org.br/documentos/mellos.pdf>

³⁰ **Registo Geral da Câmara Municipal de S. Paulo**. Volume I, pp. 313, 314.

³¹ LEME, Luís Gonzaga da Silva. *Op. cit.* Vol. VII, p. 126.

³² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-4-67.

Não foram inquiridas testemunhas na Ilha Terceira sobre a qualidade de sangue de seu pai Agostinho Machado Fagundes. Entretanto, foi transcrita uma justificação que este havia feito no ano de 1705 no cartório de Manuel Fernandes, procurador do Juízo Eclesiástico da cidade de Angra. Segue sua petição:

Diz Agostinho Machado Fagundes ora morador na vila de São Paulo Bisgado da cidade do Rio de Janeiro partes do Brasil, e natural da cidade de Angra nascido na rua do Rego, e batizado na freguesia de Santa Luzia, filho de João Machado Fagundes natural da freguesia de Santa Bárbara, e de Maria Cardenas Preto; e neto por parte paterna do Capitão Antão Martins e de Catarina Martins, e por parte materna neto de Manuel Rodrigues Preto, e de Luísa de Castro, que para bem de certo requerimento lhe é necessário constar juridicamente em como ele suplicante é cristão-velho limpo de sangue, sem raça de judeu, mouro mulato, ou de mourisco, nem disso haver fama...

Como se percebe, o suplicante Agostinho não se intitulou filho legítimo, nem deu o tratamento de *dona* à sua mãe.

De acordo com os depoimentos de testemunhas ouvidas em 17 de fevereiro de 1705 na cidade de Angra, seus avós paternos, Capitão Antão Martins e sua mulher Catarina Martins, eram cristãos-velhos e da principal gente da freguesia.

No processo de José Machado de Oliveira há o traslado da carta do hábito de cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, que lhe foi passada pelo Frei Filipe da Silva, dom prior do Convento de Tomar, em 12 de abril de 1708.

Do segundo matrimônio de Agostinho Machado Fagundes nasceu, entre outros, o Reverendo Padre Mestre Frei Francisco das Chagas Machado, natural da cidade de São Paulo, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, habilitado de *genere et moribus* no ano de 1750.³³ Declarou ser filho de Agostinho Machado Fagundes, natural da Ilha Terceira, da cidade de Angra, e de sua mulher Rufina de Morais, natural da cidade de São Paulo; neto paterno de João Machado Fagundes e de sua mulher Maria de Cardines Preto, naturais da Ilha Terceira; neto materno de Manuel João de Oliveira e de sua mulher Francisca de Lira e Morais, naturais da cidade

³³ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-23-215.

de São Paulo. Os pais do habilitando eram moradores no bairro da Penha, então fora do perímetro urbano de São Paulo.

XX

Um dos raros retratos tirados com o Sr. Helvécio:



Da esquerda para a direita: Carlos Eduardo de Castro Leal, H. V. Castro Coelho, Marcelo Meira Amaral Bogaciovas, Joaquim Roberto Fagundes, Paulo Valadares e um estudante. Foi no final do ano de 2007, no lançamento do livro de Fagundes (em parceria com Virgílio de Oliveira Andrade): "Família Andrade Almada".

ORIGEM DA FAMÍLIA GALVÃO DE FRANÇA

H. V. Castro Coelho

Marcelo Meira Amaral Bogaciovos

Resumo: *Novos dados sobre a origem e família do português Antônio Galvão de França, capitão-mor da vila de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.*

Abstract: *New data on the origin and family of the Portuguese Antônio Galvão de França, chief captain of the town of Guaratinguetá, State of São Paulo.*

Trata-se de uma tradicional família paulista, com profícua descendência, nela destacando-se o primeiro santo brasileiro de nascimento: São Frei Galvão. Grande referência ao estudo dessa estirpe é a obra de Carlos Eugênio Marcondes de Moura, em três edições.¹

Um grande amigo meu, pentaneto do tronco, Helvécio Vasconcelos Castro Coelho, sempre pediu que eu investigasse a origem da família em arquivos portugueses, quando ao continente europeu eu viajava. Toda e qualquer descoberta eu enviava a ele. E eu sempre a cobrar que ele publicasse, e ele a postergar, alegando a esperança de obter mais informação. Enfaticamente discordava dele: como já escrevi algures, entendo que pesquisas ainda não acabadas, por vezes, devam ser publicadas do jeito que estão. No mínimo trarão novos elementos, incentivando descobertas de outros investigadores.

Enfim, a primazia da publicação caberia a ele por ter o sangue Galvão de França e por ter pesquisado, por décadas, a origem desse ramo. Quanto a mim, apenas ligo-me ao tronco paulista por ele ter sido casado com uma tia-antepassada minha. Enfim, o que enviei a ele segue abaixo, somado ao esboço que ele havia elaborado e confiado a mim. O Sr. Helvécio desencantou na manhã de 3 de janeiro de 2018 em sua casa, onde aliás nasceu, em Guaratinguetá. Não conheço melhor maneira de homenageá-lo em apresentar esta versão ao público. Que surjam outros artigos sobre o assunto, com críticas e acréscimos...

¹ MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Os Galvão de França no povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá*. São Paulo: Edusp, 1993.

Título França

§ único

- I- ANTÔNIO CARREIRA. Oficial de caldeireiro. Casou-se por volta de 1623 com LUIZA DE FRANÇA. Moradores na freguesia de São Julião, vila de Setúbal. Há um assento de matrimônio, nessa freguesia, em 7 de julho de 1636 (fls. 147) de um Antônio Carreira com Maria Gomes, sem qualquer identificação. Seria o próprio, já viúvo de Luiza de França? A julgar pelo nome, pouco vulgar, não seria improvável...

Foram pais de, ao menos:

- 1 (II)- JOÃO DE SETÚBAL, que segue.
 - 2 (II)- LUIZA DE FRANÇA, batizada em 12 de novembro de 1628 na freguesia de São Julião (fls. 110), pelo vigário Francisco de Faria. Padrinhos: Antônio Francês e Luiza de França. Ainda viva em 1704.
 - 3 (III)- MANUEL, batizado em 5 de setembro de 1630 na freguesia de São Julião pelo Padre Francisco de Faria. Padrinho: Miguel da Frota.
 - 4 (II)- MARIA DE FRANÇA.
- II- JOÃO DE SETÚBAL. Nasceu na dita freguesia de São Julião, onde foi batizado em 18 de janeiro de 1626, conforme o assento abaixo.²

João

Aos 18 de janeiro de 1626 batizei a João filho de Antônio Carreira e de sua legítima mulher Luiza de França. Foram padrinhos Antônio Francês e Maria Carvalho.

O Prior Fernão Velho de Azevedo

João de Setúbal, com 13 anos de idade, pouco mais ou menos, por volta de 1639, ausentou-se para o Reino do Algarve (consoante depoimento de testemunhas, adiante).

De acordo com a informação do genealogista algarvio José Cabecinha, João de Setúbal casou-se em 24 de outubro de 1652 na freguesia de Estoi (São Martinho), concelho de Faro, com MARIA LOPES, dali natural.³

² Arquivo Distrital de Setúbal. Paróquia de São Julião. Livro de batizados de 1621-1629, fls. 64.

³ Agradeço imensamente a ajuda de José Cabecinha. Aliás, ele foi de extrema gentileza para comigo. Quando lhe perguntei como ir de Faro (onde eu fazia pesquisas em seu arquivo distrital) a Tavira, ele ofereceu-me uma boleia para lá,

Do assento de casamento não haveria citação da filiação do noivo, mas que Maria Lopes era filha de Pedro Lopes e de Beatriz Martins.

Quanto a Pedro Lopes e Beatriz Martins, eles se casaram em 9 de julho de 1623 na freguesia de Estoi (adiante transcrito). Pedro Lopes, natural de Castro Marim, distrito de Faro, era filho de João Lourenço e de Isabel Álvares. Beatriz Martins, era filha de Baltazar Martins e de Isabel Afonso, moradores no lugar (freguesia) de Estoi.

Segue o assento:⁴

Pedro Lopes

Beatriz Martins

Aos nove dias do mês de Julho de mil seiscentos e vinte e três anos Eu o Licenciado Manuel Vieira recebi por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino em face da Igreja precedendo as denúncias na forma do dito concílio a Pedro Lopes filho de João Lourenço e Isabel Álvares de Castro Marim com Beatriz Martins filha de Baltazar Martins e de Isabel Afonso moradores neste lugar de Estoi meus fregueses, sendo testemunhas presentes Diogo de Brito, e os Padres Manuel Lopes e Sebastião de Andrade e por verdade assinei.

Manuel Vieira

Diogo de Brito

O Padre Manuel Lopes / o Padre Sebastião de Andrade

João de Setúbal e sua mulher foram pais de, ao menos:

- III- MANUEL DE FRANÇA. Nasceu no dito lugar de Estoi, onde foi batizado em 31 de janeiro de 1654 na igreja de São Martinho, conforme segue:⁵

Manuel

Aos trinta e um dias do mês de Janeiro de mil e seiscentos e cinquenta e quatro eu o Padre Francisco de Oliveira Capelão nesta Igreja de S. Martinho de Estoi de licença do Reverendo cura da dita Igreja

onde posteriormente jantamos. Não localizei o casamento de João de Setúbal com Maria Lopes no Arquivo Distrital de Faro.

⁴ IAN/Torre do Tombo. Sala dos microfilmes, microfilme n.º 441 – livro de mistos da freguesia de Estoi, fls. 131v, extraído do Arquivo Distrital de Faro.

⁵ IAN/ Torre do Tombo. Sala dos microfilmes, microfilme n.º 442 – livro de batismos de 1639 a 1660 – freguesia de Estoi, extraído do Arquivo Distrital de Faro.

batizei a Manuel filho de João de Setuval e de Maria Lopes. Foram padrinhos Manuel de França e Beatriz Corrêa e assinei.

O Padre Francisco de Oliveira

Manuel de França casou-se, primeira vez, em 8 de janeiro de 1679, na Sé de Faro, com BEATRIZ DE LIMA, e segunda vez, em 23 de maio de 1701, na cidade de Faro, na paróquia de São Pedro, com ÁGUEDA MARIA GALVÃO, natural de Vila Nova de Portimão, distrito de Faro, Algarve.

Assento de casamento de Manuel de França com Beatriz (no assento veio registrado *Britis*) de Lima:⁶

Manuel de França com Britis de Lima

Em outo de Janeiro de seiscentos e setenta e nove nesta Sé de Faro em presença de mim Reitor dela se receberam por palavras de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino, e Constituições com Licença do Reverendo Provisor, que julgou não haver impedimento sendo corridos os banhos Manuel de França desta cidade filho de João de Setúbal Caldereiro, e de sua mulher Maria Lopes com Britis de Lima filha de Bartolomeu Corrêa e de Iria Franco desta cidade; assistiram por testemunhas, que comigo assinaram o Reverendo Vigário Geral o Dr. Filipe Holanda; os Reverendos Cônegos Bartolomeu Corrêa, e Diogo de Figueiredo Vilalva; e Francisco Ferreira meirinho geral.

Barão do Vale Rasquinho

Filipe de Holanda

Bartolomeu Corrêa

Diogo de Figueiredo Vilalva

Francisco Ferreira

Assento de casamento de Manuel de França com Águeda Maria Galvão:⁷

Manuel de França

Aos vinte três dias de Maio de setecentos e um contraiu matrimônio de presente na forma do Sagrado Concílio Tridentino Manuel de França viúvo de Britis de Lima desta freguesia com Águeda Maria filha de Manuel Galvão Mimoso e de Águeda Pais de Vila Nova de

⁶ Arquivo Distrital de Faro. Casamentos da Sé de Faro – código PSFAR/002/Lv002, fls. 21.

⁷ Arquivo Distrital de Faro. Casamentos da Paróquia de São Pedro. Livro de casamentos de 1597-1738, fls. 106v.

Portimão a qual contraiu o dito matrimônio por procuração que apresentou despachada pelo Reverendo Vigário Geral Bernardo Francisco testemunhas Vasco Arrais de Mendonça e Francisco Pais de Mendonça o Capitão Filipe Rodrigues Perestrelo Brás Galvão Mimoso e outras pessoas que comigo assinaram.

Prior Manuel Gago

*Vasco Arrais/ Brás Galvão/ Francisco Pais de Mendonça/
Filipe Rodrigues Perestrelo*

Manuel de França viveu em Faro com casa de negócio de ‘caldeiração’, à lei da nobreza, conforme certificou, nessa cidade, em 1795, o Muito Reverendo Doutor Provisor Ângelo José de Sousa Prado, no processo de *genere et moribus* do Padre Antônio Galvão Freire.⁸ Ou seja, seguiu o mesmo ofício de seu avô Antônio Carreira.

Do primeiro casamento de Manuel de França, com Beatriz de Lima, nasceram:

- 1 (IV)- MARIA, batizada em 10 de março de 1682 na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 24), pelo Prior Manuel Gago. Foram seus padrinhos Gaspar Godinho e Maria das Neves.
- 2 (IV)- MARIA FRANÇA, nasceu em 8 de agosto de 1683, tendo sido batizada em 15 do mesmo mês na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 42v), pelo Prior Manuel Gago. Foi seu padrinho Diogo Álvares de Sousa. Casou-se na mesma paróquia, em 3 de dezembro de 1699 (fls. 93v), com TRISTÃO DE SOUSA DE ARMAS, filho de Manuel de Sousa Quartim e de Maria Pacheco de Armas, naturais e morador na sua quinta das Ferrarias, termo da vila de Pombal, bispado de Coimbra.
- 3 (IV)- VIOLANTE, batizada em 9 de abril de 1687 na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 80v) , pelo Prior Manuel Gago. Foram seus padrinhos Sebastião da Cruz e Maria de Banha, mulher do Capitão Vasco Arrais de Mendonça.
- 4 (IV)- JACINTA, batizada em 22 de janeiro de 1690 na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 118), pelo Prior Manuel Gago. Foram seus padrinhos Brás Galvão e sua mulher Maria da Rosa, por procuração que apresentaram Vasco Arrais de Mendonça e sua mulher Maria Banha.

⁸ Conforme processo de habilitação de *genere et moribus* do Padre Antônio Galvão Freire, in Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-67-533.

- 5 (IV)- FREI MANUEL DE FRANÇA, religiosos carmelita. Batizado em 22 de dezembro de 1691 na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 5), pelo Reverendo Pedro Dias Rolão. Foram seus padrinhos o Cônego Jerônimo de Sousa e Bárbara do Canto, mulher de Manuel da Fonseca Pais. Adiante, resumo de sua habilitação de *genere et moribus*.
- 6 (IV)- BRITES DE LIMA FRANÇA, batizada em 25 de março de 1694 na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 32) pelo Prior Manuel Gago. Foi seu padrinho Sebastião da Cruz. Casou-se, na cidade de Faro, com BENTO DA SILVA FREITAS (ou Freire). Pais de, ao menos:
- 1 (V)- ALBERTO CAETANO FRANÇA, natural da cidade de Faro. Passou ao Brasil, casando-se na freguesia de Nossa Senhora do Facão (atual Cunha), Capitania de São Paulo, com FLORA JACINTA DE JESUS, nascida cerca de 1737, filha do Capitão João Monteiro Ferraz, natural de Portugal, e de sua mulher Ana Gomes de Sousa, natural da cidade de Angra dos Reis (RJ); neta paterna de Manuel Monteiro Ferraz e de Maria Gomes, naturais da freguesia de Santa Catarina de Mesão Frio, bispado do Porto; neta materna do Sargento-Mor Manuel Soares Pereira, natural de Monção, arcebispado de Braga, e de Madalena Pimenta de Oliveira, nascida cerca de 1695 em Angra dos Reis.⁹ Com geração.
- 7 (IV)- FELICIANA, nascida em 25 de abril de 1696, tendo sido batizada em 3 de maio do mesmo ano na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 57) pelo Prior Manuel Gago. Foram seus padrinhos Sebastião da Cruz e Ana Machado.

Do segundo casamento de Manuel de França, com Águeda Maria Galvão, nasceram:

- 8 (IV)- ROSA, nascida em 26 de fevereiro de 1702, tendo sido batizada em 8 de março do mesmo ano na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 134) pelo Padre José Temudo de Oliveira, sendo pároco o Prior Manuel Gago. Foi seu padrinho o Cônego Francisco da Costa de Oliveira.

⁹ Madalena Pimenta de Oliveira poderia ser neta do casal Capitão João Gago de Oliveira – D. Madalena Pimenta de Carvalho, moradores em Angra dos Reis. Vide: BOGACIOVAS, Marcelo Meira Amaral. *Primeiras gerações dos Pimentas de Carvalho no Brasil*. In Revista da Asbrap n.º 18, p. 272.

- 9 (IV)- MARIA, nascida em 22 de novembro de 1703, tendo sido batizada em 2 de dezembro do mesmo ano na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 153v) pelo Prior Manuel Gago. Foram seus padrinhos o Capitão Francisco Rodrigues e Maria da Rosa, por procuração que apresentou Bernardo Francisco, seu sobrinho, de licença do provisor.
- 10 (IV)- CAPITÃO-MOR ANTÔNIO GALVÃO DE FRANÇA, que segue.
- 11 (IV)- PADRE JOÃO LOPES FRANÇA. Nasceu em 8 de outubro de 1713, tendo sido batizado em 19 do mesmo mês e ano na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 18v) pelo Prior Manuel Gago. Foi seu padrinho Lourenço Lopes. Habilitou-se de *genere et moribus* no Juízo de Faro. Em 1749, em São Paulo, servia o cargo de Visitador. Segundo Carlos Eugênio, era morador em 1755 nas minas de Cuiabá (MT). Possuía bela assinatura, ornada de arabescos.
- 12 (IV)- ANA, nascida em 31 de maio de 1716, tendo sido batizada em 8 de junho do mesmo ano na paróquia de São Pedro de Faro (fls. 108) pelo Prior Manuel Gago. Foi seu padrinho o Padre Francisco Fernandes Coelho.

- IV- CAPITÃO-MOR ANTÔNIO GALVÃO DE FRANÇA, tronco paulista. Nasceu em 29 de julho de 1706 na cidade de Faro, Portugal, tendo sido batizado em 23 de agosto do mesmo ano na igreja de São Pedro, como segue:¹⁰

Antônio

Aos vinte três de Agosto de setecentos e seis batizei e pus os Santos Óleos a Antônio que nasceu aos vinte nove do mês passado de Julho filho de Manuel de França e de sua mulher Águeda Maria padrinho o Doutor desembargador João Pereira do Vale por procuração que apresentou o Capitão Filipe Rodrigues Perestrello com licença do Reverendo provisor que o escrevi.

Prior Manuel Gago

Veio para o Brasil, casando-se em 8 de fevereiro de 1733 na vila de Pindamonhangaba, na capela de Nossa Senhora do Rosário do Rio Abaixo, conhecida como capela de Nossa Senhora do Rosários dos Corrêas, fundada pelo tio de sua mulher, o Capitão José Corrêa Leite, familiar do Santo Ofício. Sua mulher era ISABEL LEITE DE BARROS, batizada em 11 de julho de 1717 na mesma capela de Nossa Senhora do Rosário, filha de

¹⁰ Arquivo Distrital de Faro. Paróquia de São Pedro. Batizados, fls. 292.

Gaspar Corrêa Leite e de sua mulher Maria Leite de Barros.¹¹ Isabel Leite de Barros faleceu em 1755, aos 38 anos de idade.

Segue o teor do assento de casamento de Antônio Galvão de França com Isabel Leite de Barros (trasladado no processo de *genere et moribus* de seu neto Antônio Galvão Freire), constante do livro de casamentos da matriz de Guaratinguetá, fls. 37):¹²

Aos oito dias do mês de Fevereiro de mil, e setecentos, e trinta e três se recebeu in facie Ecclesie, na Capela de Nossa Senhora do Rosário de José Corrêa Leite Antônio Galvão de França, natural da cidade de Faro, filho de Manuel de França, e de Águeda Maria Rosa, sua mulher, já defuntos, com Isabel Leite de Barros, natural, e batizada na capela de Nossa Senhora do Rosário de Rio Abaixo sufragânea à paroquial de Pindamonhangaba, filha de Gaspar Corrêa Leite, já defunto, e de Maria Leite de Barros. E se receberam com provisão, e licença do Reverendo Vigário da Vara Antônio de Lima Fagundes, e logo no mesmo dia lhes dei as bênçãos nupciais na forma dos Sagrados Ritos. Foram testemunhas José Corrêa Leite, Antônio Rodrigues de Miranda, e Maria Leite de Barros, e como testemunhas assinaram Antônio Francisco de Fontes, e Antônio Rodrigues de Azevedo, moradores e fregueses em a vila de Santo Antônio de Guaratinguetá; e de tudo fiz este assento dia, mês e ano ut supra.

O Vigário José Alves Vilela

Antônio Francisco de Fontes/ Antônio Rodrigues de Azevedo

No mesmo processo foi trasladado o batizado de Isabel Leite de Barros, transcrito na matriz de Pindamonhangaba (fls. 16v):¹³

Aos onze de Julho de mil, setecentos e dezassete baptizei, e pus os Santos óleos a Isabel filha do Capitão Gaspar Corrêa Leite, e de sua mulher Maria Leite de Barros; foram padrinhos o Capitão José Corrêa Leite e Isabel Cardoso.

Frei Sebastião da Madre de Deus

Poucos anos depois de seu casamento, passou a residir na vila de Guaratinguetá, tornando-se próspero comerciante. Adquiriu grande fortu-

¹¹ Gaspar Corrêa Leite e Maria Leite de Barros são meus antepassados.

¹² Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-67-533.

¹³ O batizado foi realizado na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Corrêas e certamente o frade anotou em um papel para registrar o assento nos livros de batizados de Pindamonhangaba.

na. Além de comerciar gado para as minas, havia arrematado a administração da passagem da Piedade, no rio Paraíba, cobrando os dízimos dos que desciam de Minas Gerais. Foi nomeado sargento-mor da vila de Taubaté e, depois, capitão-mor da vila de Guaratinguetá, em 23 de outubro de 1765, nomeado que foi pelo Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão.¹⁴

O Capitão-mor Galvão de França faleceu em 30 de junho de 1770 na vila de Guaratinguetá, sendo seu corpo enterrado na sua igreja matriz.

Filhos do casal Antônio – Isabel:

- 1 (V)- SARGENTO-MOR JOSÉ GALVÃO DE FRANÇA, licenciado. Batizado em 9 de março de 1734 na capela de Nossa Senhora do Rosário dos Corrêas (fls. 3), filial da matriz de Pindamonhangaba. Habilitou-se de *genere et moribus*. Não tomou ordens. Mas suas requisitórias, conservadas no Juízo Eclesiástico do Bispado de São Paulo foram utilizadas pelo seu sobrinho Antônio Galvão Freire. Casou-se em 1758 em Santana de Parnaíba com MARIA PIRES XAVIER DE BARROS.
- 2 (V)- MARIA LEITE GALVÃO DE FRANÇA, batizada em 1735 em Pindamonhangaba, onde se casou em 1753 com FRANCISCO FERRAZ DE ARAÚJO.
- 3 (V)- ISABEL LEITE DE BARROS, batizada em 1736 em Pindamonhangaba. Casou-se em Guaratinguetá com MANUEL NOGUEIRA DA SILVA.
- 4 (V)- ANTÔNIO DE SANT'ANA GALVÃO, nascido cerca de 1739 em Guaratinguetá, onde foi batizado. Faleceu em 23 de dezembro de 1822 na cidade de São Paulo, estando enterrado no Mosteiro da Luz.¹⁵ Foi beatificado em 25 de outubro de 1998 e canonizado em 11 de maio de 2017 pelo Papa Bento XVI, por ocasião de sua visita a São Paulo, recebendo o nome de **São Frei Galvão**.
- 5 (V)- ANA, batizada em 1741 em Guaratinguetá.

¹⁴ Arquivo Público do Estado de São Paulo. Livro n.º 15 de Patentes, Sesmarias e Provisões, fls. 18-19v. *Apud* MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de Moura, livro citado, p. 21.

¹⁵ Sobre sua participação na fundação do Mosteiro da Luz em São Paulo, vide um artigo de minha autoria, publicado em 1993, na Revista da Asbrap n.º 3, em http://asbrap.org.br/documentos/revistas/rev3_art7.pdf

- 6 (V)- ANA JACINTA DE FRANÇA, batizada em 1744 em Guaratinguetá. Casou-se em 1784 na freguesia do Facão (atual Cunha) com o CAPITÃO-MOR JOSÉ GOMES DE SIQUEIRA E MOTA.¹⁶
- 7 (V)- JOÃO, batizado em 1745 em Guaratinguetá.
- 8 (V)- ANA JOAQUINA DE FRANÇA, batizada em 1746 em Guaratinguetá. Casou-se em 1767 com o ALFERES FÉLIX GOMES DE SIQUEIRA, irmão do Capitão-Mor José Gomes de Gouveia.¹⁷
- 9 (V)- FRANCISCA, batizada em 1748 em Guaratinguetá.
- 10 (V)- CAPITÃO MANUEL GALVÃO DE FRANÇA, batizado em 1749 em Guaratinguetá. Casou-se em 1792, em São Paulo, com ANA JOAQUINA DE ANDRADE.
- 11 (V)- FRANCISCA XAVIER DE FRANÇA, batizada em 15 de junho de 1753 em Guaratinguetá. Casou-se em 6 de julho de 1769 na Capela de Nossa Senhora Aparecida, então filial da matriz de Guaratinguetá, com o ALFERES FRANCISCO DE NABO FREIRE (batizado em 13 de julho de 1750 na matriz de Guaratinguetá), irmão por parte paterna do Mestre de Campo Agostinho Delgado Arouche. Foram pais do PADRE ANTÔNIO GALVÃO FREIRE (batizado em 9 de agosto de 1770 na matriz de Guaratinguetá), habilitado de *genere et moribus* em 1794.¹⁸

¹⁶ COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo: Antão Nunes*. In Revista da Asbrap n.º 15, p. 179.

¹⁷ COELHO, H. V. Castro. *Povoadores de S. Paulo: Antão Nunes*. In Revista da Asbrap n.º 15, p. 178.

¹⁸ Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Processo n.º 1-67-533.

Título Galvões § único

- I- BRÁS GALVÃO. Pelo assento de casamento, era natural de Lisboa (sem menção da freguesia). Filho de Francisco S.....a (falha no termo) e de sua mulher Catarina Rodrigues, ali moradores. Passou a residir em Tânger (praça portuguesa de Marrocos, entre os anos de 1571 e 1662), onde se casou em 20 de julho de 1598 com FRANCISCA MIMOSO, nascida por 1580, filha de Francisco Rodrigues Atalaia e de sua mulher Isabel Mimoso (já falecida em 1620), portugueses estabelecidos em Tânger. Francisco Rodrigues Atalaia, também denominado Francisco Rodrigues das Fustas, exercia, em 1598, o ofício de sentinela das *fustas*.¹⁹ De acordo com o amigo Dr. Rui Pereira, a quem agradeço várias informações sobre os Galvões, seu antepassado Francisco Rodrigues das Fustas foi cavaleiro-fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo.²⁰

Segue o assento de casamento de Brás Galvão com Francisca Mimoso:²¹

Brás Galvão

Aos vinte de julho de noventa e oito recebi nesta Sé por palavras de presente conforme o sagrado Concílio Brás Galvão filho de Francisco s.....a e de Catarina Rodrigues naturais de Lisboa com Francisca Mimossa filha de Francisco Rodrigues e de Isabel Mimossa moradores nesta cidade foram testemunhas João da Gama e Brás da Franca e Maria Pinto e outra muita gente que estava presente e por verdade assinei aqui.

Bartolomeu Rodrigues

Francisca Mimoso era irmã de Catarina Rodrigues, que se casou em 6 de setembro de 1609, na Sé de Tânger, com Francisco Dias, todos dali naturais. Viúva, ela se casou, em 22 de novembro de 1615, na Sé de Tânger, com Manuel André. Francisca Mimoso era ainda irmã de Maria

¹⁹ Segundo o dicionário eletrônico **Priberam**, fustas eram embarcações compridas, de fundo chato, de vela e remos, de um ou dois mastros.

²⁰ PEREIRA, Maria Manuela; PEREIRA, Rui Miguel Faísca Rodrigues. *Costados inéditos de Fernando Pessoa (a ascendência de Dona Bárbara Joaquina de Sequeira Mimoso)*. In *Raízes & Memórias* n.º 22, ano 2006, pp. 75-108.

²¹ RODRIGUES, José Maria; AZEVEDO, Pedro de. *Registos paroquiais da Sé de Tânger*. (Casamentos de 1582 a 1678. Reconciliações de 1611 a 1622). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1922, 548 p. p. 91 e 92.

Rodrigues, que se casou em 29 de abril de 1620 na Sé de Tânger com Belchior Fernandes.

Brás Galvão, em 1616, servia o cargo de meirinho na cidade de Tânger e, em 1639 era membro da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, juntamente com Francisco Lopes Tavares, Antônio Álvares e Francisco Banha de Siqueira.

Brás Galvão casou-se, segunda vez, em 16 de fevereiro de 1620, em Tânger, com DOMINGAS FERNANDES, viúva. Foi celebrante o coadjutor da Sé de Tânger, Padre Duarte Vaz, tesoureiro-mor.

Brás Galvão e Francisca Mimoso foram pais de, ao menos (dados fornecidos por Rui Pereira):

- 1 (II)- MANUEL GALVÃO, que segue.
- 2 (II)- MARIA, batizada em 12 de agosto de 1605 em Tânger.
- 3 (II)- FRANCISCO, batizado em 26 de agosto de 1609 em Tânger.
- 4 (II)- LUÍS, batizado em 19 de janeiro de 1614 em Tânger.

- II- MANUEL GALVÃO. Batizado em 21 de setembro de 1601 em Tânger, onde se casou em 6 de março de 1624 com ANA GONÇALVES, filha de Simão Gonçalves e de Isabel Gonçalves.

Segue o assento de casamento:²²

Em os seis dias do mês de março do ano de mil seiscientos e vinte quatro Eu Manoel Jorge Lopes cura em a Sé de Tânger com licença do Reverendo provisor recebi por palavras de presente na forma do sagrado Concílio Tridentino em casa pelos respeitos, que o dito Concílio aponta, a Manoel Galvão filho de Brás Galvão e de Francisca Mimoso com Ana Gonçalves filha de Simão Gonçalves, e de Isabel Gonçalves foram testemunhas Antônio Lopes Jorge cavaleiro fidalgo da casa de sua Magestade e Antônio Fernandes mercadores Manoel Vieira seu genro e outro muito povo que presente se achou, e por verdade assinei aqui.

O Padre Manoel Jorge Lopes

Foram pais de:

- 1 (III)- FRANCISCA MIMOSO, que segue.

²² RODRIGUES, José Maria; AZEVEDO, Pedro de. *Registos paroquiais da Sé de Tânger*. pp. 233 e 234.

2 (III)- BEATRIZ GALVÃO, nascida cerca de 1630 em Tânger, onde se casou em 20 de janeiro de 1659 com ANTÔNIO DA COSTA, filho de Pedro da Costa e de Isabel de Sousa.

3 (III)- BRÁS, batizado em 3 de junho de 1653 em Tânger.

III- FRANCISCA MIMOSO. Nasceu cerca de 1625 em Tânger, onde se casou, em 15 de janeiro de 1640, com ANTÔNIO DE ARAÚJO, nascido cerca de 1620 em Tânger, filho de Antônio Gonçalves e de sua mulher (casados em 29 de janeiro de 1618 na Sé de Tânger- vide assento abaixo) Isabel da Costa; neto paterno de Gaspar Gonçalves Caiado e de Isabel de Araújo, moradores em Ponte de Lima, na freguesia de Santa Marinha; neto materno de Domingos de Sousa e de Genebra da Rocha, estes moradores em Tânger.

Assento de casamento de Antônio de Araújo: ²³

Hoje domingo quinze do mês de janeiro do Ano de mil e seiscentos e quarenta Eu Francisco de Contreiras cura em a santa sé de Tânger recebi por palavras de presente na forma do sagrado Concílio tridentino nesta sé por mandado do Reverendo vigário geral o Cônego Bartolomeu Rodrigues Perestrelo a Antonio d'Araújo filho de Antônio Gonçalves e de Isabel da Costa com Francisca Mimoso filha de Manuel Galvão e de Ana Gonçalves todos naturais desta cidade foram testemunhas André Dias da Franca e Belchior da Franca e Antão de Lordelo e outro muito povo que presente se achou e para que conste fiz este assento em o qual me assinei dia mês e ano ut supra.

O Cura Francisco de Contreiras

Isabel da Costa (mãe de Antônio de Araújo) era irmã de Inês Raposo, casada na Sé de Tânger em 25 de outubro de 1604 com João Eanes, filho de João Eanes e de Ana Pires.

Assento de casamento de Antônio Gonçalves com Isabel da Costa:²⁴

Em os vinte e nove de janeiro de mil e seiscentos e dezoito Eu Manuel da Nóbrega Arcediago de Arzila e Cura nesta Sé recebi por palavras de presente conforme o sagrado concílio tridentino a Antônio Gonçalves filho de Gaspar Gonçalves Caiado e de Isabel de Araújo morado-

²³ RODRIGUES, José Maria; AZEVEDO, Pedro de. *Registos paroquiais da Sé de Tânger*. pp. 332 e 334.

²⁴ RODRIGUES, José Maria; AZEVEDO, Pedro de. *Registos paroquiais da Sé de Tânger*. pp. 198 e 199.

res que foram em Ponte de Lima da freguesia de Santa Marinha com Isabel da Costa filha de Domingos de Sousa e de Genebra da Rocha já defuntos moradores que foram nesta cidade foram testemunhas Jorge de Mendonça da Franca e Diogo Lopes da Franca e Lourenço Corrêa e André Dias e outra muita gente que presente se achou por verdade assinei aqui.

Manuel da Nóbrega

Francisca Mimoso e Antônio de Araújo foram pais de:

- 1 (IV)- MANUEL GALVÃO MIMOSO, que segue.
 - 2 (IV)- ISABEL, batizada em 17 de janeiro de 1645 em Tânger.
 - 3 (IV)- ANTÔNIO, batizado em 25 de dezembro de 1649 em Tânger.
 - 4 (IV)- BRÁS GALVÃO MIMOSO, batizado em 3 de junho de 1653 em Tânger. Morador na cidade de Faro, onde foi casado com MARIA DA ROSA. Em sua casa residiu sua sobrinha Águeda Maria.
- IV- MANUEL GALVÃO MIMOSO, batizado em 1.º de maio de 1641 em Tânger. Passou para o Algarve, provavelmente em seguida ao tratado luso-britânico de 1661, quando Tânger deixaria de ser portuguesa, estabelecendo-se em Vila Nova de Portimão.

Casou-se, primeira vez, em 14 de janeiro de 1664, em Vila Nova de Portimão, com ÁGUEDA PAIS, ali nascida, filha de Baltazar Gonçalves e de Margarida Moreira.²⁵

Segue o teor do seu primeiro casamento:²⁶

Manuel Galvão Mimoso filho de Antônio d'Araújo e de Maria Mimoso defunta naturais da cidade de Tânger recebeu por sua mulher a Águeda Pais filha de Baltazar Gonçalves e de Margarida Moreira moradora em esta vila o qual recebimento fez o Reverendo prior Diogo Furtado em os catorze dias do mês de Janeiro de 664 testemunhas que foram presentes o Padre Manuel da Veiga e o Padre Francisco Rodrigues Rijo e outras muitas pessoas.

Seguem assinaturas do Padre Manuel da Veiga, do Padre Francisco Rodrigues Rijo e do Padre Diogo Furtado.

²⁵ No processo de habilitação ao Santo Ofício (adiante) de José de Almeida Mimoso, Águeda Pais é nomeada Brites Pais, sendo considerada mulata pelas testemunhas nos interrogatórios que fizeram.

²⁶ IAN/ Torre do Tombo. Livro 1.º de casamentos de Vila Nova de Portimão, fls. 66v.

Manuel Galvão Mimoso casou-se, segunda vez, em 11 de outubro de 1681 em Vila Nova de Portimão, com ISABEL FERNANDES, natural de Vila Nova de Portimão, filha de Pedro Anes e de sua mulher Maria do Touro, esta nascida e moradora em Vila Nova de Portimão. Pedro Anes era natural da cidade de Lagos, oficial de tanoeiro, morador por muitos anos em Vila Nova de Portimão.

Manuel Galvão Mimoso, no processo de seu filho José de Almeida Mimoso (adiante), foi qualificado como cristão-velho, morador em Vila Nova de Portimão, onde vivia de algum negócio que fazia, e fora estancueiro e assistiu alguns anos por feitor e almoxarife da gente de Tânger. Também sabiam que ele tivera uma pequena fazenda, cousa muito tênue, e foreira ao sítio de São Sebastião.

Assento do segundo casamento de Manuel Galvão Mimoso (não há citação de que era viúvo):²⁷

Manuel Galvão/ Isabel Fernandes

Aos onze do mês de outubro de mil e seiscentos e oitenta e um de licença in scriptis do Senhor Doutor Magistral Amaro Simões das Neves Provisor deste Bispado, em presença de mim o Padre Domingos Dias ajudador desta Santa Sé e das testemunhas abaixo assinadas Vasco Arrais de Mendonça e Manuel Tavares e outras pessoas que presentes se acharam, se casaram por palavras de presente na forma da Igreja, Manuel Galvão, e Isabel Fernandes filha de Pedro Anes e Maria do Touro todos moradores em Vila Nova de Portimão, e por verdade me assinei com as ditas testemunhas.

O Padre Domingos Dias Sermenho

Vasco Arrais de Mendonça/ Manuel Tavares

Filhos do primeiro matrimônio de Manuel Galvão Mimoso:

- 1 (V)- FRANCISCA MIMOSO, que se casou em 25 de junho de 1691 em Vila Nova de Portimão (fls. 34) com ANTÔNIO GONÇALVES, de Aljezur, filho de André Gonçalves e de Catarina Rodrigues.
- 2 (V)- EUSÉBIO DE ARAÚJO, nascido cerca de 1665 em Vila Nova de Portimão, onde faleceu.
- 3 (V)- ÁGUEDA MARIA GALVÃO, nascida em 6 de janeiro de 1676 em Vila Nova de Portimão, onde foi batizada em 15 do mesmo mês e ano, com o nome de Maria. No crisma adotou o nome de Águeda Maria, conforme se depreende dos depoimentos de testemunhas

²⁷ Arquivo Distrital de Faro. Paróquia da Sé de Faro. Livro 3 de casamentos (1676-1716), fls. 44v e 45.

ouvidas em setembro de 1756 em Vila Nova de Portimão, na habilitação *de genere* de seu neto José Galvão de França (que ao depois acabou por não tomar ordens, tendo se casado). Do mesmo instrumento vê-se que, quando solteira, residiu por alguns anos em residência de seu tio Brás Galvão, em Faro, até se casar com Manuel de França. De Vila Nova de Portimão há depoimentos interessantes e esclarecedores: Águeda Maria Galvão, “era natural desta vila e morava em companhia de outra irmã e que vivia de sua indústria e trabalho por ser gente pobre”.

Águeda Maria foi a segunda mulher de Manuel de França, em título França, § único, n.º III.

Assento de seu batizado:²⁸

Maria

Maria filha de Manuel Galvão e de Ageda Pais foi batizada por mim o Padre Antônio Luís Pacheco cura nesta Igreja, aos quinze dias do mês de Janeiro nasceu aos seis de Janeiro da dita era foram padrinhos o Capitão-Mor Jerônimo de Freitas, e Inês Maria filha de Vasco Ribeiro de Gouveia e de Maria (Loureiro?) de Sousa.

O Cura Antônio Luís Pacheco

- 4 (V)- FREI MANUEL GALVÃO, religioso da Ordem de Nossa Senhora do Carmo. Morador em Faro (conforme a habilitação de José Galvão de França).
- 5 (V)- FREI, frade de São João de Deus (conforme a habilitação de José Galvão de França).
- 6 (V)- LICENCIADO ANTÔNIO GALVÃO MIMOSO, natural de Vila Nova de Portimão. Casou-se em 8 de outubro de 1698, na cidade de Faro, na paróquia de São Pedro, com CATARINA DE ASSUNÇÃO E SOUSA, natural de Faro, viúva de José Dias Franco. Catarina casou-se, depois, em 24 de junho de 1699, com Brás Correia.
- Filho (único?) do segundo matrimônio de Manuel Galvão Mimoso:
- 7 (V)- JOSÉ DE ALMEIDA MIMOSO. Natural de Vila Nova de Portimão. Era ourives de prata e morador na cidade de Faro, quando pretendeu ser familiar do Santo Ofício da Inquisição de Évora no ano 1740, quando teria 50 anos de idade. Seu desejo não progrediu, por não constar as qualidades necessárias para tal. Adiante segue

²⁸ Arquivo Distrital de Faro. Paróquia de Vila Nova de Portimão. Livro de batizados, fls. 48v.

um resumo do seu processo. Segundo Rui Pereira, casou-se com D. MARIA ROSA DE MELO PEREIRA, de Tavira.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Resumo da habilitação ao Santo Ofício da Inquisição de Évora, de José de Almeida Mimoso:²⁹

José de Almeida Mimoso era natural de Vila Nova de Portimão. Em 1740, quando pretendeu ser familiar, era ourives de prata e morador, havia muitos anos, na cidade de Faro. Declarou ser filho de Manuel Galvão Mimoso, natural da cidade de Tânger e de sua mulher Isabel Fernandes, natural de Vila Nova de Portimão. Neto paterno de Antônio de Araújo e de Francisca Mimoso, naturais da mesma cidade de Tânger. Neto materno de Pedro Anes, oficial de tanoeiro, natural da cidade de Lagos, morador por muitos anos em Vila Nova de Portimão, e de sua mulher Maria do Touro, nascida e moradora na Vila Nova de Portimão.

Conforme inquirições de Vila Nova de Portimão:

- o habilitando era solteiro, sem filhos.
- ninguém da família havia sido preso ou penitenciado pelo Santo Ofício.
- seu pai, Manuel Galvão Mimoso, foi qualificado como cristão-velho, morador nessa vila, onde vivia de algum negócio que fazia, e fora estaqueiro e assistiu alguns anos por feitor e almoxarife da gente de Tânger. Também sabiam que ele tivera uma pequena fazenda, cousa muito tênue, e foreira ao sítio de São Sebastião.
- que o pai do habilitando, Manuel Galvão Mimoso foi casado duas vezes. A primeira com “Brites Pais mulata irmã de Manuel Pais e filha de mãe Moreira, a qual assim lhe chamavam por ser preta a qual foi estalajadeira, e deste matrimônio teve alguns filhos, que parte deles ainda são vivos como é Eusébio que ignora o sobrenome morador na cidade de Faro, irmão por parte do pai do dito habilitando.
- não sabiam se o dito Pedro Anes (avô materno do habilitando) era de limpo sangue, por não conhecerem seus pais nem terem notícias deles.

²⁹ IAN/ Torre do Tombo. Tribunal do Santo Ofício. Conselho Geral. Habilitações Incompletas, doc. 3008. Devo ao amigo Rui Pereira esta indicação, enviada em mensagem eletrônica de 26 de maio de 2018.

- que a avó materna, Maria do Touro, era filha de um *carepitero* (quereria dizer carpinteiro?), cujo nome ignoravam, o qual morava na rua do pelourinho de Vila Nova de Portimão, e era voz pública que tinha sangue de mourisco. Acreditavam que por parte da mesma Maria do Touro, seriam parentes de um cristão-novo, de nome Antônio Martins, ferreiro.

Conforme inquirições da cidade de Lagos:

- o habilitando foi pequeno a morar em Vila Nova de Portimão. Em Lagos usou do ofício de ourives de prata em companhia de seu tio Luís de Almeida.
- o habilitando teria sangue de cristão-novo, pelo parentesco muito chegado que tinha com Francisco Vaz, tanoeiro. Este Francisco Vaz seria irmão de seu avô materno Pedro Anes.
- que o habilitando era irmão por parte de pai de Eusébio de Araújo, morador na cidade de Faro, filho de outra mãe, a qual era preta.
- Maria do Touro (avó materna do habilitando) era filha de um carepitero que morava ao pé do pelourinho de Vila Nova de Portimão – do qual era voz pública ter parte de mourisco.

O processo não correu até o ano de 1777 (passados trinta anos!..), quando a Mesa da Inquisição de Évora comentou o fato de o habilitando ter 50 anos de idade trinta anos antes e, em consequência, suspendiam a petição de José de Almeida Mimoso (estaria ele ainda vivo e interessado?..).

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Resumo da habilitação de *genere et moribus* de Manuel de França:³⁰

Habilitou-se no ano de 1704 na cidade de Faro, ao hábito de São Pedro. Era estudante, natural da cidade de Faro. Declarou ser filho legítimo de Manuel de França, natural do lugar de Estoi, da cidade de Faro, e de Brites de Lima, natural da mesma cidade; neto paterno de João de Setúbal (*sic*), natural da vila de Setúbal, e de Maria Lopes, natural do mesmo

³⁰ Li este processo, pela primeira vez, em 29 de junho de 1992, na Biblioteca Nacional [de Lisboa]. À época, era essa a cota: **Seção de Reservados. Arquivo da Câmara Eclesiástica de Lisboa. Habilitação “de genere”- maço n.º 447, processo n.º 18.** Depois, como os demais, foi transferido para o Arquivo da Torre do Tombo, com a mesma cota.

lugar de Estoi; neto materno de Bartolomeu Corrêa Sousa, mareante, e de Iria França, ambos naturais da mesma cidade de Faro. Seu avô paterno foi batizado na freguesia de São Julião da vila de Setúbal.

Conforme inquirições procedidas em Setúbal em 3 de agosto de 1704, pelo Prior Clemente Rodrigues Montanha, constatou-se que João de Setúbal foi natural da freguesia de São Julião, o qual se ausentou desta terra ainda pequeno. Era mais conhecido por seus pais, que foram Antônio Carreira e Luiza de França, do que por si próprio. Todas as testemunhas ouvidas afirmaram que eram de limpo sangue, sem fama ou rumor em contrário.

Segundo o depoimento de pessoas ouvidas em 5 de agosto de 1704 na vila de Setúbal, na igreja de Nossa Senhora do Socorro, que então servia de freguesia de São Julião:

- João de Setúbal ausentara-se com pouca idade. Com 12 ou 15 anos, outros disseram que com 13 anos.
- João de Setúbal era filho de Antônio Carreira, oficial de caldeireiro, e de Luiza de França.
- João de Setúbal era da mesma idade do Capitão Antônio Borges Ferreira, que então contava com 75 anos de idade, pouco mais ou menos. Teria nascido, portanto, cerca de 1629.
- João de Setúbal era irmão de uma senhora que vivia em Setúbal e foi ama de Luís de Brito Homem, couteiro de Santa Catarina, morador na freguesia de São Sebastião da vila de Setúbal, de 60 anos de idade, mais ou menos.
- Sobre o habilitando Manuel de França, o Padre Luís Ferreira, prior da igreja matriz da vila, Santa Maria da Graça, morador na rua de Antão Girão, de mais ou menos 65 anos de idade: “Disse que o não conhecia nem a seu pai e mãe, nem tampouco ao avô João de Setúbal, mas conhece a Luiza de França, que ainda é viva e conheceu a Maria de França que assistiu em casa de seus pais dela testemunha, aos quais ouviu ele sempre dizer que eram irmãs de João de Setúbal, que de pouca idade se ausentou desta vila para o Reino do Algarve os quais são limpos e inteiros cristãos-velhos sem raça alguma de infecta nação sem fama rumor nem suspeita em contrário e *al* não disse”.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Os registros paroquiais de Tânger, de casamentos, foram lidos, décadas atrás, pelo Sr. Helvécio na biblioteca do Instituto Genealógico Brasileiro. Hoje extinta, essa associação abrigava uma das melhores bibliotecas do mundo lusitano, graças aos esforços do Coronel Salvador de Moya. Outros elementos foram obtidos do amigo Rui Pereira. Os registros de casamentos foram publicados em: RODRIGUES, José Maria; AZEVEDO, Pedro de. *Registos paroquiais da Sé de Tânger*. (Casamentos de 1582 a 1678. Reconciliações de 1611 a 1622). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1922, 548 p. Os outros registros (batizados e óbitos), ainda inéditos, estão depositados na Biblioteca Nacional [de Portugal], na seção de reservados, e foram lidos por Rui Pereira, cujos assentos foram reproduzidos neste artigo.

Este trabalho já se encontrava pronto, quando recebi do Sr. Vitor Ferreira, cópia dos assentos paroquiais de Tânger. Graças a essa gentileza, pude, então, pôr os registros matrimoniais dessa localidade por extenso.

JOÃO PORTES DE EL-REI: SUAS ORIGENS EM CALHETA, ILHA DA MADEIRA E PROVÁVEL FILIAÇÃO

Luiz Gustavo de Sillos

Resumo: *Estudo genealógico sobre as prováveis origens Madeirenses de João Portes de El-Rei, sob a luz de novas fontes primárias.*

Abstract: *Genealogical study of the probable Madeiran origins of João Portes de El-Rei, under the light of new primary sources.*

Apresentação

A primeira vez que tomei conhecimento da magnífica obra Genealogia Paulistana, foi quando descobri meu primeiro costado paulista. Na verdade, o costado paulista, começava com uma mineira de Jacuí, por nome Maria do Carmo do Monte Carmelo, ou, simplesmente, Maria do Carmo - bem, pelo menos, era deste jeito que figurava no registro de óbito de sua filha Ana Vitória de Mello, minha quarta avó, ocorrido em 07-SET-1913 em Jacarezinho, PR.

Maria do Carmo era mulher de meu quinto avô Alexandre Luís de Mello, filho de outro do mesmo nome e de s/m. Ana Maria de Jesus Pinheiro. Seus pais chamavam-se Jacinto Ribeiro de Miranda e Maria do Rosário. Esta última, fª legítima de Francisco Bueno Pedroso e Maria Bueno de Godoy, casados em 1760 em Mogi Mirim, SP (ASBRAP nº 2, pp. 274-275).

A partir deste momento, começava minha saga no desbravamento de SL. E, além da leitura dos mais de cinquenta títulos que compõem os nove volumes da referida obra, também fui apresentado ao software Personal Ancestral File (PAF), ao cadastrar, um a um, de cada novo galho que surgia, em minha singela árvore genealógica.

E, através desta leitura, acabei sendo despertado pelo interesse nas buscas das fontes primárias, em conhecer um pouco mais, além daquilo que me era apresentado nas publicações, principalmente, com o intuito de resolver, os inúmeros "nós genealógicos", que, conseqüentemente, surgiram em meu caminho.

E, foi, justamente, neste exercício, que me deparei com o casal Luís Portes de El-Rei e Luzia Pedroso, que são citados em SL, ttº Bicudos, vol. VI, pág. 339, no fº nº 4-1, como os pais de Ana de Abreu, mulher de Gaspar Nunes Sarmento, e foi, justamente, este casal, os pais de Inês Nunes de Bittencourt, que viria a ser, uma das bisavós (por linha paterna) de Maria do Carmo, citada no início desta apresentação.

E, sendo o apelido "Portes de El-Rei" tão incomum, seria muito difícil, Luís Portes de El-Rei não ter uma ligação consanguínea (mesmo que distante) com o ilustre sertanista João Portes de El-Rei (seria filho, irmão, pai... quem sabe um primo?). Mas as coisas neste campo, não seriam tão fáceis, pois que, na Genealogia Paulistana, e qualquer outra obra escrita anteriormente sobre a gente paulista, Luís Portes de El-Rei não figura entre os filhos de João Portes e s/m. Juliana Antunes. Além disso, no próprio Silva Leme (parafrazeando a obra de Pedro Taques, sua precursora), só nos é dito que, João Portes, era "natural de Portugal, de conhecida nobreza" (1), sem indicação de sua filiação, bem como, um local mais específico para sua origem.

Algum tempo depois, acabei encontrando no Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil, pág. 140, uma referência mais esclarecedora sobre João Portes de El-Rei: "*Português, filho de Roque Homem d'El-Rei, morador em Mogi das Cruzes, em São Paulo, onde foi casado com Juliana Antunes, foi sertanista que explorou grandes trechos do vale do rio Paraíba, juntamente com seu genro Bartolomeu da Cunha Gago, antes de 1674, na pesquisa de minas*". Como podemos observar, Carvalho Franco, nos leva a outra referência, neste caso, ao livro História de São Paulo, de autoria de Alfredo Ellis Junior, pág. 322. Segundo pude apurar, o autor se baseou nas Árvores de costado do cônego Roque Luís de Macedo Leme, publicadas na Biblioteca Genealógica Brasileira nº 10, Edição da Revista Genealógica Brasileira, ano de 1961, com comentários de Salvador de Moya, onde esta ascendência nos é apresentada em algumas genealogias constantes nas págs. 4, 33 e 56 do referido livro.

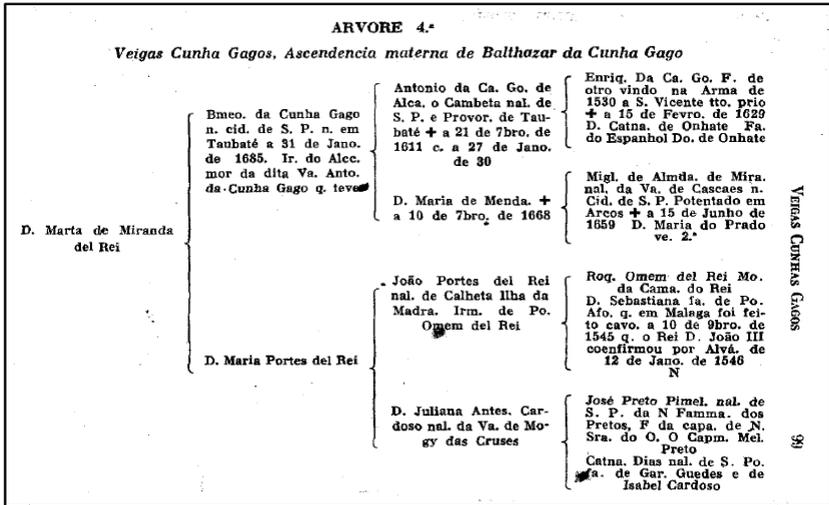
Sobre Roque de Macedo Leme (*1730 - +1828), Afonso de E. Taunay, afirmou que o cônego teria feito uso de um códice inédito de Pedro Taques para a confecção de suas árvores de costado e deduções genealógicas (2). Baseado nesta informação, mais os dados constantes em SL, podemos concluir, que foi Pedro Taques de Almeida P. Leme, quem descobriu a origem e filiação de João Portes de El-Rei.

De qualquer modo, mesmo tendo identificado o autor que deu o pontapé inicial deste resgate familiar, passado todos estes anos, nunca se tinha descoberto

¹ SL, ttº Pretos, vol. VIII, § 5º, pág. 276.

² RIHGSP, vol. XXXII, Ano 1937, pág. 08.

a fonte primária que originou esta afirmação, que diz ser “João Portes de El-Rei nat. de Calheta Ilha da Madeira, irmão de Pedro Homem de El-Rei. F.º de Roque Homem de El-Rei Moço da Câmara do Rei e de d. Sebastiana Afonso, f.º de Pedro Afonso...”, etc.



Ascendência materna de Baltasar da Cunha Gago, in RIHGSP, vol. XXXII, Ano 1937, pág. 99

Entretanto, vale lembrar que, todas as explicações feitas até o presente momento, para aqueles que pesquisam o tronco paulista desta família, nada do que foi dito, representa quaisquer novidades. Porém, no ano passado, ao efetuar pesquisas no ANTT online, deparei-me com uma fonte primária, produzida na Ilha da Madeira, que resolve esta questão (e em período cronológico compatível). Tal fonte, fala brevemente de um João Portes e seu irmão Roque Homem (aqui, o filho do outro do mesmo nome), sendo obrigados a fugirem para o Brasil, na tentativa de se livrarem de um crime de assassinato.

Reforço, também, que, este artigo não tem por objetivo, afirmar que João Portes de El-Rei, foi filho de Roque Homem de El-Rei e s/m. (que não é Sebastiana Afonso, mas, sim, Maria de Abreu, como veremos), mas, em demonstrar, apenas, que esta hipótese é bem plausível, e que vai mais além, que, uma simples identificação da filiação de alguém, sem qualquer preocupação, em apresentar aos senhores, uma única fonte primária qualquer, que seja ela (e temos na Genealogia Paulistana, péssimos exemplos neste sentido, como a

gritante filiação de Simão Borges de Cerqueira em Belquior Borges de Sousa Lousada, quando bem sabemos que foi Antônio Martins Cerqueira, entre outros casos). Conforme se verá, também, Roque Homem de El-Rei e s/m. Maria de Abreu, além de ter um filho contemporâneo ao nosso João Portes de El-Rei, o mesmo viveu no Brasil, e teve dois irmãos residindo no Rio de Janeiro.

Ainda, trago aqui, a ligação dos irmãos Luís Portes de El-Rei (meu ancestral) e Clemente Portes ao ttº pretos (estes, têm sido injustamente esquecidos, apesar das fontes primárias serem bem claras, neste aspecto), e dados interessantes sobre esta família, seja na Calheta, ou, em São Paulo, sobre a ascendência e descendência desta nobilíssima família, aos quais, para um maior entendimento, tratarei separadamente. Na primeira parte, os Homens/Portes de El-Rei paulistas, e, na segunda, os Homens/Portes de El-Rei Madeirenses.

Assim, espero que este, permita aos senhores, encontrar subsídios genealógicos suficientes, para que possam tirar suas próprias conclusões – eu já tenho as minhas. Boa leitura!

São Bernardo do Campo, 06 de maio de 2018.

O Autor

PRIMEIRA PARTE

JOÃO PORTES DE EL-REI, TRONCO DOS HOMENS DE EL-REI E PORTES DE EL-REI PAULISTAS

§ 1.º

- I – JOÃO PORTES DE EL-REI, tronco dos Homens de El-Rei e Portes de El-Rei paulistas, foi conhecido sertanista, responsável pela exploração de grandes trechos do Vale do Paraíba, antes de 1674, em companhia do genro Bartolomeu da Cunha Gago, à procura de minas (AE Júnior, p. 322). Também, encontramos João Portes como padrinho em diversos batismos ocorridos em Santa Ana, Matriz de Mogi das Cruzes, a partir de 1662. Segundo Pedro Taques, sem citar a fonte, seria n. em Calheta⁽³⁾, Ilha da Madeira, fº de Roque Homem de El-Rei e Sebastiana Afonso. Sabe-se, que, em 14-JUN-1639 já obtivera sesmaria em Mogi das Cruzes⁽⁴⁾, porém, na lista de Sesmarias do DAESP, identifico confiavelmente sua presença apenas a partir de 1641 em Mogi das Cruzes, sendo C.c JULIANA ANTUNES CARDOSO, fª de José Preto Pimentel e s/m. Catarina Dias; n. p. de Antônio Preto e Fulana Antunes?!⁽⁵⁾; n. m. de Gaspar Vaz Guedes e Francisca Cardoso:

Sesmarias – Publicação do DAESP

177- João Portes del Rei – 1641 – de Mogi Mirim, no Rio Anhambique acima arriba do Buraco Grande;

(...)

179 - João Portes del Rei, José Preto, Gaspar Cardoso – 1641 - de Mogi das Cruzes, filhos e netos de povoadores, terras no rio Paraíba arriba, junto de Henrique da Cunha e seu genro Antonio Vieira.

³ Quando eu me referir a Calheta, entende-se a fregª do Espírito Santo da Calheta.

⁴ GRÍNBERG, Isaac. História de Mogi das Cruzes: do começo até 1954. Mogi das Cruzes: Saraiva S.A., 1961, p. 345. Penso que, aqui, o autor se confundiu com João Homem (a confirmar), dos Homens da Costa, não Homens de El-Rei.

⁵ Discordo de alguns autores, ao atribuir a mulher de Antônio Preto o apelido Antunes, por este, estar em sua descendência. Antunes é patronímico de Antônio e pode ter sido adotado por seus filhos, por serem todos oriundos de Antônio Preto.

João Portes de El-Rei e s/m. Juliana Antunes já eram falecidos em 16-JAN-1685, conforme declarado no test^o de seu genro Bartolomeu da Cunha Gago (⁶), com inv^o iniciado em 25-JUN-1685. Sem comprovação documental, creio que Juliana Antunes falecera anos antes, de forma que, seu marido (ou f^o homônimo), antes de 1667, 2^a vez C.c. VITÓRIA DE CÂNDIA DE SAAVEDRA, viúva de José Nogueira, f^a de Constantino de Saavedra e s/m. Catarina de Cândia (⁷). Ainda, sobre o fal. de Juliana Antunes, em SL, tt^o Pretos, vol. VIII, págs. 270-276, §§ 4^o e 5^o, n^os 1-4 e 1-5, extraímos a seguinte informação:

§ 4.º

1-4 Capitão Francisco Preto Pimentel foi casado com Ursula Pedroso e foi em 1775 tutor de seus sobrinhos, f.ºs do § 5.º adiante. (...)

§ 5.º

1-5 Juliana Antunes foi casada com o capitão João Portes de El-Rei, natural de Portugal, de conhecida nobreza, segundo escreveu Pedro Taques (...)

Contudo, sabemos que, cronologicamente falando, é impossível que o Cap. Francisco Preto (⁸), tenha sido, no ano de 1775, tutor de seus sobrinhos, filhos de Juliana Antunes. Seguramente, foi um erro de publicação, de forma que, até poderia ser aceito, o ano de 1675, como o correto para a tutoria dos órfãos. Porém, como veremos adiante, tomando por base o test^o de Luís Portes de El-

⁶ Inventários e Testamentos de Taubaté – 2º Ofício. Caixa 03, doc. 15.

⁷ Inv^o de Catarina de Candia, ano de 1667, em São Paulo. Coleção Inv. e Test. Não Publicados, do DAESP.

⁸ O Cap. Francisco Preto Pimentel e seu irmão Paulo Preto, foram casados com as irmãs Úrsula Pedroso e Isabel Correia de Moraes (esta, também referida como Isabel Correia, a nova), ambas filhas de João Pedroso de Moraes e 2ª mulher Isabel Correia (inf. não constantes em SL). No test^o de Francisco Pedroso Xavier, escrito em 25-MAR-1674 (Inv. e Test. de São Paulo, vol. 20, pp. 289-315), f^o de João Pedroso de Moraes e 1ª mulher Maria Cardoso, ele chama Francisco Preto de “meu irmão”. Sobre a sogra de Francisco Preto, Isabel Correia, fal. em 15-MAI-1677 em Mogi das Cruzes, após enviivar-se de João Pedroso de Moraes, C.c. Salvador Bícudo de Mendonça, também viúvo, fal. em 12-AGO-1681 em Mogi das Cruzes, f^o de Manuel Bícudo e Maria Pires. Sobre a ascendência de Isabel Correia, concordo com o saudoso dr. Helvecio de Vasconcelos Castro Coelho, em atribuir-lhe como pais o casal Francisco Álvares Correia e Margarida Gonçalves, mas tratarei disto em um outro momento.

Rei, fal. em 1669, datado de 10-JUL-1668, creio que o ano correto a ser considerado é 1665, pois que, no referido documento, podemos ler sobre o Cap. Francisco Preto Pimentel:

“Deve-me (...) de partilha (...) o capitão Francisco Preto Pimentel deseseis mil e tacentos e oitenta e sete reys (...)” (afirmação de Luís Portes)

“...Francisco preto pimentel nove mil reys que coube ao testador de sua heransa” (afirmação do juiz sobre o defunto Luís Portes)

Ora, com estes dois pequenos trechos extraídos acima, fica implícito que ficou sob responsabilidade do Cap. Francisco Preto Pimentel a administração de uma quantia em dinheiro, da qual uma parte, era herdeiro, Luís Portes de El-Rei, que, neste documento, também é chamado de Luís Portes Antunes. Particularmente, aqui estamos falando do mesmo evento que SL diz ter sido o Cap. Francisco Preto tutor. Ainda, os mesmos, servem de alicerce para a filiação de Luís Portes no casal João Portes e Juliana Antunes, mas haverá um fato mais conclusivo.

Assim, João Portes de El-Rei e s/m. Juliana Antunes, tiveram os seguintes filhos q. d. (º):

- 1 (II) CATARINA PORTES DE EL-REI, C.c. SIMÃO DA CUNHA GAGO, n. em Mogi das Cruzes, fº de Antônio da Cunha Gago e Marta de Miranda, c. g.
- 2 (II) MARIA PORTES DE EL-REI, C.c. BARTOLOMEU DA CUNHA GAGO, fº de Antônio da Cunha Gago e Marta de Miranda, já citados, n. em São Paulo e fal. em Taubaté em 31-JAN-1685, com testº e invº. Declarou Bartolomeu ser cunhado de Clemente Portes de El-Rei, nº 5 (II) adiante. C.g.
- 3 (II) ANA PORTES DE EL-REI, ou, ainda, ANA VELOSO DE EL-REI (10). Em 27-JUL-1685 bat. Francisca fº de João Dias Mendes e Margarida Correia, sendo padrinho Domingos Freire. Foi C.c. ANTÔNIO DA CUNHA GAGO, irmão de seus cunhados. Entre seus

⁹ Neste artigo, irei me preocupar apenas com a descendência dos filhos Clemente Portes de El-Rei e Luís Portes de El-Rei, visto que os outros quatro, têm vasta descendência tratada por diversos autores.

¹⁰ Veloso é apelido constante na ascendência dos Portes de El-Rei da Calheta.

filhos, Roque Homem de El-Rei, que foi C.c. Isabel de Siqueira Antunes ⁽¹¹⁾. C.g.

- 4 (II) CAP. TOMÉ PORTES DE EL-REI, C.c. JULIANA DE OLIVEIRA, fª de Francisco Correa de Oliveira e s/m. Ângela da Mota. Foi um dos testamenteiros de Bartolomeu da Cunha Gago, a quem, este, chamou de cunhado. Conforme Carvalho Franco, pág. 141, “*foi sertanista que descobriu as lavras do Rio das Mortes, nas Minas-Gerais, em 1702, formando o arraial a que deu o nome de Santo Antônio. Tempo depois, foi morto em um levante de seus escravos.*” C.g.
- 5 (II) CLEMENTE PORTES DE EL-REI, que segue.
- 6 (II) LUÍS PORTES DE EL-REI, ou, ainda, LUÍS PORTES ANTUNES, que segue no § 2.º

II- CAP. CLEMENTE PORTES DE EL-REI, já fal. em FEV-1705, conforme casamento da fª Francisca. Foi C.c. HELENA FERNANDES DE SAAVEDRA ⁽¹²⁾, fal. viúva em Itu, SP, aos 06-FEV-1725, com testº, sendo seus testamenteiros o alferes João Pereira de Bitencourt, o ajudante Manuel Gomes e Domingos de Souza Saldanha. Foram moradores em Santana de Parnaíba, e, depois, passaram a residir em Itu, onde encontramos o casamento de alguns filhos. Em 1677 Clemente Portes participou da bandeira de Lourenço Castanho Taques, o moço, na região das Minas Gerais. A filiação de Clemente Portes de El-Rei em João Portes de El-Rei é confirmada no testº de Bartolomeu da Cunha Gago, marido de Maria Portes de El-Rei, do nº 2 (II) acima. No referido documento, Bartolomeu da Cunha Gago declarou, entre suas dívidas:

“31 de Claro que devo a meu cunhado Clemente portes coatro mil reis”

¹¹ O nome Roque Homem de El-Rei seria uma mera coincidência? Penso que não. Seguramente uma forma de Ana Portes reviver o nome de seu avô paterno.

¹² Em 1665, conforme Originais do SL, em Santana de Parnaíba casou Luís Portes de El-Rei com Helena de Saavedra, sem indicação dos pais. Aqui vemos Luís Portes C.c. aquela que seria a mulher de Clemente Portes. Como o assento original não existe mais, penso que, os dois assentos foram lançados no mesmo dia, e, quiçá, devido ao péssimo estado do Lº, quando da anotação de SL, possa ter havido confusão.

Como disse anteriormente, apesar da fonte em questão não conter declarado expressamente que Clemente Portes foi fº de João Portes, por conclusão, sendo Bartolomeu da Cunha Gago marido de Maria Portes de El-Rei (além do mais, ele não era irmão de Helena Fernandes de Saavedra), não há outra explicação para este parentesco, se não, o de concluir que ambos eram cunhados, por ser Bartolomeu C.c. uma irmã de Clemente.

Clemente Portes de El-Rei e s/m. Helena Fernandes de Saavedra tiveram os seguintes filhos q. d.:

- 1 (III) MARIA PORTES DE EL-REI, fal. em 1680 em Santana de Parnaíba, com testº escrito em 27-MAR-1680 e invº datado de 11-JUL-1680 ⁽¹³⁾, sendo herdeiros seus pais e o marido ANTÔNIO CORDEIRO, creio, fº de Antônio Cordeiro e s/m. Catarina de Aguiar Girão. S. g.
- 2 (III) CATARINA PORTES DE EL-REI, conforme Originais do SL, fal. com testº e invº em 1728 em Guaratinguetá, SP. Foi casada duas vezes. A 1ª vez, em 1682 em Itu C.c. INÁCIO RODRIGUES MOREIRA, fº natural de Francisco Rodrigues Moreira, n. em São Paulo, SP e fal. em 27-OUT-1694 em Itu, tendo a viúva, 2ª vez, em 1695 C.c. SALVADOR PAES BARRETO, fº de Tomás Mendes Barbosa e s/m. Lucrecia Pedroso. C. g. de ambos os matrimônios.
- 3 (III) FRANCISCA PORTES DE EL-REI, em (...) -FEV-1705 em Itu, C.c. ANTÔNIO MENDES DA SILVA, n. na cidade de Coimbra, Portugal, fº de Alexandre Mendes da Silva, já fal. e de s/m. Helena de Tal, c. g. em Itu.
- 4 (III) JOÃO PORTES DE EL-REI, conforme Originais do SL, em 1698 em Itu, C.c. MARIA DE GÓES DE SIQUEIRA, fª de Martinho de Góes (de Siqueira) e s/m. (Ana da Guerra?), c. g. em Itu.
- 5 (III) BEATRIZ, herdou parte da terça de sua irmã Maria Portes, do nº 1 (III) retro. Não descobri se casou, ou se deixou descendência.

¹³ DAESP, vol. 19, fls. 427-435.

- 6 (III) MARIA FERNANDES DE EL-REI, na dúvida se fª ou neta, C.c. JOÃO REQUEIXO DA MOTA, moradores em Itu, onde bat. Francisco em 22-JUL-1701, sendo padrinhos Simão Rodrigues Moreira e Francisca Portes de El-Rei.
- 7 (III) ANA PORTES DE EL-REI, C.c. ANDRÉ DE SIQUEIRA DE MENDONÇA, pais de Maria, bat. em 28-JUL-1698 em Itu. André de Siqueira e Clemente Portes, foram testamenteiros de Inácio Rodrigues Moreira, do nº 2 (III) retro.

§ 2.º

- II- LUÍS PORTES DE EL-REI, ou, LUÍS PORTES ANTUNES, em 1665 em Santana de Parnaíba, SP, C.c. LUZIA PEDROSO, também chamada LUZIA PINTO, bat. em (...) -OUT-1646 na Sé de São Paulo, sendo padrinhos d. Simão de Toledo Piza e Susana M[...]. Luzia Pedroso, foi fª legítima de Isidoro Pinto da Silva e sua 1ª mulher Inocência da Costa, casados em São Paulo em 20-MAIO-1644 (¹⁴); n. p. de Jácomo Pinto e Catarina da Silva de Pedroso; n. m. de Cristóvão Mendes (fº de André Mendes e Isabel Afonso) e Grácia da Costa. Luís Portes fal. em Santana de Parnaíba em 1669, com testº escrito em 10-JUL-1668 (com cumpra-se em 19-MAR-1669), e autos de invº em 27-ABR-1669 (¹⁵), por estes, se vê que Luís Portes foi irmão de Clemente Portes de El-Rei (que foi cunhado de Bartolomeu da Cunha Gago, logo, filhos de João Portes de El-Rei):

Luiz Portes del Rey

¹⁴ Teve Isidoro Pinto da Silva, com sua 1ª mulher Inocência da Costa, além de Luzia Pedroso, os filhos (todos batizados na Sé de São Paulo): Jácomo Pinto, bat. em 20-AGO-1645; Catarina Pinto, bat. em 14-JUN-1648 e Maria Pinto, em JUN-1650.

¹⁵ O testº e invº de Luís Portes de El-Rei foi pesquisado por mim em 24-OUT-2009 no microfilme nº 2124206, item nº 5, da SGU, ref. aos Inventários e Testamentos de São Paulo e Santana de Parnaíba, anos de 1661 a 1696, volumes 483-489, cujos originais encontram-se arquivados no DAESP. Ainda, divulguei o resultado da mesma em 25-JAN-2009 na lista de discussão online Gen-Minas. Participou da conversa o amigo Lênio Richa, que fez um excelente trabalho sobre os Portes de El-Rei ao reconstruir os Títulos Perdidos de Pedro Taques.

Autos Invº 27-ABR-1669 nesta vª Santa Ana Parnaíba

1668 – Luíz Portes Antunes

Testº 10-JUL-1668

Sou cazado a face da igreja, com Luzia Pedroza da qual temos uma filha por nome ana que he minha herdeira legitima. Peço a meu sogro Izidoro Pinto peramor de deus queira ser meu testamenteiro, e fazer por minha alma o que eu fizera pella sua. Mando que pague os legados remanescente (...) de minha terça deixo a minha filha, anna. Deve-me meu irmão clemente portes por hu conhecimento que tem meu sogro, doze mil (...) Deve-me Antonio Gonçalves de Mendonça dez mil por hu conhecimento que meu sogro tem (...) Deve-me Gonsalo simoes vinte e seis mil (...) Deve-me (...) de partilha (...) o capitão Francisco Preto Pimentel deseseis mil e tencentos e oitenta e sete reys (...)

Cumpra-se 19-MAR-1669

Apesar de eu não ter feito a transcrição deste trecho, fica claro por meio do testº, que Luís Portes fal. poucos anos depois de casar, de alguma moléstia, pois ele deixa explícito que o sogro (Isidoro Pinto) gastara muito com ele, tentando sará-lo. Sobre Luzia Pedroso, não sei se teve um segundo matrimônio. Porém, com base no auto do invº de seu pai (Isidoro Pinto), já era fal. em 14-MAIO-1707 ⁽¹⁶⁾. Luís Portes de El-Rei e s/m. Luzia Pedroso teve a 1ª única:

- 1 (III) ANA DE ABREU, n. em Santana de Parnaíba, onde, em 01-MAR-1683 ⁽¹⁷⁾ C.c. o ilhéu GASPAS NUNES SARMENTO, n. na Ilha da Graciosa, fº de Ventura Pereira Sarmento e s/m. Inês de Bittencourt:

¹⁶ Inventário dos bens do casal Isidoro Pinto e Antônia Preto, na série do 1º Ofício, Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo, nº de ordem C00701.

¹⁷ Processo de Habilitação de Gêner e Moribus do Pe. Antônio Pedroso Xavier, n. em Mogi Guaçu, SP, fº de João Pedroso Xavier e Inês Nunes de Bittencourt, por esta, n. m. do casal Ana de Abreu e Gaspar Nunes Sarmento, iniciado em 30-AGO-1760 em São Paulo, disponibilizado online (mais de 150 páginas) em:

<https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939F-KN9S-RT?i=382&wc=M5JW-T38%3A371870001%2C373676502%2C373744801&cc=2177299>

Processo nº 1-40-341

Data Inicial do Processo: 30-AGO-1760

ACMSP, Aplicação Sacerdotal, Génere et Moribus do Pe. Antônio Pedoso Xavier, ano de 1760

Casamento de Gaspar Nunes Sarmiento e Ana de Abreu, extraído do processo referido acima.

Lº de Casamentos de Santana de Parnaíba, fls. 6 de um deles

Em o primeyro de Março de mil e seiscentos e oytenta e três annos cazey in facie ecclesia precedendo primeyro o que dispõem o Sagrado Concil. Trident. Gaspar Nunes Sarmiento natural da Ilha da Preitoza (?) filho de Ventura Pereyra Sarmiento, e de Iignes de Bentancur com Anna de Abreu, filha de Luis Portes del Rey, já defunto, e de Sua mulher Luzia Pedrosa; forao admoestados todos em três dias festivos i naestaçam; que fiz ao povo e nam sabia impedimento algum; foram testemunhas o Juiz Joam das Neves, Balthazar de Godoy Bicudo, Maria da Sylva e Ascença da Penha = o vigº Pedro Leme do Prado

Sobre Gaspar Nunes Sarmiento, efetuei pesquisas nos registros Paroquiais das freguesias de Guadalupe e São Mateus da Praia, ambas do concº de Santa Cruz da Graciosa, da Ilha Graciosa, Açores, Portugal, onde pude coletar informações valiosas sobre sua ascendência⁽¹⁸⁾. No próprio processo de género et moribus do neto Antôno Pedroso Xavier, foi feita diligência na Ilha da Graciosa acerca de Gaspar Nunes Sarmiento, porém, confundiram-no as testemunhas ouvidas, com outro Gaspar Nunes Sarmiento (bat. na fregª de Nª Sª da Luz em 15-MAR-1666), primo homônimo do primeiro, fº de Pedro Viegas de Ataíde e s/m. Luísa Pereira Sarmiento, esta, irmã inteira de Ventura Pereira

¹⁸ Também, ajudou-me com informações preciosas, o senhor José César Ramos, ao contribuir com dados sobre a ascendência de seu bisavô Sesinando Augusto César, elaborada pelo maior genealogista da Graciosa, Luís Conde Pimentel. Alguns pontos desta genealogia, discordo e trago aqui minha opinião. Ainda, não tive acesso às inúmeras e completas obras sobre as genealogias dos Açores, como Genealogias da Ilha Terceira, entre outras, de forma que, alguns dos dados aqui publicados, também podem ter sido objeto de pesquisa de outro autor.

Sarmento, que, na verdade, chamava-se Boaventura Pereira Sarmento:

Fl. 43-vº e 44.

Depoimento de Manuel Lobão de Couto Botelho:

“Disse que ele conheceu de vista a gaspar nunes sarmento que desta ilha embarcou e era natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz desta dita Ilha mas se é o próprio avo do habilitando o nam sabe por que nam sabe as voltas que deu per he mundo e nesta ilha o sobredito gaspar nunes sarmento falou e tratou muitos annos e ainda conheceu seu pai Pedro viegas (...).”

Assim, conheçamos um pouco mais de Gaspar Nunes Sarmento, o genro de Luís Portes de El-Rei: Gaspar Nunes Sarmento, provavelmente n. na freg^a de Guadalupe, conc^o de Santa Cruz da Graciosa, Ilha da Graciosa, foi um dos filhos do casal Boaventura Pereira Sarmento e Inês de Ávila de Bettencourt, casados depois de 06-JAN-1648 na freg^a de Guadalupe, onde foram moradores e batizaram, pelo menos, cinco filhos que encontrei em minhas pesquisas nos registos paroquiais, que são: Manuel Maduro Pereira, bat. em 08-NOV-1651, padrinhos Pedro do Conde Sodré (casado com uma tia da mãe do batizado, por nome, Catarina Antunes de Miranda) e Luzia Pereira (irmã de Boaventura Pereira), filha de Gaspar Nunes Sarmento de N^a S^a da Luz; o próprio Gaspar Nunes Sarmento, que em 21-OUT-1676 em Guadalupe foi padrinho de batismo de sua sobrinha Maria, f^a de Rafael Espínola e Maria de Bettencourt (adiante), e, antes, padrinho de batismo de Maria, em 10-JAN-1676 onde é qualificado como f^o de Inês de Ávila, e, também, em 07-OUT-1675 como padrinho de Catarina, na qualidade de f^o de Boaventura Pereira; Maria de Ávila de Bettencourt, bat. em 14-DEZ-1658, sendo padrinhos, Antônio do Conde e Tomé Lobão, foi C.c. Rafael Espínola de Sousa Mendonça em 11-AGO-1673; a Boaventura Pereira Sarmento, n. na freg^a de São Mateus da Praia, Inês de Ávila, bat. em 29-NOV-1659, sendo padrinhos Bartolomeu Pires de Covilhã e Antônio Ornelas, bat. em 07-OUT-1677 a filha Maria, ilegítima, havida de Sebastião Espínola; e, por fim, Catarina Pereira, bat. em 22-ABR-1664, sendo padrinhos Diogo Viegas de Ataíde e Catarina Pires, mulher de Manuel Tavares.

Boaventura Pereira Sarmento, pai de Gaspar Nunes Sarmento, n. na freg^a de São Mateus da Praia, do conc^o de Santa Cruz da Graciosa, foi f^o de outro Gaspar Nunes Sarmento, n. na freg^a de N^a S^a da Luz, do mesmo conc^o e de s/m. Inês Pires de Covilhã, n. no lugar do Sul, freg^a de São Mateus da Praia, casados na freg^a de N^a S^a da Luz, antes de 25-FEV-1624. Gaspar Nunes Sarmento, o avô paterno, foi f^o de Pedro Afonso Balieiro, da freg^a de Santa Cruz da Graciosa, (f^o de Manuel Garcia Balieiro, n. no Porto, e s/m. Catarina Gonçalves, da Ilha da

Graciosa) e de s/m. Maria Nunes Sarmento, n. na freg^a de São Mateus da Praia, sendo que, os genealogistas tentam ligá-la, por diversas linhas distintas, aos Pereiras Sarmentos, da Ilha do Faial. Particularmente, discordo desta linha. Os paroquiais nos indicam que, a mãe de Gaspar Nunes Sarmento (o avô), é a mesma casada em São Mateus da Praia em 26-MAIO-1600 com Pedro Fernandes, da mesma freg^a de Santa Cruz, f^o de Mateus Fernandes e Leonor Afonso, e ela, filha de Gaspar Nunes, mercador, e de s/m. Concórdia Gonçalves, já fal. Ora, sendo assim, ou Pedro Afonso Balieiro, é o 2^o marido de Maria Nunes Sarmento (viúva do dito Pedro Fernandes), ou, Pedro Fernandes, sendo f^o de uma Leonor Afonso, também se chamou Pedro Afonso, e estaria incorreto dizer que é f^o de Manuel Garcia Balieiro e sua mulher, mas, quiçá, seu parente, visto que figuram entre as testemunhas deste casamento um Manuel Garcia. Já, sobre Inês Pires de Covilhã, a avó paterna, era f^a de Bartolomeu Pires de Covilhã, de São Mateus da Praia, e de s/m. Maria Gaspar, esta, fal. depois de 25-MAR-1627; n. p. de Francisco Pires, de Covilhã, Portugal e de s/m. Felipa Gonçalves (?). Os pais de Inês Pires de Covilhã, viveram em São Mateus da Praia, onde deixaram vasta descendência deste apelido. Encontrei diversos filhos do casal, nascidos entre os anos de 1583 a 1601.

Em relação à Inês de Ávila de Bettencourt, foi bat. em 22-AGO-1629 na Matriz de Guadalupe, f^a de Manuel Gonçalves Maduro e de outra Inês de Ávila de Bettencourt. Manuel Gonçalves Maduro (¹⁹), o avô materno, por sua vez, foi f^o de Antônio Gonçalves Maduro e s/m. Maria Antunes de Miranda (estes, foram pais também de Beatriz Medina e Catarina Antunes de Miranda, mulher de Pedro do Conde Sodré, já citado, todos da freg^a de Guadalupe). Inês de Ávila Bittencourt, a avó materna, n. na freg^a de Santa Cruz da Graciosa, e era f^a de Gaspar Gonçalves de Ávila e de Ambrósia Gonçalves; n. p. de Fernão de Ávila e Fulana Vaz, de São Mateus da Praia; n. m. de Francisco Gonçalves e s/m. Maria Gonçalves, da Ilha Terceira. Sobre os pais de Fernão de Ávila e s/m. Fulana Vaz, sabemos que foram Belquior Gonçalves de Ávila (²⁰) e Inês Gomes Carneiro e Antônio Vaz e Mécia Vaz, respectivamente.

Ana de Abreu, ainda era viva em 01-MAI-1724 em Santana de Parnaíba, quando do casamento de sua f^a Inês Nunes de Bittencourt. Gaspar Nunes

¹⁹ A ascendência de Manuel Gonçalves Maduro eu obtive do assento de batismo de Domingos, ocorrido em Guadalupe em 12-JUL-1626, onde figuram como padrinhos: *“M.el Glz Maduro, e sua irmã Breatis Medina f^a de Antonio Glz Maduro defunto e de sua mer Maria Antunes.*

²⁰ Filho de Antão Gonçalves de Ávila e s/m. Inês Gonçalves de Antona, n. p. de João Sanches de Ávila de Bittencourt e Maria Vaz de Padilha; n. m. de Afonso Gomes de Antona Baldaia e Antonia Gonçalves, de ascendências conhecidas.

Sarmento, fal. muitos anos antes, com auto de inv^o iniciado nesta v^a em 17-OUT-1707. O casal teve 9 filhos, entre os quais, a f^a:

- 1 (III) INÊS NUNES DE BITTENCOURT, n. em Santana de Parnaíba, onde, em 01-MAIO-1724, C.c. JOÃO PEDROSO XAVIER, bat. em 26-ABR-1698 em mesma v^a, f^o do Cap. Simão Bueno da Silva e s/m. Catarina Pedroso, estes, casados em Santana de Parnaíba, em 07-JAN-1690; n. p. de Bartolomeu Bueno da Silva e Isabel Cardoso; n. m. do Cap. Francisco Pedroso Xavier e Maria Cardoso. Entre seus filhos, o Pe. Antônio Pedroso Xavier, natural de Mogi Guaçu, São Paulo, com processo de Génere et Moribus em São Paulo, iniciado em 30-AGO-1760, de onde extrai muitas datas constantes neste artigo. O casal Inês Nunes de Bittencourt e João Pedroso Xavier são meus oitavos avós.

SEGUNDA PARTE

JOÃO PORTES, TRONCO DOS PORTES, DA CALHETA, ILHA DA MADEIRA

§ 1.º

- I – JOÃO PORTES, o velho, n. por 1504 em Barcelona, Espanha, ou, vindo das Canárias para a Calheta (ou, fugido da vila de LaReina), é tronco dos Portes, da freg^a da Calheta, do conc^o de mesmo nome, Ilha da Madeira. Conforme Diligência de Habilitação do Pe. João Portes de Vasconcelos, seu bisneto, para cargo de F. S. O., iniciado na Cidade de Funchal, Ilha da Madeira, em 02-JUN-1693, e ora, sob guarda do ANTT (²¹), João Portes foi *“hum homem alto com o nariz muito grande, e que por esta cauza lhe chamaram na dita villa sempre judeu”* (²²). Sabe-se que *“veyo a esta Ilha a muitos annos de Barcellona principal da Catalunha, e cazou na Villa da Calheta aonde viveu e morreu. E por ser estrangeiro, sem outro documento algum o infamaram de cristão-novo”*. Por conta desta fama, outro seu descendente, em seu processo de Génere et Moribus, iniciado em 10-MAIO-1692, empenhou-se por meio de diversas provanças de limpeza de sangue, demonstrar sua origem cristã-velha. O autor deste feito, foi o Pe. Gabriel Portes de Miranda, que acabou tornando-se vigr.^o da Estreita da Calheta, cujo o conteúdo de sua inquirição, foi anexada à diligência do já citado Pe. João Portes de Vasconcelos.

Até onde pude verificar, duas foram as possíveis causas desta fama. A primeira, foi provocada pelo Cap. Pedro Barreto, um dos juízos responsáveis pelo pagamento da finta hebreia, que no dia 31-MAIO-1638, teria escrito ao senhor Antônio Furtado de Mendonça, uma inquirição, que dizia que *“Nicolau*

²¹ Tribunal do Santo Officio, Conselho Geral, Habilitações, João, maço 25, doc. 601, sob código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/13157, acessível no site do ANTT no seguinte endereço eletrônico: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2332091>. O Pe. João Portes de Vasconcelos, natural e morador na Cidade de Funchal, da Ilha da Madeira. Foi reitor do Real Colégio de São Luís e Beneficiado na Colegiada de São Pedro. Foi f^o de Inocência Portes e Maria de Vasconcelos; sendo n. p. de Nicolau Portes e Leonor de Amorim; n. m. de Domingos de Braga de Andrade e Isabel Colaço de Vasconcelos, todos naturais de Funchal e seus termos. Era bisneto de João Portes, tronco deste tt^o.

²² Pág. 17, Op. Cit.

Portes lhe mandara o dinheiro da finta”, com isso, queria dizer que os Portes, tendo pago esta finta, seriam cristãos-novos. Porém, no decorrer do processo, descobriu-se que a carta escrita por Pedro Barreto era falsa, pois que no Lº alfandegário desta vª, que traz a relação dos judeus que pagaram esta finta, não figurava João Portes, tampouco seu fº Nicolau Portes.

Ainda, sobre o ocorrido, foi dito por uma das testemunhas, que, João Portes não poderia ter sido cristão novo, visto que, ao consultar os livros antigos da Câmara da vª da Calheta, onde há “*votações e eleições porq’ constava que o dito João Portes servira os cargos honrosos ali de capitam de ordenança, como Juiz e vereador em companhia de pessoas nobres e fidalgos de q’ ele testemunha entende não ser (...) comodito João Portes sefora homem de nação ou de baixa sorte cuias razões e argumentos (...) conclue ele testemunha que o dito João Portes era christão velho e não de nação hebreia, e que a dita fama e rumor de ser de nação hebreia foi levantada por inimigos mal aceitos; sem haver fundamento”.*

A segunda causa, foi justamente a responsável pela motivação de eu escrever este artigo, pois fala de um crime de assassinato cometido por dois irmãos, João Portes e Roque Homem, que resultou em fuga para o Brasil, conforme relato agora: No dia 15-SET-1692, na Cidade do Funchal, em presença de testemunhas, o Reverendo Vigr.º da Igreja de São Roque, o Pe. Pedro Alves Pereira, de 81 anos, pouco mais ou menos, que, depôs em favor do estudante Gabriel Portes de Miranda, e, alegou, que, apesar de não conhece-lo, conheceu seu pai Alexandre de Freitas Amorim, e seus avós Alexandre de Amorim Batista e s/m. Maria Correia de Miranda, há mais de 60 anos, naturais e moradores na cidade de Funchal. Também disse conhecer o irmão de Alexandre de Amorim, que era Inocêncio Portes (aqui, o pai de Pe. João Portes de Vasconcelos), etc. Disse, mais, ainda o Pe. Pedro Alves Pereira, as fls. 15-vº e 16 no mesmo processo “*somente ouviu huã fama, q’ dizia ter uns Portes, moradores na Villa da Calheta, que sabe serem ascendentes do habilitando, de christãos novos; mas que essa fama tem por falsa, porquanto viu alguns róis tirados dos livros das fintas que nesta Ilha pagarão os christãos novos, e nelles não achou q’ escrevessem escriptos os nomes de pessoas q’ tivessem o apelido Portes, e que também viu lhe huã certidão passada pelo desembargador Antonio Ferreira Juiz que foi da dita finta, na qual afirma q’ Nicolau Portes de quem descende Alexandre de Morim, não fora multado, nem pagava para a finta dos Christãos novos, nem no livro della fora nomeado, donde veio a entender que aquella fama q’ tinham os ascendentes do habilitando, por algum seu inimigo, em razão de terem muitos na Villa da Calheta donde ele testemunha he natural por razão de huã morte q’ João Portes, e Roque Homem ambos irmãos fizeram na dita Villa da Calheta a hum Manoel Francisco, por cauza da qual se embarcaram para o Brazil, os quaes matadores eram descendentes de hu João Portes que veyo do mar em fora viver na dita Villa da Calheta conforme ouviu dizer a seus antepassados, e que os ditos matadores*

conheceo muito bem, e q' dalli resultou terem muitos inimigos na dita Villa, todos (...) desta família"²³).

Após comprovadas as origens cristãs-velhas de João Portes (o velho), encontramos na mesma de Gêner de Gabriel Portes, as seguintes informações sobre o tronco desta família: Em 27-ABR-1567 João Portes foi eleito capitão do Arco; em 1576 serviu de vereador; em 1578, saiu por juiz. Em 1580, novamente vereador; nos últimos três meses de 1581, almocatel, e, por fim, em 11-JAN-1584, novamente atuou como juiz, estando já doente.

João Portes, fal. na freg^a da Calheta em 09-SET-1584 aos 80 anos, com test^o escrito em 08-SET-1584 em casa de seu genro Francisco Homem de El-Rei, e inv^o aberto em 11-SET-1584. Na época, já era viúvo de BEATRIZ AFONSO, f^a de Gaspar Álvares e s/m., cujo nome se ignora, e, por seu pai, n. p. de Álvaro (ou Afonso) Gomes Jardim, moço da Câmara, e de s/m. Catarina de Castro. O casal teve os seguintes filhos q. d.:

- 1 (II) ANDRÉ PORTES, bat. em 22-MAR-1542 na Calheta, sendo padrinhos (...), s. m. n.
- 2 (II) CLARA AFONSO, que segue.
- 3 (II) ÚRSULA GONÇALVES, ou, ainda, ÚRSULA ÁLVARES, em 1568 na Calheta, C.c. MANUEL RISCADO, n. na Ribeira Brava. Manuel Riscado e seu cunhado Francisco Homem de El-Rei, "*serviram nesta dita villa todos os cargos honrosos como eram juízes, vereadores, e provedores da Misericórdia, e capitães de sua Majestade*". Entre seus filhos, Ana, bat. na Calheta em 08-AGO-1578, sendo padrinhos Nicolau Portes e Clara Afonso, tios maternos da batizada. C.g.
- 4 (II) TOMÉ PORTES, n. na Calheta. Em 19-NOV-1573, na paróquia da Ponta do Sol, C.c. MARIA DE ANDRADE, f^a de [ilegível] e s/m.

²³ Aqui, a fonte primária que aguardamos por tanto tempo, que, de fato, João Portes de El-Rei, tronco dos Homens e Portes de El-Rei paulistas, e seu irmão Roque Homem, o moço, ambos filhos de Roque Homem de El-Rei e s/m. Maria de Abreu, sendo Roque Home, f^o de Francisco Homem de El-Rei e s/m. Clara Afonso, f^a do tronco deste tt^o João Portes.

Vitória Fernandes. Tomé Portes fal. em 31-DEZ-1578 na Ribeira da Calheta, sendo seus testamenteiros Nicolau Portes, seu irmão, e João Portes, seu pai. S. m. n.

5 (II) JOÃO PORTES (O NOVO), bat. em 15-DEZ-1548 na Calheta, sendo padrinhos (...). Em 24-FEV-1577 batiza, juntamente com Isabel Jaques, cunhada de Pedro da Costa, a Pedro, escravo de Ambrósio de Brito, fº de uma escrava deste por nome Joana. Em 10-JAN-1611 na Calheta, foi padrinho de batismo de Bento, fº de Maria, escrava de Pedro do Souto. S. m. n.

6 (II) NICOLAU PORTES, que segue no § 2.º.

II- CLARA AFONSO, foi bat. na igreja do Espírito Santo, Matriz da fregª da Calheta, em 03-AGO-1544, onde, em 11-NOV-1562, C.c. FRANCISCO HOMEM DE EL-REI, fº de Pedro Afonso, *era Cavaleiro Confirmado* da Ribeira Brava, e de s/m. Leonor Homem (fª de João Homem e Catarina Vaz). Clara Afonso fal. em 15-ABR-1603 na Calheta, e, seu marido, anos antes, mais precisamente, em 28-JUL-1595. Francisco Homem de El-Rei “*era mosso da Câmara del Rei Nº Sº e o serviu muitos annos na África aonde o captivaram e esteve captivo em Marrocos seis annos (...) e nesta Ilha serviu enquanto foi vivo todos os mais onrados cargos da guovernança dela como foy de Capitão de Infantaria enleito pelos officiais da Camara da ditta villa*”⁽²⁴⁾. Este casal, é tronco da família Portes de El-Rei da Ilha da Madeira, e, como verão, seguramente, dos Portes de El-Rei do Brasil. O casal teve os seguintes filhos, q. d.⁽²⁵⁾:

²⁴ Justificação de ascendência de Pedro Homem de El-Rei, fº de Roque Homem de El-Rei, pág. 64 do processo de Habilitação do Pe. João Portes de Vasconcelos, já citado.

²⁵ Aqui só considereí aqueles que encontrei em fontes primárias. Cheguei a consultar a obra de Felisberto Bettencourt Miranda, por nome Apontamentos para a Genealogia de Diversas Famílias da Madeira, ano de 1888, onde o autor trazia 9 filhos, onde, se exclui Maria Portes, e, se acrescentava, no lugar dela, uma Clara de El-Rei, C.c. Jorge Mialheiro de Meneses, em 14-JUN-1626. Porém, esta Clara, foi fª de Manuel Homem de El-Rei e sua 2ª esposa Leonor Fernandes, logo, Clara foi neta de Francisco Homem e Clara Afonso. Ainda, exclui da lista de filhos Francisco Homem de El-Rei, o moço, pois era sobrinho de Francisco Homem de El-Rei, filho de seu irmão Fernando Anes e cunhada Inês Afonso. Francisco Homem, o moço, 1ª vez, C.c. Clara da Silva em 12-JAN-1591 na Sé do Funchal; e, segunda vez, em 1598 na Calheta com Catarina Gonçalves.

- 1 (III) MANUEL HOMEM DE EL-REI, fal. em 29-JUN-1629 na freg^a da Calheta, foi casado três vezes. A 1^a vez com MARIA FERNANDES; a 2^a vez em 27-MAIO-1602 na Calheta C.c. LEONOR FERNANDES, f^a de Antão Pires e de Leonor Fernandes, fal. em 13-JUN-1619 na Calheta; e, a 3^a vez, em 13-JAN-1620 na Calheta, C.c. BEATRIZ FERNANDES, f^a de Francisco Martins da Cunha e Maria Fernandes, c. g. dos dois primeiros matrimônios (²⁶).
- 2 (III) ANA DE LORETO HOMEM, em 1585 na Calheta, C.c. o inglês JOÃO SNCHORI, n. em Bristol, f^o de Tomas Snchori, e, que, à época, vivia na Ribeira Brava. Viúva, teria se casado 2^a vez com FUÃO FERREIRA DRUMMOND. S. m. n.
- 3 (III) LEONOR HOMEM DE EL-REI, em 28-OUT-1591 na Calheta, foi C.c. MANUEL DE FIGUEIRÓ, f^o de João Fernandes dos Quintos e Maria Rodrigues. Uma f^a do paulista Tomé Portes de El-Rei era sua homônima, c. g.
- 4 (III) PEDRO HOMEM DE EL-REI.
- 5 (III) Beatriz Homem de El-Rei, foi casada duas vezes. A 1^a na Calheta em 19-MAIO-1597 C.c. PEDRO DO COUTO, f^o de Francisco do Canto e Joana de Andrade. Viúva, 2^a vez em 27-ABR-1609 na Calheta C.c. JOÃO DE FRANÇA, f^o João de Castro e Maria de França, c. g.
- 6 (III) MATIAS HOMEM DE EL-REI, bat. em 03-MAR-1576 na Calheta, onde, 25-JUL-1612 C.c. MARIA GONÇALVES DE TÁVORA, f^a de Fernão Gonçalves de Távora e Hilária Sardinha. C. g.
- 7 (III) INÊS PORTES DE EL-REI, bat. em 03-MAR-1578 na Calheta, onde, em 1597, C.c. PEDRO DIAS DE SOUTO, f^o de Antônio Dias de Souto e Leonor Álvares de Ornelas; n. p. Gonçalo Anes e Branca

²⁶ Diferente da obra citada acima, Baltasar Homem de El-Rei, Gaspar Homem de El-Rei e Francisco Homem de El-Rei foram filhos da 1^a esposa e não de Leonor Fernandes, como consta a pág. 301 deste tt^o.

Dias; n. m. de Gonçalo Pires e Madalena Luís, c. g.

- 8 (III) ROQUE HOMEM DE EL-REI, que segue.
- 9 (III) MARIA PORTES DE EL-REI, homônima de uma fª paulista de João Portes de El-Rei, fal. em 25-JUL-1639 na Calheta, no estado de viúva de JERÔNIMO DUTRA CORTE-REAL., sendo seu testrº Álvaro de Ornelas de Moura. S. m. n.
- 10 (III) CATARINA PORTES DE EL-REI, homônima de uma fª paulista de João Portes de El-Rei. Em 22-JAN-1612 na Calheta, C.c. ÁLVARO DE ORNELAS DE MOURA, fº de Brás de Castro e Ana de Moura.

III- ROQUE HOMEM DE EL-REI, bat. em 21-AGO-1581 na Calheta, onde, em 08-JUN-1602, C.c. MARIA DE ABREU, bat. na mesma vª em 12-JUL-1584, fª de Antônio Fernandes Veloso, por vezes, Antônio Fernandes Jaques (parente de sua mulher?) e de s/m. Isabel Jaques de Abreu.

Sobre a ascendência dos pais de Maria de Abreu, não encontrei fontes bibliográficas que trazem esta informação, porém, pesquisando os registros paroquiais da Calheta, fica bem claro de quem seriam filhos.

Isabel Jaques de Abreu, fal. em 02-MAR-1624 na Calheta. Em 18-FEV-1578, juntamente com Francisco Homem de El-Rei, batiza a sobrinha Maria, fª de Pedro da Costa (a quem é referida como cunhada do pai da menina) e Inês de Abreu, estes, em 1575 casaram-se na Calheta, fª de Baltasar de Abreu (Souto Maior) e de s/m. Paulina Gonçalves. Isabel Jaques também aparece como fª da viúva Paulina Gonçalves, conforme se vê em 05-ABR-1581 na Calheta, no batismo de Francisco, fº de Cristóvão Gonçalves e Joana Fernandes. Bem, com isso, penso ficar claro quem foram os pais de Isabel Jaques.

Antônio Fernandes Jaques, fal. em 13-MAIO-1598, por sua vez, foi fº de Manuel Lopes, tanqueiro, e de s/m. Ana Fernandes, estes, casados em 1545 na Calheta, sendo ele, fº de João Lopes, porteiro e ela, de Domingos Fernandes, alfaiate. Manuel Lopes e Ana Fernandes, foram pais, também de Catarina Veloso, bat. na Calheta em 10-MAIO-1552 e C.c. Inácio Fernandes de Lira em

22-JUL-1571. E, justamente esta fª de Manuel Lopes e Ana Fernandes que permitiu-nos descobrir a filiação de Antônio Fernandes Jaques, pois que, uma neta deste (Maria de Abreu Souto Maior), solicitou dispensa do impedimento consanguíneo em 3º grau de consanguinidade para C.c. um neto de Catarina Veloso (que é Manuel Dias de Lira), como veremos adiante.

Faleceu Roque Homem de El-Rei em 10-MAR-1633, sendo enterrado dentro da igreja do Espírito Santo. Elegeu sua testamenteira sua mulher, Maria de Abreu, a quem deixou sua terça, e, após a morte dela, suas filhas. Maria de Abreu, fal. tempos depois, em 22-JUL-1646 com testº.

É justamente este casal que Pedro Taques e os autores que se seguiram, atribuem a filiação de João Portes de El-Rei, sem indicação da fonte. Como disse no decorrer da apresentação deste artigo, penso que a encontrei, pois no processo de Habilitação do Pe. João Portes de Vasconcelos, consta que dois irmãos João Portes e Roque Homem, após terem cometido um crime, fogem para o Brasil. Estes últimos, seguramente são os filhos 4 e 5 adiante. Ainda, temos o irmão de nº 8, que viveu no Rio de Janeiro.

Note que, em publicação feita em 1888 na Ilha da Madeira, de autoria de Felisberto Bettencourt Miranda, são citados apenas 6 filhos para o casal, sendo que, na verdade, eram 9 (achamos o batismo de 7, inclusive de João, Roque e Francisco). Assim, pode-se concluir que os mesmos não foram citados, por estarem ausentes há muitos anos no Brasil, e não devem ter deixado rastro na Madeira (bem, pelo menos dois vieram fugidos para cá), e, mesmo assim, por mero acaso, conforme já relatei, encontrei os dados que trago neste trabalho, que dão conta dos destinos destes senhores.

S. 2.º, nº 1 - Roque Homem de El-Rei, f.º de Francisco Homem de El-Rei, S. 1.º, nº 1, c. na Calheta em 8 de Junho de 1602 c. Maria de Abreu, f.º de António Fernandes Jaques, e de Isabel Jaques, m.º de

- 1 - João Homem de El-Rei
- 2 - Pedro Homem de El-Rei, S. 4.º
- 3 - Isabel Jaques, s. g.
- 4 - Anna de Jesus, s. g.
- 5 - Leonor Homem, m.º de Feliciano Proença
- 6 - Maria de Abreu, m.º de Manuel Dias Costa Lima, f.º de Francisco Costa, e de Anna Paschoa de Sousa, m.º de Francisco Costa, e de Joana Rodrigues, m.º de Luiz Vardeloz, S. 17.º, nº 2, a 354

n.º 2 - João Homem de El-Rei c. na Calheta em 24 de Outubro de 1608 c. D. Maria Cabral Coutinho, f.º de Jeronima de Sousa Domingues, e de D. Isabel Coutinho da Silva, m.º de

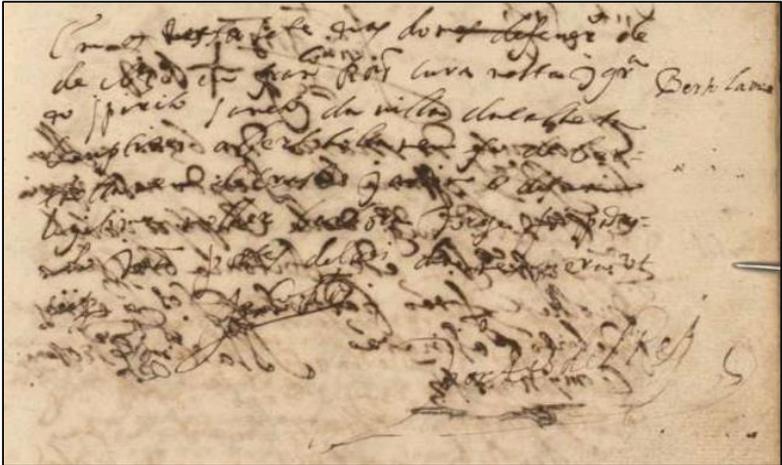
- 1 - D. Bernarda de Abreu e Vasconcelos, m.º de D.º Ignácio Siqueira da Silva, f.º de Luiz Ambrosio, e de Isabel Faveira da Lencina, m.º de Pernambuco

Filhos de Roque Homem de El-Rei, segundo Felisberto Bettencourt Miranda, em sua obra manuscrita, que trata de família da Madeira, onde, à pág. 300 inicia-se o nº Homens de El-Rei.

Assim, sem mais delongas, foram filhos do casal:

- 1 (IV) ISABEL JAQUES, homônima da avó, fal. s. g.
- 2 (IV) PEDRO HOMEM DE EL-REI, figura na Árvore de Costados do Cônego Roque Luiz de Macedo, como irmão de João Portes de El-Rei. Pedro foi bat. 28-MAR-1606 na Calheta, onde, em 25-JUN-1632 C.c. MARIA DAS NEVES DE SOUSA, f.º de Amaro Dias e Maria Esteves, c. g.

- 3 (IV) LEONOR HOMEM DE EL-REI, nome recorrente nesta família. Leonor Homem foi bat. em 20-JUN-1608 em Calheta, onde, em 05-OUT-1642 C.c. FELICIANO BARRETO, da freg^a de São Brás do Arco, f^o de Pedro Barreto e Beatriz da Fonseca. C. g.
- 4 (IV) JOÃO PORTES, bat. em 29-JUN-1610 na Calheta. Creio tratar-se do mesmo João Portes de El-Rei que, em 17-FEV-1630 na igreja do Espírito Santo da Calheta, foi padrinho de batismo de Bartolomeu, f^o de Bartolomeu de Castro e Bárbara Jorge. Em 30-ABR-1632 batiza José, f^o de Gaspar Marques e Bárbara Jorge. Conforme processo de Habilitação para F. S. O. do Pe. João Portes de Vasconcelos, consta uma declaração que o Pe. Pedro Alves Pereira, vigr.^o da igreja de São Roque, deu em 1692 em inquirição de Génere do Pe. Gabriel Portes de Miranda, onde ele disse que João Portes e seu irmão, por terem assassinado Manuel Francisco (²⁷), fugiram para o Brasil.



Batismo realizado em 17-FEV-1630 no Espírito Santo da Calheta que tem João Portes de El-Rei como padrinho.

²⁷ Será Manuel Francisco, f^o de Domingos Francisco, fal na Calheta em 07-JAN-1636?

5 (IV) ROQUE HOMEM (O MOÇO), bat. em 22-ABR-1615 na Calheta. Em 11-JUN-1633 foi padrinho de batismo de Boaventura, fº de Alberto de Abreu (escravo de Martinho de Abreu, tio materno de Roque) e s/m. Ana Nogueira. Fugiu para o Brasil em companhia do irmão João Portes por causa de um assassinato que ambos cometeram. No assento de óbito de sua mãe, Maria de Abreu, no ano de 1646, esta pede que sejam rezadas missas ao fº Roque, que morreu no Rio de (...).

6 (IV) MARIA DE ABREU SOUTO MAIOR, n. na Calheta, onde, em 14-ABR-1644 C.c. seu parente em 3º grau de consanguinidade MANUEL DIAS DE LIRA, bat. em 14-MAR-1613 em mesmo lugar, fº de Francisco Preto e Ana Varela de Lira; n. p. de Francisco Preto e Joana Rodrigues; n. m. de Inácio Fernandes de Lira, morador em Nª Sª da Estrela, fal. em 22-AGO-1639 na Calheta e s/m. Catarina Veloso, c. g. O parentesco se dava da seguinte forma:

1-Maria de Abreu Souto Maior, fª de

2-Maria de Abreu, fª de

3-Antônio Fernandes Veloso, fº de

MANUEL LOPES E ANA FERNANDES, TRONCO COMUM, PAIS DE

3-Catarina Veloso, mãe de

2-Ana Varela de Lira, mãe de

1-Manuel Dias de Lira.

7 (IV) JOSÉ HOMEM DE EL-REI, bat. em 25-MAR-1629 na Calheta, onde, em 24-OUT-1668 C.c. CATARINA CABRAL CASTANHO, fª de Jerônimo Teixeira Drummond e Isabel Castanho da Silva, c. g.

8 (IV) FRANCISCO HOMEM DE EL-REI, que segue.

9 (IV) ANA DE JESUS, bat. em 31-DEZ-1624 na Calheta, s. m. n.

IV- FRANCISCO HOMEM DE EL-REI, piloto, bat. em 20-MAIO-1621 na Calheta. Em 23-JAN-1668 no assento matrimonial da fª natural Maria Portes de El-Rei, consta “*q’ está nas partes do Brasil*”. Muito provavelmente, é o mesmo Francisco Homem de El-Rei, que, em 16-DEZ-1672 na igreja da Sé do Rio de Janeiro (note que o irmão Roque morreu no Rio de Ja...), figura como cunhado da falecida Catarina Antunes Cabreira. Foi C.c. POTÊNCIA DE TAL, n. na mesma cidade, fª de Gaspar Antunes Cabrera e s/m. Antônia do Couto. Quando solteiro, teve a fª natural, de mãe incógnita:

1 (V) MARIA PORTES DE EL-REI, em 23-JAN-1668 na ermida de Nª Sª da Estrela, na Calheta, perante as testemunhas Feliciano Barreto (tio afim) e Roque Homem de El-Rei (seu primo, fº de Pedro Homem de El-Rei), C.c. LUÍS DE ATOUGUIA, fº de João Alves de Atouguia e d. Constância de Atouguia. C.g.

§ 2.º

II- NICOLAU PORTES, bat. em 13-DEZ-1550 na Calheta, em 22-JAN-1585 na Sé do Funchal, C.c. LEONOR DE AMORIM, desta Cidade do Funchal, fª de Diogo de Amorim e s/m. Guiomar Estácia. Nicolau Portes foi alferes na Cia. de seu cunhado, além de servir no ofício de notário, escrivão do judicial, “*sem nunca no dito oficio fazer erros alguns*”, e, serviu, de Irmão da Misericórdia. Em 07-OUT-1617 solicitou uma certidão de limpeza de sangue, que pode ser vista nos autos do processo de habilitação para o Santo Ofício do neto, o Pe. João Portes de Vasconcelos⁽²⁸⁾. Nicolau Portes já era fal. em 03-FEV-1659, conforme registro de casamento do fº Alexandre. Filhos q. d.:

1 (III) INOCÊNCIO PORTES, C.c. MARIA DE VASCONCELOS, fª de Domingos de Braga de Andrade e Isabel Colaço de Vasconcelos,

²⁸ Todas estas informações sobre João Portes (o velho) e seu fº Nicolau Portes, bem como, algumas sobre seus genros Francisco Homem de El-Rei e Manuel Riscado, foram extraídas das 268 páginas do processo para F. S. O. do Pe. João Portes de Vasconcelos, visto que neste, há muitos documentos apensos contando a história da família.

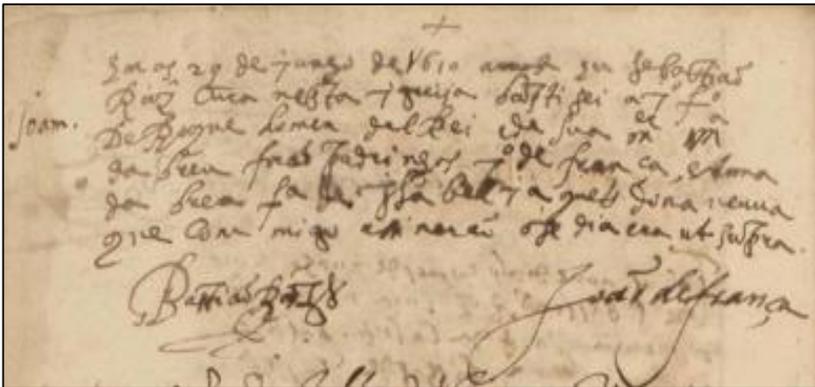
todos naturais de Funchal e seus termos. Entre seus filhos, o Pe. João Portes de Vasconcelos, cujo processo de Habilitação para F. S. O., já referido, foi fundamental para confirmarmos a ligação do Cap. João Portes de El-Rei, tronco dos Portes de El-Rei paulistas com este ttº.

- 2 (III) ALEXANDRE DE AMORIM BATISTA, em 03-FEV-1659 na Sé do Funchal, estando na cama doente, mas de perfeito juízo, C.c. MARIA CORREIA DE MIRANDA, fª de Diogo Gonçalves e Luzia Correia. Foram pais do fº legitimado André de Freitas de Amorim, que, em 08-SET-1665, também na Sé, C.c. Ana de Castro Veloso, fª de Antônio Baião de Castro e Isabel Pereira. André e Ana foram os pais do Pe. Gabriel Portes de Miranda.

TERCEIRA PARTE

JOÃO PORTES, Fº DE ROQUE PORTES E CAP. JOÃO PORTES DE EL-REI – CONCLUSÕES

Através de todas as informações que trouxe na 1ª e 2ª parte deste artigo, maiormente, na 2ª parte, temos um João Portes, nascido na Calheta, fº de Roque Homem de El-Rei e sua legítima Maria de Abreu, nascido em 1610, que, em período compatível com o surgimento do Cap. João Portes de El-Rei na vª de Mogi das Cruzes, em 1641, é obrigado a deixar a Ilha da Madeira (não encontrei mais os irmãos nos paroquiais em 1636), em companhia do irmão, Roque Homem (o moço), e como este já era fal. em 1646, fixa no tempo a declaração do Pe. Pedro Álvares Pereira, que, sendo b. na Calheta em 12-JUN-1612, (contava com 81 anos em 1692 quando de sua declaração na inquirição do Pe. Gabriel Portes de Miranda, anexa ao processo de Habilitação para F. S. O. de João Portes de Vasconcelos), tinha idade compatível e maturidade suficiente à época para lembrar-se destes fatos.



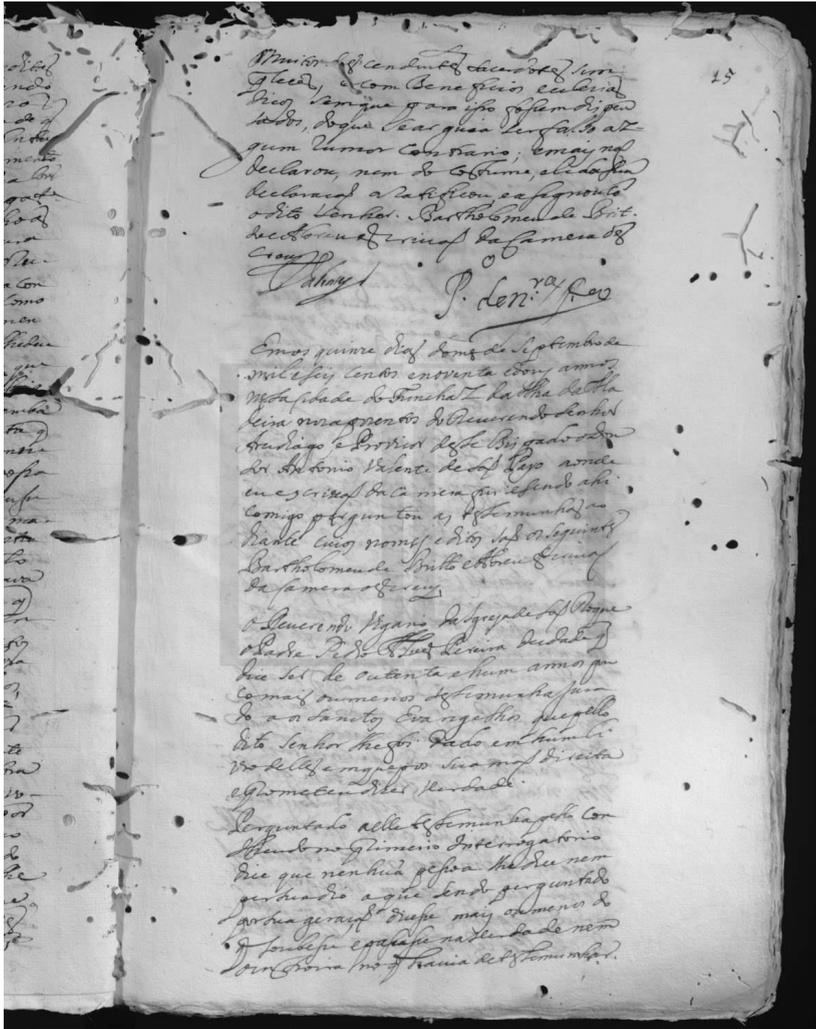
Batismo de João Portes de El-Rei em 1610 na igreja do Espírito Santo da Calheta

Ainda, nos Portes de El-Rei paulistas, vemos a preocupação de reviver os nomes e sobrenomes de seus ancestrais, como Ana de Abreu, fª de Luís Portes, ao usar o apelido da mãe de João Portes de El-Rei; Ana Portes, fª de João Portes, que, às vezes, era Ana Veloso, apelido presente na ascendência da avó paterna

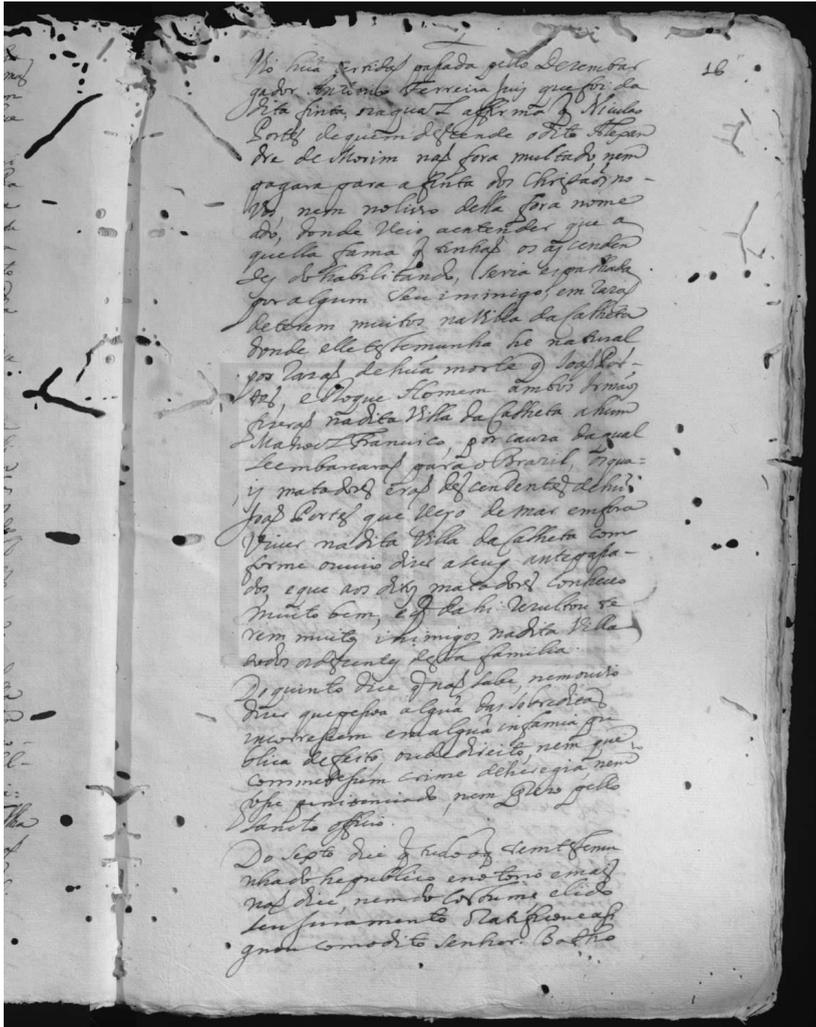
Maria de Abreu; ou, ainda, o filho de Ana Portes, que se chamou Roque Homem de El-Rei, o nome do pai de João Portes e também o de seu irmão. Neste caso, por que não, Roque Portes? Não, tinha que ser Roque Homem, pois o nome de seu ancestral estava bem vivo em sua memória, entre tantos outros exemplos.

Também, temos a própria pesquisa de Taques, que, apesar de algumas inconsistências, ao chamar a mulher de Roque Homem (o velho) de Sebastiana Afonso, foi, sem dúvida, dos maiores genealogistas do Brasil, e, muito provavelmente, teve acesso as mesmas fontes que trago hoje até vocês.

Assim, concluo este artigo, afirmando, com base em todos os dados apresentados que, o Cap. João Portes de El-Rei, de conhecida nobreza, como disse Pedro Taques, foi bat. em 29-JUN-1610 na Calheta, fº legítimo de Roque Homem de El-Rei e Maria de Abreu; n. p. de Francisco Homem de El-Rei e Clara Afonso; n. m. de Antônio Fernandes Veloso e Isabel Jaques de Abreu. Irmão de Pedro Homem de El-Rei, Francisco Homem de El-Rei e Roque Homem, o moço, entre outros, foi obrigado a fugir em companhia de seu irmão (aqui, Roque Homem) para o Brasil, por causa de um crime de assassinato que ambos cometeram (ao matarem Manuel Francisco), de forma que colecionaram muitos inimigos na Ilha da Madeira. Chegando no Brasil, antes de 1639 (ou 1641) já estava em Mogi das Cruzes, SP, onde C.c. Juliana Antunes Cardoso, fª de José Preto e Catarina Dias. O resto desta história, todos nós conhecemos.



Parte I: Testemunho do Pe. Pedro Alves Pereira, em 1692 na Cidade de Funchal. Fonte primária que fala da vinda dos irmãos João Portes e Roque Homem para o Brasil.



Última Parte: Continuação testemunho do Pe. Pedro Alves Pereira

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS

MIRANDA, Felisberto Bettencourt. Apontamentos para a Genealogia de Diversas Famílias da Madeira, 1888, ttº Homens d'El-Rei, pp. 300-302-vº.

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. SP: Livraria Duprat, 1903 a 1904, 09 volumes.

Originais do Silva Leme, vols. 01-02. ACMSP.

Processo de Aplicação Sacerdotal do Pe. Antônio Pedroso Xavier. ACMSP.

INV. E TEST. Publicados e Não Publicados. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Cartório do 2º Ofício de Taubaté, São Paulo. Acessível em Records Preservation.

Processo de Habilitação para F. S. O. do Pe. João Portes de Vasconcelos. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, maço 25, doc. 601, sob código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/13157, acessível no site do ANTT no seguinte endereço eletrônico: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=2332091>. Apenso ao processo de 1693, inquirição do Pe. Gabriel Portes de Miranda, de 1692.

Igreja Católica Nª S.ª da Candelária (Itu, São Paulo). Arquivo Diocesano de Jundiá. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1684-1926, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1979. Microfilmes nº 1251640 item 3, 1251641, 1251642, 1251651 itens 3-6, 1251652 itens 2-3, 1251653 itens 1-3, 1251656 itens 4-5; 1251657 itens 2-3 e 1251658 itens 1-2.

Igreja Católica Sant'Ana (Mogi das Cruzes, São Paulo). Arquivo Diocesano de Mogi das Cruzes, 1662-1927, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1979. Microfilme nº 1251668 Item 1 e 1251684 Item 4.

Igreja Católica N^a S^a da Assunção (Sé de São Paulo). ACMSP. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1640-1923, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977, Batismos 1640-1784, Microfilme n^o 1111043.

Igreja Católica Espírito Santo (Calheta, Funchal). Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Registros Paroquiais de 1539-1914.

Igreja Católica N^a S^a da Luz (Ponta do Sol, Funchal). Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, Registros Paroquiais de 1565-1911.

Igreja Católica N^a S^a de Guadalupe (Guadalupe, Angra do Heroísmo). Centro de Conhecimento dos Açores, Registros Paroquiais de 1612-1873.

Igreja Católica N^a S^a da Luz (Luz, Angra do Heroísmo). Centro de Conhecimento dos Açores, Registros Paroquiais de 1625-1873.

Igreja Católica de Santa Cruz. (Santa Cruz da Graciosa, Angra do Heroísmo). Centro de Conhecimento dos Açores, Registros Paroquiais de 1672-1873.

OS SOARES DE ALMEIDA DE PORTO FELIZ (SP), SUAS LIGAÇÕES À GENEALOGIA PAULISTANA

Luiz Gustavo de Sillos

Resumo: *Estudo sobre esta numerosa família porto-felicense e suas ligações à Genealogia Paulistana de Silva Leme.*

Abstract: *Study about this large family of porto-felicense and its links to Genealogy Paulistana by Silva Leme.*

Apresentação

Diferente dos artigos que já escrevi nesta revista, acredito que este, sem sombra de dúvida, dependeu-me muito tempo, pois, em diversos momentos, a tradição oral, divergiu significativamente das provas documentais. As primeiras notas deste trabalho, começaram a ser esboçadas e organizadas em 2003 e rendeu-me muitas idas ao CHF. Tive que utilizar, praticamente, todos os tipos de fontes primárias e secundárias possíveis, como os amigos poderão perceber no decorrer de sua leitura.

Os Soares de Almeida, família materna de minha mãe Lúcia Helena Guerra de Sillos, estabeleceram-se em Porto Feliz, SP, poucos anos depois da fundação desta cidade, que se deu em 13 de outubro de 1797 por meio de decreto imperial. Nascida às margens do Rio Tietê, e que hoje pertence a região metropolitana de Sorocaba, Porto Feliz já foi termo da vila de Itu, sob o nome de Ararituaba (do tupi “lugar da pedra de arara”).

Em Porto Feliz, os Soares de Almeida foram pequenos lavradores – alguns membros da família, também se destacaram como eximes fabricantes de telhas. Pude encontrar inúmeros casos de casamentos endógamos (para espanto das gerações mais recentes) e desconstruir algumas histórias fantasiosas que sempre os cercaram. Uma delas, conta a difícil fuga da família, em meados do século XIX, da corte portuguesa. O motivo foi a perseguição religiosa, pois seriam todos presbiterianos. Na prática, comprovou-se que, foram membros da igreja católica por várias gerações, até que, como resultado de diversas campanhas missionárias ocorridas em Porto Feliz, boa parte da família acabou

rendendo-se ao presbiterianismo em incícios do século XX (muita diferença, não?!).

Com o tempo, descobriu, também, que, somente uma pequena parte da família era de imigração portuguesa recente. Em sua maioria, a família era paulista, das mais antigas. Suas origens mais remotas, encontram-se na capitania de São Vicente (onde a população mais primitiva, consistia de indígenas e poucos colonos portugueses), com diversas ligações genealógicas e histórica narradas na Genealogia Paulistana, do Dr. Silva Leme.

São estas inúmeras ligações que trato neste artigo, inclusive, algumas delas, vem acompanhadas de fatos relevantes e que alteram diversos títulos da GP, como por exemplo, ao título Cubas, ao corrigir a descendência dos casais João Bicudo de Almeida e Maria Leite da Anunciação e de Antônio Pedroso de Abreu e Isabel Soares de Araújo, pais do casal tronco, peça fundamental desta narrativa, as quais, tenho imenso prazer de poder compartilhá-las.

Por fim, este artigo não seria possível sem a colaboração dos amigos Marco Polo Teixeira Dutra Pheene da Silva, que deu o pontapé inicial às pesquisas desta família, ao localizar no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, o processo de dispensa matrimonial dos meus quintos avós Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca de Camargo; Marta Miquelina Grohmann, com pesquisas nos processos de dispensas matrimoniais de Porto Feliz, arquivados na Cúria Diocesana de Sorocaba; ao primo Jonas Soares de Souza, à época, diretor do Museu Republicano Convenção de Itu, local onde encontram-se arquivados inúmeros inventários e testamentos de Porto Feliz, e, por fim, ao saudoso primo Renato Afonso Ribeiro (In Memoriam), advogado em Assis, que contribuiu com datas, locais, fotos de inúmeros familiares presentes neste trabalho. A todos eles, meu muito obrigado.

São Bernardo do Campo, 06 de maio de 2018.

O Autor

**DESCENDÊNCIA DO CASAL JOSÉ SOARES DE ABREU E ANA MARIA DE
ALMEIDA LEITE**

§ 1.º

- I – JOSÉ SOARES DE ABREU, tronco da família Soares de Almeida de Porto Feliz, bat. em 21-DEZ-1747 na paróquia de N^a S^a da Ponte, Igreja Matriz de Sorocaba, SP, sendo seus padrinhos Bernardo Bicudo Chassim e s/m. Verônica Dias Leite (tia materna do batizado), foi o sexto f^o do casal Antônio Pedroso de Abreu e Isabel Soares de Araújo, ambos sorocabanos.

Sobre os pais de José Soares, conforme informamos na apresentação deste trabalho, são citados em SL, Tt^o Cubas, vol. VI, pág. 203, n^o 6-2, onde é arrolada parte de sua descendência. Antônio Pedroso de Abreu, bat. em 14-OUT-1698 e s/m. Isabel Soares de Araújo, bat. em 04-NOV-1713, contraíram matrimônio na Matriz de Sorocaba em 02-JUN-1732, sendo ele, f^o de Antônio de Proença de Abreu (nat. em Santana de Parnaíba, SP, fal. em 22-NOV-1750 em Sorocaba) e de sua 1.^a mulher Francisca de Almeida (nat. de Sorocaba), n. p. de Paulo de Proença de Abreu e 2.^a mulher Maria Bicudo de Brito, n. m. de Cap. Mor. Tomé de Lara de Almeida e Maria de Almeida Pimentel (fal. em 22-MAI-1701); e, ela, por sua vez, f^a do Cap. Domingos Soares Paes (nat. de Paranaguá, PR) e de s/m. Maria Leite da Silva (bat. em Sorocaba em 16-SET-1687, onde fal. em 25-MAI-1767), n. p. de Manuel Soares e Maria Paes, n. m. do Cap. Jerônimo Ferraz de Araújo e Maria Riquelme de Gusmão.

Voltando a José Soares de Abreu, em 05-OUT-1781 no Cartório da Câmara Episcopal da cidade de São Paulo, ele dá início ao processo de dispensa matrimonial dos impedimentos consanguíneos de 3^o grau misto ao 2^o e 4^o grau misto ao 3^o duplicados para poder C.c. sua parenta ANA MARIA DE ALMEIDA LEITE, também chamada, ANA DE PROENÇA, ou, simplesmente, ANA DE ALMEIDA, bat. em 02-DEZ-1758, f^a de João Bicudo de Proença (ou de Almeida) e de s/m. Maria Leite da Anunciação, sendo dispensados em 15-DEZ-1781:

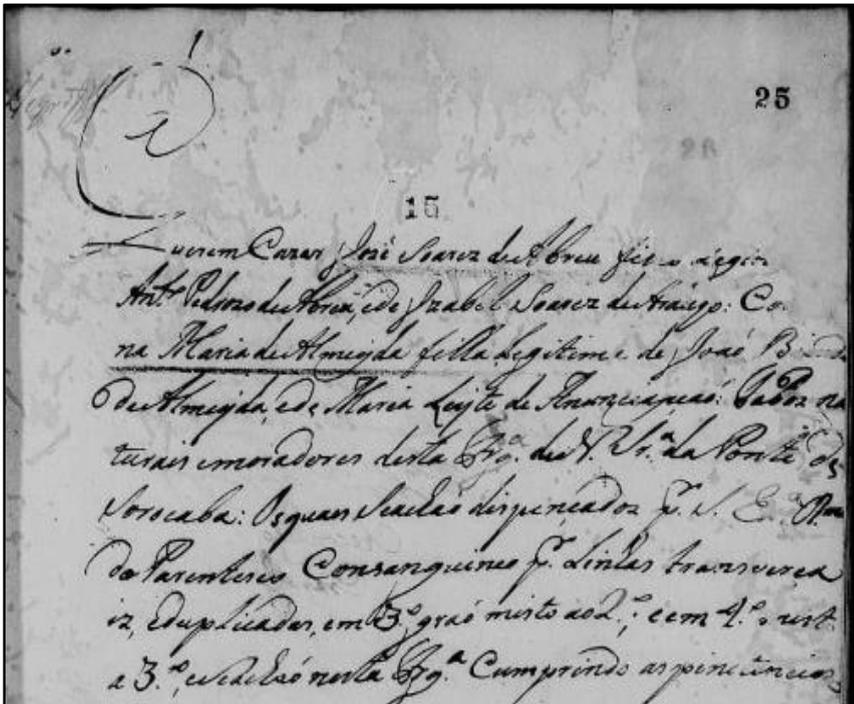
ACMSP, *Dispensas Matrimoniais*, vol. 1.443, Ano 1781, fls. 11-31-v.º

Processo n.º 5-69-1443

Oradores: José Soares de Abreu e Anna Maria de Almeida

fls. 25

“Querem casar José Soares de Abreu fº legítimo de Antonio Pedroso de Abreu, e de Isabel Soares de Araújo com Anna Maria de Almeida, fº legítima de João Bicudo de Almeida e de Maria Leite de Anunciação: Todos naturais e moradores desta Fregª de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba os quais serão dispensados do parentesco consanguíneo com linhas transversais duplicados, em 3.º grau mixto ao 2.º, e com 4.º grau mixto ao 3.º, e receberão nesta Fregª cumprindo as penitências”.



25

15

Querem Casar José Soares de Abreu fº legítimo
Ant. Pedroso de Abreu, e de Isabel Soares de Araújo. Co-
na Maria de Almeida fº legítima de João Bicudo
de Almeida, e de Maria Leite de Anunciação. Todos na-
turais e moradores desta Freg. de N.ª S.ª da Ponte de
Sorocaba. Os quais serão dispensados do parentesco
consanguíneo f.º linhas transversais
duplicados, em 3.º grau mixto ao 2.º, e com 4.º grau
e 3.º graus nesta Freg.ª. Cumprindo as penitências.

Processo de Dispensa Matrimonial de José Soares de Abreu e Ana Maria de Almeida Leite.
ACMSP. Créditos: www.familysearch.org

Fls. 31-31v.º

Batismos dos Oradores

JOZE

“Aos vinte e hú dias domes de Dezembro demil setescentos quarenta e Sete anos baptizey, epus os Santos olleos a Joze innocente fº de Antonio Pedrozo de Abreu, ede sua mulher Izabel Soares; forão padrinhos Bernardo Bicudo Saxim e Veronica Dias Leyte deque fis este assento. Pedro Domingues Vigario”.

ANNA

“Aos dous dias domes de Dezembro demil Sete centos cinco enta eoyto annos baptizey, epus os Santos olleos a Anna inocente fª de João Bicudo de Proensa, e Sua mulher Maria Leyte forão padrinhos Luis Castanho de Moraes cazado e Izabel Pedrosa cazada todos desta Fregª doque fiz este assento que asigney. Antonio Teixr.ª Chaves.”

Explicação dos parentescos:

1º Parentesco – 3º grau misto ao 2º

1- José Soares de Abreu, orador, fº de

2- Isabel Soares de Araújo (C.c. Antônio Pedroso de Abreu), fª de

CAP. DOMINGOS SOARES PAES E MARIA LEITE DA SILVA, PAIS DE

3- Francisca Soares de Araújo (C.c. Luís Castanho de Moraes), mãe de

2- Maria Leite da Anunciação (C.c. João Bicudo de Proença), mãe de

1- Ana Maria de Almeida, oradora.

2º Parentesco – 4º grau misto ao 3º

- 1- José Soares de Abreu, orador, f.º de
- 2- Antônio Pedroso de Abreu (C.c. Isabel Soares de Araújo), f.º de
- 3- Antônio de Proença de Abreu (C.c. Francisca de Almeida), f.º de
- PAULO DE PROENÇA DE ABREU E MARIA BICUDO DE BRITO, PAIS DE**
- 4- João Bicudo de Proença (C.c. Sebastiana de Almeida), pai de
- 3- Sebastião Bicudo de Almeida (C.c. Isabel Pedroso do Prado), pai de
- 2- João Bicudo de Proença (C.c. Maria Leite da Anunciação), pai de
- 1- Ana Maria de Almeida, oradora.

3º Parentesco – 4º grau misto ao 3º

- 1- José Soares de Abreu, orador, f.º de
- 2- Antônio Pedroso de Abreu (C.c. Isabel Soares de Araújo), f.º de
- 3- Francisca de Almeida (C.c. Antônio de Proença de Abreu), f.ª de
- CAP. MOR TOMÉ LARA DE ALMEIDA E MARIA ALMEIDA PIMENTEL, PAIS DE**
- 4- Sebastiana de Almeida (C.c. João Bicudo de Proença), mãe de
- 3- Sebastião Bicudo de Almeida (C.c. Isabel Pedroso do Prado), pai de
- 2- João Bicudo de Proença (C.c. Maria Leite da Anunciação), pai de
- 1- Ana Maria de Almeida, oradora.

No mesmo ano, devidamente dispensados, José Soares de Abreu e s/m. Ana Maria de Almeida Leite, casam-se em 24-DEZ-1781 na Matriz de Sorocaba, e, foi, justamente o registro deste casamento, que “ceifou” de SL este galho paulista. E como este fato se deu? Caros, leiam a transcrição do respectivo assento matrimonial ⁽¹⁾, e logo entenderão:

¹ Pesquisa Marta Miquelina Grohmann.

L.º 3-B de Casamentos de Sorocaba, anos de 1773 e 1783, fl. 134-v.º

“D.ºs Soares com Anna M.ª

Aos vinte e quatro dias do mes de Dezembro de mil setecentos e oitenta e hu annos nesta Matriz pelas quatro oras da tarde depois de feitas as denunciaçoens canonicas na forma do sagrado Concilio de Trento, e sem descobrir impedimento e dispensados por sua Excellencia Reverendissima no parentesco de consanguinidade por linhas transversais com Provisão do Reverendo Dr. Vigario Geral Gaspar de Souza Leal em presença das testemunhas Francisco de Camargo Pontes, Yeronimo Pais de Almeida, e em presença [...] Vigario Secasarão em face da Igreja e por palavras de presente Domingos Soares de Abreu, natural desta freg.ª legitimo de Antonio Pedroso de Abreu e Isabel Soares de Araujo, naturais desta Villa com Anna Maria de Almeyda, 1.ª legitima de João Bicudo de Almeyda e sua mulher Maria Leite, naturais desta Villa, o contrahente neto por parte paterna de Antonio de Proença natural da Parnaiba e Francisca de Almeyda, natural da Penha, e por parte materna de Domingos Soares Pais, natural de Coritiba e Maria Leite da Silva, natural desta Parochia de Sorocaba. A contrahente neta por parte paterna de Sebastião Bicudo de Almeyda e Isabel Pedroza ambos naturais desta Villa e por parte materna de Luiz castanho de Morais natural da Parnaiba e Francisca Soares de Araujo, natural desta Villa de que fis este assento que assigno com as testemunhas. [...]. Receberão as bençãos nupciais na forma dos Atos da igreja em nove de janeiro de mil setecentos e oitenta e dous.”

Como todos puderam perceber, neste registro, José Soares de Abreu é chamado pelo nome de Domingos Soares de Abreu. Este detalhe, dá margem a inúmeras especulações, que vão desde um erro, por parte do padre que lançou o assento matrimonial; ou, o noivo resolveu mudar o seu nome no ato do casamento; ou, quem sabe, José desistiu do casamento ou morreu (da dispensa ao casamento, foram nove dias!) e um irmão, por nome Domingos, assumiu o compromisso.

O fato, é, quando Silva Leme abordou a descendência de Antônio Pedroso de Abreu, ao escrever o ttº Cubas, deve ter anotado os casamentos dos filhos que conseguiu encontrar, e juntou-os com o rol dos herdeiros que ele conseguiu extrair do invº de Antônio. Desta forma, acabou dando mais importância para alguns filhos, enquanto aos outros, citou apenas seus prenomes, como podemos observar:

SL, Trº Cubas, vol. VI, pág. 203

Pág. 203

6-2 Antonio Pedroso de Abreu, f.º de 5-4, residente nas minas de Goiás em 1732, casou nesse ano em Sorocaba com Izabel Soares de Araujo f.ª do Cap. Domingos Soares Paes e de Maria Leite da Silva. Tit. Carrascos. Fal. em 1790 em Sorocaba e teve (C. O. de S. Paulo).

7-1 Antonio

7-2 Anna

7-3 Izabel Soares casada em 1769 em Sorocaba com Vicente Nunes de Queiroz f.º de Antonio Nunes de Queiroz, natural do Porto, e de Escolastica Leme Barbosa, natural de Itú. (...)

7-4 Maria

7-5 José

7-6 Bernardina Leite casada em 1767 em Sorocaba com Antonio Bicudo de Barros f.º de outro de igual nome e de Josepha de Arruda. Ti. Bicudos.

7-7 Francisca de Almeida casou em 1775 em Sorocaba com o alferes Francisco Feliciano de Oliveira Rosa da Cotia, f.º de Antonio da Rosa Pereira de Portugal, e de Luzia Joanna de Deus. (...)

Pág. 204

7-8 Rita Maria de Almeida, f.ª de 6-2, C.c. Paulo João Damasceno f.º de Antonio da Rosa Pereira e de Luzia Joanna do nº 7-7

7-9 Joaquim

7-10 Domingos Soares de Moraes, último f.º de 6-2, casou-se em 1781 em Sorocaba com sua parenta Anna Maria de Almeida f.ª de João Bicudo de Almeida e de Maria Leite da pág. 182. (²)

² A descendência corrigida de Antônio Pedroso de Abreu e s/m. Isabel Soares de Araújo, fica assim corrigida: Filhos: 1) Domingos Soares, já fal. em 1788 em Cuiabá, com testº, muito provavelmente, solteiro; 2) Bernardina Leite, em 12-JUL-1767 em Sorocaba, C.c. Antônio Bicudo de Barros; c. g.; 3) Isabel Soares, fal. em 29-JUL-1810 em Sorocaba, onde, em 10-AGO-1769 C.c. Vicente Nunes de Queirós; c. g.; 4) Antônio Leite, bat. em 25-JUN-1742 em Sorocaba, passou a residir com o irmão

O que nos parece, a princípio, preciosismo ou detalhes insignificantes, nos dão uma outra percepção quando lemos todo o testº de Antônio. Por exemplo, José Soares de Abreu, o fº que Antônio escolheu para ser seu testrº, figura em SL como o n.º 7-5 e tem apenas seu prenome informado, sem qualquer indicação do estado civil, onde residiu em vida, etc. Há, também, o fº 7-10, Domingos Soares de Moraes, que, aliás, nunca usou este último apelido. Além disso, Domingos, que que foi o fº mais velho, já era morto há alguns anos, quando do passamento paterno – é este Domingos, que Silva Leme faz marido de Ana Maria de Almeida.

Enfim, com o objetivo de esclarecer todas estas questões, que, ao meu ver, causaram mais este indigesto “nó genealógico”, envolvendo a história de minha família, tive que despendar anos de muita pesquisa. E, passado todo este tempo, seguramente, pude concluir que, dos dois filhos de Antônio Pedroso de Abreu, diferente do que está no Silva Leme, foi José Soares de Abreu, e não Domingos Soares, que se C.c. Ana Maria de Almeida. E a “prova” disso, não se limitou apenas ao processo de dispensa matrimonial de José e Ana, referido anteriormente. Consegui reunir diversas fontes primárias, referentes a eventos ocorridos antes e depois deste casamento (lembrando que este evento se deu no ano de 1781). Tais fontes, montam completamente este “quebra-cabeça”. Porém, para chegarem a esta conclusão, os leitores precisarão acompanhar a trajetória dos dois irmãos na então vª de Sorocaba, como poderão ver adiante, através de cada uma delas:

1º Os Maços de População: Na análise dos maços de população de Sorocaba, coletamos as informações seguintes:

Ano 1772 - Cia. da Villa de Sorocaba - Bairros Rio Abaixo e Acima

Domingos Soares, em Cuiabá, antes de 1788; 5) Ana Leite de Proença, fal. solteira no bairro Araçoiaba, Sorocaba, em 30-MAR-1811; 6) José Soares de Abreu, C.c. Ana Maria de Almeida Leite, fª de João Bicudo e Maria de Almeida, c. g.; 7) Rita Maria de Almeida, fal. em 16-OUT-1838 em Porto Feliz. Em Sorocaba, aos 25-FEV-1786 C.c. Paulo João Damasceno, n. em Cotia, fal. em 30-DEZ-1824 em Sorocaba, fº de Antônio da Rosa Pereira e Luzia Joana de Deus. O casal foi invº em 05-FEV-1841 em Porto Feliz, c. g.; 8) Maria Leite; 9) Francisca Maria de Almeida, em 07-NOV-1775 em Sorocaba, C.c. o alferes Francisco Feliciano de Oliveira Rosa, n. em Cotia, fº de Antônio da Rosa Pereira e Luzia Joana de Deus; c. g. 10) Joaquim.

Fogo nº 133: Antonio Pedrozo de Abreu, idade 72 anos; Izavel Soares, idade 57 anos. Filhos: Domingos Soares em Cuiabá, idade 30 anos; Antonio Leite, soldado de cavalo, idade 28 anos; Joze Soares, soldado de pé, idade 24 anos; Joaquim, idade 12 anos; Anna Leite, idade 23 anos; Maria Leite, idade 20 anos; Francisca Leite, idade 18 anos; Rita Leite, idade 16 anos. Agregada: Ignacia, idade 40 anos.

Fogo nº 136: João Bicudo de Almeida, idade 43 anos; Maria Leite, idade 33 anos. Filhos: Maria de Almeyda, idade 16 anos; Anna Maria, idade 14 anos; Francisca Maria, idade 12 anos; Gertrudes Maria, idade 06 anos; Joze, idade 04 anos; Theresa, idade 02 anos.

Ano 1780 – Bairro do Rio Abaixo

Fogo nº 196: João Bicudo, idade 56 anos; Maria Leite, idade 42 anos. Filhos: Anna, idade 25 anos; Francisca, idade 24 anos; Gertrude, idade 14 anos; Joze, idade 12 anos; Theresa, idade 11 anos; Bernardina, idade 07 anos; Mariana, idade 04 anos; Maria, idade 01ano.

Fogo nº 211: Antonio Pedrozo, idade 82 anos; Izavel Soares, idade 67 anos. Filhos: Joze Soares, soldado de pé, idade 30 anos; Joaquim, idade 20 anos; Anna, idade 32 anos; Maria, idade 25 anos; Rita, idade 21 anos; Francisca Maria, casada, idade 22 anos. Filhos de Francisca: Ana, idade 03 anos; Maria, idade 02 anos; José, idade 01ano.

1781 – Bairro do Rio Abaixo

Fogo nº 218: Antonio Pedrozo, idade 82; Izabel Soares, idade 70 anos. Filhos: Joaquim, idade 23 anos; Anna, idade 33 anos; Maria, idade 22 anos; Rita, idade 20 anos.

Fogo nº 245: João Bicudo, idade 55 anos; Maria Leite, idade 45 anos. Filhos: Joze, idade 14 anos; João, idade 01ano; Francisca, idade 24 anos; [ilegível]

Ano 1783 – Bairro Bacaetava

Fogo nº 224: João Bicudo de Almeida, idade 55 anos; Maria Leite, mulher, idade 45 anos. Filhos: Jozé, idade 16 anos; Francisca, idade 22 anos; Custódia, idade 12 anos; Gertrude, idade 14 anos; Joze, idade 12 anos; Theresa, idade 17 anos; Bernardinha, idade 10 anos; Mariana, idade 07 anos; Maria, idade 03 anos; João, idade 02 anos.

Bairro Rio Abaixo

Fogo nº 242: Antonio Pedrozo, idade 84 anos; Izavel Soares, mulher, idade 72 anos. Filhos: Anna, idade 38 anos; Joaquim, idade 22 anos; Maria, idade 30 anos; Rita, idade 25 anos.

Fogo nº 390: José Soares, idade 33 anos; Anna de Proença, mulher, idade 22 anos. Escravos: Marcos, idade 20 anos; Antônio, idade 02.

1785 - Bairro Rio Abaixo

Fogo nº 226: Antonio Pedrozo de Abreu, casado, idade 87 anos; Izavel Soares, mulher, idade 68 anos. Filhos: Joaquim, idade 25 anos; Anna, idade 30 anos; Maria, idade 35 anos; Rita, idade 30 anos. Escravos: 12 escravos.

Fogo nº 227: José Soares, casado, idade 35 anos; Anna de Almeida, mulher, idade 27 anos. Filhos: Maria, idade //03 anos; Anna, idade //05 meses. Escravos: Marcos, idade 20 anos; Antônio, idade //04 anos.

Fogo nº 228: Francisco Feliciano, casado, idade 34 anos; Francisca Maria, mulher, idade 31 anos. Filhos: Jozé, idade 06 anos; Antônio, idade 04 anos; Francisco, idade 03 meses; Anna, idade //09 anos; Maria, idade //07 anos; Isabel, idade //03 anos.

Legenda: //- Menos de

Comentários: Aos analisarmos os censos populacionais acima, notamos que, Domingos Soares (maço de 1772), com 30 anos de idade, fº mais velho de Antônio Pedroso, à época, já vivia em Cuiabá, MT. José Soares, com então, 24 anos de idade, figura como “soldado de pé”. No maço de 1780, Domingos Soares e seu irmão Antônio Leite, não são listados em casa de seu pai, tão pouco, na vª de Sorocaba. José Soares, por sua vez, encabeça a lista dos filhos de Antônio Pedroso, com a idade de 30 anos de idade (e ainda solteiro). Sua futura

mulher, Ana, com então, 25 anos de idade, aparece no estado de solteira, morando com o pai, João Bicudo. No maço de 1783, tanto José quanto Ana não são listados nas casas de seus pais. Sabemos, por registros feitos posteriormente, que não eram falecidos, sendo a explicação mais plausível, é, que, a esta altura, já fossem casados (pelo menos, Ana, certamente fez isso em 1781, não importando aqui, se ela casou com José ou com o irmão deste, Domingos). De qualquer modo, encontramos recenseados em Sorocaba um José Soares casado com Ana de Proença, com 33 anos de idade e 22 anos de idade, respectivamente. Note que as idades são bem próximas àquelas declaradas no processo de dispensa matrimonial de José Soares de Abreu e Ana Maria de Almeida Leite. Também, reparem nos nomes de seus escravos Marcos e Antônio, pois servirá de pista para a informação seguinte. No maço de 1785, recenseados em fogos vizinhos (226, 227 e 228) Antônio Pedroso de Abreu (o pai de Domingos Soares e José Soares de Abreu), com a idade de 87 anos; José Soares, com 35 anos, acompanhado da mulher Ana de Almeida, com 27 anos, e duas filhas Maria, com 03 anos de idade incompletos e Ana, com 5 meses incompletos. Também vemos os mesmos escravos, Marcos e Antônio. No fogo 228, Francisco Feliciano, casado com Francisca, genro e f^a de Antônio Pedroso de Abreu.

Ainda, nesta primeira fonte primária, vemos que, José Soares, f^o de Antônio Pedroso de Abreu, foi casado com Ana de Proença (também chamada Ana de Almeida), reforçando a ideia que o processo de dispensa matrimonial de 1781 seguiu seu rumo, ou seja, que, de fato, o casamento se consumou - apesar do nome do noivo estar errado no assento. Também, percebe-se que Domingos Soares, o irmão mais velho de José, desde muito cedo (1772), partira de Sorocaba, rumo às bandas de Cuiabá, onde seu irmão Antônio Leite foi encontrá-lo. Muito provavelmente, de lá, jamais retornou, onde veio a falecer, antes de 1788, como descobrirão na leitura da 2^a fonte de pesquisa.

2º Testamento e Inventário de Antônio Pedroso de Abreu: Antônio Pedroso de Abreu, fal. em Sorocaba em 25-ABR-1790. Em visita ao DAESP, localizei na coleção “Juízo dos Resíduos”, ano de 1792, a prestação de contas de seu testamento (³), dada por seu f^o José Soares de Abreu. Nela, também, estava apenso seu test^o, datado de 29-DEZ-1788 e inv^o, iniciado em 09-NOV-1792. Reproduzo a seguir os trechos de maior interesse para os esclarecimentos propostos por este artigo, além de dados adicionais sobre sua descendência:

³ Autos de Contas de Test^o de Antônio Pedroso de Abreu, ano de 1792, em Sorocaba, n^o de Ordem C00560, do fundo Juízo do Resíduos, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

“Em nome da Santíssima Trindade Padre, Filho, Espírito Santo três Pessoas distintas e hú so Deus verdadeiro e Saybão quantos este instrumento [...] como no anno do Nascimento de Nosso Senhor Senhor JEZU Cristo de mil setecentos e oitenta e oito annos nesta Villa de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba, aos vinte e nove dias do mês de Dezembro do dito anno eu Antonio Pedrozo de Abreu estando nesta Vila em Cazas próprias de minhas moradas em meu perfeito juízo e entendimento, que Deus me deu: Temendome da morte e desejando por minha alma no Caminho da Salvação q não saber o que Nosso Senhor de mim quer fazer, e quando será servido levarme para Sy fasso este testamento na forma seguinte = [...] Rogo a meu irmão José Bicudo de Abreu, a meu fº José Soares de Abreu, e a meu genro Paulo João que por Serviço de Deus queyrão ser meus testamenteiros = ordeno meu corpo seja sepultado na Igreja Matris desta villa na Campa da Irmandade do Santíssimo Sacramento onde indiqo mto tenha ocupado ministério de irmão, envolto em meu habito da venerável Confraria de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que tão bém sou indigno irmão [...] Declaro que sou natural desta villa fº legitimo dos falecidos Sargento Mor Antônio de Proença e de Francisca de Almeida Lara, e cazado na forma da Igreja com Isabel Soares, de qual matrimonio tenho filhos seguintes Antonio existente em Cuyaba, Anna solteira, Izabel cazada, Maria soltr.ª, Joze cazado, Bernardina cazada, Francisca cazada, Ritta cazada, e Joaquim solteiro, os quais todos depois de pagas minhas dívidas, e cumprido meus legados [...] são meus únicos e universais herdeiros [...] Declaro que entre o Casal somos possuidores de Cittio terras, casas [...] villa, gado, cavalos, e mais moveis, além dos escravos seguintes Antonio, Ignacio, Simão, Adriana, e de tudo muito bem sabem minha mulher e filhos [...] Declaro que pertence ao mesmo monte hua erança que espero de Cuyaba ofertada por meu filho Antonio alias Domingos Soares que já da mesma recebi trezentos e Sincoenta e tantos mil reis [...] Declaro que a minha filha primeyra dotada foy Bernardina Cazada com Antonio Bicudo [...] Declaro que a segunda filha cazada Isabel Soares com Vicente Nunes [...] Declaro que a terceyra m.ª filha cazada hé Francisca com Francisco Felicianno [...] Declaro que a quarta m.ª fª hé Rita Cazada com Paulo João [...] o dito meu falecido filho Domingos Soares deixou [...] de Seu Testamento hu escravo [...]

Comentários: Pelo testº de Antônio Pedroso de Abreu, está claro que seu fº Domingos Soares já era fal. em Cuiabá antes de 1788. Ele chega a confundi-lo com o outro fº Antônio, por este viver na mesma vª do fº falecido. José Soares de Abreu, por sua vez, neste mesmo ano, já era casado e vivia em Sorocaba, onde foi testº de seu pai. Também, pode-se concluir que, Domingos Soares, não fora casado, ou, tenha morrido sem fºs, pois os mesmos não figuram entre os herdeiros de Antônio Pedroso de Abreu (quer no testº, quer no invº). Pode-se, ainda, levantar a hipótese de que Domingos Soares fosse viúvo e sem fºs, por

isso, não são citados como herdeiros no testamento e invº do avô. Mas esta última possibilidade, não é viável, tendo Ana Maria de Almeida como “a esposa de Domingos”, pois, como veremos bem mais adiante, em 1831, um neto de Ana Maria, fº de Maria Gertrudes de Almeida (sua fª), tem processo de dispensa matrimonial arquivado na Cúria Metropolitana de São Paulo. Este neto, Antônio Soares de Almeida, às vezes, Antônio Soares de Abreu, por ser fº de pai incógnito, adotou o sobrenome do avô materno, e, como vimos, Domingos não deixou herdeiros. E, adivinhem o nome do avô materno de Antônio Soares? Acertou, quem falou José Soares de Abreu. Seria muito fácil construir todo um trabalho, afirmando que Antônio era neto de Domingos, mas não estaria retratando a verdade. Do ponto de vista genealógico, não haveriam impactos, visto que, Domingos e José eram irmãos.

Assim, considerando as fontes acima, e outros dados complementares que ainda irei expor, fica claro o erro, em atribuir a Domingos Soares o casamento com Ana Maria de Almeida Leite - registro aqui, a necessidade de correção desta informação em Silva Leme. Além disto, contra fatos, não há argumentos. Além das provas narradas acima, após o casamento de Ana Maria de Almeida Leite, iremos encontrar inúmeros registros, onde ela sempre aparece como mulher de José Soares de Abreu. E é esta linha que iremos adotar, a partir de agora, neste artigo. Assim, conhecemos a história do casal.

José Soares de Abreu e s/m. Ana Maria de Almeida Leite, após o consórcio, foram moradores em Sorocaba nos anos de 1782 a 1788. Depois, residiram em um curto tempo em Itapetininga, e, depois, em Itapeva (entre 1788 a 1791). Em 1792 voltam à Sorocaba. Em 1793 estavam em Itu. Em 1798 em Sorocaba, novamente. Em 1801, já podem ser vistos no recenseamento de Porto Feliz (4):

⁴ Os censos populacionais de Porto Feliz, se comparados com os registros paroquiais da mesma cidade, mostram uma certa discrepância cronológica. Por exemplo, uma mulher que aparece solteira em casa de seus pais em 1816, casou em 1815. Uma pessoa fal. pelos paroquiais, ainda está viva nos maços, e etc. Segundo informações que recebi, era comum, o funcionário responsável pelo censo, muitas vezes, não efetuava novas visitas, principalmente em lugares mais abastados, e apenas repetia a informação constante no censo anterior. Penso que este fato, tenha acontecido em Porto Feliz.

1801 – Porto Feliz – bairro Rio Abaixo

52	José Soares de Almeida n.º 200 de São	52	C	B	Vila de São Telles.
	cabal.	30	C	B	
	Alameda Almeida m.º				Santa Maria m.º p.º de São João.
	Ant.º	13	"	B	
	José	8	"	B	
	José	5	"	B	
	Alameda	17	✓	B	
	Alameda	26	✓	B	
	Alameda	6	"	B	
	Alameda	2	"	B	
	Alameda	8	"	B	
	Alameda	3,6	"	B	

Censo Populacional de Porto Feliz, DAESP. Créditos: Rodnei Brunete da Cruz

1802 – Bairro Rio Abaixo

22	José Soares de Almeida n.º 200 de São	55	C	B	Santa Maria m.º p.º de São João.
	cabal.	20	C	B	
	Alameda Almeida m.º				lo.
	Ant.º	10	✓	B	
	José	10	"	B	
	José	5	"	B	
	Alameda	20	✓	B	
	Alameda	17	✓	B	
	Alameda	3	"	B	
	Alameda	9	"	B	
	Alameda	8	"	B	
	Alameda	10	"	B	
	Alameda	6	"	B	
	Alameda	9	"	B	
	Alameda	10	"	B	
	Alameda	22	✓	B	

Censo Populacional de Porto Feliz, DAESP. Créditos: Rodnei Brunete da Cruz

E é justamente nesta cidade, que o casal viu seus f^{os} casarem, os netos crescerem, até que Ana Maria de Almeida falece em 23-MAR-1825 e, José Soares de Abreu, no ano seguinte, em 03-SET-1826:

Porto Feliz, Óbitos, Item 2, s/n, 1819-1825, fl. 172-v.º

Anna de Almeida Leyte, casada

Aos vinte três de Março de mil oitocentos e vinte cinco annos nesta Matriz, alias nesta Villa fal. de fluxo de ventre com todos os sacramentos Anna de Almeida Leyte de cincoenta e quatro annos, casada com Joze Soares de Abreu envolta em branco; recomendada, sepultada dentro desta Matris. O Vig.ro Bento Paes de Campos.

Porto Feliz, Óbitos, Item 3, s/n, 1825-1834, fl. 87

Joze Soares de Abreu, branco, viúvo.

Aos três de Setembro de mil, oito centos, e vinte e seis annos, nesta Villa fal. hydropilo com todos os sacramentos Joze Soares de Abreu de setenta annos viúvo de Anna de Almeida Leyte; envolto em preto, recomendado, sepultado dentro desta Matris. O Vig.ro Bento Paes de Campos.

José Soares de Abreu e s/m. Ana Maria de Almeida Leite tiveram os seguintes f^{os}:

- 1 (II) MARIA GERTRUDES DE ALMEIDA, que segue.
- 2 (II) ANA DE ALMEIDA, com 05 meses de idade em maço populacional de Sorocaba de 1785. Em 1806 em censo de Porto Feliz, consta que Ana estava “ausente pelo mundo.” Volta em 1807, para definitivamente desaparecer em 1808. S. m. n.
- 3 (II) ANTÔNIO PEDROSO DE ABREU, que segue no § 30.º.

- 4 (II) JOSÉ DE ALMEIDA, bat. em 01-JUL-1.793 em Itu, sendo padrinhos José Manuel da Costa e s/m. Josefa Maria de Góes.
- 5 (II) FRANCISCA DE ALMEIDA, ou, FRANCISCA SOARES, com 07 anos de idade em censo populacional de Porto Feliz, para o ano de 1802. No recenseamento de mesma cidade, para o ano de 1808, consta que C.c. FRANCISCO DO LAGO, e foi morar em Itu, onde, seu marido (na verdade, Francisco Rodrigues do Lago), com 30 anos de idade, veio a fal. em 10-DEZ-1813. Assim, no estado de viúva, Francisca regressou à Porto Feliz, onde foi recenseada nesta cidade no ano de 1818 e anos seguintes. S. m. n.
- 6 (II) JOÃO DE ALMEIDA, com 05 anos de idade em censo populacional de Porto Feliz de 1801.
- 7 (II) ISABEL SOARES, homônima da avó paterna, n. em Porto Feliz, onde, em 29-MAI-1822, C.c. JOSÉ ROBERTO DE LARA, n. de Itapeva da Faxina, SP, f.º de João José de Lara e de s/m. Luísa Maria de Jesus. S. m. n.
- 8 (II) GERTRUDES MARIA DE ALMEIDA SOARES, que segue no § 32.º.
- II- MARIA GERTRUDES DE ALMEIDA, com menos de 03 anos de idade em maço de população de Sorocaba de 1785. Natural de Sorocaba, passou a viver em Porto Feliz, SP em companhia dos pais. Em 1818 em censo de Porto Feliz, figura em companhia do marido agregada à casa de seus pais (fogo nº 149):

149

Jose Soares d. Almeida s. de Almeida	22	05	Viz de Laranjeira
Maria d. Almeida s.	22	05	
Filho			
João	22	05	
Gertrudes	22	05	
Antônio	22	05	
Francisco	22	05	
Antônio da Silva d. d.	22	05	
Maria s. de	22	05	
Filho			
Antônio	22	05	V. Porto Feliz 1818
Jose	22	05	
Antônio Rodrigues d. d.	22	05	
Maria s. de	22	05	
Filho			
Antônio	22	05	
Jose	22	05	

Censo Populacional de Porto Feliz. DAESP. Créditos: Rodnei Brunete da Cruz

Maria Gertrudes, foi C.c. ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, ou, JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA, que é o mesmo, soldado miliciano no censo de 1818, e, com 40 anos de idade no censo de Porto Feliz de 1835, de ocupação feitor, e nat. da mesma v^a:

Nº:	16	
Nome:	Antonio José da Silva	
Profissão:	Feitor	
Idade:	40	
Natural:	Porto Feliz	
Esposa:	Maria Soares	
Idade:	50	
Ordem	Filhos	Idade
1	<i>José Soares</i>	21
2	<i>Joaquim</i>	15
3	<i>João</i>	14
4	<i>Elias</i>	7

Maria Gertrudes de Almeida, com o nome de MARIA SOARES DE ALMEIDA, ou, simplesmente, MARIA SOARES, fal. em 30-JAN-1866 com 90 anos de idade em Porto Feliz. Seu marido, fal. meses depois, em 02-JUL-1866. Maria Gertrudes, quando solteira, teve de pai incógnito:

1 (III) ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, que segue.

E, de legítimo matrimônio, os fºs seguintes:

2 (III) JOSÉ SOARES DE ABREU, homônimo do avô materno, em 11-ABR-1841, em companhia da mãe, Maria Soares de Almeida, foram padrinhos de batismo de Joaquim, f.º de Américo Leite e s/m. Maria do Carmo. Em recenseamento de Porto Feliz, do ano de 1843, morando sozinho, é referido como solteiro, coletor federal, com a idade de 30 anos. S. m. n.

3 (III) JOAQUIM GOMES DE ABREU, que segue no § 23.º

4 (III) JOÃO SOARES DE ABREU, que segue no § 25.º

5 (III) ELIAS DE ALMEIDA LEITE, que segue no § 29.º

- III- ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, ou, ANTÔNIO SOARES DE ABREU, ou, ainda, ANTÔNIO SOARES DE ARRUDA, e, por fim, ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA CARDOSO ⁵. N. entre os anos de 1806 a 1815 em Porto Feliz ⁶, em 17-MAR-1831 solicitou à Câmara Episcopal de São Paulo dispensa do impedimento consanguíneo de 4º grau misto ao 3º para se C.c. Ana Francisca de Camargo, ou, Ana Francisca de Moraes, n. em 06-ABR-1815 em Sorocaba, onde foi bat. em 16-ABR-1815, sendo padrinhos José da Silva Pimentel e s/m. Gertrudes Maria de Almeida (tia materna):

Lº Batismos n.º 13 de Sorocaba, fls. 88-vº

Aos desesseis dias do mes de Abril de mil oitocentos e quinze annos nesta Matris baptisou e pos os santos oleos o Reverendo Coadjutor Joaquim Antonio a Anna filha de Custodio Felipe de Moraes e de Maria de Camargo que nasceo aos seis deste; padrinhos Jose da Silva Pimentel e sua mulher Gertrudes Maria de Almeida, todos desta freguesia ,de que faço este assento que assigno. Vigario Antonio Dias Ferreira."

Era Ana Francisca de Camargo, fª legítima de Custódio Felipe de Moraes (SL, ttº Oliveiras, vol. VIII, pág. 509, fº nº 7-7), n. em São Paulo e fal. em Sorocaba em 06-SET-1818 com 43 anos, e de s/m. Maria de Camargo (em alguns documentos, Maria Gertrudes de Camargo ou Maria Francisca de Camargo, citada em SL, ttº Camargos, vol. I, pág. 201, fª nº 5-6) n. em Sorocaba, e fal. nesta vª em 07-MAR-1819 com 40 anos. Custódio Felipe de Moraes e s/m.

⁵ Sendo a ascendência materna de Antônio Soares de Almeida conhecida, concluo que os apelidos Arruda e Cardoso estejam presentes na ascendência do pai incógnito. Ainda, o apelido Campos Mello utilizado por sua fª Brasília, bem como, o fato de boa parte dos padrinhos e madrinhas de batismos de seus filhos serem filhos ou netos de Antônio de Pádua Botelho (juiz ordinário da vª de Porto Feliz em 1798, fº de Matias de Mello Rego e Francisca Barbosa de Campos, que era da família Campos Mello), faz-me acreditar que seu pai desconhecido, possa estar entre algum familiar (se não o próprio) do referido juiz.

⁶ Há diversos documentos de Antônio Soares de Almeida, onde ele declara idades das mais variadas. Desta forma estima-se que ele tenha nascido entre os anos de 1806 a 1815. Particularmente, penso que ele seja o mesmo Antônio, bat. em 02-JUN-1808, exposto em casa de Mariana de Almeida, sendo padrinhos Joaquim Gomes e Gertrudes Maria. Esta Mariana de Almeida, foi fª de Antônio de Pádua Botelho e 1ª esposa Ana Teresa Paes de Almeida, C.c. Francisco de Paula Camargo, ou, Francisco Ferraz de Camargo, que era tio da futura esposa de Antônio Soares, Ana Francisca de Camargo.

Maria de Camargo casaram-se na Matriz de N^a S^a da Ponta da v^a de Sorocaba em 29-AGO-1797, sendo ele, f^o de Vicente de Moraes Pires e de s/m. Timótea de Oliveira Guedes; n. p. de José de Moraes Pires e Isabel Gonçalves Paes; n. m. de Francisco Xavier Gonçalves e Josefa de Oliveira Guedes, já, Maria de Camargo, f^a do alferes Francisco de Camargo Pontes e de s/m. Mariana de Siqueira e Moraes; n. p. de José Munhoz de Camargo e Catarina Domingues de Siqueira; n. m. de Luís Castanho de Almeida e Francisca Soares de Araújo, já citados (7).

Voltando ao casal Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca de Camargo, foi justamente este processo de dispensa matrimonial, localizado pelo colega genealogista Marco Polo Teixeira Dutra Phenees da Silva, e comigo compartilhado em e-mail trocado no dia 03-FEV-2003, e que atualmente se encontra no Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, a “cereja do bolo” que faltava para a conclusão de toda esta pesquisa em torno do casal José Soares de Abreu e Ana Maria de Almeida Leite, objeto desta pesquisa, e que, acabou confirmando tudo o que se tentou provar por meio das demais fontes aqui citadas, de que, definitivamente, Ana Maria de Almeida Leite foi casada com José Soares de Abreu, irmão de Domingos Soares (este, morto solteiro em Cuiabá), e que, por um lapso do padre, foi chamado erroneamente de Domingos. Neste processo, extraiu-se os respectivos dados:

“Ilmo. Sr.

Luiz Gustavo de Sillos

Em resposta ao pedido de V. Sa., datado de 12/02/2003, o Arquivo da Cúria de São Paulo informa o seguinte:

⁷ Custódio Felipe de Moraes e Maria de Camargo, tiveram além de Ana Francisca de Camargo, os filhos seguintes: 1) Custódio, bat. em 03-JUN-1798 em Sorocaba, onde fal. em 25-AGO-1801; 2) Vicente Antônio de Camargo, bat. em 05-ABR-1800 em Sorocaba, onde, em 10-JUN-1819 C.c. sua prima Mariana de Almeida, f^a de André Castanho Medeiros e Francisca Maria Camargo; 3) João, bat. em Sorocaba em 21-NOV-1801; 4) Maria Gertrudes de Camargo, bat. em 30-NOV-1804 em Sorocaba. Em Porto Feliz, aos 27-ABR-1819, C.c. Bento José Álvares, de Cotia, SP, f^o de Joaquim Álvares da Rocha e Isabel Maria Moreira; 5) Francisco de Moraes Camargo, bat. em 27-ABR-1807 em Sorocaba. Em 11-JUN-1839 em Palmeira, PR, C.c. sua prima Maria Francisca de Almeida, f^a de Antônio Joaquim de Camargo e Matilde Umbelina da Glória; 6) Fidélis, bat. em 29-JAN-1809 em Sorocaba.

- *Consta neste Arquivo o Processo de Casamento de Antonio Soares de Almeida com Anna Francisca de Camargo.*

Ano: 1831

Processo número: 10-19-5928

Folhas: 31 a 44v

Informações:

Data do Processo: 17 e 18 de março de 1831.

- *Antonio Soares de Almeida, natural de Porto Feliz (SP), filho de Maria Gertrudes de Almeida e pai incógnito;*

- *Anna Francisca de Camargo, natural de Porto Feliz (SP), filha legítima de Custódio Felipe de Moraes e de Maria de Camargo;*

- *Impedimento: Quarto grau misto ao terceiro de consanguinidade.*

Consta do processo a seguinte informação: "Anna de Almeida, e Maria de Camargo são Primas co-irmãos, daquela nasceu Maria Gertrudes de Almeida e desta o orador e da dita Maria de Camargo nasceu a Oradora."

Atenciosamente;

Roberto Julio Gava

arquivo.curia.sp@terra.com.br

Os dados em destaque são esclarecedores e falam por si só. Sabemos que Ana de Almeida, avó materna de Antônio Soares de Almeida, foi mulher de José Soares de Abreu. E, por sua vez, a ascendência de Maria de Camargo, é conhecida (assim como a de Ana de Almeida, porém a trataremos como uma perfeita desconhecida). Veja a explicação do parentesco entre Antônio Soares e Ana Francisca neste prisma:

Explicação do Parentesco de 4º grau misto ao 3º de consanguinidade

1-Antônio Soares de Almeida, o orador, fº de

2-Maria Gertrudes de Almeida, f^a de

3-Ana de Almeida (mulher de José Soares de Abreu), filha de

4-?????, filho ou filha de

TRONCO COMUM, PAIS DE

1-????, pai ou mãe de

2-Maria de Camargo, mãe de

3-Ana Francisca de Camargo (a oradora)

O mesmo esboço, completando as lacunas com os dados conhecidos de Ana de Almeida:

1-Antônio Soares de Almeida, o orador, f^o de

2-Maria Gertrudes de Almeida, f^a de

3-Ana de Almeida (mulher de José Soares de Abreu), filha de

4-João Bicudo ou Maria de Almeida (⁸), filho ou filha de

TRONCO COMUM, PAIS DE

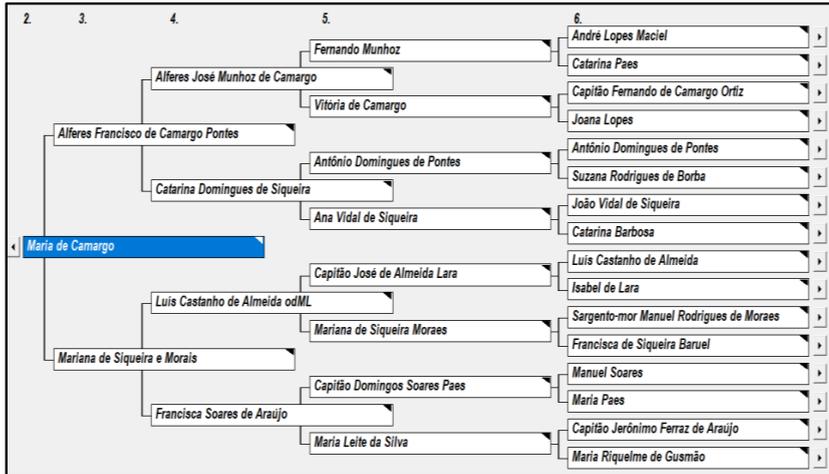
1-????, pai ou mãe de

2-Maria de Camargo, mãe de

3-Ana Francisca de Camargo (a oradora)

Se Maria de Camargo era prima-irmã de Ana de Almeida, o pai ou a mãe de uma, era irmão ou irmã do pai ou da mãe do outro. E, o mais importante, ambas tinham pelo menos um casal de avós em comum. A partir disto, vejamos o gráfico de ascendentes de Maria de Camargo (pois o processo indica que o parentesco dos oradores se dá pela linha materna de ambos):

⁸ Os nomes dos pais desta Ana de Almeida foram obtidos do assento matrimonial de um filho desta, ocorrido em 1815 em Porto Feliz, onde os nomes dos avós maternos são declarados, conforme será visto adiante.



Costado de Maria de Camargo. Genealogia Paulistana, de Silva Leme

Eram avós de Maria de Camargo: José Munhoz de Camargo e Catarina Domingues de Siqueira (avós paternos) e Luís Castanho de Almeida e Francisca Soares de Araújo (avós maternos). A descendência destes casais é amplamente conhecida. E, o que fiz, foi rastreá-la até a geração dos descendentes dos primos irmãos de Maria de Camargo. Só encontrei uma Ana de Almeida, filha de um João Bicudo e Maria Leite, e que se enquadrava no perfil anteriormente descrito (e considerei as linhas ilegítimas também), e, esta Ana, é a mesma Ana Maria de Almeida Leite, que tratamos aqui, como a mulher de José Soares de Abreu, mas que no assento de casamento, o marido aparece com o prenome errado (Domingos). Agora, o gráfico completo (dando por encerrada esta questão):

1-Antônio Soares de Almeida, o orador, fº de

2-Maria Gertrudes de Almeida, fª de

3-Ana de Almeida (mulher de José Soares de Abreu), filha de

4-Maria Leite (mulher de João Bicudo de Almeida), filha de

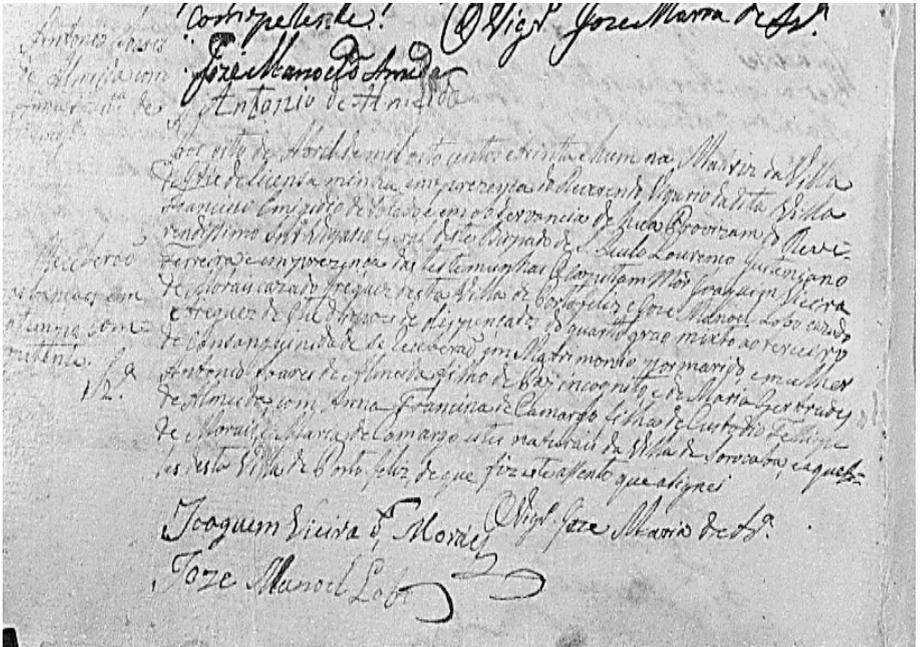
LUÍS CASTANHO DE ALMEIDA E FRANCISCA SOARES DE ARAÚJO, PAIS DE

1-Mariana de Siqueira Moraes (mulher de Francisco Camargo Pontes), mãe de

2-Maria de Camargo (mulher de Custódio Felipe de Moraes), mãe de

3-Ana Francisca de Camargo (a oradora)

Assim, depois de devidamente dispensados, o casal contrai núpcias aos 08-ABR-1831 na Paróquia Nª Sª Mãe dos Homens, de Porto Feliz, perante as testemunhas José Manuel Lobo e Joaquim Vieira de Moraes, tio paterno de Ana Francisca, com quem ela morou em Porto Feliz, depois de ficar órfã (o ano era 1819).



Casamento de Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca de Camargo. Cúria Diocesana de Sorocaba. Créditos: www.familysearch.org

Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca de Camargo, após o casamento, continuaram residindo em Porto Feliz. Aos 13-MAIO-1832 figuram

como padrinhos de batismo de Quitéria, fª de Francisco e Joana, escravos do Cap. mor Joaquim Vieira de Moraes. Em 1840, são listados no censo de Porto Feliz, já com alguns filhos (Antônio está com idade incompatível com outros documentos, ou seja, bem mais velho):

Maço de população abaixo, referente a cidade de Porto Feliz, ano de 1846:

Antônio Soares, residente no fogo n.º 6085, com 40 anos, casado com Ana Francisca, 28 anos, pais de: Joaquim, 12 anos; Antônio, 8 anos; José, 3 anos; e Francisca, 1 ano.

Após 30 anos de casamento, em 04-SET-1861, Ana Francisca de Camargo fal. em seu sítio, “*de inflamação*”. Em seu assento de óbito, é chamada de Ana Teresa de Moraes (e o mesmo acontece no 2º casamento do marido):

Lº Óbitos, vol. I, anos de 1834 a 1866, fls. 135

"Anna Tereza de Moraiz

Aos quatro de setembro de mil oitocentos e secenta e hum annoz faleceu no sítio de inflamação confessada e ungida Anna Thereza de Moraiz de idade quarenta e cinco annoz casada com Antonio Soares de Almeida em volta em preto e sepultada em semiterio desta cidade de que faço este assento. Foi recomendado solenemente. O vigário Joaquim Gonçalves Roxo."

Em 25-OUT-1861 Ana, com o nome de Ana Teresa de Almeida, é inventariada em Porto Feliz (9), sem testº, sendo seu marido o inventariante. Foram herdeiros deste invº (não sei se o invº está incompleto, porém, não vi relação de bens, tão pouco, a partilha dos mesmos):

"Título de Erdeiros

1-Joaquim, casado, 30 anos.

2-Antonino, casado 23 anos.

3-José, 7 anos.

⁹ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1861, pasta 293, doc. 03, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

4-João, 5 anos.

5-Francisca, 14 anos.

6-Maria, 12 anos.

7-Carolina, 9 anos."

Antônio, viúvo, em 06-MAI-1862, 2ª vez, C.c. MARIA JOAQUINA DE CAMARGO, que era sobrinha afim de seu irmão Joaquim Gomes de Abreu, do § 23.º, fº de Luciano Bueno de Camargo, ou Luciano José de Camargo (irmão de Maria das Dores, mulher de Joaquim Gomes), e de s/m. Ana Joaquina de Almeida. Maria foi bat. em 11-OUT-1840 em Porto Feliz, sendo padrinhos Malaquias Antônio Lisboa e s/m. Francisca Leite de Almeida.

Sobre Maria Joaquina de Camargo, seu pai Luciano Bueno de Camargo, n. em São Roque, SP, com invº aberto em Porto Feliz em 06-OUT-1880 (¹⁰) em Porto Feliz, fº de Joaquim José de Camargo (ou Joaquim Bueno de Camargo) e s/m. Custódia Maria de Oliveira. Estes, casaram-se na matriz de Sorocaba em 11-JUL-1797 (onde é chamado Joaquim José de Arruda), sendo ele, n. em São Roque e ela, da vª de Sorocaba; fºs de Inácio Bueno de Camargo e s/m. Ana de Arruda Castanho (SL, ttº Moraes, vol. VII, pág. 64, onde Inácio é o fº 6-3), e de Antônio de Oliveira Falcão e s/m. Maria Tomásia Pires da Veiga (SL, ttº Almeidas Castanhos, vol. IV, pág. 413, onde Antônio é o fº 6-3), respectivamente. Já, no que diz respeito a mãe de Maria Joaquina, n. em São Roque, onde foi bat. em 12-FEV-1815, e era fª legítima de Joaquim Pereira Garcia (fal. em Porto Feliz em 1850), n. em São Roque, exposto em casa de João Ribeiro Fernandes, e de s/m. Maria Nunes do Rosário (fal. em Porto Feliz em 26-OUT-1853, com invº realizado em mesmo ano ¹¹), n. em São Roque, onde se casaram em 15-JUL-1795; n. m. de José Nunes Bezerra (n. em Santana de Parnaíba) e Maria da Rua Nunes (n. em Araçariguama), estes, casados em Araçariguama em 30-AGO-1761, sendo ele, fº de Manuel Nunes Bezerra (fº de João da Costa Bezerra e Maria Tomás de Bittencourt) e Teresa de Oliveira (fª de Francisco de Oliveira e Joana Pedroso), e ela, fª de João Barreto Garcia (fº de Ângelo de Souza Caldeira e Joana Barreto) e Cecília Nunes (fª de Pedro Pantojo da Rocha e Páscoa de Proença Machado), com ascendências paulistas conhecidas.

¹⁰ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1880, pasta 315, doc. 04, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

¹¹ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1853, pasta 279, doc. 02, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

Alguns meses depois de casados, Maria Joaquina de Camargo, acaba falecendo, mais precisamente em 09-JUN-1862 em Porto Feliz, não havendo herdeiros deste matrimônio, de forma que, Antônio Soares de Almeida, casa-se pela 3ª vez, sendo agora a esposa AMÁLIA MARIA DE JESUS, também chamada AMÉLIA MARIA DE JESUS, n. em 07-SET-1845 em Itapetininga, SP, sendo bat. em 06-OUT-1845 na matriz desta vª, fª de José de Moraes (Lara) e Maria (Isabel) do Rosário, em 16-AGO-1864 em Porto Feliz. José de Moraes Lara n. em Itapetininga, já sendo fal. em 13-JAN-1852 (data em que casou o fº José Antônio de Moraes em Porto Feliz) e, s/m. Maria Isabel do Rosário, n. em Porto Feliz. O casal viveu, também, nas cidades de Sorocaba e Itapetininga, mas foi em Porto Feliz que passaram o maior tempo de suas vidas. José de Moraes Lara e Maria do Rosário se casaram em Porto Feliz em 14-AGO-1820, sendo ele, viúvo de Maria Antônia de Abreu e ela, exposta em casa de Isabel de Araújo. O primeiro casamento de José de Moraes ocorreu três anos antes, em 1817⁽¹²⁾ na mesma vª. Ele, fº do tenente Joaquim Antônio de Moraes e s/m. Isabel Maria da Conceição (SL, ttº Laras, vol. IV, pág. 551, onde Joaquim Antônio é o fº 4-2), e, ela, de Gregório Dias Leme e Esperança Antônia.

Ainda, sobre a biografia de Antônio Soares de Almeida, com base na Coleção Negócios Eleitorais, sabemos que era alfabetizado. No ano de 1880, na referida coleção, caso não tenha sido um erro, ele afirma ser fº de Manuel Soares (ainda não identificado).

Coleção Negócios Eleitorais (DAESP), caixa 190, nº 5878

Local: Porto Feliz Data: 07/12/1876

8.º Quarteirão: 150. Antônio Soares de Almeida, 70 anos, sabe ler, fº de pai incógnito e Maria Soares.

Local: Idem Data: 7/10/1880

8.º Quarteirão: 181. Antônio Soares de Almeida, 74 anos, fº de Manuel Soares.

Aos 29-JUL-1889, das três para as quatro horas da tarde, em sua casa na rua Seis de Janeiro, em Porto Feliz, aos 89 anos de idade (a constante no registro de óbito), fal. Antônio Soares de Almeida, com testº escrito em 06-DEZ-1868

¹² Originais do Silva Leme.

(¹³), conforme transcrevo parcialmente:

“Em nome de Deos, Amem. Eu Antonio Soares de Almeida, achando-me em boa saúde em meu perfeito juízo, mais temendo a morte, que a todos é natural, faço o meu testamento pela forma seguinte: Declaro que professo a Religião Catholica Apostolica Romana. Declaro que fui casado em primeiras núpcias com Anna Francisca já falecida, de cujo matrimonio tivemos sete filhos dos quaes existem seis, que são Joaquim, Antonio, José, Francisca, Maria e Carolina. Declaro que casei em segundas núpcias com Maria de Camargo também já falecida, de cujo matrimonio não tivemos filhos. Declaro que sou casado em terceiras nupcias com Amalia Maria de Jesus de cujo matrimonio temos três filhos, que são Benedicta, João e Francelino os quaes bem como os do primeiro matrimonio são meus legítimos herdeiros. Declaro que deixo a minha terça a minha mulher Amaria Maria de Jesus, que a desfrutará durante a sua vida e por sua morte passa a meus filhos Benedicta, João e Francelino e a qualquer outro d’este matrimonio que exista ao tempo de meu falecimento. Nomeio para meus testamenteiros à minha mulher em primeiro lugar, em segundo, a Angelo Custodio de Moraes e em terceiro, a Jose Pompeu de Campos Pisa, aos quaes peço queiram aceitar este encargo. É esta a minha ultima vontade que desejo seja cumprida. Este meu testamento vai escripto sob o meu dictame e por Maximiano José da Motta e por mim assignado, aos seis dias do mês de Dezembro de mil oitocentos e sessenta e oito. Antonio Soares de Almeida.”

O testº acima, estava apenso ao seu invº, que foi iniciado em 09-SET-1889 (¹⁴), com a partilha conclusa em 15-ABR-1891 em Porto Feliz. No invº, foram relacionados os seguintes herdeiros:

Título de Herdeiros

Viúva cabeça do casal

D. Amalia Maria de Jesus

Herdeiros do 1º matrimônio

1- Carolina Soares de Almeida, casada com Saturnino Martins Telles.

2- Francisca Soares de Almeida, casada com João Antonio de Moraes.

¹³ Na época do seu testº, nem todos os filhos do 3º matrimônio eram nascidos.

¹⁴ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1889, pasta 322, doc. 05, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

3- *Maria Soares de Almeida, casada com José Martins Telles.*

4- *Joaquim Soares de Almeida, casado com Anna Olympia de Sousa.*

5- *Antonino Soares de Almeida, casado com Carolina de Sousa.*

6- *José Soares de Almeida, casado com Gertrudes de Almeida Leite.*

Herdeiros do 3º matrimônio

7- *João Soares de Almeida, casado com Gabrielina de Sousa.*

8- *Benedita Augusta de Almeida, casada com Antonio de Sousa.*

9- *Ana Augusta de Almeida, casada com Manoel Joaquim Alves.*

10- *Brazilia de Campos Mello, casada com Cezar Vaz de Moraes.*

11- *Amelia Maria da Conceição, de 10 annos de idade.*

12- *Antonio Soares de Almeida, de 9 annos de idade.*

13- *Gertrudes Soares de Almeida, de 3 annos de idade.*

Todos residentes neste Termo.

Entre os bens arrolados, nenhum dinheiro, ouro “*um botão de ouro com diamante pequeno, para peito, avaliado por oito mil réis*”; prata “*um par de esporas velho, avaliado por dez mil réis*”; metal amarelo “*seis colheres e seis garfos, avaliados por três mil réis*”; cobre “*forno de cobre, em bom uso, para torrar farinha, avaliado por dez mil réis*”, “*taxo grande, em bom uso, avaliado por dez mil réis*”; ferro “*três machados velhos, avaliados por três mil réis*”, “*um forno de torrar caffè, pequeno e muito velho, avaliado por mil réis*”, “*uma espingarda velha, ordinária, avaliada por quatro mil réis*”, entre outros; móveis “*mesinha com duas gavetas, avaliada por quatro mil réis*”, “*um par de canastras não encouradas avaliado por quatro mil réis*”, “*uma viola em bom uso, avaliada por quatro mil réis*”, entre outros; ser moventes “*um cavalo branco velho avaliado por vinte mil réis*”, “*um burro branco velho avaliado em trinta mil réis*”, “*dous capados [...] quatro arrobas, cada um, avaliado um a cinquenta mil réis e ambos por cem mil réis*”, entre outros; imóveis “*uma serra d’agua velha, um monjollo e uma casa avaliados por trezentos mil réis, e a metade que pertence ao monte, por cento e cinquenta mil réis*”, “*vinte alqueires pouco ou mais ou menos de terras sem benfeitorias, avaliados por trezentos e cinquenta mil réis*”, enfim, totalizando estes e os demais bens, o montante de quinhentos e oitenta e oito mil e trezentos e trinta e três reis, cabendo a viúva a terça parte e aos 13 herdeiros restantes vinte e dois mil e seiscentos e trinta e cinco reis cada um.

Antônio Soares de Almeida, teve do 1º matrimônio os seguintes filhos:

- 1 (IV) JOAQUIM SOARES DE ALMEIDA, que segue.
- 2 (IV) ANTÔNIO, 1º deste nome, foi bat. em 23-ABR-1836 em Porto Feliz, sendo padrinhos: Antônio José Soares, casado, e José Soares de Abreu, solteiro, este, irmão do pai do batizado.
- 3 (IV) ANTÔNIO, 2º deste nome, foi bat. em 11-AGO-1839 em Porto Feliz, sendo padrinhos: Tenente Antônio José de Mello, casado, e Francisca Emília de Moraes, solteira (fª do Cap. Mor Joaquim Vieira de Moraes, tio paterno da mãe do batizado).
- 4 (IV) ANTONINO SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 7.º
- 5 (IV) JOSÉ, 1º deste nome, foi bat. em 29-JUL-1842 em Porto Feliz, sendo padrinhos: Manuel Joaquim de Pádua Mello (solteiro) e Maria Martins (casada). José "*faleceu repentinamente no caminho do sítio para villa*", com oito anos incompletos.
- 6 (IV) FRANCISCA DE ALMEIDA LEITE, que segue no § 10.º
- 7 (IV) MARIA FRANCISCA DE CAMARGO, que segue no § 11.º
- 8 (IV) CAROLINA, 1ª deste nome, bat. em 20-MAIO-1850 em Porto Feliz, sendo padrinhos José de Almeida Leite (solteiro) e sua mãe Maria Francisca de Almeida (viúva). Carolina fal. em 06-AGO-1851 em Porto Feliz, "*de dor no ouvido*".
- 9 (IV) CAROLINA DE ALMEIDA LEITE, que segue no § 12.º
- 10 (IV) JOSÉ SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 15.º
- 11 (IV) JOÃO, foi bat. 07-DEZ-1857 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Hipólito Fernandes e sua mulher Luísa Leite de Carvalho. João fal. em 29-MAR-1864 em Serra d'Água, bairro rural de Porto Feliz.

Antônio Soares, do 3º matrimônio, teve os fºs seguintes:

- 12 (IV) BENEDITA AUGUSTA DE ALMEIDA, que segue no § 15.º
- 13 (IV) JOÃO SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 16.º
- 14 (IV) FRANCELINO, bat. em 30-NOV-1867 em Porto Feliz, sendo padrinhos Ângelo Custódio de Moraes e s/m. Maria Teresa de Almeida. Já era fal. no invº paterno.
- 15 (IV) MANUEL, bat. em 11-JUL-1869 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Joaquim de Almeida Mello e Brasília Amália de Almeida Mello. Já era fal. no invº paterno.
- 16 (IV) ANA AUGUSTA DE ALMEIDA, que segue no § 17.º.
- 17 (IV) BRASÍLIA DE CAMPOS MELLO, que segue no § 18.º
- 18 (IV) REDUCINO, bat. em 15-AGO-1875 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim José de Moraes e s/m. Carolina Otília de Marins Souza. Já fal. no invº paterno.
- 19 (IV) PAULINO, bat. em 24-JUN-1877 em Porto Feliz, sendo padrinhos Amâncio Boaventura de Almeida e s/m. Gabriela Augusta Sobral Almeida. Já fal. no invº paterno.
- 20 (IV) AMÉLIA MARIA DA CONCEIÇÃO, que segue no § 19.º
- 21 (IV) ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 20.º.
- 22 (IV) FRANCISCO, bat. em 17-ABR-1881 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Agostinho Dias Tavares e Maria Eugênia do Patrocínio Tavares. Já fal. no invº paterno.
- 23 (IV) MARIA, n. em 24-DEZ-1883 em Porto Feliz, e bat. em 06-JAN-

1884, sendo padrinhos Antônio Soares de Souza e N^a S^a Mãe dos Homens. Já fal. no inv^o paterno.

24 (IV) ANTÔNIA, n. em 17-JUL-1885, sendo bat. em 22-JUL-1885 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim do Prado Lima e Ana Augusta de Almeida Prado. Já fal. no inv^o paterno.

25 (IV) GERTRUDES MARIA DO ROSÁRIO, que segue no § 21.º

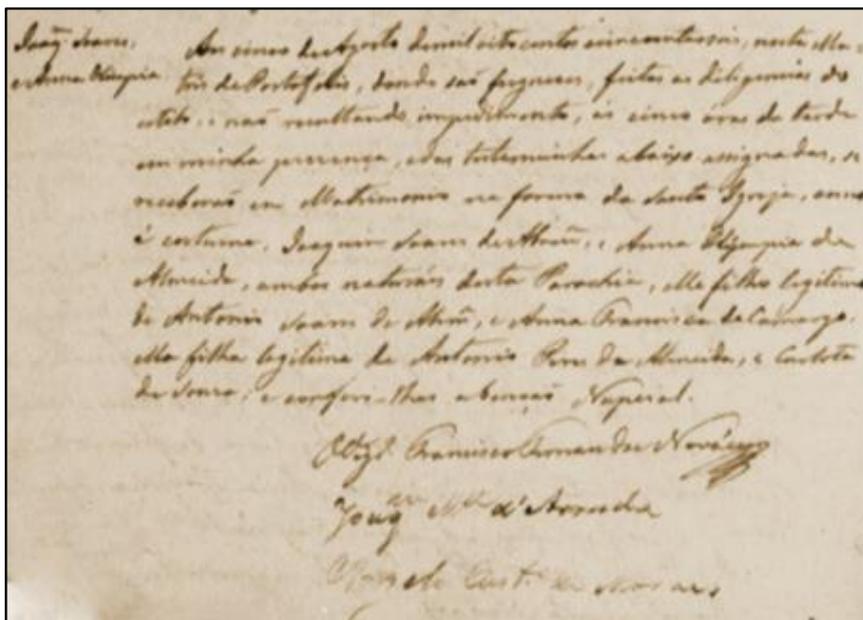
IV- JOAQUIM SOARES DE ALMEIDA, ou, JOAQUIM SOARES DE ABREU, conforme seu assento matrimonial, com 12 anos de idade em maço de população de Porto Feliz de 1846. Vivia no bairro Serra d'Água, zona rural de Porto Feliz. Na Coleção Negócios Eleitorais, do DAESP, verificamos que era lavrador:

Coleção Negócios Eleitorais (DAESP), caixa 190, nº 5878

Local: Porto Feliz (SP) Data: 07-DEZ-1876

8º Quarteirão: 161. Joaquim Soares de Almeida, 40 anos, lavrador, filho de Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca.

Joaquim Soares de Almeida, em 05-AGO-1856 em Porto Feliz, perante as testemunhas Joaquim Manuel de Arruda e Ângelo Custódio de Moraes, C.c. ANA OLÍMPIA DE ALMEIDA, ou, ainda, ANA OLÍMPIA DE SOUZA, f^a de Antônio Pires de Almeida e de s/m. Carlota de Souza:



Casamento de Joaquim Soares e Ana Olímpia. Cúria Diocesana de Sorocaba. Créditos: www.familysearch.org

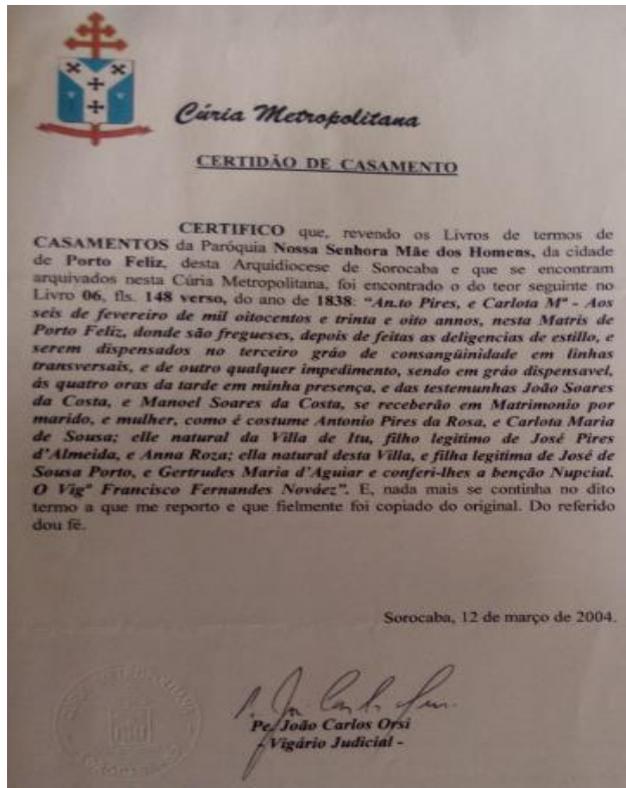
Ana Olímpia de Almeida, então, com 15 anos incompletos, foi bat. em 29-DEZ-1841 em Porto Feliz:

Lº Batismos de Porto Feliz, vol. 5, anos de 1834 a 1846, fls. 133-vº

"Aos vinte e nove de dezembro de mil oito centos e quarenta e hum anno nesta Matris de Porto Feliz puz os santos óleos a Anna de idade de dois mez e seis dias filha de Antonio Pires da Roza e Carlota de Souza. Forao padrinhos Francisco Pereira de Aguiar, solteiro e Anna Antonina Correa solteira todos desta parochia de que para constar mandei fazer este que assigno. O vigário Francisco Fernandes Novaes."

Sobre seus pais, apesar de não terem seus nomes relacionados na obra Genealogia Paulistana, têm sua ascendência retratada nos nove volumes de SL. Em 2003, parte desta pesquisa que realizei, foi publicada no vol. 12 dos Acréscimos e Correções à Genealogia Paulistana, coordenado por Marta Amato,

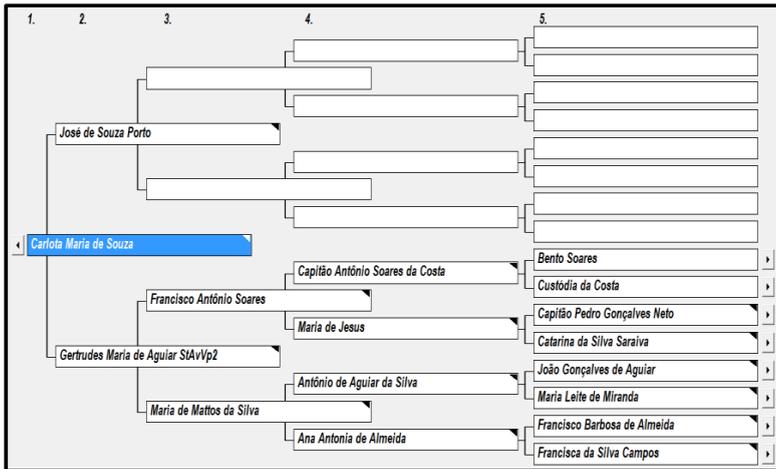
páginas 54 a 63. Passados 15 anos desde o artigo que escrevi, encontrei informações preciosas sobre a família de Ana Olímpia, as quais transcrevo a seguir, por julgar de suma importância para aqueles que pesquisam as famílias paulistas. Entendam: Antônio Pires de Almeida, por vezes, Antônio Pires da Rosa, pai de Ana Olímpia de Almeida, n. em Itu, e foi fº de José Pires de Almeida e de s/m. Ana Rosa de Jesus. Em Porto Feliz, aos 06-FEV-1838 C.c. sua parenta em 3º grau de consanguinidade em linhas transversais Carlota Maria de Souza, bat. em 20-MAIO-1821, tendo nascido no dia 12-MAIO-1821 em Porto Feliz, fª de José de Souza Porto e s/m. Gertrudes Maria de Aguiar:



O 1º dado que compartilho, é, que, quando pesquisei os microfimes da Sociedade Genealógica de Utah, referente a cidade de Porto Feliz, justamente no vol. 6 de matrimônios, percebe-se claramente que existem páginas faltando. Assim, só consegui localizar este matrimônio, quando estive, pessoalmente, no Arquivo da Cúria de Sorocaba, e encontrei diversas páginas soltas neste livro, que, à época da microfilmagem feita pelos Mórmons, estavam perdidas, por isso, acabaram não sendo reproduzidas. Desta forma, para aqueles que tenham ancestrais casados em Porto Feliz em data aproximada, penso que existe uma grande chance destes casamentos estarem nestas páginas avulsas (vale a pena conferir).

O 2º dado, é, que, havia um parentesco entre Antônio Pires de Almeida e Carlota Maria de Souza. Os dois foram dispensados do impedimento consanguíneo em 3º grau. A ascendência de Carlota Maria de Souza, pelo lado materno, é bem conhecida. Sua mãe é citada em SL, ttº Alvarengas, vol. V, pág. 251, fº nº “6-2 Gertrudes Soares casada com José de Souza Porto”. Já, seu pai, era um reinol, que, até onde pude pesquisar, jamais seria parente consanguíneo de seu genro Antônio Pires.

Assim, para facilitar o entendimento, organizei a ascendência de Carlota até a 4ª geração, pois neste tipo de impedimento consanguíneo de 3º, um dos avós dela, seria irmão/irmã de um dos avós de Antônio Pires. Com isso em mente, comecei a explorar a descendência de seus bisavós, com o objetivo de encontrar entre eles, ou, o pai (José Pires de Almeida), ou, a mãe (Ana Rosa de Jesus) de seu marido Antônio Pires:



Costado de Carlota Maria de Souza. Genealogia Paulistana, de Silva Leme.

Pelo quadro acima, percebemos que os ancestrais em comum de Carlota e seu marido deveriam ser o cap. Antônio Soares da Costa e s/m. Maria de Jesus **ou** Antônio de Aguiar da Silva e s/m. Ana Antônia de Almeida. Nesta investigação, encontramos um casal promissor, que se enquadraria perfeitamente neste perfil. Ao consultarmos a Genealogia Paulistana, entre as primas de Gertrudes Maria de Aguiar (mãe de Carlota), encontramos uma Ana Francisca da Silva, C.c. José Pires de Almeida:

SL, ttº Furquins, vol. VI, pág. 290, nº 5-2

(...)

5-2 João Francisco da Silva que casou em 1774 em Ararituaba com Rosa Maria, † em 1820 em Porto Feliz, viúva de Manoel dos Reis f.º do capitão Antonio Soares da Costa e de Maria de Jesus. V. 3.º pág. 485. Teve:

6-1 Anna Francisca da Silva que foi 1.º casada com Domingos Alvares, e em 1820 era viúva de José Pires de Almeida, de Itu, f.º de Manoel Pires e de Maria de Almeida. V. 3.º pág. 549.

Esta Ana seria fª de Rosa Maria de Jesus, que, por sua vez, era irmã de

Francisco Antônio Soares, pai de Gertrudes Maria de Aguiar, mãe de Carlota. Considerando este parentesco, o impedimento em 3º grau se explicaria da seguinte forma:

Explicação do parentesco:

1- Antônio Pires de Almeida (o noivo), fº de

2-Ana Francisca da Silva (Ana Rosa de Jesus?), fª de

3-Rosa Maria de Jesus, fª de

ANTÔNIO SOARES DA COSTA E MARIA GONÇALVES DE JESUS, PAIS DE

1-Francisco Antônio Soares, pai de

2-Gertrudes Soares ou Gertrudes Maria de Aguiar, mãe de

3-Carlota de Souza (a noiva).

Apesar do parentesco ser explicado pela linha indicada acima, além do fato do casal Ana Francisca da Silva e José Pires de Almeida, terem vivido Itu, lugar de naturalidade de Antônio Pires de Almeida, convenhamos: Ana Rosa de Jesus, mãe de Antônio Pires de Almeida, ser Ana Francisca da Silva? O prenome confere, mas o resto do nome, em tudo divergia.

Para a solução desta questão, fui atrás dos inventários dos pais de Ana Francisca da Silva, ambos arquivados no Museu Republicano “Convenção de Itu”, e, de quebra, encontrei o invº de José Pires de Almeida, todos em Porto Feliz:

1 - Invº de João Francisco da Silva, aberto em 10-OUT-1810 (¹⁵)

(...)

Trº de Filhos

1-Manoel auzente no cuiaba idade de 30 a.

2-Joam id.e de 27 a.

¹⁵ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1810, pasta 227, doc. 04, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

3-Anna Cazada Com Joze pires d'Alm.da de id.e de 26 a.

4-Francisco Cazado de id.e de 24 a.

5-Bento de id.e de 18 a.

II - Invº de Rosa Maria de Jesus, aberto em 16-AGO-1820, com testº apenso de 26-AGO-1817 (¹⁶):

(...)

Trº de Filhos Erdeiros

1-Antonio Manoel dos Reis Cazado (do 1º matrimônio de Rosa Maria)

2-Anna Roza Viuva

3-Joao Francisco Cazado

4- Francisco Antonio da Costa

5-Manoel Francisco da Silva já falecido deixou três filhos de menor idade.

III- Invº de José Pires de Almeida, aberto em 26-AGO-1817, sendo inventariante a mulher Ana Rosa (¹⁷):

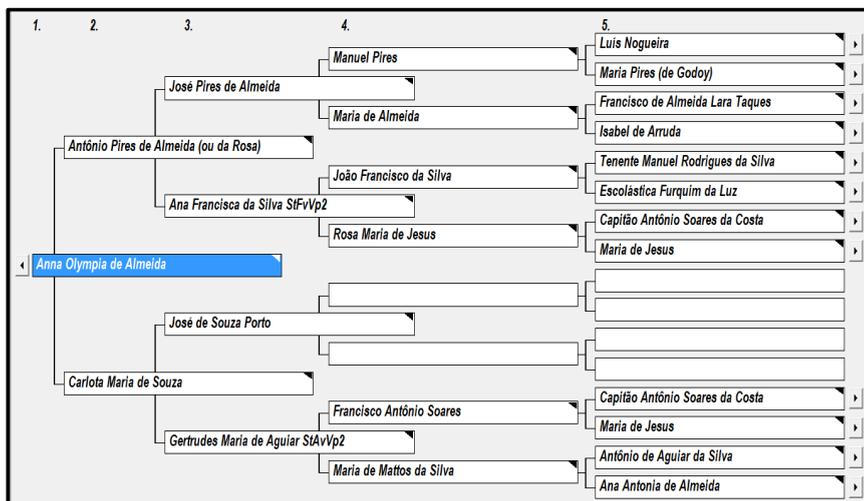
“Diz Anna Rosa desta Villa que sendo moradora na Villa de Ittu, falecendo lá seu marido José Pires de Almeida, foi logo neceçario a supp.e transportarce para este distrito trazendo alguns bens moveis deixando lá hum citio no bairro de porunduva, casas na vila de frente...declarou que o dito seu marido falecera sem testamento pouco mais ou menos na Villa de Itu a três annos pouco mais ou menos”.

Após as informações expostas acima, não restam dúvidas que Ana Francisca da Silva e Ana Rosa de Jesus eram as mesmas pessoas. Desta forma,

¹⁶ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1820, pasta 234, doc. 01, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

¹⁷ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1817, pasta 232, doc. 03, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

em posse de todas estas informações, conseguimos elaborar, no que diz respeito aos antepassados de Antônio Pires de Almeida e Carlota de Souza, a partir de Ana Olímpia, o costado abaixo:



SILLOS, Luiz Gustavo de. Costado de Ana Olímpia de Almeida.

Ainda, sobre este mesmo casal, algumas curiosidades. Antônio Pires de Almeida, constantemente era referido como Antônio Pires da Rosa. Penso que a explicação para este apelido “da Rosa” possa ter vindo pelo fato de ter se criado, por ser órfão de pai desde muito cedo, em casa de sua avó materna d. Rosa Maria de Jesus, uma das matronas de Porto Feliz, dada a vasta descendência que deixou, como “Antônio Pires o neto da Rosa”, que acabou virando “Pires da Rosa”. Outra possibilidade, é, que, “da Rosa” seja uma corruptela do sobrenome “da Rocha”, pois Antônio Pires descendia dos “Pires da Rocha” de Guarulhos (ver Nota no final deste artigo).

Assim, por julgar este grupo familiar negligenciado pelas obras genealógicas, ficam assim identificados os quatro avós de Ana Olímpia de Almeida e seus antecessores (dados inéditos):

José Pires de Almeida (SL, ttº Borges de Cerqueira, vol. III, pág. 549, nº 5-1), avô paterno de Ana Olímpia, foi bat. em Itu no dia 13-AGO-1774 e fal. na mesma vª em 24-NOV-1812, sem testº, com invº aberto em 26-AGO-1817. Era fº de Manuel Pires, bat. em Itu em 19-FEV-1772 e de s/m. Maria de Almeida, mineira de Campanha, casados em Itu em 28-JAN-1772. Manuel Pires, foi fº de Luís Nogueira, bat. na Sé de São Paulo em 13-MAI-1690 (este, fº José Nogueira e s/m. Maria Leme) e sua 2ª mulher Maria Pires, n. em Itu (esta, fª de Manuel Pires da Rocha e s/m. Ângela Francisca de Abreu), casados em Itu em 13-JAN-1720. Maria de Almeida, por sua vez, foi fª de Francisco de Almeida Lara Taques, bat. em Itu em 24-DEZ-1706 (fº do Cap. Francisco de Almeida Lara e Maria Leme da Silva) e de s/m. Isabel de Arruda, bat. em 19-NOV-1711, também em Itu (fª de Francisco de Arruda e Sá e Ana de Proença), casados em Itu em 05-NOV-1737. José Pires de Almeida em 1798 em Porto Feliz C.c. Ana Francisca da Silva, também chamada Ana Rosa de Jesus, avó paterna de Ana Olímpia, n. em Porto Feliz, onde fal. em 10-AGO-1843, fº de João Francisco da Silva, n. em Porto Feliz, onde fal. em 08-SET-1810 e aos 30-MAR-1772 na mesma vª C.c. Rosa Maria de Jesus, n. em 24-ABR-1747 em Itu, onde foi bat. em 01-MAIO-1747, tendo fal. em 28-JUL-1820 em Porto Feliz. João Francisco era fº do tenente Manuel Rodrigues da Silva, n. na fregª de São Martinho Salreu, concº de Estarreja, distrito de Aveiro, Portugal (fº de João Rodrigues da Silva e Ana Rodrigues e que em Itu aos 12-FEV-1725 foi C.c. Helena do Prado, fª de Miguel Coelho de Sousa e Francisca Vaz Cardoso) e de sua 2ª esposa Escolástica Furquim da Luz, n. em Itu e fal. em Porto Feliz em 1759, à época, vª de Ararituaba, fª de Francisco de Mongelos Garcez¹⁸) e de s/m. Maria Furquim da Luz, ambos naturais de Santana de Parnaíba. Já, Rosa Maria, era fª do Cap. Antônio Soares da Costa, foi bat. em 02-JUN-1720 no lugar de Venda Nova, fregª de São Miguel Soutelo, concº de Vila Verde, distrito de Braga, Portugal e fal. em Itu em 1792 com testº, onde, em 29-JAN-1742 C.c. Maria de Jesus, ou, Maria Gonçalves de Jesus, bat. nesta vª em 07-OUT-1720. Antônio Soares foi fº de Bento Soares (fº de Mateus Gonçalves e 2ª mulher Francisca Soares), n. no lugar de Larim, da mesma fregª de São Miguel Soutelo, onde foi bat. em 19-

¹⁸ Nos autos de invº de seu sogro Simeão Álvares Pereira, aberto em 1719 em Araçariçuama, que, na época, era termo de Santana de Parnaíba, (Inventários e Testamentos do 1º Ofício. Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob ordem nº C00685, ref. pesquisa que realizei em 05-AGO-2011) Francisco de Mongelos Garcez, que também era herdeiro neste invº por ser casado com uma filha do defunto, foi nomeado procurador da viúva de Simão, Mariana Pinheiro, por ser ela sua “irmã”. Francisco de Mongelos está desconectado a Genealogia Paulistana, porém, sendo Mariana Pinheiro fª de João de Mongelos Garcez e de s/m. Catarina Pinheiro (esta, fª de Domingos da Rocha e Domingas Ribeiro – ver ASBRAP, nº 01), assim, creio estar explicado sua filiação, e, conseqüentemente, onde ele se ligaria ao SL.

DEZ-1686 e fal. em 14-MAR-1759 no lugar do Couto, do mesmo lugar, e de s/m. Custódia da Costa, bat. em 27-AGO-1690 na freg^a de São Vítor, cidade de Braga, do conc^o e distrito de mesmo nome e fal. em 03-OUT-1729 no lugar de Venda Nova (f^a de Miguel da Costa e de s/m. Úrsula Álvares). Maria de Jesus, fal. em 1782 em Itu, por sua vez, foi f^a de Pedro Gonçalves Neto, bat. em 19-ABR-1688 na freg^a de N^a S^a dos Anjos, conc^o e distrito de Lisboa, Portugal e fal. em Itu em 09-AGO-1738 (f^o de João Gonçalves e Luísa dos Santos) e que em Itu, C.c. Catarina da Silva Saraiva, n. em Itu, onde fal. em 07-ABR-1727, f^a de João Saraiva da Gama, bat. em 15-JUN-1652 na freg^a de N^a S^a da Fresta, v^a de Trancoso, conc^o de Trancoso, distrito de Guarda, Portugal e fal. em Itu em 05-JUL-1738 (f^a de Simão Frade, fal. em 10-NOV-1673 em N^a S^a da Fresta, e Isabel Saraiva, que foi irmã de Catarina Tomás, esta, fal. em 03-SET-1758 em mesma v^a) e de s/m. Páscoa de Barros da Silva, n. em São Roque e fal. em Itu em 01-SET-1747 (f^a natural de Pedro Vaz de Barros e Bárbara do Amaral).

No que diz respeito aos avós maternos de Ana Olímpia, eram eles José de Souza, n. na cidade do Porto, Portugal, e adotando o mesmo costume que muitos outros reinóis, acrescentou a cidade de origem ao nome, passando a ser referido como José de Souza Porto, fal. em Porto Feliz em 06-JUL-1838 com inv^o aberto em 17-NOV-1838 com test^o datado de 08-JUN-1838 ⁽¹⁹⁾, porém não diz sua filiação, C.c. Gertrudes Soares, também chamada Gertrudes Maria de Aguiar, n. em Porto Feliz, onde fal. em 28-JAN-1873, com test^o de 05-JAN-1867 e inv^o aberto em 12-OUT-1874 ⁽²⁰⁾, f^a de Francisco Antônio Soares e de s/m. Maria de Matos da Silva. Francisco Antônio Soares, n. em Porto Feliz e fal. em 1808 em Porto Feliz, foi f^o dos já citados Antônio Soares da Costa e s/m. Maria de Jesus. Em 30-ABR-1782 em Porto Feliz C.c. Maria de Matos da Silva, n. em Porto Feliz, onde fal. em 13-OUT-1816, com test^o escrito em 25-SET-1816 e inv^o aberto em 14-NOV-1816 ⁽²¹⁾, f^a de Antônio de Aguiar da Silva, n. em Itu em 15-JAN-1702 e fal. em 08-JAN-1791 no bairro Rio Acima, em Porto Feliz e de sua 3^a mulher Ana Antônia de Almeida, bat. em Itu em 17-JUN-1736 e fal. em Porto Feliz, casados em Itu em 17-AGO-1756. Antônio de Aguiar era f^o de João Gonçalves de Aguiar, de Santana de Parnaíba, e fal. em Itu em 01-fev-1740 (f^o de Antônio de Aguiar da Silva e Ana Cardoso, creio, a f^a de Brás Cardoso e

¹⁹ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1838, pasta 251, doc. 09, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

²⁰ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1874, pasta 307, doc. 09, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

²¹ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1816, pasta 231, doc. 04, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

Antônia de Chaves, a qual tratarei deste assunto em uma outra oportunidade) e de s/m. Maria Leite de Miranda, fal. em 1754 em Porto Feliz (fª de Domingos Rodrigues de Matos e Potência Leite). Já Ana Antônia, fª de Francisco Barbosa de Almeida, n. em Itu, e de s/m. Francisca da Silva Campos, bat. em Itu em 09-ABR-1710, estes, casados em Itu em 27-NOV-1731, fªs de João Barbosa de Abreu e Maria Soares de Almeida e Antônio Correia da Silva e Cecília Ribeiro de Campos, com ascendências conhecidas.

Assim, esclarecemos todas as origens paulistas de Ana Olímpia de Almeida, e podemos seguir em frente.

Joaquim Soares de Almeida fal. em 19-FEV-1917 no bairro de Serra d'Água, aos 80 anos de idade declarados, sendo enterrado no Cemitério Municipal de Porto Feliz. Ana Olímpia, fal. em 25-MAIO-1904 anos antes, no mesmo lugar. Este casal é tronco dos Soares de Souza de Porto Feliz e região, e teve os seguintes fªs:

- 1 (V) ANTÔNIO DE ALMEIDA SOUZA, bat. em 29-JUN-1857 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida (seu avô paterno) e invocação da Sª das Dores. Foi C.c. sua tia BENEDITA AUGUSTA DE ALMEIDA, do § 16.º, onde vai sua geração.
- 2 (V) BELARMINA SOARES DE SOUZA, bat. em 18-ABR-1859 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Pires de Almeida e s/m. Carlota de Souza (avós maternos da batizada). Foi C.c. seu parente ELIAS SOARES DE ALMEIDA, do § 25.º, onde vai sua geração.
- 3 (V) MARIA SOARES DE SOUZA, que segue.
- 4 (V) EULÁLIA SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 2.º.
- 5 (V) GERTRUDES OLÍMPIA DE SOUZA, que segue no § 3.º.
- 6 (V) GUILHERMINA OLÍMPIA DE ALMEIDA, ou GUILHERMINA OLÍMPIA DE SOUZA, bat. em 08-SET-1866 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim Soares de Abreu, casado (tio paterno do pai da batizada) e Maria Soares de Almeida, solteira (prima paterna do pai da

- batizada). Foi C.c. seu primo irmão FRANCISCO MARTINS TELLES, do § 11.º
- 7 (V) JOAQUIM n. em 30-JUL-1868 e fal. em 03-AGO-1868 em Porto Feliz.
- 8 (V) GABRIELINA OLÍMPIA DE ALMEIDA, bat. em 05-NOV-1870 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Pires de Almeida (tio materno da batizada) e s/m. Joana Maria da Silveira. Fal. em 24-FEV-1899, com invº iniciado no mesmo ano. Foi C.c. seu tio JOÃO SOARES DE ALMEIDA, do § 17.º onde vai a geração.
- 9 (V) MANUEL SOARES DE SOUZA, que segue no § 4.º
- 10 (V) ANA FRANCISCA DE MORAES, de apelido Nhãna, foi bat. em 16-MAR-1875, sendo padrinhos Joaquim José de Moraes e s/m. Carolina Otália de Souza Moraes (prima materna da mãe da batizada). Foi C.c. seu tio e cunhado JOÃO SOARES DE ALMEIDA, do § 17.º, onde vai a geração.
- 11 (V) JOSÉ OLÍMPIO DE SOUZA, bat. em 01-NOV-1876 em Porto Feliz, sendo padrinhos Domingos Goulart de Farias e Rita Jorge da Fonseca (viúva). Foi C.c. sua tia BRASÍLIA DE CAMPOS MELLO, do § 19.º
- 12 (V) CARLOTA, bat. em 03-AGO-1879 em Porto Feliz, sendo padrinhos Sebastião de Arruda Mello e Zulmira Cândida de Sampaio. S. m. n.
- 13 (V) ELIAS ESTREBITA DE ALMEIDA, que segue no § 5.º
- 14 (V) BENEDITA AUGUSTA DE SOUZA, que segue no § 6.º
- V- MARIA SOARES DE SOUZA, foi bat. em 29-MAIO-1861 em Porto Feliz, sendo padrinhos Ângelo Custódio de Moraes e s/m. Maria Teresa de Almeida. C.c. JOÃO RODRIGUES ULERIQUE, fº de Nicolau Rodrigues

Ulerique e Senhorinha Guilhermina Straiber, em 06-ABR-1875 em Porto Feliz. João foi bat. em mesma vª em 09-ABR-1848, e fal. antes de 04-JUN-1941. Maria fal. muitos anos antes, em 04-JUN-1898, com invº processado em 1899 em Porto Feliz. O casal teve os seguintes filhos:

- 1 (VI) MARIA, foi bat. em 25-DEZ-1876 em Porto Feliz.
- 2 (VI) EGÍDIO, bat. em 16-SET-1878 em Porto Feliz.
- 3 (VI) LUIZA RODRIGUES DE SOUZA, bat. em 27-JUN-1880 em Porto Feliz, onde C.c. VICENTE DE PAULA ARANHA, fº de José de Quadros Aranha Leme e Maria Brandina da Silveira, em 22-DEZ-1900. Vicente n. por 1874 em Capivari.
- 4 (VI) JOÃO, n. em 23-ABR-1884 em Porto Feliz, e foi bat. em 03-MAIO-1884. No referido registro, o pai é chamado erroneamente de João Ribeiro.
- 5 (VI) CASTORINA RODRIGUES DE SOUZA, n. em 25-FEV-1886 em Porto Feliz, e foi bat. em 15-ABR-1886. Fal. solteira em 01-MAR-1948 em Porto Feliz.
- 6 (VI) BENEDITO, n. em 10-JAN-1893 em Porto Feliz, e foi bat. em 12-FEV-1893.
- 7 (VI) JOSEFINA SOARES DE SOUZA, n. em 01-ABR-1898 em Porto Feliz, onde fal. em 04-JUN-1941. Josefina C.c. CANTÍDIO SOARES DE ALMEIDA.

§ 2.º

- V- EULÁLIA SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 16-FEV-1863 em Porto Feliz, sendo padrinhos Delfino Antônio de Carvalho e Maria Vaz de Almeida, de Capivari. Eulália C.c. INÁCIO KERCHER DE MENESES, fº de Luciano Kercher de Meneses e Maria Margarida de Meneses, em 23-AGO-1884 em Porto Feliz. Inácio foi bat. em 22-MAIO-1859 em Embu, SP. Eles tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (VI) JOAQUIM KERCHE DE ALMEIDA, n. em 11-SET-1885 em Porto Feliz, sendo bat. em 03-OUT-1885.
 - 2 (VI) BALBINA, n. em 25-MAR-1887 em Porto Feliz, e foi bat. em 13-ABR-1887.
 - 3 (VI) JOSÉ, n. em 09-AGO-1888 em Porto Feliz, SP, e foi bat. em 30-AGO-1888.
 - 4 (VI) ISALTINO KERCHE DE MENESES, que segue.
- VI- ISALTINO KERCHE DE MENESES, n. em 23-SET-1892 em Porto Feliz, e foi bat. em 22-OUT-1892. Isaltino C.c. ANA VIRGÍLIA DE ALMEIDA, n. por 1899, fª de Manuel Carlos de Almeida e Augusta Virgília, em 22-JUN-1916 em Porto Feliz. Filha q. d.:
- 1 (VII) NOÊMIA KERCHE DE ALMEIDA, n. por 1919 em Porto Feliz, C.c. ANÍSIO LOPES, n. por 1902, fº de João Lopes e Rosa Maria de Jesus, em 05-SET-1942 em Porto Feliz.

§ 3.º

- V- GERTRUDES OLÍMPIA DE ALMEIDA, ou, GERTRUDES OLÍMPIA DE SOUZA, n. em 22-SET-1865 em Porto Feliz, e foi bat. em 25-MAR-1865, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida (o avô paterno) e s/m. Amélia Maria de Jesus. Gertrudes C.c. JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, fº de Antônio Francisco da Silva e Maria Francisca Cardoso, em 01-MAR-1888 em Porto Feliz. José foi bat. em 28-FEV-1864 em Una (atual Ibiúna), O casal deixou descendência em Sorocaba, estes, seriam proprietários da rede de padarias "Real". José e Gertrudes tiveram os seguintes fºs q. d.:
- 1 (VI) MARIA FRANCISCA DA CONCEIÇÃO, n. em 17-NOV-1889 em Porto Feliz, SP, e foi bat. em 07-DEZ-1889. Maria C.c. LUÍS CROZATTO, n. por 1883 na Itália, fº de João Crozatto e Maria de Marques, em 07-OUT-1905 em Porto Feliz.

- 2 (VI) LÍDIA n. em 27-MAR-1891 em Porto Feliz, sendo bat. em 25-ABR-1891.
- 3 (VI) JOAQUIM FRANCISCO DE SOUZA, n. em 23-OUT-1892 em Porto Feliz, sendo bat. em 01-NOV-1892. Joaquim C.c. BENEDITA FRANCISCA DE FARIAS, fª de José Paes Leite e Ana Francisca de Farias, em 17-JUN-1916 em Porto Feliz, onde a noiva n. por 1898.
- 4 (VI) ANA OLÍMPIA DE SOUZA, n. em 20-JUN-1894 em Porto Feliz, e foi bat. em 28-JUL-1894. Ana C.c. seu parente JOSÉ SOARES DE ALMEIDA FILHO, fº de José Soares de Almeida e Gertrudes de Almeida Leite, do § 15.º
- 5 (VI) JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO, n. em 29-AGO-1898 em Porto Feliz, por 1920 C.c. sua prima irmã BRASILINA AUGUSTA DE SOUZA, Tia Lina, fª de Manuel Soares de Souza e Brasília Augusta do Carmo, do § 4.º adiante, C. g.

§ 4.º.

- V- MANUEL SOARES DE SOUZA, por vezes, MANUEL SOARES DE ALMEIDA, n. em 12-AGO-1872 em Porto Feliz, sendo bat. em 14-SET-1872, sendo padrinhos Manuel Freire de Marins, casado, e sua mãe Francisca de Souza, viúva (tia materna da mãe do batizado). setembro 1872 em Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz.

Lº de Batismos de Porto Feliz, vol. 8, anos de 1867 a 1873, fls. 139

“Aos quatorze de setembro de mil oitocentos e setenta e dois annos, nesta matris de Porto Feliz, baptizei e pus os santos óleos a Manoel, de trinta e [...] filho de Joaquim Soares de Almeida e de Anna Olympia de Almeida. Padrinhos: [...] Freire de Marins, casado e Francisca de Sousa, viúva, todos desta parochia. O coadjutor José Isidro Rodrigues.

Manuel C.c. BRASÍLIA AUGUSTA DO CARMO, ou, BRASÍLIA AUGUSTA BAIÃO, fª dos portugueses Manuel do Carmo Baião e Placidina Maria, em 26-JUN-1897 em Porto Feliz, onde ela foi bat. em 22-SET-1878, sendo padrinhos Francisco Antônio da Fonseca e s/m. Carolina Cândida Viegas.

Manuel e Brasília são meus quartos avós. E como eu disse na apresentação deste trabalho, as gerações mais recentes (me refiro aqui aos netos e bisnetos do casal), acreditavam que ambos eram portugueses. E, nas histórias familiares contadas, como tais sempre foram apresentados. Em outras versões, Manuel era paulista (verdade, seu batismo prova isso), já sua mulher, nascida dentro do navio, filha de imigrantes portugueses que vieram fugidos para cá, por professarem o Protestantismo. Em homenagem a nova terra, a filha recebeu o nome de Brasília. Bonita a história, mas, também se mostrou irreal. A única verdade aqui, é o fato dos pais de Brasília serem portugueses. Imigraram para o Brasil em 1871, logo, sendo Brasília nascida em 1878, nenhuma possibilidade de ter nascido no navio. Ainda, seus pais sempre foram católicos e o protestantismo, mais precisamente, o Presbiterianismo, surgiu na família em fins da primeira década do séc. XX.

Sobre a família de Brasília Augusta do Carmo, a seguir, os dados genealógicos e biográficos que conseguimos levantar em exaustiva pesquisa. Vamos lá:

Manuel do Carmo Baião, pai de Brasília, n. na freg^a de Santa Maria, conc^o de Serpa, distrito de Beja, Portugal, onde foi bat. na Matriz desta v^a em 18-SET-1836. Era f^o legítimo de Antônio Baião Cofones e s/m. Maria Bárbara Galamba, casados em Santa Maria em 11-JUN-1820, sendo ele, f^o de José Baião Cofones (n. em Santa Maria) e Margarida de Jesus (n. na freg^a de São Salvador), e, ela, f^a de Bartolomeu José Galamba (n. na freg^a de Vila Verde de Ficalho) e Maria Luzia (n. em São Salvador), todas freg^as do conc^o de Serpa. Manuel do Carmo Baião, de profissão jornalista, C.c. Placidina Maria, em 19-JAN-1863 na Matriz de São Salvador. Placidina, foi bat. em 03-FEV-1839 na freg^a de Santana de Cambas, conc^o de Mértola, também distrito de Beja. Era f^a de Bento Perdigão Zarco e s/m. Joaquina Nunes. Seus pais casaram-se em Santana de Cambas em 16-JUN-1834, sendo Bento Perdigão, n. em mesmo lugar, f^o de Miguel do Nascimento Zarco (n. em freg^a de Mértola, do conc^o de mesmo nome) e de Ângela Maria Perdigoa (n. em Cambas). Já, Joaquina Nunes, n. em Cambas, era f^a de Francisco Lopes Caeiro (ou Francisco Lopes Limpo, n. em Mértola) e de Bárbara de Vargas (ou Bárbara Nunes, n. em Cambas).

Manuel do Carmo Baião e s/m. Placidina Maria, depois do casamento, viveram em Santa Maria, onde nasceram-lhes três filhos: Os gêmeos Manuel da Conceição e Ana Rita do Carmo (nascidos em 02-DEZ-1863), e, alguns anos depois, Isabel Francisca da Saúde (nascida em 14-DEZ-1870). Alguns meses depois, a família teve seu passaporte emitido em Beja em 21-JUL-1871, com

destino a província de São Paulo:

L.º 1 de Registro de Passaportes Conferidos pelo Governo Civil de Beja

Local: ADBJA Código de Referência: PT/ADBJA/AC/GCBJA/J-E/001/0001

Data: 20-MAR-1868 a 16-ABR-1901

Passaporte n.º 96, emitido em 21-JUL-1871, fls. 25-vº

Aos 21 julho de 1871 se concedeu passaporte para a Prov. de S. Paulo a Manuel do Carmo Baião.

Apesar de não constar foto no passaporte, sabe-se pelo mesmo que Manuel tinha 1,73 metros de altura, rosto redondo, cabelos pretos, olhos castanho, nariz e boca regulares e, de cor, trigueira.

Chegando em São Paulo, viveu em Porto Feliz, onde, além de Brasília, os demais filhos, também se casaram: Manuel da Conceição com Maria do Espírito Santo; Ana Rita do Carmo com Joaquim Manuel de Campos (viúva, C.c. o cunhado Romão Francisco, adiante), e, Isabel Francisca da Saúde, com Romão Francisco da Silva, cuja família, também do distrito de Beja, também tiveram passaporte emitido no mesmo dia, e, muito provavelmente, vieram juntos para o Brasil. Por fim, com exceção de Brasília, a família passou a residir em Capivari, onde Manuel do Carmo Baião fal. em 25-JUL-1921 e s/m. anos antes, em 11-ABR-1918. Se tornaram presbiterianos, nenhuma evidência descobrimos, pois que, sempre figuraram em registros católicos.

Penso ser este caso acima, um bom exemplo de como pesquisa em campo para desconstruir ou confirmar “os causos que nos contam”.

Voltando a Manuel Soares de Souza, ele, acompanhado da mulher e filhos, na década de 1920, transferiu-se de Porto Feliz para a cidade de Cândido Mota, SP, e, Assis (cidade vizinha). De fato, estes meus quartos avós foram dos primeiros membros da Igreja Presbiteriana Independente de Assis, e seus nomes encontram-se escritos em sua pedra fundamental.

Manuel Soares de Souza, já cego, fal. em 08-FEV-1958 em Assis, e, s/m. meses depois, em 01-AGO-1958.



Acervo Renato Afonso Ribeiro. Na foto, do ano de 1911, Manuel Soares de Souza, Brasília Augusta do Carmo e os filhos da esquerda para a direita (em pé): Brasilina, Benedita, Olívia e Izaltina. Sentadas: Concília, Eugênia e Eunice. No triciclo, Agenor.

Manuel e Brasília tiveram os seguintes fºs:

- 1 (VI) BENEDITA DE SOUZA, Tia Dita, n. em 03-MAIO-1898 em Porto Feliz, onde foi bat. em 28-MAIO-1898, sendo padrinhos Manuel do Carmo Baião e s/m. Placidina Maria, avós maternos da batizada. Benedita fal. solteira em 1967 em Assis.
- 2 (VI) BRASILINA AUGUSTA DE SOUZA, Tia Lina, bat. em 05-NOV-1899 com o nome de Evangelina, sendo padrinhos Joaquim Soares de Almeida e Ana Olímpia de Almeida, avós paternos da batizada. Foi C.c. seu primo irmão JOSÉ FRANCISCO DA SILVA FILHO, fº de José Francisco da Silva e s/m. Gertrudes Olímpia de Almeida, do § 3.º retro.
- 3 (VI) OLÍVIA AUGUSTA DE SOUZA, n. em 03-FEV-1901 em Porto Feliz, e foi bat. em 19-FEV-1901, sendo padrinhos João Soares de Almeida (tio do pai da batizada) e s/m. Ana Francisca de Moraes (tia paterna da batizada). Olívia foi C.c. JOÃO BATISTA DA SILVA ANDRADE, fº de João de Paula Andrade e Ana Maria da Conceição. C. g.
- 4 (VI) IZALTINA DE SOUZA, n. em 19-SET-1902 em Porto Feliz, e foi bat. em 19-OUT-1902, sendo padrinhos Elias Soares de Almeida e s/m. Belarmina Soares de Souza (tia paterna da batizada). Izaltina C.c. LUÍS ANTÔNIO DIAS, fº de Firmino ou Francisco Antônio Dias e Ana de Moraes Dias. C. g.
- 5 (VI) CONCILIA AUGUSTA DE SOUZA, que segue.
- 6 (VI) MARIA, n. em 26-JUL-1906 em Porto Feliz, e foi bat. em 26-AGO-1906, sendo padrinhos Manuel da Conceição (tio materno da batizada) e Ana Maria Augusta. Fal. bebê.
- 7 (VI) AGENOR DE SOUZA, n. em 16-JUN-1908 em Porto Feliz e fal. em 26-JUL-1990 no hospital Santa Casa de Marília, SP. Agenor C.c. MARIA ALVES DE OLIVEIRA, fº de João Alves de Oliveira e Maria Rosa de Oliveira, em 13-SET-1934 em Cândido Mota. Maria n. em 10-JUL-1918 em Sertãozinho, SP e fal. em 08-ABR-2003 em Assis, C. g.

- 8 (VI) EUNICE DE SOUZA, n. por 1909 em Porto Feliz, C.c. SEBASTIÃO DE ARAÚJO PAIVA, fº de José Francisco de Paiva e Francisca Alves de Araújo, C.g.
- 9 (VI) EUGÊNIA DE SOUZA, conhecida como Tia Elvira, n. em 1910 em Porto Feliz e fal. em 27-OUT-2007 em Assis. Eugênia de Souza C.c. MANSUÊLTO MOLITOR, fº de Higino Molitor e Emília Molitor, C. g.
- 10 (VI) DARIO DE SOUZA, operário, n. em 25-JUL-1913 (em alguns documentos, 27-MAIO-1913) em Porto Feliz e fal. em 22-JUL-1992 em Presidente Prudente, SP. Dario C.c. JUDITE DE ALMEIDA, fª de Benedito Osório de Almeida (n. em Barra Bonita, SP, fº de Joaquim Antônio de Almeida e Francisca Maria de Camargo) e Maria José de Almeida (n. em Piraju, fª de José Francisco de Paiva e Francisca Alves de Araújo, já citados), em 20-FEV-1936 em Cândido Mota. Judite n. em 10-JUL-1918 (em alguns documentos 01-MAIO-1918) em Óleo, SP. C.g.
- 11 (VI) NAIR AUGUSTA DE SOUZA, n. em 14-DEZ-1915 em Porto Feliz. C.c. SILAS RODRIGUES, artista, fº de Sebastião Manuel Rodrigues e Lucília (ou Lúcia) Maria Crispim, em 28-JUN-1933 em Cândido Mota. Silas n. em 16-JUL-1909 em Chavantes, SP. C. g.
- 12 (VI) ALICE DE SOUZA, n. em 08-OUT-1918 em Porto Feliz, C.c. José Ribeiro de Oliveira, ferroviário, fº de Carlos Batista Ribeiro e Batistina Mendes de Oliveira, em 02-DEZ-1937 em Cândido Mota. José n. em 08-JAN-1917 em Lençóis Paulista, SP. São os pais do primo Renato Afonso Ribeiro. C. g.
- 13 (VI) IRENE DE SOUZA, n. por 1923 em Porto Feliz, C.c. ANTÔNIO GOMES DIAS, português, fº de Antônio Vieira Dias e Teresa Gomes Dias. C. g.
- VI- CONCILIA AUGUSTA DE SOUZA, n. em 18-NOV-1904 no bairro Serra d'Água, Porto Feliz e fal. em 24-SET-1969 no hospital Sorocabana, em Assis, porém, sepultada em Cândido Mota. Concilia foi C.c. JOSÉ MARQUES VIANNA, "Zé Pedro", fº de Pedro Antônio Marques e de s/m.

Benedita Rosa de Oliveira (esta, fª de Antônio Vianna), em 14-JUL-1923 em Cândido Mota. José Marques Vianna n. em 25-JUN-1901 em Ibiajara (²²), BA e fal. em 20-MAIO-1981 em Cândido Mota. O casal teve as fªs:



Acervo Luiz Gustavo de Sillos: Concília Augusta de Souza, em companhia das filhas Iracema, Leonídia e Zelinda.

- 1 (VII) LEONIDIA MARQUES VIANNA, ou, LEONILDA MARQUES VIANNA, n. em 02-JUN-1927 na Fazenda Taquaral, Cândido Mota e fal. em 15-JUN-1996 no bairro Quaresmal, Tapiraí, SP. Em 16-NOV-1943 em Assis, C.c. ANTENOR GUERRA, n. em 14-OUT-1923 em Promissão, SP, fª dos imigrantes italianos Luigi Guerra e Margherita Sonni. Antenor, viveu em São Paulo, onde, por

²² Ibiajara, antiga Mamona do Ouro, ou, Santa Maria do Ouro, passou a ser distrito do município de Rio do Pires em 1935. Anteriormente, pertencia à Paramirim, ambas na região da Chapada Diamantina.

muitos anos, foi motorista profissional. Em meados da década de 70, transferiu residência para a cidade de Tapiraí, onde tornou-se pequeno produtor rural, e lá viveu até fal. em 15-SET-1986 no hospital Santa Casa da Misericórdia, situado em Piedade, SP.

Luigi Guerra, pai de Antenor Guerra, n. em 05-JUN-1885 em Comune de Roccabianca, Província de Parma, Região da Emília Romana, sendo bat. no mesmo dia, com o nome de Luigi Antonio. Era 1º de Roberto Primo Guerra, n. em 11-MIO-1860 em Roccabianca, e de s/m. Maria Angela Toscani, n. em 19-ABR-1858 em Roccabianca, onde se casaram em 09-DEZ-1881. Roberto era 1º de Ferdinando Luigi Guerra, n. em Sanboseto, Comune de Busseto, Província de Parma, Região da Emília Romana, onde foi bat. na paróquia de San Vigilio, em 18-JUN-1822, e de s/m. Rosa Tovagliari, n. em Paroletta, Comune de Fontanellato, Província de Parma, Região da Emília Romana, bat. em 11-OUT-1824 na paróquia de San Salvatore de Ghiara, casados em 17-NOV-1843 em Roccabianca; por Ferdinando, n. p. de Giacomo Antonio Guerra e Rosa Maria Rastelli; por Rosa Tovagliari, n. m. de Angelo Tovagliari e Maria Teresa Guareschi. Maria Angela Toscani, mãe de Luigi Guerra, era 1º de Giuseppe Antonio Toscani, n. em 23-ABR-1815 em Fossa, frazione de Roccabianca, e de sua 2ª esposa Santa Bertolazzi, n. em 28-MAR-1821 em Stagno, frazione de Roccabianca, casados em 17-SET-1845 em Roccabianca; por Giuseppe Antonio, n. p. de Giuseppe Pietro Toscani e s/m. Maria Catterina Rizzi; por Santa Bertolazzi, n. m. de Giuseppe Bertolazzi e s/m. Anna Maria Calattini.

Ainda menino, Luigi em companhia dos pais e irmãos, imigrou para o Brasil, a bordo do vapor Arno, dando entrada no Porto de Santos em 12-MAR-1897. Alguns anos depois, em 01-JUN-1912 na cidade de Araraquara, C.c. a italiana Margherita Sonni, n. em 14-FEV-1893 em Comune de Celleno, Província de Viterbo, Região do Lácio, 1ª legitimada de Raniero Pompeu Sonni, n. em 23-SET-1857 em Celleno e de sua 2ª mulher Felicia Parmegiani, n. por 1872 em Celleno, onde se casaram em 12-AGO-1894. Raniero, era 1º legítimo de Ignazio Sonni e de s/m. Nazarena Benedetti, ambos de Celleno; n. p. de Giuseppe Sonni (1º de Vincenzo Sonni) e Loretta Felicetti; n. m. de Giovanni Benedetti e Margherita Falcinelli. Felicia, por sua vez, 1ª de Luigi Parmegiani, n. em Roccalvecce, frazione de Celleno, e de s/m. Domenica Pimpara, de Bagnoregio, também da província de Viterbo; n. p. de Pietro Parmegiani e de [...]; n. m. de Francesco Pimpara e Felicia Galli (em alguns documentos, Bomignori). Raniero e Felicia imigraram para o Brasil, alguns anos depois que a família de Luigi Guerra, desembarcando no porto de Santos em 18-SET-1897, a bordo do vapor Minas. Importante ressaltar que, à época que Raniero e sua

família vieram para o Brasil, Celleno pertencia a província de Roma, fato este, que, antes de tomar conhecimento do mesmo, resultou em buscas vãs por toda Roma, tomando-me anos de pesquisas.

Luigi Guerra fal. em 20-OUT-1941 em Tarumã, SP, já s/m. Margherita, fal. em 22-OUT-1982 em Freguesia do Ó, São Paulo, Capital. Ainda, sobre a família de Luigi Guerra, seus pais faleceram na década de 30 em Pirangi, SP. Já, os pais de sua esposa, na década de 40, em Promissão.

Voltando a Leonídia Marques Vianna e Antenor Guerra, meus avós maternos, considero este casal um retrato da típica família paulista da década de 40, onde temos elementos do paulista “quatrocentão” unindo-se as novas gerações de imigrantes europeus, vindos para cá, após a abolição da escravidão.



Acervo Luiz Gustavo de Sillos: Leonídia Marques Vianna, jovem. Década de 40.

Leonidia Marques Vianna e Antenor Guerra tiveram grande participação na história e progresso da cidade de Tapiraí, lugar que elegeram para morar, e como já abordei, ali faleceram. Em uma homenagem do último prefeito, após a construção de casas populares, batizou as mesmas com os nomes de antigos moradores. Assim, podemos encontrar neste conjunto, as residências Leonilda (como era chamada) Marques Vianna e Antenor Guerra, uma singela, mas, não

tão menos significativa homenagem. Leonídia Marques Vianna e seu marido tiveram seis filhos, dos quais, são vivos cinco filhos, que, na última contagem, desde seu enlace matrimonial, totalizam pouco mais de 40 descendentes, entre eles, eu.



Acervo de Luiz Gustavo de Sillos. Leonídia Marques Vianna e seu marido Antenor Guerra. Década de 60.

- 2 (VII) IRACEMA SOUZA VIANNA, n. em 30-ABR-1930 em Cândido Mota, onde fal. em 09-JUN-2013. Em 29-NOV-1952 em Cândido Mota, C.c. PAULO FÉLIX, n. em 07-JUN-1924 em Cândido Mota, já fal., fº de João Félix Ribeiro e Carmelina da Conceição; n. p. de Antônio Félix Ribeiro e Graciana Ursulina de Jesus; n. m. de Sebastião Ambrósio e Maria de Jesus, C.g.

- 3 (VII) ZELINDA DE SOUZA MARQUES, "Tia Zélia" n. em 04-JAN-1933 em Cândido Mota e fal. em 17-JAN-2018 em Tapiraí, sendo sepultada em Cândido Mota. C.c. LEONIDES DE PAULA, "Tio Nelson", em 17-NOV-1973 em Ipiranga, São Paulo, Capital. Leonides fal. em 1989. S. g.

§ 5.º

V- ELIAS ESTREBITA DE ALMEIDA, foi bat. em 06-JAN-1882 em Porto Feliz, sendo padrinhos Elias Soares de Almeida (primo do pai do batizado) e s/m. Belarmina Soares de Souza (irmã do batizado). Elias C.c. sua sobrinha ERNESTINA SOARES DE SOUZA, fª de Elias Soares de Almeida e Belarmina Soares de Souza, do § 25.º, em 03-SET-1904 em Porto Feliz. SP, Brasil. Viúvo, Elias fal. em 15-JUL-1953 em Porto Feliz. O casal teve os seguintes fªs q. d.:

- 1 (VI) MARIA DE ALMEIDA, bat. em 20-MAIO-1906 em Porto Feliz.
- 2 (VI) JOSÉ ESTREBITA DE ALMEIDA, n. por 1914 em Porto Feliz, onde C.c. OSCARLINA MARIA CORREIA, n. por 1918, fª de José Mariano Correia e Gertrudes Maria Ferraz, em 06-JUL-1940.
- 3 (VI) JOÃO ESTREBITA DE ALMEIDA, bat. em 31-OUT-1909 em Capivari.

§ 6.º

V- BENEDITA AUGUSTA DE SOUZA, foi bat. em 22-SET-1883 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Souza (irmão da batizada) e s/m. Benedita Augusta de Almeida (irmã por parte paterna do pai da batizada). Benedita C.c. FRANCISCO ALVES DE CASTRO, fº de Joaquim Antônio da Silveira e Gertrudes Alves de Castro, em 29-DEZ-1900 em Porto Feliz. Francisco foi bat. em 12-JUN-1874 nesta vª, onde Benedita veio a fal. em 1960. Eles tiveram os seguintes fªs q. d.:

- 1 (VI) BRASILINA ALVES DE CASTRO, bat. em 01-JUN-1905 em Porto Feliz, sendo padrinhos João Soares de Almeida (tio paterno da mãe da batizada) e s/m. Ana Francisca de Moraes (tia materna da batizada).
- 2 (VI) ALZIRA DE CASTRO, n. por 1914 em Porto Feliz, onde fal. em 13-JUL-1946, C.c. JOÃO MARIANO PEDROSO.

§ 7.º

IV- ANTONINO SOARES DE ALMEIDA, por vezes, ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, lavrador, foi bat. em 18-ABR-1841 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco de Camargo e d. Carolina. Antonino C.c. CAROLINA EUFROSINA DE SOUZA, fª de Manuel Joaquim de Souza e s/m. Maria de Jesus de Almeida, em 14-AGO-1861 em Porto Feliz. Carolina foi bat. em 01-NOV-1840, sendo padrinhos João Vieira de Almeida e Ana Eufrosina de Campos.

Sobre os pais de Carolina Eufrosina de Souza, também descendem, pelos quatro costados da Genealogia Paulistana. Manuel Joaquim de Souza, n. em Porto Feliz, era fº de José Joaquim de Souza Carvalho, de Santos, SP, e de s/m. Ana Fernandes Leite, de Porto Feliz (SL, ttº Alvarengas, vol. V, pág. 275, fº 6-9). C.c. Maria de Jesus Almeida, de Porto Feliz, em 28-ABR-1819 na mesma vª. Maria, por sua vez, foi fª de Gonçalo Francisco de Paula, de Sorocaba, e de s/m. Gertrudes Vieira, de Jundiá, SP. Gonçalo Francisco de Paula, fal. em 14-NOV-1837 em Porto Feliz, com invº aberto em 29-NOV-1837 (²³), era fº de Pascoal Delgado de Moraes e 2ª esposa Maria de Almeida Bueno (SL, ttº Moraes, vol. VII, pág. 85, fº 5-2) e C.c. Gertrudes Vieira, fal. em 26-NOV-1849 em Porto Feliz, com inv. Aberto em 07-JAN-1850 (²⁴), fª de Manuel Vieira da Maia e Inácia Álvares Cardoso, em Sorocaba em 17-JUN-1789. Manuel Joaquim de Souza fal. em 30-MAIO-1861, com invº iniciado em 18-SET-1861 (²⁵). Este casal é antepassado de uma das duas famílias Souzas mais expressivas, de Porto Feliz. A outra, é descendente do português José de Souza Porto, já citado anteriormente.

Antonino e Carolina tiveram os seguintes fºs q. d.:

1 (V) ANA FRANCISCA DE CAMARGO, que segue.

²³ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1837, pasta 251, doc. 01, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

²⁴ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1854, pasta 273, doc. 01, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

²⁵ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1861, pasta 293, doc. 01, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

- 2 (V) MARIA, 1ª do nome, bat. em 08-FEV-1864 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Joaquim de Souza (irmão da mãe da batizada) e s/m. Augusta de Mello Chaves. Maria fal. em 14-JUN-1865.
- 3 (V) MARIA EUFROSINA DE SOUZA, bat. em 21-OUT-1865 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Fernandes Bastos e s/m. Ana Eufrosina de Souza (irmã da mãe da batizada). Maria C.c. JOAQUIM CORREIA DE SIQUEIRA, fº de Manuel Joaquim Ribeiro e Gertrudes Correia Leite, em 30-JUN-1883 em Porto Feliz. Maria fal. em Porto Feliz em 11-DEZ-1944, onde consta em seu registro de óbito que “*deixou casa e diversos filhos*”.
- 4 (V) JOSÉ SOARES DE SOUZA, conforme coleção Negócios Eleitorais, do DAESP, em 03-JUN-1890 em Porto Feliz, identificamos o morador “*n.º 173. José Soares de Souza, 23 anos, solteiro, jornalista, fº de Antonino Soares de Almeida*”. S. m. n.
- 5 (V) ANTÔNIO SOARES DE SOUZA, que segue no § 8.º
- 6 (V) ANTONINO SOARES DE SOUZA, que segue no § 9.º
- 7 (V) JOÃO, foi bat. em 31-OUT-1870 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Pedroso de Almeida e s/m. Luísa de Marins.
- 8 (V) FIRMINA, foi bat. em 15-MAIO-1872 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Fernandes Bastos (casado) e sua fª Maria Fernandes de Souza Bastos (solteira).
- 9 (V) BENEDITO, foi bat. em 27-DEZ-1873 em Porto Feliz, sendo padrinhos São Benedito e Maria Fernandes de Souza (solteira).
- 10 (V) CAROLINA, foi bat. em 09-OUT-1875 em Porto Feliz, sendo padrinhos Claudino Joaquim de Souza (irmão da mãe da batizada) e s/m. Petronilha Alves de Souza Amaral.
- 11 (V) HERMÍNIA, foi bat. em 22-OUT-1877 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Fernandes de Camargo e Maria Eufrosina de Souza Bastos.

V- ANA FRANCISCA DE CAMARGO, homônima da avó paterna, foi bat. em 14-AGO-1862 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida (avô paterno da batizada) e Maria de Almeida (avó materna da batizada). Ana em 1883 em Porto Feliz C.c. seu parente JOSÉ CORREIA DE SOUZA, fº de Francisco Correia Leite e Januária Correia de Souza (esta, fª de José Correia Leite e Maria Joaquina de Souza, que era irmã de Carolina Eufrosina de Souza), bat. em 26-SET-1860 em Porto Feliz. Ana fal. por 1894, pois que, quando do 2º casamento de seu marido em 20-ABR-1895, onde é citada como Ana Soares de Almeida, já era fal. há mais de 01 ano. Eles tiveram os seguintes fºs q. d.:

1 (VI) JÚLIA, n. em 06-MAR-1884 em Porto Feliz, e foi bat. em 17-MAR-1884.

2 (VI) MARIA, n. em 20-OUT-1887 em Porto Feliz, e foi bat. em 13-NOV-1887.

3 (VI) BENEDITO, n. em 05-OUT-1893 em Porto Feliz, e foi bat. em 02-NOV-1893.

§ 8.º

V- Antônio Soares de Souza, foi bat. em 06-JUL-1867 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Joaquim de Souza (tio materno da batizada) e s/m. Alexandrina Alves de Abreu. Antônio C.c. sua prima irmã JULIETA EUFROSINA DE SOUZA, fª de Antônio Joaquim de Souza e Alexandrina Alves de Abreu, em 23-MAIO-1890 em Porto Feliz. Julieta foi bat. em 10-JUN-1871 em Porto Feliz. Eles tiveram os seguintes fºs q. d.:

1 (VI) EULÁLIA, n. em 19-SET-1891 em Porto Feliz, e foi bat. em 03-OUT-1891.

2 (VI) MARIA CARMELINA DE SOUZA, n. em 18-MAR-1894 em Porto Feliz, e foi bat. em 08-ABR-1894. Maria C.c. JOSÉ AUGUSTO DA SILVA.

3 (VI) AUTA, n. em 11-SET-1901 em Porto Feliz, e foi bat. em 12-OUT-1901.

§ 9.º

V- ANTONINO SOARES DE SOUZA, bat. em 20-FEV-1869 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Pedroso de Almeida e s/m. Luísa Maria de Souza. Antonino C.c. ANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, fª de José Ribeiro de Oliveira Couto e Luísa Maria do Espírito Santo, em 02-ABR-1891 em Porto Feliz, onde Ana foi bat. em 01-OUT-1870. Eles tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (VI) JOSÉ, n. em 18-ABR-1892 em Porto Feliz, e foi bat. em 23-ABR-1892.
- 2 (VI) FELICÍSSIMA, n. em 25-SET-1893 em Porto Feliz, e foi bat. em 01-OUT-1893.
- 3 (VI) FLORISBELA, foi bat. em 15-MAR-1896 em Porto Feliz.

§ 10.º

IV- FRANCISCA DE ALMEIDA LEITE, ou, ainda, FRANCISCA SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 05-OUT-1845 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Martins de Mello, solteiro, e Maria Soares, casada, seguramente, a avó paterna da batizada. Francisca C.c. JOÃO ANTÔNIO DE MORAES, lavrador, irmão de sua madrasta, fº de José de Moraes (Lara) e Maria (Isabel) do Rosário, em 03-AGO-1867 em Porto Feliz. João foi bat. em 17-AGO-1839 em Porto Feliz, e já era fal. nesta vª em 14-MAIO-1892, data do casamento de seu fº Antônio Soares de Moraes. O casal teve os seguintes fºs que descobrimos:

- 1 (V) ANTÔNIO SOARES DE MORAES, que segue.
- 2 (V) JOSÉ SOARES DE MORAES, bat. em 08-MAIO-1871 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Martins Telles e s/m. Maria Francisca de Camargo (tia materna do batizado). José fal. solteiro em 28-OUT-1942 em Porto Feliz.
- 3 (V) MARIA SOARES DE ALMEIDA, n. em 10-SET-1873 em Porto Feliz,

e foi bat. em 08-OUT-1873, sendo padrinhos José Pinto de Pinha e s/m. Maria de Arruda Sá. Maria C.c. JOÃO ANTÔNIO DA SILVA, fº de Antônio Eleutério da Silva e Manuela Rodrigues, em 03-OUT-1903 em Porto Feliz. João n. por 1881 em Tietê.

- 4 (V) BENEDITA SOARES DE ALMEIDA, n. por 1877 em Capivari. Foi C.c. seu primo GERALDO MARTINS TELLES, viúvo, fº de Saturnino Martins Telles e Carolina de Almeida Leite, do § 12.º
- 5 (V) VITALINA, n. em 31-DEZ-1879 em Porto Feliz, e foi bat. em 09-FEV-1880.
- 6 (V) ALBERTINA, foi bat. em 09-DEZ-1883 em Porto Feliz, sendo padrinhos: São Benedito e Belarmina Soares (sobrinha da mãe da batizada).
- 7 (V) GUILHERMINA SOARES DE ALMEIDA, n. em 23-FEV-1887 em Porto Feliz, e foi bat. em 25-MAR-1887, sendo padrinhos: Joaquim Soares de Almeida (tio materno da batizada) e sua fª Guilhermina de Almeida Leite, solteira. Guilhermina C.c. João Kerche de Moraes, fº de José Frutuoso de Moraes e Catarina Maria Kerche, em 14-AGO-1916 em Porto Feliz, onde o noivo foi bat. em 31-DEZ-1878.
- 8 (V) JÚLIA, n. em 10-JUL-1891 em Porto Feliz, e foi bat. em 18-JUL-1891, sendo padrinhos Saturnino Martins Telles e s/m. Carolina Soares de Almeida, tia da batizada.
- V- ANTÔNIO SOARES DE MORAES, foi bat. em 21-NOV-1868 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida, avô materno do batizado, e s/m. Amélia Maria de Jesus, tia paterna do batizado. Antônio C.c. BELMIRA PAIAS DE ALMEIDA, fª de Francisco Maria Paias e Francisca Soares de Almeida, do § 26.º, em 14-MAIO-1892 em Porto Feliz. Antônio e Belmira tiveram os seguintes fºs q. d.:
- 1 (VI) FRANCISCO, n. em 22-JUL-1893 em Porto Feliz, SP, Brasil e foi bat. em 06-AGO-1893.

- 2 (VI) ALZIRA PAIAS DE ALMEIDA, n. em 28-SET-1894 e fal. em 09-DEZ-1938. Foi C.c. seu primo JOSÉ VAZ DE MORAES, fº de César Vaz de Moraes e Brasília de Campos Mello, do § 19.º
- 3 (VI) BELARMINA, n. em 08-MAIO-1897 em Porto Feliz, e foi bat. em 26-MAIO-1897.
- 4 (VI) LIVINO SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 1900 em Porto Feliz, SP, Brasil. Ele fal. em 01-JAN-1974.

§ 11.º

- IV- MARIA FRANCISCA DE CAMARGO, ou, MARIA FRANCISCA DE ALMEIDA, ou, MARIA SOARES DE ALMEIDA, e, por fim, MARIA DE ALMEIDA LEITE, foi bat. em 13-NOV-1847 em Porto Feliz, padrinhos Ângelo Custódio de Moraes e s/m. Maria Teresa de Almeida. Maria C.c. JOSÉ MARTINS TELLES, ou, JOSÉ MARTINS DE MORAES, fº de Geraldo Martins Telles e s/m. Hermenegilda Maria de Moraes, em 13-ABR-1863 em Porto Feliz. José foi bat. em 16-FEV-1842 na Paróquia de Nª Sª da Penha, Matriz de Araçariгуama, SP. Conforme Coleção Negócios Eleitorais, do DAESP, José era lavrador:

Negócios Eleitorais (DAESP)

Local: Porto Feliz (SP) Data: 03-JAN-1875

9º Quarteirão: 244. José Martins Telles, 35 anos, casado, lavrador, fº de Geraldo Martins Telles Hermenegilda Maria.

Sobre a família de José Martins Telles, sendo esta entrelaçada com diversos membros dos Soares de Almeida, coletei algumas informações sobre suas origens, que julgo pertinentes, e que também servem de acréscimo para a Genealogia Paulistana, ao qual tomo a liberdade de compartilhar com vocês.

Geraldo Martins Telles, o pai de José, n. em São Roque, fº legítimo de Antônio Telles Martins, n. em Sorocaba e de s/m. Ana Maria Moreira, bat. em 07-MAR-1776 em São Roque. Antônio e Ana Maria casaram-se em 08-AGO-1798 também em São Roque. Ele, fº de João Martins Ramos, de Itu, e de

Francisca Telles de Meneses, de Sorocaba. Estes, casaram-se em Sorocaba em 27-MAI-1778 em Sorocaba, sendo ele, fº de José Martins Borges e de s/m. Rosa Leite de Anhaia (SL, ttº Saavedras, vol. VIII, pág. 391, fº nº 4-2 de 3-4). Ana Maria, mãe de Geraldo, era fª de Francisco Nunes Moreira, b. 17-FEV-1750 em São Roque, e de s/m. Maria Domingues, bat. em 16-ABR-1762 em Santo Amaro, SP. Francisco Nunes Moreira, por sua vez, fº de Pedro Pantojo da Rocha, de Santo Amaro, e s/m. Úrsula das Virgens Correia, de Sorocaba. Pedro Pantojo, fº de Gregório de Távora e Moraes, de Santos, SP, e de Maria Nunes Moreira, de Santo Amaro, viúvo de Páscoa de Proença Machado, C.c. Úrsula das Virgens em 23-AGO-1742 em Sorocaba, sendo ela, fª de Baltasar Carrasco dos Reis e Clara da Silva (SL, ttº Carrascos, vol. VI, pág. 514, § 8.º). Já, Maria Domingues, fª de João Domingues do Prado, de Santo Amaro, e de s/m. Joana de Jesus Cardoso, n. em S. Amaro, onde se casaram em 24-SET-1742. João Domingues, fº de José Cardoso de Macedo e Francisca Xavier Domingues, e, Joana de Jesus Cardoso, fª natural de Manuel Cardoso de Azevedo e Isabel Pires.

Assim, podemos observar que, Geraldo Martins Telles era paulista por seus quatro costados. Ainda, sobre ele, sabemos pela Coleção Negócios Eleitorais, de Porto Feliz, em 07-DEZ-1876 contava com 70 anos, e não sabia ler. Aliás, a família transferiu-se de São Roque para Tietê por 1849 e em 1851 (ano de batismo do filho Francisco) fixava sua morada em Porto Feliz, onde veio a falecer, sendo inventariado em 06-MAR-1878. Já, sua mulher, Hermenegilda Maria de Moraes, com quem se casou em 03-JUN-1834 em Araçariçuama, foi bat. em 21-DEZ-1820 em mesma vª, fª de José Dias Domingues e Gertrudes Joaquina de Moraes, estes, casados em 19-FEV-1811, também em Araçariçuama, sendo ele, fº de João Dias Ribeiro e Maria Francisca Ribeiro (SL, ttº vol. VIII, pág. 139, fº 6-3 de 5-3), e ela, fª de Manuel de Moraes de Brito e Inácia Dias Furtado, casados em Araçariçuama em 11-OUT-1774, sendo ele fº de outro e Isabel Moreira (SL, ttº Moraes, vol. VII, pág. 54, fº 3-12), e, ela, de Inácio Dias Furtado e Rita Pereira das Neves, também ligados a Genealogia Paulistana. Voltando a Hermenegilda Maria de Moraes, mãe de José Martins Telles, a mesma fal. com invº em Porto Feliz em 1889. Foram filhos de Geraldo Martins Telles e Hermenegilda Maria de Moraes, além de José Martins Telles, a 1) Prudente José Martins C.c. Úrsula Maria das Dores; 2) Antônio Martins Telles C.c. Ana Custódia de Camargo; 3) Saturnino Martins Telles, C.c. Carolina de Almeida Leite, citado adiante; 4) Ana Maria de Moraes, C.c. Benedito Antônio de Moraes; 5) Mariano Martins Telles, idiota; 6) Francisco Martins Telles; e 7) Carolina Maria de Moraes, C.c. Alexandre Vaz.

Quanto a Maria Francisca de Camargo, e seu marido José Martins Telles,

creio que ela seja a mesma Maria Soares de Almeida, fal. com 75 anos de idade em 19-SET-1916. Foram filhos do casal q. d.:

- 1 (V) JOÃO, 1º do nome, foi bat. em 05-AGO-1865 em Porto Feliz, sendo padrinhos Geraldo Martins Telles e s/m. Hermenegilda Maria de Moraes, avós paternos do batizado.
 - 2 (V) FRANCISCO MARTINS TELLES, que segue.
 - 3 (V) ANA, foi bat. em 18-JUL-1868 em Porto Feliz, sendo padrinhos José de Almeida Leite e s/m. Ana Joaquina.
 - 4 (V) FRANCISCA, foi bat. em 13-AGO-1874 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Geraldo Martins Telles, tio da criança, e Nª Sª Mãe dos Homens.
 - 5 (V) JOÃO, 2º do nome, foi bat. em 08-SET-1876 em Porto Feliz, sendo padrinhos Saturnino Martins Telles (tio paterno da criança) e s/m. Carolina Soares de Almeida (tia materna da criança).
- V- FRANCISCO MARTINS TELLES, bat. em 01-DEZ-1866 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida (avô materno da criança) e sua fª Francisca de Almeida Leite. Francisco, em 07-DEZ-1887 em Porto Feliz, C.c. sua prima irmã GUILHERMINA OLÍMPIA DE ALMEIDA, fª de Joaquim Soares de Almeida e s/m. Ana Olímpia de Almeida, do § 1.º. Francisco fal. em 16-OUT-1939 em Porto Feliz, e teve com s/m. os seguintes fªs q. d.:
- 1 (VI) FRANCELINO MARTINS TELLES, n. em 04-OUT-1888 em Porto Feliz, e foi bat. em 24-NOV-1888. Francelino C.c. MARIA AUGUSTA JUDICE, fª de Brás Judice e Angelina Judice, em 11-JUN-1908 em Porto Feliz. Maria n. por 1890 em Tietê, SP.
 - 2 (VI) REDUCINO, n. em 22-MAIO-1890 em Porto Feliz, e foi bat. em 15 JUN-1890.
 - 3 (VI) BRASILIZA DE SOUZA, n. em 06-MAR-1893 em Porto Feliz, e foi

bat. em 25-MAR-1893. C.c. LUÍS DE ALMEIDA LARA, fº de João de Almeida Lara e Amélia Rita Soares, em 19-JUN-1922 em Porto Feliz. Luís n. em 27-JUN-1893 em Porto Feliz, e foi bat. em 08-JUL-1893.

- 4 (VI) AQUILINO MARTINS TELLES, que segue.
- 5 (VI) JOSÉ, foi bat. em 25-DEZ-1896 em Porto Feliz.
- 6 (VI) CANTÍLIO MARTINS TELLES, n. em 01-SET-1900 em Porto Feliz, onde foi bat. em 30-SET-1900. C.c. sua prima OTÍLIA DE MORAES, fª de Francisco Domingos de Moraes e Cecília Soares de Almeida, do § 14.º, em 04-FEV-1923 em Porto Feliz, SP, Brasil.
- 7 (VI) ANA OLÍMPIA DE SOUZA, C.c. seu parente ANTÔNIO CORREIA DE FARIAS JÚNIOR, fº de Antônio Correia de Farias e s/m. Benedita Custódia de Camargo, fª 2 (V) do § 24.º
- 8 (VI) MARIA, foi bat. em 27-AGO-1904 em Porto Feliz, sendo padrinhos Manuel Soares Almeida (tio materno da batizada) e s/m. Brasília Augusta Baião.
- VI- AQUILINO MARTINS TELLES, foi bat. em 02-FEV-1895 em Porto Feliz, onde C.c. MARIA DE LARA, n. por 1895, fª de Salvador de Lara e Maria Isabel de Jesus, em 26-JUN-1919. Eles tiveram os seguintes fºs q. d.:
- 1 (VII) ANÍSIO MARTINS TELLES, fal. em 24-NOV-1929 em Porto Feliz.

§ 12.º

- IV- CAROLINA DE ALMEIDA LEITE, ou ainda, CAROLINA SOARES DE ALMEIDA, 2ª deste nome, foi bat. em 25-DEZ-1852 em Porto Feliz, sendo padrinhos José de Almeida Leite (solteiro, primo de seu pai) e Maria Francisca de Almeida (solteira, creio, a irmã adotiva de José de Almeida Leite). Carolina C.c. SATURNINO MARTINS TELLES, lavrador, que, em seu

casamento, figura com o nome de PETRONILHO (²⁶) MARTINS TELLES, fº de Geraldo Martins Telles e s/m. Hermenegilda Maria de Moraes, em 11-NOV-1867 em Porto Feliz. Saturnino foi bat. em 07-MAR-1845 em São Roque.

Negócios Eleitorais (DAESP)

Local: Porto Feliz (SP) Data: 30-JAN-1875

396. Petronilho Martins Telles, 30 anos, lavrador.

Data: 07-OUT-1880

8.º Quarteirão: 202. Saturnino Martins Telles, 32 anos, casado, não sabe ler.

Carolina e seu marido tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) GERALDO MARTINS TELLES, que segue.
- 2 (V) ANA MARTINS TELLES, ou, ANA SOARES TELLES, bat. em 26-AGO-1871 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Martins Telles (tio paterno da criança) e s/m. Maria Francisca de Camargo (tia materna da criança). Foi a 1.ª mulher de seu parente ÂNGELO DE ALMEIDA PAIAS, do § 26.º
- 3 (V) AMÉLIA SOARES TELLES, que segue no § 12.º
- 4 (V) CECÍLIA SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 13.º
- 5 (V) FRANCISCO, 1º do nome, foi bat. em 26-DEZ-1878 em Porto Feliz, SP, Brasil. BATISMO: Com 18 dias. O bat. foi celebrado pelo sendo padrinhos Francisco Martins Telles (tio da criança) e Benedita Augusta de Almeida (solteira, irmã por parte paterna da

²⁶ Em seu batismo, consta Petronilho, porém, nos batismos dos filhos e inventários de seus pais Geraldo Martins Telles e Hermenegilda Maria de Moraes, é chamado Saturnino, de forma que, fica evidente que, alterações de nomes, ocorriam com certa frequência.

mãe da criança).

- 6 (V) FRANCISCO, 2º do nome, foi bat. em 24-OUT-1880, sendo padrinhos: Elias Pedroso da Silva (primo da mãe do batizado) e s/m. Belarmina Soares de Souza (sobrinha da mãe do batizado).
- 7 (V) JOÃO MARTINS TELLES, bat. em 05-OUT-1883 em Porto Feliz, sendo padrinhos João Francisco Alves e Margarida Kerche de Meneses. João C.c. BENEDITA MARIA DO ESPÍRITO SANTO, fª de Joaquim Benedito Leme e Maria Emília do Espírito Santo, em 23-DEZ-1905 em Porto Feliz. Benedita n. em 08-JUN-1884 em Porto Feliz, SP, onde foi bat. em 28-JUN-1884.
- 8 (V) SATURNINO MARTINS TELES, n. em 24-OUT-1885 em Porto Feliz, e foi bat. em 24-DEZ-1885, sendo padrinhos José Martins Telles (tio paterno da criança) e s/m. Maria Francisca de Camargo (tia materna da criança).
- V- GERALDO MARTINS TELLES, homônimo do avô paterno, foi bat. em 29-AGO-1869 em Porto Feliz, sendo padrinhos Geraldo Martins Telles (casado, o avô paterno) e Ana Martins (casada, tia paterna). Geraldo foi casado duas vezes. A 1ª vez, em 20-MAIO-1890, solicitou dispensa matrimonial do impedimento consanguíneo em 3.º grau para C.c. MARIA FRANCISCA PAIAS, fª de Francisco Maria Paias e Francisca Soares de Almeida, do § 26.º, sendo o casamento celebrado em 18-OUT-1890 em Porto Feliz. O casal teve os seguintes fºs q. d.:
- 1 (VI) GERALDINA, n. em 20-JUN-1891 em Porto Feliz, sendo bat. em 18-JUL-1891.
- 2 (VI) FRANCISCA MARIA PAIAS, n. em 01-ABR-1893 e fal. em 28-NOV-1930 em Porto Feliz. Foi C.c. seu primo ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, fº de José Soares de Almeida e Gertrudes de Almeida Leite, do § 15.º
- 3 (VI) JOÃO, n. em 02-DEZ-1895 em Porto Feliz, sendo bat. em 15-JAN-1896.

Geraldo, viúvo, 2.^a vez C.c. sua prima BENEDITA SOARES DE ALMEIDA, f^a de João Antônio de Moraes e Francisca de Almeida Leite, em 13-JUN-1903 em Porto Feliz. Geraldo e Benedita tiveram os seguintes f^{os} q. d.:

4 (VI) Maria Martins Telles, bat. em 21-JUL-1906 em Porto Feliz.

§ 13.º

V- AMÉLIA SOARES TELLES, ou, ainda AMÉLIA MARIA DE MORAES, foi bat. em 25-OUT-1873 em Antônio Soares de Abreu (seu avô materno) e s/m. Amélia Maria de Jesus (madrasta de sua mãe). Amélia C.c. seu primo BENEDITO ANTÔNIO DE MORAES, f^o de Benedito Antônio de Moraes e Ana Maria de Moraes (irmã de Saturnino Martins Telles), em 01-JAN-1891 em Porto Feliz, onde Benedito foi bat. em 13-JUL-1869 em Porto Feliz, mas que nesta data, residia em Capivari. O casal teve a f^a q. d.:

1 (VI) CAROLINA, foi bat. em 02-FEV-1893 em Porto Feliz, e foram padrinhos: Saturnino Martins Telles e Carolina Soares de Almeida, avós maternos.

§ 14.º

V- CECÍLIA SOARES DE ALMEIDA, bat. em 05-FEV-1876 em Porto Feliz, sendo padrinhos: Prudente Martins Telles (seu tio paterno) e Dulcelina Maria das Dores. Cecília C.c. seu primo FRANCISCO DOMINGOS DE MORAES, f^o de Benedito Antônio de Moraes e Ana Maria de Moraes (esta, irmã de Saturnino Martins Telles), em 11-JUL-1891 em Porto Feliz. Francisco n. por 1873 em Pereiras, SP. Eles tiveram os seguintes f^{os}:

1 (VI) DELFINA, bat. em 17-ABR-1893 em Porto Feliz, sendo padrinhos os avós maternos Saturnino Martins Telles e Carolina Soares de Almeida.

2 (VI) OTÍLIA DE MORAES, n. por 1906 em Porto Feliz, C.c. seu primo CANTÍLIO MARTINS TELLES, f^o de Francisco Martins Telles e Guilhermina Olímpia de Almeida, do § 11.º

- 3 (VI) FRANCISCO ANTÔNIO DE MORAES FILHO, C.c. BENEDITA MARIA DE JESUS, fª de José Vaz Domingues e Rosalina Maria de Jesus, em 04-OUT-1919 em Porto Feliz.
- 4 (VI) ANA DE MORAES, C.c. ISRAEL GONÇALVES DE JESUS, fº de José Gregório Gonçalves e Brandina Maria das Dores, em 27-SET-1919 em Porto Feliz.

§ 15.º

- IV- JOSÉ SOARES DE ALMEIDA, 2º deste nome, foi bat. em 15-AGO-1855 em Porto Feliz, sendo padrinhos invocação a São José e d. Maria Joaquina Cordeiro Novais. José solicitou dispensa matrimonial do impedimento de consanguinidade em 2º grau igual da linha lateral para C.c. sua prima GERTRUDES DE ALMEIDA LEITE, fª João Soares de Abreu e Margarida de Almeida Leite, do § 25.º, em 30-JUL-1877 (²⁷) em Porto Feliz, SP, sendo o casamento celebrado em 22-SET-1877 na Paróquia Nª Sª Mãe dos Homens, Matriz de Porto Feliz.

Dados Extraídos do Processo:

Lº Dispensas Matrimoniais de Porto Feliz, vol. II, anos de 1873 a 1881

fls. 72

"Dizem os pobres Oradores Jose Soares de Almeida e Gertrudes de Almeida Leite naturaes e freguezes de Porto Feliz, que estando justos e canonicamente proclamados para se casarem, o não podem fazer por obstar-lhes o impedimento de consanguinidade em segundo gráo igual da linha lateral: e estando muito publico este contracto, e pela mutua affeição entre os Oradores, convem fazer-se logo o casamento para amparo da Oradora que honestamente vive: assim P. P. a V.Exª Rma. se digne dispensar dito impedimento, commutando as penitencias publicas e corporaes em modica pena pecuniaria, afim de que, cumpridas as espirituaes possuão ser recebidos em

²⁷ Pesquisa de Marta Miquelina Grohmann, realizada nos processos de dispensa matrimonial de Porto Feliz, em 13-JUN-2003, arquivados na Cúria Metropolitana de Sorocaba.

matrimonio a face da Santa Igreja. Pe. Jose Ilidro Rodrigues.”

fls. 73

“... ele filho de Antonio Soares d'Almeida e de Anna Francisca de Camargo, já falecida... ela filha de João Soares d'Abreu e Margarida d'Almeida Leite”.

“...ligados no parentesco de segundo gráo por serem primos irmãos-- freguezes e naturaes desta cidade de Porto Feliz. Attesto que os oradores supra são pobres e filhos de Pais tambem pobres. Porto Feliz ,30 de julho de 1877.”

Explicação do parentesco (com base em outros documentos conclusivos, já explicitados):

a) Impedimento de 2.º grau de consanguinidade

1- José Soares de Almeida, 1º de

2- Antônio Soares de Almeida, 1º de pai incógnito e de

MARIA SOARES (ANTEPASSADA COMUM), MÃE DE

2- João Soares de Abreu (filho legítimo, cujo pai é Antônio José da Silva), pai de

1- Gertrudes de Almeida Leite.

José e Gertrudes tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) ZULMIRA SOARES DE ALMEIDA, bat. em 11-JAN-1879 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida e sua fª Benedita Augusta de Almeida. C.c. JOSÉ HENRIQUE DA COSTA, n. por 1873 em Monte Mor, SP, 1º de Henrique José e Maria Antônia do Carmo, em 21-OUT-1899 em Porto Feliz, tendo Zulmira fal. em 06-MAIO-1961 em Sorocaba, e José Henrique, anos antes, em Porto Feliz, mais precisamente em 17-MAIO-1942, c. g.
- 2 (V) FRANCELINO, bat. em 04-DEZ-1880 em Porto Feliz, sendo padrinhos Elias Pedroso da Silva (tio materno) e s/m. Belarmina Soares de Souza.

- 3(V) ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, que segue.
- 4 (V) MANUEL, n. em 11-ABR-1884 em Porto Feliz, SP, onde foi bat. em 27-ABR-1884, sendo padrinhos Antônio Soares de Souza (sobrinho paterno do pai do batizado) e s/m. Belarmina Augusta de Almeida (irmã por parte paterna do pai do batizado).
- 5 (V) JOSÉ SOARES DE ALMEIDA FILHO, n. por 1893 em Porto Feliz, onde, C.c. sua parenta (impedimento de 3º grau atingente ao 2º da linha colateral desigual) ANA OLÍMPIA DE SOUZA, fª de José Francisco da Silva e s/m. Gertrudes Olímpia de Souza, do § 3.º em 17-AGO-1916.
- V- ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 01-JUL-1882 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Antunes Cardia e Amélia Maria de Jesus (madrasta do pai do batizado), onde, C.c. sua parenta FRANCISCA MARIA PAIAS, fª de Geraldo Martins Telles, do § 12.º, e s/m. Maria Francisca Paías, em 02-MAIO-1908. Viúvo, Antônio fal. em Porto Feliz em 02-SET-1947. Eles tiveram, pelo menos, a fª q. d.:
- 1 (VI) MARIA DE LOURDES SOARES, n. em 11-SET-1923 em Porto Feliz, onde, C.c. ABELARDO BOVICE, fº de Ângelo Bovice e Maria Venage, em 30-SET-1943. Abelardo n. em 24-ABR-1919 na mesma cidade.

§ 16.º

- IV- BENEDITA AUGUSTA DE ALMEIDA, ou, por lapso, BENEDITA OLÍMPIA DE ALMEIDA, bat. em 01-OUT-1865 em Porto Feliz, sendo padrinhos Manuel Caetano de Almeida por procuração que apresentou José Francisco Pantoja e a irmã Francisca Maria da Conceição. Benedita C.c. seu sobrinho ANTÔNIO DE ALMEIDA SOUZA, fº de Joaquim Soares de Almeida, do § 1.º, e s/m. Ana Olímpia de Almeida, em 28-JAN-1882, sendo dispensados do 2.º grau misto ao 1.º de consanguinidade. O casal teve os seguintes fºs q. d.:
- 1 (V) AMÁLIA MARIA DOS SANTOS, n. em 17-OUT-1884 em Porto Feliz, onde foi bat. em 04-NOV-1884. Amália C.c. ANTÔNIO

PEREIRA DE ALMEIDA, n. por 1879, fº de José Pereira de Almeida e Ana Antunes Leite, em 24-MAR-1900 em Porto Feliz.

- 2 (V) AVELINO, n. em 05-SET-1887 em Porto Feliz, onde foi bat. em 01-OUT-1887, sendo padrinho Antônio Soares de Almeida (avô materno do batizado e, também, avô paterno do pai da criança) e Nª Sª das Dores.
- 3 (V) ROSÁRIO, n. em 22-SET-1891 em Porto Feliz, onde foi bat. em 24-OUT-1891.
- 4 (V) ANA MARIA DE SOUZA, n. em 14-NOV-1893 em Porto Feliz, onde foi bat. em 01-JAN-1894. Ana C.c. seu primo LUÍS SOARES DE SOUZA, fº de Elias Soares de Almeida e Belarmina Soares de Souza, do § 25.º
- 5 (V) AGENOR, n. em 29-MAIO-1895 em Porto Feliz, onde foi bat. em 14-AGO-1895.
- 6 (V) BENEDITA SOARES DE ALMEIDA, C.c. CAMILO ALBIERO. C.g. em Capivari.

§ 17.º

- IV- JOÃO SOARES DE ALMEIDA, bat. em 15-SET-1866 em Porto Feliz, sendo padrinhos João de Pádua Mello (casado) e Francisca de Almeida Leite (solteira, irmã do batizado por parte paterna), onde veio a fal. em 03-MAIO-1938, no bairro da Ponte. João foi casado duas vezes. A 1ª vez C.c. GABRIELINA OLÍMPIA DE ALMEIDA, fª de Joaquim Soares de Almeida, do § 1.º, e s/m. Ana Olímpia de Almeida, em 08-JUN-1889 em Porto Feliz, onde o casal já havia sido dispensado do impedimento de 2º grau misto ao 1º de linha transversal, pois que, em 25-MAIO-1889, deram entrada ao referido processo, onde se coletou a informação do impedimento “*por ser o orador irmão do pai da oradora e que todos são muito pobres*”²⁸). Gabrielina

²⁸ Pesquisa Marta Miquelina Grohmann, realizada em 21-OUT-2003 nos processos de dispensa matrimonial que se encontram arquivados na Cúria de Sorocaba. Os dados referentes aos batismos dos oradores, também foram extraídos do referido

fal. em 24-FEV-1899 em Porto Feliz, com inv^o processado no mesmo ano e local. João e Gabrielina tiveram os seguintes f^{os}:

- 1 (V) ESMÉRIA SOARES DE SOUZA, n. em 23-JUN-1890 em Porto Feliz, onde foi bat. em 19-JUL-1890, sendo padrinhos Joaquim Soares de Almeida (avô materno) e Amélia Maria de Jesus (a avó paterna).
- 2 (V) JOÃO SOARES DE SOUZA, que segue.
- 3 (V) MAURÍLIA SOARES DE SOUZA, n. em 18-ABR-1893 em Porto Feliz, onde foi bat. em 05-MAIO-1893.
- 4 (V) ALZIRA SOARES DE SOUZA, n. em 04-JUL-1896 em Porto Feliz, onde foi bat. em 20-JUL-1896.

João Soares de Almeida, viúvo, com filhos muito pequenos, pela 2^a vez, C.c. outra sobrinha, irmã de sua esposa, ANA FRANCISCA DE MORAES, “Nhãna” de alcunha, f^a dos já referidos Joaquim Soares de Almeida e Ana Olímpia de Almeida, em 05-JAN-1900, também em Porto Feliz. João e Ana tiveram os f^{os} q. d.:

- 5 (V) VALENTINA n. em 09-JAN-1901 em Porto Feliz, onde foi bat. em 19-FEV-1901.
- V- JOÃO SOARES DE SOUZA, n. em 09-AGO-1891 em Porto Feliz, já sendo fal. em 14-AGO-1943, quando do casamento de sua f^a Carmen. João C.c. DURVALINA MARIA DE AGUIAR, f^a de Antônio Pinheiro de Aguiar (f^o de José Pinheiro de Aguiar e de s/m. Hermenegilda Cândida de Sampaio) e Benedita Maria da Conceição (f^a de Antônio Vaz e Maria Vaz), em 28-JUL-1917 na Matriz de Porto Feliz. Durvalina n. por 1903 na mesma cidade, fal. em 22 março 1930 no bairro Sete Fogões. João Soares de Souza, foi um dos primeiros membros da família Soares de Souza a converter-se ao Presbiterianismo, fato este, que veio a se repetir, e ocorrer com muitos membros da família. Sobre esta questão, extraí da publicação

documento, por não terem sido encontrados nos registros paroquiais do período correlato.

“O Estandarte”, nº 109, de 12-DEZ-2001, de autoria da IPI (²⁹), trecho a seguir, que ilustra muito bem esta mudança:

“João Soares de Souza, inspirado pelo pastor e escritor porto-felicense Otoniel Mota, promovia em sua casa, no bairro rural de Vargem Fria, os cultos que contribuíram para plantar a semente da IPI de Porto Feliz. A igreja consolidou-se mais tarde com os trabalhos desenvolvidos na região pelos Revs. Jorge Bertolaso Stella e Vicente Themudo Lessa”.

João Soares de Souza e s/m. Durvalina Maria de Aguiar (³⁰), tiveram os seguintes fºs:

- 1 (VI) ENUS SOARES DE SOUZA, n. em 07-OUT-1918 em Porto Feliz, onde C.c. MARGARIDA CAMILO DE OLIVEIRA, fª de Antônio Camilo de Oliveira e Marcolina da Anunciação, em 25-SET-1943. Margarida n. em 16 maio 1921 em Porto Feliz.
- 2 (VI) GETRO SOARES DE SOUZA, n. em 05-JUL-1920 no bairro rural de Serra d'Água (ou Sete Fogões), Porto Feliz, onde fal. em 10-OUT-2001. C.c. ABIGAIL RODRIGUES, fª de Elói Rodrigues e Delfina Maciel, em 25-SET-1943 em Porto Feliz. Abigail n. 20-OUT-1925 em Porto Feliz, onde fal. em 16-MAR-2009. Getro foi diácono e presbítero da Igreja Presbiteriana Independente de Porto Feliz. C.g.
- 3 (VI) CARMEN SOARES DE SOUZA, n. em 07-AGO-1922 em Porto Feliz, onde, em 14-AGO-1943 C.c. EUCÁRIO FERRAZ, n. em 27-DEZ-1921, fº de João Antônio Ferraz e Augusta Maria Inocência.
- 4 (VI) DÉCIO SOARES DE SOUZA.
- 5 (VI) ARACY SOARES DE SOUZA, fal. com 01 ano de idade em 16-FEV-1930.

²⁹ Igreja Presbiteriana Independente.

³⁰ João Soares de Souza e Durvalina Maria de Aguiar são os avós paternos do historiador porto-felicense Jonas Soares de Souza, historiógrafo do Museu Paulista da USP.

.§ 18.º

IV- ANA AUGUSTA DE ALMEIDA, ou, ainda, ANA OLÍMPIA DE ALMEIDA, foi bat. em 18-FEV-1871 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Fernandes Bastos e s/m. Ana Eufrosina de Souza, onde C.c. MANUEL JOAQUIM ALVES, fº de João Francisco Alves e Margarida Kerche de Meneses, em 02-JUN-1888. Manuel foi bat. em 30-NOV-1867 em Porto Feliz, e era n. p. de Manuel Francisco Alves e Ana de Jesus, e n. m. de Luciano Kerche de Meneses e Maria Margarida de Meneses. O casal transferiu residência para Capivari, e teve, q. d. os seguintes fºs:

- 1 (V) ANTÔNIO, n. em 29-AGO-1889 em Porto Feliz, e foi bat. em 08-SET-1889.
- 2 (V) AMÉRICO ANTÔNIO ALVES, n. por 1895, C.c. sua prima MARIA RITA ALVES, n. por 1899 em Piracicaba, fº de Elias Alves Militão (irmão de Manuel Joaquim Alves) e Rita Maria, em 28-SET-1918 em Capivari.
- 3 (V) JOÃO ALVES, foi bat. em 11-FEV-1906 em Capivari.

§ 19.º

IV- BRASÍLIA DE CAMPOS MELLO ⁽³¹⁾, ou, BRASÍLIA SOARES DE ALMEIDA, ou, ainda, BRASÍLIA OLÍMPIA DE CAMARGO, contava com 15 anos de idade, quando, em 10-JAN-1888 em Porto Feliz, 1.ª vez C.c. CÉSAR VAZ DE MORAES, fº de José Vaz de Moraes e s/m. Gertrudes Maria do Carmo, bat. em 24-OUT-1860 em mesmo local. César acabou fal. em 10-DEZ-1898. Brasília e César tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) CECÍLIA, foi bat. em 12-DEZ-1888 em Porto Feliz.
- 2 (V) JOSÉ VAZ DE MORAES, que segue.

³¹ Muito provavelmente, o apelido Campos Mello figura na ascendência do avô paterno incógnito de Brasília, visto que este apelido não consta na ascendência de sua mãe.

- 3 (V) JOÃO VAZ DE MORAES, n. em 27-JAN-1893 em Porto Feliz, onde foi bat. em 04-FEV-1893.
- 4 (V) BENEDITO VAZ DE MORAES, n. em 09-OUT-1894 em Porto Feliz, onde foi bat. em 04-NOV-1894.
- 5 (V) FRANCISCO VAZ DE MORAES, bat. em 10-JUN-1897 em Porto Feliz.

Brasília, viúva, 2.^a vez, C.c. seu sobrinho JOSÉ OLÍMPIO DE SOUZA, ou, ainda, JOSÉ SOARES DE SOUZA, fº de Joaquim Soares de Almeida e Ana Olímpia de Almeida, do § 1.º, em 29-AGO-1903 em Porto Feliz. Desde casamento, identificamos os seguintes fºs:

- 6 (V) ANTÔNIA SOARES DE SOUZA, legitimada pelo casamento dos pais, n. em 05-NOV-1901, onde foi bat. em 07-DEZ-1901. Foi C.c. JOAQUIM PAES DA SILVA, fº de outro e Teresa da Rocha, c. g.
 - 7 (V) AMÁLIA DE SOUZA, n. em 04-MAIO-1906 em Porto Feliz.
 - 8 (V) QUIRINO OLÍMPIO DE SOUZA, n. por 1913 em Porto Feliz, tendo C.c. APARECIDA ALVES COLAÇO, n. por 1923, fª de João Vicente Leme e Bernardina Alves Ferraz, em 24-SET-1942 em Porto Feliz.
- V- JOSÉ VAZ DE MORAES, n. em 10-JAN-1891 em Porto Feliz, onde foi bat. em 27-JAN-1891, tendo fal. em 11-FEV-1974. José C.c. ALZIRA PAIAS DE ALMEIDA, fª de Antônio Soares de Moraes e Belmira Paias de Almeida, do § 10.º. José e Alzira tiveram os seguintes fºs q. d.:
- 1 (VI) ESTER DE MORAES, bat. em 15-OUT-1915 em Porto Feliz, onde fal. solteira em 27-DEZ-1945.
 - 2 (VI) SALETE VAZ DE MORAES, n. em 01-JUN-1918 em Porto Feliz, e fal. em 24-SET-1977.

- 3 (VI) DALILA VAZ DE MORAES, bat. em 06-MAR-1921 em Porto Feliz, vindo a fal. em 1951.
- 4 (VI) NICANOR VAZ DE MORAES, n. em 07-SET-1930 em Porto Feliz, sendo bat. em 14-JUN-1931. Nicanor fal. em 08-OUT-1950.

§ 20.º

IV- AMÉLIA MARIA DA CONCEIÇÃO, bat. em 23-MAR-1879 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Manuel de Arruda Abreu e Francisca Carolina de Campos, onde foi C.c. TIBÚRCIO RODOVALHO DE OLIVEIRA, ou, TIBÚRCIO RODOVALHO LEME, viúvo por óbito de Delfina Martins de Mello, fº de Joaquim Francisco Leme e Maria Gertrudes da Anunciação, em 12-JAN-1895. Filhos q. d.:

- 1 (V) JUVENTINO, n. em 12 março 1896 em Porto Feliz, SP, Brasil e foi bat. em 4 abril 1896 em Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz, SP, Brasil.
- 2 (V) BENEDITO, bat. em 05-FEV-1898 em Porto Feliz.
- 3 (V) PEDRO RODOVALHO DE OLIVEIRA, n. por 1906 em Porto Feliz, onde C.c. CONCILIA GONÇALVES OLIVEIRA, n. por 1913, fº de Evaristo Dias Gonçalves e Josefina Manuel, em 05-OUT-1941.

§ 21.º

IV- ANTÔNIO SOARES DE ALMEIDA, com 09 anos no invº de seu pai. Antônio foi C.c. ANA AUGUSTA DE ARRUDA, fº de Miguel Leite de Arruda e Maria Augusta de Almeida Novaes, em 24-DEZ-1903 em Porto Feliz. Ana, por sua vez, n. em 28-MAR-1889 em Porto Feliz, sendo bat. em 07-ABR-1889. Antônio fal. em 23-MAIO-1960 em Sorocaba e s/m. em data e local que ignoramos. O casal teve os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) OTÍLIA, bat. em 01-JAN-1905 em Porto Feliz.

- 2 (V) BENEDITO, bat. em 19-AGO-1906 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Augusto Leite e Amélia Maria de Jesus, avó paterna do batizado.

§ 22.º

- IV- GERTRUDES MARIA DO ROSÁRIO, ou, muito raramente, GERTRUDES SOARES DE ALMEIDA, com 03 anos de idade no invº de seu pai. Foi C.c. ANTÔNIO JOAQUIM DE SOUZA, fº de José Joaquim de Souza e Augusta de Mello Chaves, em 23-NOV-1901 em Porto Feliz. Antônio n. por 1877 em Araraquara, SP, era n. p. de Manuel Joaquim de Souza e Maria de Jesus de Almeida, e, n. m. do Dr. Joaquim José Chaves de Mello e Gertrudes Alves de Araújo. O casal teve a seguintes fº q. d.:

- 1 (V) MARIA, n. em 14-JUN-1905 em Porto Feliz.

§ 23.º

- III- JOAQUIM GOMES DE ABREU (³²), ou, JOAQUIM SOARES DE ABREU, lavrador, com 15 anos de idade em maço de população de Porto Feliz do ano de 1835. Não conseguimos descobrir seu casamento (existem lacunas nos registros paroquiais de Porto Feliz), mas em 25-JUN-1842 (³³), já era C.c. MARIA DAS DORES, bat. em 19-JUN-1821 em São Roque, fº de Joaquim José de Camargo (ou Joaquim Bueno de Camargo) e s/m. Custódia Maria de Oliveira (³⁴); n. p. de Inácio Bueno de Camargo e Ana de Arruda Castanho; n. m. de Antônio de Oliveira Falcão e Maria Tomásia Pires da Veiga, já mencionados.

Joaquim Gomes de Abreu ainda vivia em 03-JUN-1890, quando figura na lista de eleitores de Porto Feliz, já viúvo, residindo no bairro Registro:

³² O sobrenome Gomes deve constar na ascendência de Antônio José da Silva.

³³ Batismo de Marcelina, fº de Luciano Bueno de Camargo e Ana Joaquina de Almeida, onde o casal figura como padrinhos.

³⁴ Como seu casamento não foi encontrado, a filiação de Maria das Dores foi obtida do Auto de Inventário Materno, ocorrido em 12-AGO-1847 em Porto Feliz, e, apenso a este documento, o inventário paterno, datado de 08-NOV-1830, ambos arquivados no Museu Republicano “Convenção de Itu”.

Negócios Eleitorais (DAESP)

Local: Porto Feliz (SP) Data: 03-JUN-1890

242. Joaquim Gomes de Abreu, 73 anos, viúvo, lavrador, residente no bairro Registro, filho de Antônio José da Silva.

O casal teve os seguintes f^{os} q. d.:

- 1 (IV) ANTÔNIO GOMES DE ABREU, que segue.
- 2 (IV) GERTRUDES, foi bat. em 01-NOV-1847, sendo padrinhos Luciano Bueno de Camargo e Gertrudes Eufrosina, solteiros.
- 3 (IV) ANA CUSTÓDIA DE CAMARGO, que segue no § 24.º
- 4 (IV) FRANCISCA CELESTINA DE CAMARGO, ou, FRANCISCA FELISBINA DE CAMARGO, bat. em 03-MAI-1851 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim Martins de Sampaio e d. Maria Martins de Almeida. Em 18-SET-1873 em Porto Feliz, C.c. FRANCISCO SOARES DE CAMPOS, f.º de Antônio Soares de Camargo e de s/m. Custódia Maria Leite, c. g.
- 5 (IV) INOCÊNCIA GOMES DE CAMARGO, ou, INOCÊNCIA GOMES DE ALMEIDA, foi bat. em 30-DEZ-1852 em Porto Feliz, sendo padrinhos Rafael Correia Leite e s/m. Ana Maria. Em 03-JUL-1875 em Porto Feliz, C.c. JOÃO ALVES RIBEIRO, f.º de Américo Ribeiro de Almeida e Isabel Alves Tosta, c. g.
- 6 (IV) JOSÉ SOARES DE ABREU, ou, JOSÉ GOMES DE ABREU, ou, ainda, José Gomes de Almeida, foi bat. em 03-NOV-1856, sendo padrinhos Luís Antônio Pereira e Madalena Maria de Camargo (tia materna do batizado). Em 30-AGO-1877 em Porto Feliz, C.c. ANA DE ARRUDA LEITE, bat. em 11-MAR-1863 nesta cidade, f^a de Rafael Leite de Arruda e s/m. Gertrudes Vieira de Arruda, c. g.
- 7 (IV) ELIZIA, bat. em 11-JUL-1858, sendo padrinhos Elias de Almeida Leite (tio paterno da batizada) e s/m. Carolina de Campos.

8 (IV) BELARMINA, foi bat. em 23-DEZ-1860 em Porto Feliz.

IV- ANTÔNIO GOMES DE ABREU, ou, ANTÔNIO GOMES DE CAMARGO, foi bat. em 07-ABR-1844, sendo padrinhos Antônio José da Silva e s/m. Maria Soares de Almeida, avós paternos do batizado. Em 1868 ⁽³⁵⁾ em Porto Feliz, solicitou dispensa do impedimento consanguíneo do segundo grau da linha lateral para C.c. sua prima MARIA SOARES DE ALMEIDA, fª de João Soares de Abreu e s/m. Margarida de Almeida Leite, do § 25.º adiante. O casal já era fal. em 02-MAI-1869, data em que foi bat. a única fª do casal:

1 (V) MARIA, bat. em 02-MAI-1869 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Pedroso de Almeida (primo de seus pais) e s/m. Luísa Maria de Souza, que a adotaram. Não descobri evidências que tenha chegado a idade adulta.

§ 24.º

IV- ANA CUSTÓDIA DE CAMARGO, ou, ANA FELISBINA DE CAMARGO, foi bat. em 24-OUT-1849, sendo padrinhos Manuel Bueno de Camargo, tio materno da batizada, e s/m. Ana Teodora. Em 30-NOV-1867 em Porto Feliz, C.c. ANTÔNIO MARTINS TELLES, f.º de Geraldo Martins Telles e Hermenegilda Maria de Moraes. Teve, q. d.:

1 (V) EVARISTO, foi bat. em 06-JUL-1870 em Porto Feliz.

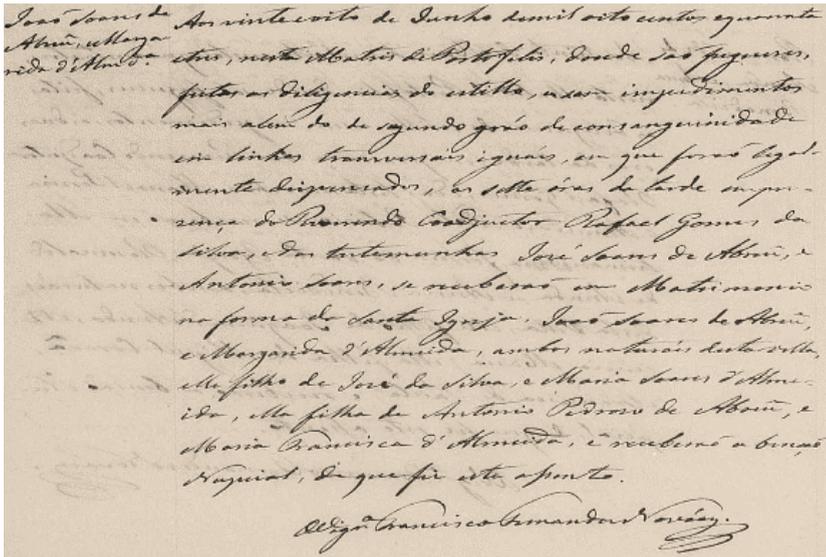
2 (V) BENEDITA CUSTÓDIA DE CAMARGO, bat. em 04-JUN-1872 em Tietê, C.c. ANTÔNIO FRANCISCO CORREIA, ou, ANTÔNIO CORREIA DE FARIAS, fº de José Francisco Correia e Joaquina Máxima de Farias, em 31-DEZ-1889 em Porto Feliz. Antônio foi bat. em 16-SET-1868 na Paróquia Nª Sª Mãe dos Homens, Matriz de Porto Feliz. Benedita fal. em 02-ABR-1947 em Porto Feliz, e, seu marido, 20-JUL-1848, em mesmo lugar. C. g.

³⁵ O casamento não foi localizado, mas o processo de dispensa matrimonial encontra-se lançado no vol. I de Dispensas Matrimoniais de Porto Feliz, arquivado na Cúria Metropolitana de Sorocaba.

- 3 (V) DOMINGOS, foi bat. em 18-FEV-1877 em Porto Feliz.
- 4 (V) BENVINDA n. em 17-ABR-1884 em Porto Feliz, e foi bat. em 27-ABR-1884.
- 5 (V) MARIA, n. em 28-JUL-1886 em Porto Feliz, e foi bat. em 28-SET-1886.
- 6 (V) ÂNGELO, n. em 22-FEV-1892 em Porto Feliz, e foi bat. em 0-MAIO-1892. Foram padrinhos: Ângelo de Almeida Paias e Ana Martins Telles.
- 7 (V) JOÃO, n. em 07-SET-1895 em Porto Feliz, e foi bat. em 02-NOV do corrente. Foram padrinhos: Antônio de Madureira Camargo e sua mulher Castorina Augusta de Camargo.

§ 25.º

- III - JOÃO SOARES DE ABREU, ou, JOÃO SOARES DE ALMEIDA, ou ainda, JOÃO DE ALMEIDA LEITE, n. em 29-NOV-1820 em Porto Feliz, e bat. em 03-DEZ-1820, sendo padrinhos o alferes Joaquim do Amaral Dias Ferraz e Gertrudes de Almeida (tia materna do batizado), solteiros. Em 28-JUN-1843 na presença das testemunhas José Soares de Abreu e Antônio Soares (irmãos do noivo), depois de dispensados do impedimento de segundo grau de consanguinidade em linhas transversais iguais, C.c. sua prima MARGARIDA DE ALMEIDA LEITE, fª de Antônio Pedroso de Abreu e s/m. Maria Francisca de Almeida, do § 30.º



Casamento de João Soares de Abreu e Margarida Almeida Leite. Cúria Diocesana de Sorocaba. Créditos: www.familysearch.org

Explicação do parentesco:

b) Impedimento de 2.º grau de consanguinidade

1- João Soares de Abreu, 1º de

2- Maria Soares de Almeida, 1ª de

JOSÉ SOARES DE ABREU E ANA DE ALMEIDA LEITE (TRONCO COMUM), PAIS DE

2- Antônio Pedroso de Abreu, pai de

1- Margarida de Almeida Leite.

João Soares de Abreu, em 02-DEZ-1878, em Porto Feliz, figura na lista de cidadão excluídos de votantes, residindo no 8º Quarteirão (juntamente com outros parentes):

Negócios Eleitorais (DAESP)

Local: Porto Feliz (SP) Data: 07-DEZ-1878

8.º Quarteirão

150. Antônio Soares de Almeida, 70 anos, sabe ler, f.º de pai incógnito e Maria Soares.

157. Geraldo Martins Telles, 70 anos, não sabe ler, f.º de Antônio Telles Martins e Mariana.

159. João Soares de Abreu, 50 anos, sabe ler, lavrador, f.º de José Antônio da Silva e Maria Soares.

160. João Antônio de Moraes, 40 anos, lavrador.

161. Joaquim Soares de Almeida, 40 anos, lavrador, f.º de Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca.

João e s/m. Margarida de Almeida Leite não tiveram seus óbitos encontrados, porém, identificamos os seguintes filhos do casal:

- 1 (IV) MARIA SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 22-SET-1844 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio José da Silva (avô paterno da batizada) e Maria de Almeida (avó materna da batizada) e fal. 26-ABR-1869. Foi C.c. seu primo ANTÔNIO GOMES DE ABREU, f.º de Joaquim Gomes de Abreu e Maria das Dores, do § 23.º
- 2 (IV) JOSÉ, foi bat. em 08-NOV-1845 em Porto Feliz. Padrinhos: Ângelo Custódio de Moraes e s/m. Maria Teresa.
- 3 (IV) ANTÔNIO foi bat. em 13-FEV-1847 em Porto Feliz. Padrinhos: Antônio Soares de Almeida (tio paterno do batizado) e 1.ª mulher Ana Francisca.
- 4 (IV) ELIAS SOARES DE ALMEIDA, que segue.

- 5 (IV) FRANCISCA SOARES DE ALMEIDA, que segue no § 26.º
- 6 (IV) ÂNGELA, foi bat. em 25-JUN-1851 em Porto Feliz. Padrinhos: Ângelo Custódio de Moraes e s/m. Maria Teresa de Almeida.
- 7 (IV) MARCOLINA AUGUSTA DE ALMEIDA, foi bat. em 23-JUN-1856 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim Soares de Almeida (primo paterno da batizada) e Maria Leite, casada (tia materna da batizada). Marcolina, em 31-DEZ-1874 em Porto Feliz, C.c. PEDRO ANTÔNIO DE CAMARGO, n. em Capivari, SP, fº de Antônio Manuel Correia e Cândida Bueno de Camargo.
- 8 (IV) GERTRUDES DE ALMEIDA LEITE, foi bat. em 01-NOV-1859, sendo padrinhos João Soares de Almeida, solteiro e Ana Joaquina, casada. Foi C.c. seu primo JOSÉ SOARES DE ALMEIDA, f.º de Antônio Soares de Almeida e Ana Francisca de Camargo, do § 1.º
- 9 (IV) ANTONINA, ou, ANTÔNIA, foi bat. 28-MAI-1862 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Soares de Almeida e invocação à Nª Sª Mãe dos Homens, e, fal. em 01-ABR-1863 em mesmo lugar.
- 10 (IV) LUÍSA SOARES, foi bat. em 18-JUN-1864 em Porto Feliz, sendo padrinhos João Fernandes Leite, solteiro e Gertrudes Fernandes, casada. Luísa em Porto Feliz, C.c. JOÃO PAES DE OLIVEIRA, n. em Capivari, SP, viúvo de Maria Gertrudes de Jesus, em 06-MAIO-1884.
- IV- ELIAS SOARES DE ALMEIDA, ou, ainda, ELIAS PEDROSO DA SILVA, foi bat. em 14-AGO-1848 em Porto Feliz, sendo padrinhos José de Almeida e Elias de Almeida, solteiros, respectivamente, tios materno e paterno do batizado. Elias C.c. sua parenta BELARMINA SOARES DE SOUZA, fª de Joaquim Soares de Almeida e Ana Olímpia de Almeida, do § 1.º, em 23-ABR-1874, sendo dispensados dos impedimentos de 3.º grau misto ao 2.º e 4.º grau misto ao 3.º de consanguinidade na linha transversal, conforme demonstramos a seguir:

Explicação dos parentescos:

a) *Impedimento de 3.º ao 2.º de consanguinidade:*

1- *Elias Soares de Almeida, fº de*

2- *João Soares de Abreu, fº de*

MARIA SOARES DE ALMEIDA (TRONCO COMUM), MÃE DE

3- *Antônio Soares de Almeida, pai de*

2- *Joaquim Soares de Almeida, pai de*

1- *Belarmina Soares de Souza*

b) *Impedimento de 4.º ao 3.º de consanguinidade:*

1- *Elias Soares de Almeida, fº de*

2- *Margarida de Almeida Leite, fª de*

3- *Antônio Pedroso de Abreu, fº de*

JOSÉ SOARES DE ABREU E ANA DE ALMEIDA LEITE (TRONCO COMUM), PAIS DE

4- *Maria Soares de Almeida, mãe de*

3- *Antônio Soares de Almeida, pai de*

2- *Joaquim Soares de Almeida, pai de*

1- *Belarmina Soares de Souza*

Elias e Belarmina tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) GERTRUDES SOARES DE ALMEIDA, que segue.
- 2 (V) LUÍS, primeiro deste nome, n. em 20-JAN-1880 em Porto Feliz, onde foi bat. em 15-MAR-1880, sendo padrinhos os avós paternos.
- 3 (V) LUÍS SOARES DE SOUZA, foi bat. em 12-NOV-1881 em Porto Feliz, sendo padrinhos Fuão Kerche de Camargo e Isabel Kerche

- de Camargo. Luiz em 29-FEV-1908 em Porto Feliz, C.c. sua prima ANA MARIA DE SOUZA, fª de Antônio de Almeida Souza e Benedita Augusta de Almeida, do § 16.º
- 4 (V) JOSÉ SOARES DE ALMEIDA, ou, ainda, JOSÉ RAMOS DE SOUZA, n. em 07-ABR-1884 em Porto Feliz, onde foi bat. em 03-MAIO-1884, sendo padrinhos José Correia Leite de Siqueira e s/m. Adelaide Correia Leite. José C.c. PAULINA MARIA DE OLIVEIRA, n. em 1889 em Capivari, fª de Francisco de Oliveira Falcão e Joaquina Umbelina de Camargo, em 29-JUL-1.905 em Capivari. José fal. em 1959 e s/m. em 09-FEV-1966.
- 5 (V) ERNESTINA SOARES DE SOUZA, n. em 10-FEV-1889 em Porto Feliz, onde foi bat. em 09-MAR-1889, sendo padrinhos João Soares de Almeida (tio paterno da mãe da batizada) e Amélia Maria de Jesus (mãe do padrinho). Foi C.c. seu tio ELIAS ESTREBITA DE ALMEIDA, f.º de Joaquim Soares de Almeida e Ana Olímpia de Almeida, do § 1.º. Ernestina fal. no bairro Bambuí em 14-DEZ-1950.
- 6 (V) EGÍDIO SOARES DE SOUZA n. em 23-FEV-1892 em Porto Feliz, sendo bat. em 02-ABR-1892. Egídio, em 17-JUN-1916 em Porto Feliz C.c. ADELINA BELLO, n. por 1898 em mesmo lugar, fª de Antônio Bello e Rosa Estaca.
- 7 (V) MARIA, n. em 29-ABR-1896 em Porto Feliz, sendo bat. em 10-MAIO-1896.
- 8 (V) MANUEL SOARES DE SOUZA, n. por 1899 em Porto Feliz, onde, em 15-AGO-1891, C.c. BRASILINA MARIA DA CANDELÁRIA, n. por 1903, fª de José Paes Leite e Ana Francisca de Farias.
- V- GERTRUDES SOARES DE ALMEIDA, bat. em 02-FEV-1877 em Porto Feliz, sendo padrinhos os avós maternos. Gertrudes C.c. JOSÉ ANTÔNIO DE GODOY, ou, JOAQUIM JOSÉ DE GODOY, fº de Joaquim José de Godoy Castanho e Luísa de Marins Peixoto, em 23-DEZ-1893 em Porto Feliz, SP, Brasil. José n. por 1873 em Capivari, tendo fal. em 13-ABR-1931 em Porto Feliz. Gertrudes e José tiveram os seguintes fªs q. d.:

- 1 (VI) CECÍLIA, n. em 24-FEV-1895 em Porto Feliz, onde foi bat. em 06-ABR-1895.
- 2 (VI) MAURÍLIA LUÍSA DE GODOY, C.c. MESSIAS CARDOSO DE OLIVEIRA, f.º de Benedito Cardoso e Galdina Cardoso, em 05-MAR-1921 em Porto Feliz.

§ 26.º

- IV- FRANCISCA SOARES DE ALMEIDA, bat. em 10-FEV-1850 em Porto Feliz, sendo padrinhos Salvador Rodrigues da Costa e s/m. Francisca de Almeida (tia materna da batizada). Francisca C.c. FRANCISCO MARIA PAIAS, n. em Estremóz, distrito de Évora, Portugal, fº de Joaquim Antônio Paias e s/m. Maria Cândida Prates, em 20-NOV-1869 em Porto Feliz. Francisco, um ano antes, teve seu passaporte emitido em Beja em 02-NOV-1868, com destino a província de São Paulo (Brasil). Na época, vivia em Beja, ocupando a função de oleiro:

Lº 1 de Registro de Passaportes Conferidos pelo Governo Civil de Beja

Local: ADBJA Código de Referência: PT/ADBJA/AC/GCBJA/J-E/001/0001

Data: 20-MAR-1868 a 16-ABR-1901

Passaporte n.º 21, emitido em 02-NOV-1868, fls. 07

Francisco Maria Paias, solteiro, oleiro, filho de Joaquim Antônio Paias e de Maria Cândida Prates, natural d' Estremos e residente em Beja 1m67 d'altura, 29 annos d' idade, rosto comprido, cabelos e olhos pretos, olhos castanhos, cor natural, nariz e regulares.

Francisco já era fal. em 01-DEZ-1889, data do casamento da filha Ana Soares de Almeida. O casal teve os seguintes fºs q. d.:

- 1 (V) ÂNGELO DE ALMEIDA PAIAS, que segue.
- 2 (V) MARIA FRANCISCA PAIAS, bat. em 23-NOV-1871 e fal. em 05-FEV-1903 em Porto Feliz. Foi C.c. seu primo GERALDO

MARTINS TELLES, fº de Saturnino Martins Telles e Carolina de Almeida Leite, do § 12.º

- 3 (V) ANA SOARES DE ALMEIDA, bat. em 08-MAR-1873 em Itu, C.c. ANTÔNIO MARIANO BUENO, fº de Firmino Antônio Bueno e Ana Bueno, em 01-DEZ-1889 em Porto Feliz.
 - 4 (V) FRANCISCO MARIA PAIAS, que segue no 27.º
 - 5 (V) MARGARIDA MARIA PAIAS, que segue no 28.º
 - 6 (V) BELMIRA PAIAS DE ALMEIDA, bat. em 24-AGO-1877 e fal. em 11-MAR-1925 em Porto Feliz. Foi C.c. seu primo ANTÔNIO SOARES DE MORAES, do § 10.º, onde vai sua descendência.
- V- ÂNGELO DE ALMEIDA PAIAS, n. por 1870 em Itu. Foi casado duas vezes. A 1ª vez, C.c. sua prima Ana Martins Telles, fº de Saturnino Martins Telles e Carolina de Almeida Leite, em 27-DEZ-1890 em Porto Feliz. Ângelo e Ana tiveram os seguintes fºs q. d. em Porto Feliz:
- 1 (VI) MARIA, n. em 26-SET-1891.
 - 2 (VI) PAULINA, n. em 2-JUL-1893.
 - 3 (VI) ÂNGELA, n. 12-OUT-1895.

Ângelo, 2ª vez, C.c. ANA ALVES DE CASTRO, fº de Joaquim Antônio da Silveira e Gertrudes Alves de Castro, em 21-JAN-1899 em Porto Feliz. Ana foi bat. em 12-JUL-1857 em Tietê. Não descobrimos descendentes deste segundo matrimônio.

§ 27.º

- V- Francisco Maria Paias, n. por 1875 em Capivari, SP, C.c. SILVÉRIA ALBINA DO ESPÍRITO SANTO, n. por 1879 em Itu, fº de Joaquim Benedito Leme e Maria Emília do Espírito Santo, em 14-JAN-1893 em Porto Feliz. O casal teve os seguintes fºs q. d.:

- 1 (VI) Francisco n. em 23 abril 1895 em Porto Feliz, SP, Brasil e foi bat. em 14 maio 1895 em Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz, SP, Brasil.
- 2 (VI) Luísa n. em 27 abril 1897 em Porto Feliz, SP, Brasil e foi bat. em 26 maio 1897 em Paróquia Nossa Senhora Mãe dos Homens, Porto Feliz, SP, Brasil.

§ 28.º

V- MARGARIDA MARIA PAIAS, bat. em 18-JUL-1875 em Porto Feliz, onde C.c. LUÍS ALVES DE CASTRO, fº de Joaquim Antônio da Silveira e Gertrudes Alves de Castro, em 31-OUT-1896 em Porto Feliz, SP, Brasil. Luís, foi bat. em 24-DEZ-1871 em Porto Feliz, e, tiveram, q. d. os seguintes fºs:

- 1 (VI) FRANCISCO ALVES DE CASTRO, C.c. ANA MARIA DE JESUS, fª de João de Campos Leme e Gertrudes Maria de Jesus, em 29-JUN-1918 em Porto Feliz.
- 2 (VI) PAULINA ALVES DE CASTRO, C.c. FRANCISCO AUGUSTO DE ALMEIDA, fº de Eleodoro Caetano de Almeida e Aurélia Augusta Nunes, em 06-OUT-1923 em Porto Feliz.

§ 29.º

III- ELIAS DE ALMEIDA LEITE, ou, ELIAS SOARES DE ALMEIDA, foi bat. em 01-OUT-1826 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Pereira de Araújo e s/m. Delfina Maria de Almeida. Elias, em 15-JAN-1856 em Porto Feliz, na presença das testemunhas Francisco Fernandes de Moraes Gordo e Evaristo de Campos Leite (genro e fº de Francisco Luís Coelho), C.c. CAROLINA DE SOUZA CAMPOS, fª de pai incógnito e Carolina de Souza, solteira; n. m. de José de Souza Porto e Gertrudes Maria de Aguiar, já mencionados. Elias e Carolina tiveram os seguintes fºs q. d.:

- 1 (IV) INOCÊNCIA, bat. em 27-NOV-1857 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Luís Coelho (será o avô materno da

batizada?) e Maria Soares de Almeida (avó paterna da batizada), tendo fal. em 26-DEZ-1858 em mesmo lugar.

- 2 (IV) JOSÉ, bat. em 14-MAI-1859 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Fernandes de Moraes Gordo e invocação à N^a S^a Mãe dos Homens.
- 3 (IV) MARIA, bat. em 09-SET-1864 em Tietê, sendo padrinhos José Correia de Moraes Silveira e s/m. Augusta de Campos Leite.
- 4 (IV) ANTÔNIO, fal. 02-MAR-1868 em Porto Feliz, com 02 anos de idade.
- 5 (IV) JOAQUIM, foi bat. em 02-JUN-1868 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim Gomes de Abreu (tio paterno) e s/m. Maria das Dores.
- 6 (IV) LUÍS, bat. em 05-MAR-1870 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco João Ribeiro, casado e Gertrudes de Souza, viúva (avó materna da mãe do batizado).

§ 30.º

- II- ANTÔNIO PEDROSO DE ABREU, homônimo do avô paterno, n. na Faxina (atual Itapeva), SP, onde foi bat. na Matriz de Santa Ana em 08-FEV-1788, à época, seus pais eram moradores na fazenda denominada Barra de Guarehy, distrito da vila de Itapetininga, sendo seus padrinhos Antônio Pais de Almeida Lara e s/m. Maria de Almeida Leite:

com José Soares de Abreu, tornando-se telheiro. Em 1815, com o nome de Antônio Soares Pedroso (³⁷), nesta mesma cidade, C.c. MARIA FRANCISCA DE ALMEIDA, também chamada MARIA RODRIGUES, ou, ainda, MARIA BUENO, n. em Viamão, RS, fª de Gonçalo Rodrigues Bueno, bat. em 03-MAR-1763 em Santo Amaro, SP, fal. em 07-MAI-1838 em Porto Feliz e de s/m. Joana Francisca de Almeida (ou Joana Pedroso de Moraes), bat. em 19-NOV-1775 em Santo Antônio da Patrulha, RS, ambos inventariados em 27-FEV-1854 em Porto Feliz (³⁸); n. p. de Inácio Francisco Xavier e Maria Bueno da Silva (SL, ttº Saavedras, vol. VIII, pág. 388, nº 5-2 de 4-8); n. m. de Inácio Pedroso de Moraes e Maria Francisca de Almeida:

Originais do SL, vol. 2, pág. 46

1815 - Antonio Soares Pedroso, nat. de Faxina, f.º de José Soares de Abreu e Ana de Almeida Leite, nat. de Sorocaba, n. m. de João Bicudo e Maria de Almeida, com Maria Francisca de Almeida, f.ª de Gonçalo Rodrigues Bueno, de Santo Amaro, e de Joana Francisca de Almeida, de Santo Antonio da Patrulha, n. p. Inacio Francisco Xavier, de S. Paulo e M.ª Francisca Bueno, de Parnaíba, n. m. Inacio Pedroso, de Guarulhos, e Maria Francisca, de Viamão."

Conforme podemos verificar, no casamento transcrito acima, apesar dos avós paternos não terem sido anotados, vemos a confirmação dos nomes dos avós maternos, João Bicudo e Maria de Almeida (na verdade João Bicudo de Prouença e Maria Leite, que também era Almeida, visto ser fª de Luís Castanho de Almeida).

Não conseguimos localizar os óbitos de Antônio Pedroso de Abreu e s/m. Maria Francisca de Almeida. Sabemos que ele já era fal. em 1840 e, ela, ainda vivia em 1854. O casal teve os seguintes fºs (³⁹):

³⁷ Este Lº de casamentos de Porto Feliz não existe mais. Por sorte, este casamento foi anotado por Silva Leme, o que nos permitiu um maior conhecimento sobre as origens desta família.

³⁸ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1854, pasta 280, doc. 11, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

³⁹ O casal teve uma fª adotiva por nome Maria, exposta em sua casa, e que foi bat. em 01-FEV-1827, sendo padrinhos Gonçalo Bueno, sogro de Antônio Pedroso, e Maria Francisca de Almeida, mulher de Antônio Pedroso. Com base nos censos, atingiu a idade adulta, e penso ser a mesma Maria Francisca de Almeida que aparece na

- 1 (III) JOSÉ DE ALMEIDA LEITE, que segue.
- 2 (III) ANTÔNIO, n. em 12-JUL-1818 em Porto Feliz, onde foi bat. em 18-JUL-1818, sendo padrinhos José Soares de Abreu e s/m. Ana de Almeida, seus avós paternos. Creio que fal. criança. S. m. n.

Batismo de Antonio - fls. 119-v.º

"Aos desenove de julho de mil oitocentos e dezoito annos nesta Matris de Porto Feliz com minha licença,baptisou e pos os santos Oleos o reverendo João Antonio de castro a Antonio, fº de Antonio Pedrozo de Abreu e sua mulher Maria Francisca de Almeida, nasceo aos doze do mesmo; Forão padrinhos Jose Soares de Abreu e sua mulher Anna de Almeida, todos desta parochia. Vig.º Coad. Bento Pais de Campos."

- 3 (III) MARGARIDA DE ALMEIDA LEITE, n. em 09-SET-1820 em Porto Feliz, onde foi bat. em 17-SET-1820, sendo padrinhos João de Almeida, solteiro e Francisca de Almeida (tios paternos da batizada). Foi C.c. seu primo JOÃO SOARES DE ABREU, fº de Antônio José da Silva e de s/m. Maria Soares de Almeida, esta, do § 1.º
- 4 (III) MARIA LEITE DE ALMEIDA, bat. em 15-NOV-1822 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Martins da Veiga e s/m. Antônia Rodrigues (tia materna da batizada). Em 14-NOV-1846, na mesma cidade, C.c. Joaquim Venâncio de Oliveira, n. em Campinas, SP, onde foi bat. em 19-MAI-1825, f.º de Antônio de Oliveira Pontes e s/m. Ana Luísa. S. m. n.
- 5 (III) JOÃO, primeiro fº deste nome, foi bat. em 29-AGO-1824 em Porto Feliz, sendo padrinhos João Fernandes de Araújo, solteiro, fº de Antônio Fernandes e Gertrudes Leite da Silva, viúva. Fal. criança.
- 6 (III) FRANCISCA DE ALMEIDA PEDROSO, que segue no § 31.º

qualidade de madrinha de batismo de inúmeros descendentes desta casal e parentes próximos dos mesmos, e, que, aparentemente, não se casou.

- 7 (III) JOAQUIM PEDROSO DE ALMEIDA, n. por 1832, fal. solteiro em 01-MAR-1855 em Porto Feliz.
- 8 (III) ANA CÂNDIDA DE ALMEIDA, n. por 1833 em Porto Feliz, onde, viúva, veio a fal. em 19-NOV-1857. Foi C.c. ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA, n. em Sorocaba, fº de José Joaquim Rodrigues e Matilde Alves de Almeida, em 29-AGO-1855. Não encontrei descendentes.
- 9 (III) JOÃO, segundo fº deste nome, bat. em 17-AGO-1835 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio Teixeira Pinto e s/m. Francisca Leite de Almeida, de Pirapora (atual Tietê), fal. com 02 anos de idade em Porto Feliz em 27-MAR-1837.
- 10 (III) JOÃO PEDROSO DE ALMEIDA, terceiro fº deste nome, bat. em 22-JAN-1839 em Porto Feliz, sendo padrinhos Joaquim Pires de Almeida e s/m. Luísa Miquelina de Moraes, de Pirapora. Em 11-MAR-1862 em Porto Feliz, C.c. GERTRUDES FERNANDES DE MELLO, fª de Antônio Pereira de Aguiar e s/m. Gertrudes Fernandes de Mello (esta, é a mesma que aparece em SL, ttº A. Botelhos, vol. IV, pág. 160, nº 5-2 de 4-3 como Gertrudes Leite de Mello, fª de Matias de Mello Botelho e Joana Leite da Silva, que C.c. Joaquim Pereira de Aguiar em 1830 em Porto Feliz, fal. em 23-FEV-1833, de forma que a viúva, casa 2.ª vez com o irmão do marido, ambos filhos de João Rodrigues de Aguiar e Rosa de Almeida Leite), c. g.
- 11 (III) ESTANISLAU, bat. 29-AGO-1840 em Porto Feliz, sendo padrinhos Estanislau José de Abreu e s/m. Gertrudes Alves de Souza, s. m. n.
- III- JOSÉ DE ALMEIDA LEITE, bat. em 08-DEZ-1816 em Porto Feliz, sendo padrinhos Gonçalo Rodrigues Bueno e Joana Francisca, seus avós Maternos:

Batismo de José- Lº 1, fls. 21

“Aos oito de dezembro de mil oitocentos e desesseis nesta Igreja Matris de Porto Feliz o Reverendo Coadjutor Bento Paes de Campos baptisou e pos os Santos Óleos a Jose, n. de 10 dias no bairro de Rio Asima, fº de Antonio Pedrozo de Abreu e Maria Francisca de Almeida, naturais esta de Viamão , e aquelle de Faxina; e brancos: padrinhos Gonçalo Rodrigues Bueno e sua mulher Joanna Francisca ,todos dessa Parochia. Andre da Rocha Moraes.”

José de Almeida Leite (do mesmo modo que o pai e o avô paterno), foi telheiro. Em Porto Feliz, em 13-OUT-1859 C.c. ANA JOAQUINA LEITE DE GODOY, ou, simplesmente, Ana Joaquina, viúva de Antônio Lopes (o 1.º casamento dela ocorreu em Porto Feliz em 02-SET-1834), fª de Vicente Ferreira da Silva e s/m. Maria Joaquina de Godoy. José de Almeida Leite, em 07-FEV-1880 vivia em Itu, já viúvo. Teve o único f.º legitimado pelo casamento:

- 1 (IV) ANTÔNIO PEDROSO DE ALMEIDA, ou, ANTÔNIO DE ALMEIDA PEDROSO, de profissão carpinteiro, bat. em 25-DEZ-1841 em Porto Feliz, sendo padrinhos José Hino de Marins e Maria Francisca de Almeida, viúva (a avó paterna). Antônio, em 28-DEZ-1867 em Porto Feliz, C.c. LUÍSA MARIA DE SOUZA, ou, LUÍSA DE MARINS, bat. em 07-ABR-1850 em mesmo lugar, fª de João Freire de Marins e s/m. Francisca Leopoldina de Souza; n. p. de José Hino Freire (da Cunha) e Luísa de Marins; n. m. de José de Souza Porto e Gertrudes Maria de Aguiar, já mencionados, c. g.

Negócios Eleitorais (DAESP)

Local: Porto Feliz (SP) Data: 16-JUL-1878

5.º Quarteirão: 111. Antônio Pedroso de Almeida, 34 anos, carpinteiro.

§ 31.º

III- FRANCISCA DE ALMEIDA PEDROSO, bat. em 10-DEZ-1826 em Porto Feliz, sendo padrinhos Inácio Francisco e Rita Pereira, solteiros, seus tios maternos, onde, em 15-JUL-1843 C.c. SALVADOR RODRIGUES MONTEIRO, ou, SALVADOR RODRIGUES DA COSTA, viúvo de Beatriz Leite de Siqueira (inventariada em 1844 em Porto Feliz), f.º de Bernardo Rodrigues Monteiro e Ana Maria de Jesus (SL, ttº Siqueiras Mendonças, vol. VII, pág. 543, nº 4-7); n. p. de José Rodrigues Monteiro e Teresa Ribeiro de Siqueira; n. m. do lisboeta Matias João de Castro e Rosa Moreira. O casal teve os seguintes fºs:

- 1 (IV) HONORATA AUGUSTA DE ALMEIDA, bat. 17-NOV-1844 em Porto Feliz, onde C.c. JOSÉ LISBOA DE ALMEIDA, f.º Antônio Alves da Rocha e Carolina do Espírito Santo Lisboa, em 25-ABR-1865, s. m. n.
- 2 (IV) LUÍSA AUGUSTA DE ALMEIDA, bat. 08-DEZ-1845 em Porto Feliz, onde C.c. JOAQUIM ALVES DA ROCHA, f.º de Antônio Alves da Rocha e Carolina do Espírito Santo Lisboa, em 03-JAN-1866, s. m. n.
- 3 (IV) GABRIELINA JUSTA DE ALMEIDA, bat. 19-SET-1847 em Porto Feliz, onde C.c. SALVADOR ALVES LISBOA DA ROCHA, fº de Antônio Alves da Rocha e Carolina do Espírito Santo Lisboa, em 1866.
- 4 (IV) ANTÔNIO RODRIGUES DE ALMEIDA, bat. em 25-DEZ-1848 em Porto Feliz, C.c. MALFIZA MARIA DE ALMEIDA, fª de José Rodrigues Leite e Ana Teresa de Almeida, em 1874 em Tietê, SP.
- 5 (IV) BENEDITA JOAQUINA DE ALMEIDA, bat. em 02-NOV-1851 em Porto Feliz, onde C.c. FRANCISCO ANTÔNIO DE ALMEIDA, fº de Ana Lisboa, em 04-OUT-1870.
- 6 (IV) JOSÉ RODRIGUES DE ALMEIDA, bat. em 21-MAI-1853 em Porto Feliz, onde C.c. CAROLINA AUGUSTA DA CONCEIÇÃO, fª de Manuel Antônio e Ana Francisca, em 09-OUT-1875.

- 7 (IV) ANA, bat. em 20-MAIO-1855 em Porto Feliz, sendo padrinhos o Pe. José de Almeida Campos e d. Maria Jacinta Duarte, viúva.
- 8 (IV) MARIA, bat. em 05-SET-1857 em Porto Feliz, sendo padrinhos Manuel Paes de Almeida e s/m. Ana Joaquina de Moraes.
- 9 (IV) JOÃO RODRIGUES DE ALMEIDA, bat. em 01-DEZ-1859 em Porto Feliz, C.c. LUÍSA DA SILVA, fª de Joaquim Bueno da Silva e Maria Jacinta, em 1881 em Tietê.

§ 32.º

- II- GERTRUDES MARIA DE ALMEIDA SOARES, ou, GERTRUDES SOARES DE ABREU, ou, GERTRUDES SOARES DE ALMEIDA, ou, simplesmente, GERTRUDES DE ALMEIDA, com 01 mês de vida em censo populacional de 1802 de Porto Feliz, onde foi recenseada na casa de seus pais, até o ano de 1824. Batizou diversos filhos, todos de pais incógnitos. Posteriormente, alguns destes filhos acabaram sendo reconhecidos por seus pais. Fal. em Porto Feliz em 17-DEZ-1857, sendo inventariada nesta cidade em 27-FEV-1858 ⁽⁴⁰⁾. Foram seus filhos:

Com JOAQUIM DIAS DO AMARAL FERRAZ, fal. em 1875 em Porto Feliz, f.º do Tem. Bento Dias Ferraz do Amaral e Gertrudes Maria de Almeida (SL, ttº Chassins, vol. VI, pág. 551, nº 2-6), teve:

- 1 (III) GERTRUDES DIAS DO AMARAL, que segue.
- 2 (III) ANA DIAS DO AMARAL, em 09-JUN-1845, em Tietê, SP, C.c. JOSÉ INOCÊNCIO MARQUES. No invº materno, vivia em Pirapora (Tietê).
- 3 (III) JOAQUIM, bat. em 26-OUT-1823, sendo padrinhos o Ten. Domingos de Almeida Campos e Rosa de Almeida Leite, mulher

⁴⁰ Inventários Post-mortem e Testamentos de Porto Feliz, Ano de 1858, pasta 287, doc. 07, arquivado no Museu Republicano "Convenção de Itu".

de João Rodrigues de Aguiar. Deve ter fal. criança, pois não figura no invº materno.

Com FUÃO TEIXEIRA:

- 4 (III) ADELAIDE, no invº materno é declarada viúva, residente na vª da Constituição (atual cidade de Piracicaba, SP), sendo seu procurador em Porto Feliz, Ângelo Custódio de Moraes.
- 5 (III) AMÁLIA TEIXEIRA, exposta na casa de Ana do Amaral (sua irmã) em Tietê, SP, onde, em 20-ABR-1846 C.c. FRANCISCO DE ANHAIA CASTRO, f.º de Manuel de Anhaia e s/m. Felicidade Maria. Em 1858 vivia em vª da Constituição (Piracicaba), C.g.
- 6 (III) ISABEL, bat. em 06-OUT-1828, sendo padrinhos Salvador Correia de Toledo, solteiro e Cândida de Almeida Leite, casada. Deve ter fal. criança, pois não figura no invº materno.
- 7 (III) ANTÔNIO, bat. em 19-OUT-1834 em Porto Feliz, sendo padrinhos Antônio José da Silva e s/m. Maria Soares, seus tios maternos. Em 1858, com 25 anos de idade, solteiro, vivia em Botucatu, SP.
- 8 (III) ANA TERESA TEIXEIRA, no invº materno contava com 22 anos de idade, solteira, vivendo em Capivari, SP, tendo como procurador Joaquim do Vale Pereira.
- 9 (III) MARIA, bat. em 08-NOV-1836 em Porto Feliz, sendo padrinhos Matias Teixeira da Silva, solteiro, e Antônio Soares de Almeida, casado. No invº materno, estava C.c. Manuel Leite de Meneses, s. m. n.

Com ANTÔNIO DA SILVA RAMOS, bat. em 28-ABR-1813 em Porto Feliz, onde fal. em 14-JAN-1887 com invº aberto em 07-MAR-1887, f.º de José da Silva Ramos e s/m. Luísa Maria de Matos, esta, fª de José de Matos da Silva e Gertrudes Arcângela Rodrigues (SL, ttº Furquins, vol. VI, pág. 291, nº 5-6), seu inventariante, teve legitimadas as filhas:

- 10 (III) FRANCISCA AUGUSTA DE ALMEIDA RAMOS, bat. em 17-MAR-1839 em Porto Feliz, sendo padrinhos Domingos José de Faria e Mâncio de Almeida Campos, solteiro.
 - 11 (III) LUÍSA AUGUSTA DE ALMEIDA RAMOS, bat. em 14-OUT-1840 em Porto Feliz, sendo padrinhos Francisco Pereira de Aguiar e José Hipólito Fernandes. Neste lugar, aos 08-NOV-1864, C.c. JOSÉ PAES DE ALMEIDA MORAES, f.º de Manuel Paes de Almeida e Ana Joaquina de Moraes.
 - 12 (III) MARIA, bat. em 15-NOV-1848, sendo padrinhos Domingos José Ferreira e Ana Eufrosina Alves. Com 10 anos de idade no invº materno. Não vem citada no invº paterno, devendo ter fal. criança.
- III- GERTRUDES DIAS DO AMARAL, já fal. no invº materno, sendo representada pelos filhos, moradores na vª da Constituição (Piracicaba). Foi C.c. MANUEL CABRAL, e, teve:
- 1 (IV) FRANCELINA, C.c. [...].
 - 2 (IV) MARIA, com 17 anos em 1858.
 - 3 (IV) ANA, com 15 anos em 1858.
 - 4 (IV) ADELAIDE, com 13 anos em 1858.
 - 5 (IV) BRASÍLIA, com 11 anos em 1858.
 - 6 (IV) GERTRUDES, com 09 anos em 1858.

NOTA

OS PIRES DA ROCHA, DE GUARULHOS

- I- DOMINGOS DA ROCHA, também chamado ÁLVARO DA ROCHA, conforme testº do sogro (⁴¹), n. por 1625, não sei se em Portugal ou no Brasil, antes de 27-JAN-1648 em São Paulo (⁴²), foi C.c. MÉCIA ANTUNES, ou, MÉCIA PIRES, n. em São Paulo, fª legítima de João Pires Antunes, natural do Reino, conforme declarado no casamento de um neto em Itu, fal. em 1659 com testº e invº e de sua 1ª mulher Beatriz Moreira, esta, fª de Diogo Moreira (que era fº do Cap. Mor Jorge Moreira), e, na dúvida, de sua 1ª mulher Agostinha Rodrigues (fª de Garcia Rodrigues e Isabel Velho, a mesma que foi C.c. Simão Jorge). Domingos da Rocha e s/m. já eram fal. em 1683, conforme testº do fº homônimo, escrito em 26-JUN-1683 (⁴³). Apesar de batizarem um fº na Sé de São Paulo, viveram na fregª de Nª Sª da Conceição, atual cidade de Guarulhos, SP. Domingos da Rocha e s/m. Mécia Antunes, são tronco da família Pires da Rocha, de Guarulhos, Nazaré, Santo Amaro e Itu, que são encontrados esparsos em SL. Foram seus filhos (conf. testº de Domingos da Rocha Filho, com adendos de pesquisas que realizei):

⁴¹ João Pires Antunes fal. em 1659 em São Paulo, sendo invº em 1660. Foram seus filhos, além de Mécia Antunes, do primeiro matrimônio: 1) Maria Antunes (ou Moreira), foi C.c. Francisco Martins Pereira; 2) João, 1º do nome, não vem citado no invº paterno; 3) Antônio Antunes, s. m. n.; 4) Domingas Moreira (ou Antunes); 5) Tomásia Moreira (ou Antunes). Do segundo matrimônio (com Bárbara Ribeiro): 6) Gaspar Manuel Salvago, C.c. Francisca Cubas; 7) Manuel Pires Salvago, C.c. Maria Ribeiro; 8) Matias, bat. na Sé de São Paulo em MAR-1653 s. m. n.; 9) Isabel Ribeiro, bat. em 05-AGO-1654 na Sé de São Paulo, C.c. João dos Ouros; Marcos Pires, bat. em 13-NOV-1655 na Sé de São Paulo, em 1674 C.c. Ana Maria, sua parenta afim, viúva de João Martins; Brás Pires Antunes, bat. em FEV-1658 na Sé de São Paulo, foi C.c. Isabel Ferreira, de Santana de Parnaíba, SP, fª de André Felipe e s/m. Isabel Ferreira, da mesma vª. Brás Pires Antunes e s/m. são os pais de outro João Pires Antunes, que se C.c. Rosa Paes da Silva. Ainda, a sogra de Brás Pires, foi casada 2ª vez com Francisco Antunes, e foram pais de Beatriz Antunes, que foi uma das mulheres de Antônio Pereira Themudo, de Itu.

⁴² Conforme invº da sogra Beatriz Moreira, de 23-JAN-1648 em São Paulo.

⁴³ Inv.º de Domingos da Rocha e Mécia Antunes, ano de 1683. Inventários e Testamentos não publicados. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Juízo N.º da Ordem: C00494, Juízo dos Órfãos, Caixa 17, doc. 12. O documento está de difícil visualização, e, apesar da indicação dos nomes de Domingos da Rocha e Mécia Antunes, trata-se do invº e testº do fº destes, por nome Domingos da Rocha.

- 1 (II) ANA DA ROCHA, n. em São Paulo, figura em 1683 como viúva, no inv^o fraterno. No ano de 1685 em Itu (Originais do SL), C.c. LÁZARO DA COSTA SOVERAL, n. em São Paulo, f^o de Manuel da Costa Cardoso e Maria de Soveral. Ana já era fal. em 1687, quando o marido, em Itu, C.c. Ana da Costa Diniz. Lázaro fal. em JAN-1689 em Itu. Não sabemos se deixou geração.

- 2 (II) ISABEL DA ROCHA, ou, ISABEL PIRES DA ROCHA, que é a mesma. No inv^o fraterno, figura como casada. Sabemos que foi C.c. FRANCISCO MARTINS PEREIRA, creio, seu primo, f^o de outro e de s/m. Maria Antunes (ver nota 40). Deixaram vasta descendência em Guarulhos, Nazaré e Santo Amaro. Entre seus filhos, Mécia da Rocha, bat. em 06-MAI-1689 na Sé de São Paulo, sendo padrinhos João Martins Batista e Maria Velho, e que foi C.c. Antônio Dias Furtado. C.g.

- 3 (II) MARCOS PIRES, não figura no rol dos herdeiros, mas foi test^o do irmão. Bat. na Sé de São Paulo em 19-OUT-1653, sendo padrinhos Bernardo Sanches e Maria da Costa. Foi C.c. MÉCIA DE SIQUEIRA, sendo moradores em Guarulhos.

- 4 (II) AMARO DA ROCHA, com 14 anos de idade, conforme rol dos herdeiros, porém, no decorrer do inv^o é chamado AMADOR PIRES DA ROCHA. Com o nome de AMARO PIRES DA ROCHA, foi morador em Itu, onde fal. em 18-OUT-1727 com test^o (44). Foi C.c. MARIA BARBOSA DE ABREU, n. em Itu, onde fal. em 01-JUL-1737, f^o de Francisco Barbosa de Abreu e 2^a mulher Sebastiana Rodrigues de Peralta, paraguaia, que, segundo Originais do SL, era f^o de Sebastião de Peralta e s/m. Ana de Torales (45). Sobre

⁴⁴ Autos de Contas de Test^o de Amador Pires da Rocha, ano de 1728, em Itu, n^o de Ordem C05465, do fundo Juízo do Resíduos, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁴⁵ Originais do SL, Casamentos de Itu, Ano de 1680: Feliciano Pereira, n. em Braga, Portugal, f^o de João de Sampaio e Domingas da Pena, com Ana Maria de Abreu, f^o de Francisco Barbosa de Abreu e Sebastiana de Peralta, esta, f^o de Sebastião de Peralta e Ana de Torales. Adicionalmente, tanto Francisco Barbosa de Abreu, quanto Sebastiana de Peralta, eram viúvos, ao se casarem. Ele, de Luzia Leme Bicudo, e, ela, de Fernão de Saavedra (com quem teve, entre outros, de José Nunes de Saavedra, morador em Sorocaba e Itu).

Sebastião de Peralta, de acordo com Jensen, seria cunhado de Gabriel Ponce de León, por serem ambos casados com duas irmãs⁽⁴⁶⁾. Por questões cronológicas, não pode ser confundido com o outro Amaro, que, na juventude adotou o apelido Antunes. C. g.

- 5 (II) DOMINGOS DA ROCHA, fal. solteiro em 1683, com test^o escrito em 26-JUN-1683, seus irmãos foram seus herdeiros. Residiu na freg^a de N^a S^a da Conceição, Guarulhos.
- 6 (II) INOCÊNCIO DA ROCHA, ou, INOCÊNCIO PIRES DA ROCHA, com 22 anos no inv^o fraterno. Deve ter casado no mesmo ano (1683) com MARIA VELHO, que figura como madrinha nos batizados de muitos sobrinhos do marido, pois que o primeiro f^o do casal foi Francisco, foi bat. em AGO-1684 na Sé de São Paulo, sendo padrinhos (...) Ribeiro e Catarina Dias. Entre seus filhos: Teresa Antunes da Rocha, mulher de Belquior Barreiros de Pontes, Josefa Pires da Rocha⁽⁴⁷⁾, C.c. Pedro da Costa Homem. C.g.
- 7 (II) JOANA DA ROCHA, com 19 anos de idade no inv^o fraterno, solteira. Sabemos que já era casada em 1694, conforme autos constantes neste documento.
- 8 (II) JOÃO DA ROCHA, ou, JOÃO PIRES DA ROCHA⁽⁴⁸⁾, com 18 anos no

⁴⁶ JENSEN, Carlos Ernesto Romero. El Guairá: caída y exódo. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, 2009, p. 283. Não consegui verificar quais as fontes primárias consultadas pelo autor para a afirmação de tal cunhadio. Particularmente, penso que há muito a ser apurado sobre a origem de Maria de Torales, mulher de Gabriel Ponce de León. Não há um consenso entre os genealogistas, de que ela foi f^a de Maria de Zuniga com Baltasar Fernandes. Se ambas as informações se confirmarem, Ana de Torales deve ser considerada filha deste casal. Em minha opinião, julgo a versão de Américo de Moura mais correta, que faz Maria de Torales, f^a de um 1^o casamento de Maria de Zuniga.

⁴⁷ Em seu assento de casamento em Itu, ocorrido em 29-SET-1721, sua mãe está como Teresa Rodrigues, porém, penso ser erro, visto que em seu batismo, ocorrido em Guarulhos em 23-SET-1705, a mãe está como Maria Velho.

⁴⁸ Na dúvida, se foi filho, sobrinho ou o próprio em um 2^o casamento (nesta época, sabemos bem, que nem sempre a idade declarada está correta): João Pires da Rocha, n. em Guarulhos, e fal. com 63 anos declarados em Santo Amaro em 03-MAI-1739.

inv^o fraterno. Foi C.c. CATARINA RODRIGUES, e viveu em Guarulhos, onde, em 08-OUT-1691 batiza a f^a Maria.

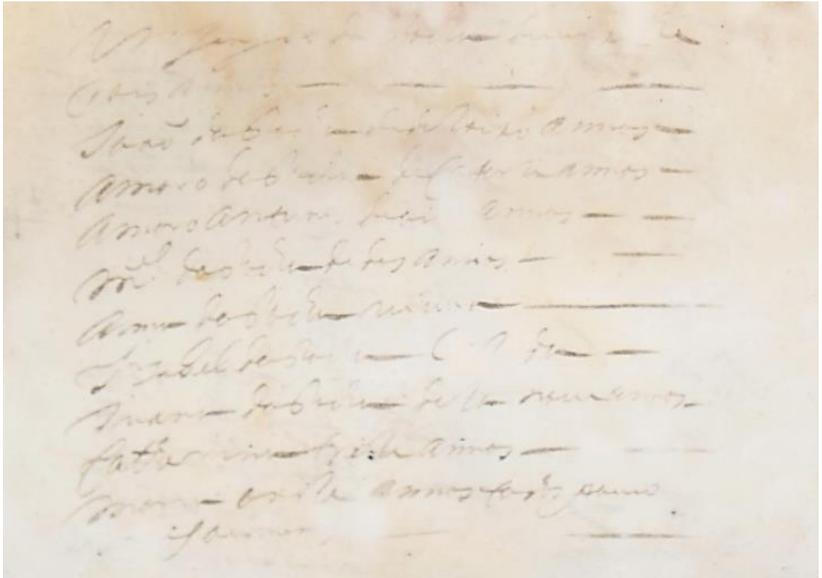
- 9 (II) CATARINA DA ROCHA, com 13 anos no inv^o fraterno, solteira. Sabemos que também se casou.
- 11 (II) MARIA ANTUNES, com 11 anos de idade no inv^o fraterno. Em 1695 em Itu (Originais do SL), C.c. JOÃO BARBOSA, f^o de Domingos Barbosa e s/m. Andresa Dias. Maria Antunes fal. em 25-JAN-1701 em Itu. Não sabemos se deixou geração.
- 12 (II) MANUEL PIRES DA ROCHA, com 10 anos de idade no inv^o fraterno. Conforme seu assento de óbito, ocorrido em 06-OUT-1741 em Itu, era n. da freg^a de N^a S^a da Conceição, Guarulhos, f^o de Domingos da Rocha. Em 1695 em Itu (Originais do SL), foi C.c. ÂNGELA FRANCISCA DE ABREU, n. em Itu, onde, fal. em 23-NOV-1753, f^a legítima de Francisco Barbosa de Abreu e s/m. Sebastiana Rodrigues de Peralta. Entre seus filhos: Maria Pires, 2^a mulher de Luís Nogueira; Mécia Pires, 1^a mulher de Manuel Machado do Passo, casados em Itu em 29-MAI-1730. C.g.

Originais do Silva Leme, Casamentos de Itu, Ano de 1695, pág. 149:

M.el Pires f.^o de Domingos Rocha e de Mecia Pires com Angela Fran.ca de Abreu, f.^a de Francisco Barbosa e Sebastiana Peralta.

- 13 (II) AMARO ANTUNES, com 08 anos de idade no inv^o fraterno. Comparar com AMARO DA ROCHA, C. c. ANA VIDIGAL, moradores em Guarulhos, onde bat. a f^a Maria, em 10-DEZ-1694, sendo padrinhos Salvador de Pontes do Canto e Maria de Pontes. C. g.

Foi C.c. Maria Pires de Brito, ou Maria de Lima, f^a de João Brito Furtado e Mariana de Lima. A identificação não é aleatória. Seu f^o Antônio Pires da Rocha, em 1752, no processo de banhos do casal Francisco Martins da Rocha e Clara da Silva (ACMSP, Dispensas Matrimoniais, vol. 334, ano de 1752) diz ser parente do justificante. Era Francisco Martins da Rocha, f^o de Domingos Martins da Rocha e Isabel Dias Furtado, sendo n. p. de Francisco Martins Pereira e Isabel Pires da Rocha, já citados. Infelizmente, não cita em que grau se dá o parentesco.



The image shows a page of handwritten text in a cursive script, likely from an 18th-century document. The text is arranged in several lines, with some words appearing to be names or titles. The ink is dark and the paper is aged and slightly yellowed. The handwriting is somewhat difficult to decipher due to its cursive nature, but it appears to be a formal title or list of items.

Título dos Herdeiros no invº de Domingos da Rocha. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Créditos: Luiz Gustavo Sillos

ERRATAS

Revista da ASBRAP, nº 23, págs. 80 e 81. Onde lemos: “3 (III) (cremos) MARIA DE PINHA, que segue no § 3.º. 4 (III) JOANA DO PRADO, que segue no § 4.º. 5 (III) JOÃO LUÍS VELHO(8), que segue no § 8.º.”, considerar: “4 (III) (cremos) MARIA DE PINHA, que segue no § 3.º. 5 (III) JOANA DO PRADO, que segue no § 4.º. 6 (III) JOÃO LUÍS VELHO(8), que segue no § 8.º.”

Revista da ASBRAP, nº 23, pág. 100. Onde lemos: “...Não consegui identificar de qual freguesia seu pai era natural, porém...”, considerar: “*José de Magalhães, n. em 19-MAR-1671 em São Paio, da freg^a de São Salvador da v^a Pouca de Aguiar, f^o legítimo de Francisco Gonçalves, alfaiate, da mesma v^a, ou, por vezes, da freg^a de Santa Maria Madalena de Negrões, conc^o de Montalegre, distrito de Vila Real, e de sua 2^a mulher Ana Martins, de v^a Meã, São Martinho de Bornes, onde casaram em 02-JUN-1670, f^o de Antônio Gonçalves e Domingas Martins.*”

FONTES BIBLIOGRÁFICAS E ARQUIVÍSTICAS

LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. SP: Livraria Duprat, 1903 a 1904, 09 volumes.

Originais do Silva Leme, vols. 01-02. ACMSP.

Processos de Dispensas Matrimoniais e de Banhos. ACMSP.

Processos de Dispensas Matrimoniais de Porto Feliz. Arquivo Cúria Diocesana de Sorocaba.

Maços de População de Sorocaba, anos de 1772 a 1785 e Porto Feliz, anos de 1801 a 1846. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

INV. E TEST. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Inventários post-mortem e testamentos de Porto Feliz. Museu Republicano "Convenção de Itu".

Contas de Testamentos, do fundo Juízo dos Resíduos, 1653-1750. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Igreja Católica N^a S.^a da Candelária (Itu, São Paulo). Arquivo Diocesano de Jundiá. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1684-1926, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1979. Microfilmes nº 1251640 item 3, 1251641, 1251642, 1251651 itens 3-6, 1251652 itens 2-3,

- 1251653 itens 1-3, 1251656 itens 4-5; 1251657 itens 2-3 e 1251658 itens 1-2.
- Igreja Católica N^a S.^a da Ponte (Sorocaba, São Paulo). Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1679-1925, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977. Microfilmes n^o 1154008, 1154009, 1154010, 1154360, 1154361, 1154363, 1154502 itens 2-3, 1154503 e 1154504.
- Igreja Católica N^a S.^a Mãe dos Homens (Porto Feliz, São Paulo). Arquivo da Cúria Diocesana de Sorocaba. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1769-1928, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977. Microfilmes n^o 1154027, 1154028, 1154029, 1154029, 1154030, 1154031, 1154357, 1154358 e 1154500.
- Igreja Católica São Roque (São Roque, São Paulo). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1733-1928, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977. Microfilmes n^o 1151772, 1151772 e 1151790.
- Igreja Católica N^a S.^a da Penha (Araçariçuama, São Paulo). Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1712-1927, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977. Microfilmes n^o 1151766 e 1151792.
- Igreja Católica Sant' Ana (Itapeva, São Paulo). Arquivo da Cúria Diocesana de Itapeva. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1770-1939, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1979. Microfilmes n^o 1253660 e 1253652.
- Igreja Católica N.^a S.^a da Assunção (Sé de São Paulo). ACM. de São Paulo. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1640-1923, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1977, Batismos 1640-1784, Microfilme n.º 1111043.
- Igreja Católica N.^a S.^a da Conceição (Guarulhos, São Paulo). Arquivo Diocesano de Mogi das Cruzes. Microfilmes dos Registros paroquiais, 1688-1926, Salt Lake City: Filmados pela Sociedade Genealógica de Utah, 1979, Casamentos 1771-1802, Microfilme n.º 1251705 Item 4.
- Igreja Católica Santa Maria (Serpa, Beja, Portugal). Arquivo Distrital de Beja. Registros Paroquiais.
- Igreja Católica São Salvador (Serpa, Beja, Portugal). Arquivo Distrital de Beja. Registros Paroquiais.
- Igreja Católica Santa Ana (Cambas, Beja, Portugal). Arquivo Distrital de Beja. Registros Paroquiais.

Igreja Católica N^a S^a Entre-as-Vinhas (Mértola, Beja, Portugal). Arquivo Distrital de Beja. Registros Paroquiais.

Igreja Católica São Miguel (Soutelo, Braga, Portugal). Arquivo Distrital de Braga.

Igreja Católica São João do Souto (São João do Souto, Braga, Portugal). Arquivo Distrital de Braga. Registros Paroquiais.

Igreja Católica N^a S^a da Fresta (Trancoso, Guarda, Portugal). Arquivo Distrital da Guarda e ANTT. Registros Paroquiais.

Igreja Católica N^a S^a dos Anjos (Anjos, Lisboa, Portugal). ANTT. Registros Paroquiais.

Ufficio dello Stato Civile da Comuna de Roccabianca.

Ufficio dello Stato Civile da Comuna de Celleno.

Coleção Negócios Eleitorais e Recursos Eleitorais, anos de 1847 a 1891. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Registros Cíveis das cidades paulistas de Porto Feliz, Capivari, Cândido Mota, Assis, Presidente Prudente, Piedade e Tapiraí.

**PORQUE MANUEL, UM DOS PATRIARCAS DO PIAUÍ,
ADOTOU O APELIDO “CARVALHO DE ALMEIDA”**

revisão do primeiro artigo deste mesmo título, desta vez com a alternativa estabelecida por Manuel Abranches de Soveral

Gilberto de Abreu Sodré Carvalho

Resumo: *Este artigo mostra como podem ser diversas as conclusões sobre questões que não deixaram documentação. No caso, se estuda um personagem importante na história da ocupação do Piauí, Manuel Carvalho de Almeida, entre o século 17 e 18. Ele seria filho de um sacerdote católico, o abade Miguel Carvalho de Almeida, ou não? De acordo com o estudioso Manuel Abranches de Soveral, a hipótese mais provável é a de que o seja. É ao menos mais provável que a de ter origem do nada. É assunto relevante para o estudo de emergência dos de apelido Carvalho de Almeida e Castello Branco, no Piauí.*

Palavras-chave: *Genealogia. Manuel Carvalho de Almeida. Carvalhos do Piauí. Castelo Branco. Nordeste século 18.*

Abstract: *This article aim to show the possibility of various conclusions about issues which have left no documentation. In this case, whether or not an important actor in the history of occupation of Piauí, Manuel Carvalho de Almeida, on the passage of the 17th century to the 18th, was a child of a catholic priest, the abbot Miguel Carvalho de Almeida. In accordance to Portuguese expert Manuel Abranches de Soveral, it is a strong hypotesis. It is stronger than any other. This matter is relevant to the studies about the origins of the people the surname Carvalho de Almeida e Castello Branco, in Piauí.*

Key-words: *Genealogy. Manuel Carvalho de Almeida. Carvalhos of Piauí. Castelo Branco. Northeast 18th century.*

O ponto cativante dos estudos históricos e genealógicos é que a recuperação do passado se pode dar, tanto pelo surgimento de um novo documento que contradiga o que esteja estabelecido, como por uma interpretação

dos fatos que seja feita por especialista que traga elementos de análise que ponham em dúvida uma visão parcialmente “miope” que alguém tenha tido.

No caso, a “visão miope” foi a minha ao entender que não havia outra explicação para Manuel Carvalho de Almeida ter tomado o apelido “Carvalho de Almeida” que não fosse por adoção sem causa na sua própria tradição antroponímico-genealógica. Quando escrevi há meses o artigo que ora republico (desta vez com uma segunda opinião do notável genealogista Manuel Abranches de Soveral), assumi que se tinha superado a minha anterior hipótese de Manuel Carvalho de Almeida ter sido filho do padre Miguel Carvalho de Almeida. Entendi que simplesmente Manuel tivesse adotado o apelido “Carvalho de Almeida” por gosto e busca de prestígio. Manuel seria um personagem destroncado de todo.

No entanto, uma vez eu tendo encaminhado o artigo para a leitura de Soveral, este me volta com alternativa nova que estabelece nova versão suportiva de que o Comissário Geral da Cavalaria Manuel Carvalho de Almeida, vivente entre o século 17 e 18, poderia ser filho do padre Miguel; com nascimento em Portugal, o padre ainda muito novo, e entregue ao casal Belchior Gomes da Cunha (um pai oficial emprestado) e Isabel Rodrigues (mantida como a verdadeira mãe, seja biológica, seja oficial).

A fundamentação de Soveral está em que não seria possível a um popular, como imaginei Manuel ter sido, obter a patente regular do Exército de “comissário geral da cavalaria”, uma condição análoga a de major ou mesmo de tenente-coronel, nos tempos de hoje. A minha “miopia” estava não ter dado a importância devida a esse elemento de análise, e suposto que um homem vindo do povo comum, sem origem conhecida, pudesse ser um oficial superior nas forças pagas do rei.

De conformidade com Soveral, respeitabilíssimo genealogista português, seria improvável que alguém, sem alguma origem nobre, pudesse ser um oficial superior do Exército, no período dado. Daí, volta Soveral a propor, como possibilidade, a versão de que Manuel foi filho do padre Miguel, possivelmente, quem sabe, com a referida Isabel Rodrigues. Belchior teria servido como pai emprestado. O fato de o padre Miguel ser religioso, nobre que era no sentido praticado no século 17 português e antes, não prejudicaria em nada a passagem de nobreza para um filho seu, nascido antes ou após ser consagrado sacerdote. A doutrina da nobreza entendia deste modo.

Isto posto, republico o meu recente artigo, dando-lhe uma nova estrutura. Mostro, primeiro, a minha versão que não é de ser inteiramente afastada, mas torna-se agora fraca. Ela oferece o quadro de fundo e fatos que servem também para a versão de Soveral. Em seguida, apresento a argumentação do estudioso português.

TEXTO DO ARTIGO ORIGINAL (sem alterações)

As novidades documentais dos últimos meses de 2016, e as do ano de 2017, desautorizaram frontalmente o que escrevi dando o padre Miguel Carvalho de Almeida como o possível pai do Comissário Geral de Cavalaria Manuel Carvalho de Almeida, vivente entre os séculos 17 e 18 no Piauí.¹

Na verdade, Manuel Carvalho de Almeida, a quem passo a chamar de “Manuel”, para simplificar, não foi nem filho do padre Miguel Carvalho de Almeida nem irmão de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), que foi seu contemporâneo no Piauí setecentista. De rigor, ao que se sabe hoje, Manuel, muito importante junto a Bernardo Carvalho de Aguiar, na conquista definitiva do sertão aos índios, nada tem do sangue próximo dos Carvalho ou Carvalho de Almeida de Ribeira de Pena que estiveram no Nordeste da América Portuguesa no final do século 17 e início do 18.

A hipótese que hoje tenho é imensamente mais simples e mais lógica que a novelesca paternidade sacrílega do padre Miguel que engendrei. Minha hipótese é a de que Manuel, na sua adolescência, assumiu o apelido Carvalho de Almeida por adoção a seu gosto, e não por qualquer tipo de indução vinda de ambiente familiar ou tradição familiar ou de menção filial ao padre Miguel Carvalho de Almeida.

O argumento é o seguinte.

As pessoas, desde antes e no tempo de Manuel, e até o início do século 20, tanto em Portugal como no Brasil (aqui, até a primeira Lei dos Registros Públicos, decreto 4.857, de 09.11.39), só eram nomeadas, no Batismo ou no Registro Civil, por seus prenomes, ao nascerem. Apenas quando adultas, por vezes no Crisma, se assumiam com a sobrenomeação que livremente escolhessem. Repito para não deixar dúvida: o prenome vinha solteiro no assentamento do nascido; só quando a pessoa praticava o seu primeiro ato da vida das relações jurídicas é que assumia um apelido de sua escolha.

Ocorreu de Manuel ter escolhido sobrenomear-se “Carvalho de Almeida”, ao instalar-se no Piauí, por volta de 1695, abandonando um outro apelido que tenha tido até então. O qual talvez nunca saberemos qual tenha sido. Pode ter sido “Cunha”, “Rodrigues”, “Gomes”, ou outro da tradição de seus avós ou bisavós e colaterais, ou adotado pelo gosto do jovem Manuel. Observe-se que as sobrenomeações (apelidos) eram de adoção livre assim como de troca; sendo ainda comum o uso de formas alternativas, como com ou sem um elemento de uma sobrenomeação dupla, ou com ou sem um “e” ou um “de”, ou com uma ou outra grafia.

O que está errado é que Manuel, que se casou com Clara da Cunha e Silva Castello Branco (filha mais velha do famoso dom Francisco da Cunha

Castello Branco), foi da mesma estirpe dos Carvalho de Ribeira de Pena, vindos ao Piauí, no final do século 17, do início do 18 até seus meados.

Todavia, fica a pergunta: Por que o moço Manuel teria tomado o sobrenome “Carvalho de Almeida”? A razão óbvia é que isso lhe fez bem, ou lhe seria adequado no Piauí, e comum àqueles tempos e aos antigos e seguintes tempos da história da antroponímia portuguesa.

Em suma, era costume que as pessoas adotassem sobrenomes que as sinalizassem positivamente no meio social e não os dos pais, se estes não os ajudassem naquele propósito. O repertório para escolhas era bilinear, seja pela tradição antroponímica da mãe ou do pai, a remeter para os laterais em qualquer plano de ancestralidade e indo a padrinhos e madrinhas. Ou seja, a avocabilidade de apelidos era amplíssima. No entanto, se nessas tradições não se encontrasse nada de muito bom, a alternativa a isso era a adoção por gosto do que servisse a uma adequada inserção social. No caso de Manuel, a busca seria na camada superior reduzidíssima da comunidade livre piauiense do final do século 17 e começo do 18.

Discussão

De conformidade com as pesquisas publicadas de Reginaldo Miranda e de Valdemir Miranda de Castro, com base em dados do testamento do padre Tomé de Carvalho e Silva, o padre Miguel Carvalho de Almeida (mais conhecido como padre Miguel de Carvalho), cronista do Piauí no final do século 17, foi natural de Ribeira de Pena (freguesia de Santo Aleixo de Além-Tâmega), em Portugal, e teve pais conhecidos, conforme achado de junho de 2015.²

Esta descoberta substitui a ideia antiga, corrente na genealogia piauiense, de que o padre Miguel e os demais Carvalho do Piauí tenham sido naturais da freguesia de Videmonte, no antigo concelho de Linhares, na região da Guarda, bem como todas as suposições constantes em MELO (1991) e nos que o repetiram. O erro inicial foi exatamente o de se supor que Manuel era um parente de sangue dos Carvalho e Carvalho de Almeida. Ora, se Manuel era de Videmonte, todos os outros deviam ser de lá.

Com a descoberta, cinco dos Carvalho dos primórdios do Piauí, a saber, o padre Miguel Carvalho de Almeida, o padre Inocêncio Carvalho de Almeida, e mais o padre Tomé Carvalho e Silva, o padre Miguel de Carvalho e Silva³ e Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) têm desvendadas as suas origens. Manuel não se liga a esta parentela, por manter sua origem documentada em Videmonte, Linhares, região da Guarda, e genitores nas pessoas de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues, gente sem entroncamento conhecido com os Carvalho de Ribeira de Pena.

O padre Miguel e o padre Inocêncio foram irmãos. Ambos foram primos do padre Tomé de Carvalho e Silva e do padre Miguel de Carvalho e Silva. Estes filhos da tia paterna de Miguel e Inocêncio, dona Catarina de Almeida (segunda desse nome completo),⁴ com José da Silva Carvalho. O padre Miguel e o padre Inocêncio foram ainda primos segundos de Antônio Carvalho de Almeida (o segundo deste nome completo), o qual foi sobrinho dos padres Tomé e Miguel de Carvalho e Silva, uma vez que filho de Isabel de Almeida, irmã inteira dos dois padres referidos, e de Domingos Dias da Silva. Antônio foi neto do casal Catarina de Almeida (segunda desse nome completo) e José da Silva Carvalho.⁵

Outra descoberta importante em decorrência do achado do testamento referido na nota de rodapé 5, foi a de um Antônio Carvalho de Almeida anterior ao já mencionado, o qual também esteve no Nordeste da América Portuguesa. Ele foi irmão inteiro do padre Miguel Carvalho de Almeida e do padre Inocêncio Carvalho de Almeida. Assim, além da identificação já feita dos cinco Carvalho, há ainda alguém importante para se fazer a inserção genealógica: Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo), capitão-mor do Rio Grande do Norte,⁶ entre 1701 e 1705, na ponta nordestina da América Portuguesa.

Observe-se que esses agora seis homens estavam no Nordeste no mesmo tempo histórico.

...

Um filho de Manuel, de nome completo Francisco da Cunha e Silva Castello Branco, omitiu os nomes de seus avós paternos (os pais de Manuel) em sua justificação de nobreza de 1765 (aos seus 49 anos), feita em Campo Maior, na capitania do Piauí.⁷ A única referência aos avós paternos de Francisco era de serem de Videmonte, Linhares. Por que Francisco teria omitido os seus nomes? Podia ser que esses Belchior e Isabel não fossem de qualidade nobre e o neto Francisco da Cunha e Silva Castello Branco quisesse esconder tal fato. Ou porque não quisesse dar pista à descoberta de que nada tinham a ver com os Carvalho de Ribeira de Pena, como hoje o sabemos. Acresça-se que Francisco casou-se com a filha mais velha de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) e de Maria Eugênia Mesquita Castello Branco (neta de dom Francisco da Cunha Castello Branco), de nome Ana Rosa Pereira Teresa do Lago. Francisco, por via de sua mulher, tinha acesso a toda a memória dos Carvalho de Ribeira de Pena. Curioso o nome completo de Ana Rosa, de que não sabemos as razões para o ter adotado quando moça. Sei apenas, como um frágil esboço de palpites, que a mulher de Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) se fez chamar Maria Teresa Pereira Rebelo Leite.

A este ponto desta minha escrita, aproveito para comentar o fato de tanto Francisco e Ana Rosa (primos entre si, em segundo grau) terem tido muitos irmãos e irmãs inteiras que multiplicaram. Toda essa gente gerou uma enorme abundância antroponímia de Carvalho e Castello Branco no Piauí e no Brasil, nos últimos três séculos.

Voltemos a Francisco, marido de Ana Rosa.

Ainda que Francisco não tenha nomeado os pais de Manuel em 1765, indicou-os, conforme descoberta de Valdemir Miranda de Castro, de novembro de 2015, em uma petição, datada de 1787, dirigida à rainha de Portugal, dona Maria I, na qual pedia o início dos procedimentos para a obtenção do hábito de cavaleiro da Ordem de Cristo.

Em 1787, Francisco da Cunha e Silva Castello Branco tinha 71 anos de vivo. No requerimento, de 1787, Francisco da Cunha e Silva Castello Branco declara, como pais de Manuel, Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues. O fato de Francisco não ter querido dizer os nomes de seus avós paternos (os genitores de Manuel) na justificação de 1765, foi superado pelo fato de os ter finalmente identificado na petição à rainha Dona Maria I, em 1787. Miguel de Sousa Borges Leal de Castello Branco, em livro de 1879,⁸ que se deve ter baseado na petição de Francisco à Rainha, de 1787, fala em Belchior e Isabel como os pais legítimos de Manuel.

A hesitação de Francisco, ou no mínimo, a sua falta de assertividade e de detalhes sobre os genitores de seu pai Manuel, me levaram à solução de que o pai seria o padre Miguel Carvalho de Almeida (o famoso cronista do Piauí do século 17). Cometi um erro, do qual peço desculpas aos descendentes de Manuel a quem eu tenha magoado com uma origem sacrílega.⁹

Todavia, algo bem mais simples e mais evidente deve ter ocorrido. Nada de estranho, na tradição antroponímica portuguesa, que alguém, no caso Manuel, tenha assumido sobrenome diferente dos do pai e da mãe, e mesmo dos avós e bisavós. Isso era comum. Mais ainda faz sentido quando o composto “Carvalho de Almeida” tinha muito prestígio no nordeste colonial do início do século 18 e final do 17, por conta dos seis Carvalho oriundos de Ribeira de Pena a que se pode talvez somar Bernardo Carvalho de Aguiar, um sétimo Carvalho.

Os Carvalho de Ribeira de Pena eram gente importante

Como já mencionei, o pesquisador Valdemir Miranda de Castro, em junho de 2015, descobriu que o padre Miguel de Carvalho, também conhecido como padre Miguel de Carvalho e Almeida, e ainda como padre Miguel Carvalho de Almeida,¹⁰ nasceu em 1664, em Ribeira de Pena, no antigo arcebispado de Braga, no norte de Portugal.

Hoje, em 2017, o lugar Santo Aleixo, onde nasceu, é a freguesia de Salvador e Santo Aleixo de Além-Tâmega. Está no concelho de Ribeira de Pena, agora no distrito de Vila Real. Nessa mesma região, no século 12, no tempo de dom Afonso Henriques, teve origem o sobrenome “Carvalho”, na sua versão nobiliárquica, nas pessoas de Paio de Carvalho e de seu filho Mem Pais de Carvalho. Tais personagens foram senhores da terra e honra de Carvalho, em Celorico de Basto, logo a oeste de Ribeira de Pena.¹¹

Como já escreveu o criterioso e festejado historiador Reginaldo Miranda, o padre Miguel Carvalho de Almeida possivelmente morreu em Lisboa, tendo passado um longo tempo, quando jovem (entre 1693-1698), na então circunscrição do bispado de Olinda, também referido como bispado de Pernambuco, na América Portuguesa.

Com a informação de quem era o padre Miguel Carvalho de Almeida e do seu local de nascimento, fiz minha investigação sobre as famílias do concelho de Ribeira de Pena, buscando dados para iluminar mais o assunto. Encontrei, com alegria, um estudo do respeitado genealogista português Manuel Abranches de Soveral, em que o padre Miguel Carvalho de Almeida, ou abade Miguel Carvalho de Almeida, aparecia como alguém bem-posto estamentalmente, vindo de gente fidalga provinciana.¹²

Pelos dados de Soveral,¹³ o padre Miguel foi abade de Ribeira de Pena, capelão-fidalgo da Casa Real, sacerdote do hábito de São Pedro. Instituiu o vínculo e capela de Nossa Senhora da Assunção, junto à casa de Senra de Cima. Foi vigário da vara e cura da freguesia de Rodelas, no bispado de Olinda, ou de Pernambuco, como alguns se referem à unidade eclesiástica. Ordenou-se em Braga, com inquirições “de genere” de 27 de julho de 1689. Ele esteve no Brasil, por anos, como vigário da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó de Olinda e padre visitador, como investigador do Santo Ofício da Inquisição, mas não como membro do mesmo Santo Ofício; tenho, por se ter apresentado como membro do Santo Ofício, sofrido reprimenda.¹⁴

Os cargos mais importantes que teve, como abade e a titulação como capelão-fidalgo da Casa Real, devem, a meu ver, ter sido posteriores a sua estada no Nordeste da América Portuguesa.

Ele nasceu em 1664. Terá morrido cerca de 1737. Adentrou o sertão profundo do Nordeste da América Portuguesa, onde recomendou a instalação de duas freguesias, e sua moção foi acatada com o estabelecimento da freguesia de São Francisco, na região de Rodelas, e de Nossa Senhora da Vitória, no Piauí.¹⁵ Foi, também, ele quem escreveu o relatório “Descrição do sertão do Piauí”, finalizado em 1697, o primeiro sobre a região e a gente piauienses.¹⁶

Segundo Manuel Abranches de Soveral, em seu “Famílias de Ribeira de Pena”, o padre Miguel foi filho de Miguel Carvalho de Almeida (sênior) — nascido em cerca de 1630, capitão de infantaria dos auxiliares de Ribeira de

Pena, senhor da Quinta de Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 6 de abril de 1695 — e de Helena Gonçalves de Matos, falecida em 15 de setembro de 1684, em Santo Aleixo, provavelmente sua prima, uma vez que filha de Domingos Dias de Matos, esse sendo dos Matos de casa de Terças, em Santa Marinha de Ribeira de Pena, e de sua mulher Senhorinha Gonçalves.

Conforme Soveral, Miguel Carvalho de Almeida (sênior) foi filho de Domingos Carvalho (ou de Carvalho), moço da câmara da Casa Real, juiz de órfãos de Ribeira da Pena e senhor da Quinta de Bragadas de Além-Tâmega, em Santo Aleixo, onde faleceu em 7 de julho de 1668, e de Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), nascida cerca de 1608. Essa Catarina foi filha de Antônio Gonçalves de Matos e de Maria Leitão de Almeida, nascida em Santa Marinha de Ribeira de Pena. Esse Antônio Gonçalves de Matos seria parente de Domingos Dias de Matos, acima referido, uma vez que se confirme serem os dois dos Matos da casa das Terças, em Santa Marinha de Ribeira de Pena. Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), mulher de Domingos Carvalho (ou de Carvalho), usou como sobrenome o de sua mãe Maria Leitão de Almeida.

Em “Famílias de Ribeira de Pena” se tem que o padre Miguel Carvalho de Almeida, primogênito, teve três irmãos inteiros:

*Domingos Carvalho de Almeida*¹⁷ — moço da câmara da Casa Real (12 de janeiro de 1699), cavaleiro da Ordem de Cristo (9 de março de 1699), capitão-mor de Ribeira de Pena, familiar do Santo Ofício (16 de setembro de 1700), senhor da Quinta de Bragadas, em Além-Tâmega, Santo Aleixo, e da Quinta de Senra de Cima, em Salvador, Ribeira de Pena. Teve, a 4 de outubro de 1710, carta de cota-de-armas para “Carvalho” e “Almeida”. A Quinta de Senra de Cima foi armoriada de escudo partido de “Carvalho” e “Almeida”.

Antônio Carvalho de Almeida — moço da câmara da Casa Real (12 de janeiro de 1699), cavaleiro da Ordem de Cristo (9 de março de 1699), capitão de infantaria, mestre de campo dos auxiliares de Chaves, capitão-mor de Natal, no Rio Grande do Norte, familiar do Santo Ofício (8 de março de 1702), escrivão proprietário do cartório do concelho de Cabeceiras de Basto e dos coutos de Refoios e Abadim (16 de maio de 1745). Casou-se com Maria Teresa Pereira Rebelo Leite.

Inocência Carvalho de Almeida — capelão-fidalgo da Casa Real (12 de dezembro de 1699).

Domingos Carvalho e Catarina de Almeida (primeira desse nome completo), além de Miguel Carvalho de Almeida (sênior), tiveram a Gaspar Carvalho de Almeida e a Catarina de Almeida (segunda desse nome completo).

Este Antônio, irmão do padre Miguel e do padre Inocência (e também de Domingos, que não nos importa aqui), é referido como tendo substituído a

Bernardo Vieira de Melo e tendo sido sucedido por Sebastião Nunes Colares, como capitão-mor do Rio Grande do Norte. Sua designação para esse posto ocorreu quando a capitania foi passada da Bahia para Pernambuco.¹⁸ Sobre Antônio Carvalho de Almeida (ou de Carvalho e Almeida), o capitão-mor, conforme consta dos assentamentos da Torre do Tombo, ele foi feito moço de Câmara, pelo rei dom Pedro II, em 1699, tal qual tinha sido seu avô Domingos Carvalho ou de Carvalho, o qual é dito como tendo sido, a seu tempo, moço da Câmara.¹⁹

*“El Rei faço saber a vós Dom Pedro Luiz de Menezes, Marquês de Marialva, gentil homem de minha de minha Câmara e meu Mordomo-mor que Eu hei por bem e me prove fazer mercê a Antônio Carvalho de Almeida, natural da vila de Ribeira de Pena, comarca de Guimarães, filho de Miguel de Carvalho e neto de Domingos de Carvalho, que foi meu moço de Câmara e filho de Miguel Carvalho, de o tomar no mesmo foro de meu moço de Câmara, com quatrocentos e seis réis de moradia por mês e três quartos de cevada por dia, paga segundo ordenança e é o foro e moradia que, pelo dito seu avô, lhe pertence porquanto seu pai o não teve em meus livros. Mando-vos que o façais assentar no livro de matrícula dos moradores de minha Casa, no título dos moços da Câmara com moradia e cevada que não vencerá até ser do numero.”*²⁰
Manuel Calheiros o fez em Lisboa a doze de Janeiro de seiscentos e noventa e nove. Belchior de Andrade Leitão o fez escrever.”

Observa-se que este Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) foi primo segundo do outro Antônio. O Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo) teria morrido em 1775 e ingressou na América Portuguesa pela Bahia, tendo como lugar de sua primeira residência, Jacobina, como capitão de ordenanças.²¹ O outro Antônio Carvalho de Almeida (primeiro desse nome completo) seria alguém já maduro no ano de 1701, quando foi diretamente para o Rio Grande do Norte. O padre Miguel é referido como missionário naquela capitania.²² Pode ser que o padre Miguel tenha ido ao Rio Grande do Norte, vindo do Piauí.

Em suma, os irmãos Miguel, Antônio e Inocência, filhos de Miguel Carvalho de Almeida (sênior) e de Helena Gonçalves de Matos, estiveram juntos no Nordeste, no mesmo período ou aproximado, entre o final do século 17 e início do século 18.

Domingos Carvalho de Almeida, o irmão segundo que sucedeu ao pai, ficou em Ribeira de Pena, como senhor de solar, esquivando-se de aventuras no Novo Mundo. De rigor, conforme os costumes, o sucessor da tradição não se movia da sua sede.

292 Porque Manuel, um dos patriarcas do Piauí, adotou o apelido “Carvalho de Almeida”

O padre Tomé de Carvalho e Silva, o padre Miguel de Carvalho e Silva, e o sobrinho desses dois, Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), seguiram na segunda leva da parentela Carvalho de Almeida. Este Antônio era, como já dito, filho de uma irmã inteira dos dois padres, de nome Isabel de Almeida, com Domingos Dias da Silva.

...

Manuel Abranches de Soveral, em e-mail lido por mim em 24 de novembro de 2016, disse ainda o seguinte sobre uma dúvida posta por um outro genealogista português quanto à condição de “lavrador das próprias terras”. Diz Soveral:

“(...) Em Ribeira de Pena, naquela cronologia, ser lavrador que vive da sua fazenda era o melhor que se podia dizer de um habitante. Porque “lavrador” era então significado de proprietário agrícola. Tudo o resto, em Ribeira de Pena, derivava disso, inclusive os cargos. E, é claro, Domingos de Carvalho teria, como proprietário agrícola, pelo menos 20 vezes mais rendimento do que o rendimento acumulado de moço da câmara e juiz dos órfãos.”

O que parece certo é que os da gente Carvalho de Almeida de Ribeira de Pena, em todas as suas variações, estavam, no curso do século 17, em processo de sua identificação social como nobres, no âmbito mais geral do reino de Portugal.

...

Quem foi Manuel, lugar-tenente e sucessor de Bernardo Carvalho de Aguiar na conquista do Piauí?

Não foi da parentela dos Carvalho de Ribeira de Pena. Manuel nascera longe de lá e era filho de pessoas não entroncáveis com os seis Carvalho viventes no Nordeste da América Portuguesa no final do século 17 e início e primeira metade do 18. Se o fosse, o seu neto Francisco da Cunha e Silva Castello Branco o teria dito com letras maiúsculas, tanto na sua justificação de nobreza de 1765, como na sua petição à rainha dona Maria I, de 1787.

Assim, resta uma só possibilidade: Manuel adotou o apelido Carvalho de Almeida por achá-lo útil socialmente.

Vamos a essa discussão.

Conforme a historiadora Maria Beatriz Nizza da Silva, os filhos do casal paulista Pedro Taques de Almeida (1714-1777), o famoso genealogista, e Ângela

de Siqueira assumiram ao chegar à idade adulta e foram em geral conhecidos pelos seguintes nomes completos:²³

- José de Góis e Moraes;
- Apolônia de Araújo;
- Branca de Almeida Taques;
- Maria de Araújo;
- Leonor de Siqueira Pais;
- Teresa de Araújo;
- Catarina de Siqueira Taques; e
- Ângela de Siqueira Taques.

Como diz Nizza da Silva, no seu texto, é difícil descobrirem-se as regras que levaram às composições dos nomes completos dos oito irmãos inteiros. Não se pode, por falta de documentação, reproduzir a provável discussão intrafamiliar sobre que sobrenomes cada um devesse tomar. Qual teria sido a influência dos pais, dos tios, das tias, dos avós, dos irmãos mais velhos?

O que dizer, no caso do nosso Manuel que estava, ao que se sabe, só no Piauí, sem irmãos e irmãs, com os pais e tios à distância, ou falecidos.

O historiador e genealogista português Guilherme Maia de Loureiro descreve os modos principais de adoção de apelidos em Portugal.²⁴

O sistema de adoção de nomes no Antigo Regime²⁵ permitia que um determinado indivíduo pudesse assumir, ao longo da sua vida, não só composições diferentes dos seus apelidos, mas até nomes próprios distintos. A escolha do nome próprio ocorria no momento do Batismo e cabia naturalmente aos pais das crianças ou a outrem que por elas fosse responsável, como acontecia, por exemplo, nos casos dos padres que batizavam expostos.²⁶ No entanto, a Igreja previa a possibilidade de mudança de nome no momento da confirmação do Batismo na idade adulta, isto é, por ocasião do sacramento da Crisma. [...]

Uma terceira situação possível era a simples adoção de apelidos de famílias com as quais não havia qualquer tipo de relação de parentesco, fosse de consanguinidade, afinidade ou espiritual. Esta era uma prática descrita nas Ordenações Filipinas²⁷ e para a qual se previam penas severas. [...] No entanto, não é difícil encontrar casos que a exemplifiquem, nem sequer determinar um padrão em termos da identificação dos apelidos adotados. De fato, e sem surpresa, estes apelidos eram, por norma, aqueles que mais facilmente permitiam uma fácil associação a um patrimônio

histórico altamente valorizado ao nível nacional ou apenas local. Tratava-se, sem dúvida, de uma tentativa de apropriação do prestígio associado ao apelido com o intuito de favorecer uma mobilidade social ascendente. [...]

As migrações facilitavam claramente a adoção de novos apelidos e a construção de uma nova identidade social. [...] Noutros casos, arriscava-se a adoção de novos apelidos sem que houvesse qualquer migração, o que teoricamente diminuiria a possibilidade de se converter essa mudança de nome num qualquer benefício em termos de status. Podemos apontar como exemplos o caso de Bernardo José Rodrigues, capitão de ordenanças de Lordosa e Calde, em Viseu, que adotou o prestigiado apelido de Loureiro; ou o de Antônio José de Mesquita, que adotou o apelido Quintela ao casar com uma senhora natural de Vila Franca de Xira, onde uma família deste mesmo apelido era grande proprietária.

Ao que parece, Manuel adotou o apelido duplo “Carvalho de Almeida” por achá-lo útil ao seu processo de ascensão social, a que conjugou seu casamento com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, filha mais velha de dom Francisco da Cunha Castelo Branco e dona Maria Eugênia de Mesquita. A isso também se pode ter juntado a afeição a Bernardo Carvalho de Aguiar (talvez um aparentado dos Carvalho de Ribeira de Pena).

Pode ainda de ter havido, como justificativa, uma aproximação filial ao padre Miguel Carvalho de Almeida e/ou com o padre Inocêncio Carvalho de Almeida. Isto justificaria perfeitamente o ocorrido, pelos costumes da época. Temos, nesta mesma linha de especulação, o exemplo dos irmãos Bartolomeu e Alexandre de Gusmão, que tomaram o sobrenome “de Gusmão” de um padrinho, com quem não tinham qualquer vínculo de sangue.

Refiro-me aos dois irmãos nascidos na América Portuguesa e muito conhecidos no reino: Bartolomeu de Gusmão, o famoso inventor, chamado de o “Padre Voador”, e Alexandre de Gusmão, o muito influente secretário do rei dom João V, entre 1730 e 1750, ano em que o rei morre.²⁸

Bartolomeu e Alexandre foram filhos de Francisco Lourenço Rodrigues e de Maria Álvares, residentes em Santos, então na capitania de São Vicente. Bartolomeu era o quarto filho e foi batizado como Bartolomeu Lourenço, um nome duplo (uma vez que no Batismo não se atribuía sobrenome), em 1685, na mesma vila de Santos. Alexandre foi o nono filho do casal.

Alexandre foi batizado como Alexandre Lourenço, nome duplo, em 1695, também em Santos. Em 1718, os dois irmãos adotaram o sobrenome do sacerdote jesuíta Alexandre de Gusmão, nascido em 1629 e falecido em 1724, que teve enorme influência na vida do santista Bartolomeu.

É de se observar que o pai dos dois irmãos Gusmão, Francisco Lourenço Rodrigues, tinha posto nos dois filhos o nome adicional de “Lourenço”, como que a sugerir que os filhos fizessem uso dele como sobrenome. Todavia, combinados, Bartolomeu, aos 33 anos, e Alexandre, aos seus 23, adotaram o “de Gusmão”.

O fato mostra como essa tomada era possível bem como que pudesse ser feita em idade para além de adulta, aos 33 e 23 anos. Os dois até então devem ter usado o nome “Lourenço”, ou talvez “Rodrigues”, como apelido.

Conclusão

O prestígio do apelido “Carvalho” ou “Carvalho de Almeida” ou “Carvalho e Almeida”, de Ribeira de Pena, estava se formando durante o século 17 português. No início do século 18, no nordeste da América Portuguesa, seis varões de uma gente nominável como Carvalho de Almeida tiveram importância notável, em especial no Piauí, onde a camada cimeira do poder não devia ir além de duas dezenas de homens.

Pode-se ainda trazer para esse rol de personagens, o provável parente, o valoroso Bernardo Carvalho de Aguiar, de quem Manuel foi homem de confiança. Esse, não por coincidência inexplicável, era de Vila Pouca de Aguiar, concelho que em sua formação territorial originária continha o povoado da Ribeira de Pena.²⁹

Com Bernardo, somam sete os personagens da parentela dos Carvalho. Eram quatro padres, em tempo em que a Igreja Católica era o braço forte da ocupação portuguesa e três homens da guerra. Nada mal como referências para a avoação e adoção prazerosa do apelido Carvalho ou Carvalho de Almeida, por Manuel, filho de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues.

Independentemente de toda esta questão, o que se pode afirmar é que Manuel Carvalho de Almeida foi, como guerreiro, um herói colonial português, merecedor de todo o apreço pelos seus descendentes, entre os quais eu me incluo com muito orgulho.

CONTRADITA DE MANUEL ABRANCHES DE SOVERAL

Logo que publiquei o artigo na forma que consta acima, eu o enviei a Manuel Abranches de Soveral. A sua resposta estabelece uma conclusão diferente daquela de Manuel ser um homem de origem popular, destroncado de todo dos Carvalho viventes no Piauí, na passagem do século 17 para o 18.

Escreveu Soveral, em e-mails a mim, de 29 e 30 de agosto de 2017:

Toda a interpretação histórica que nestes casos se possa fazer é difícil e sobretudo falível. Na verdade, não há factos irrecusáveis e os argumentos, bem avaliados, podem indicar num sentido e no seu contrário.

É certo que Francisco da Cunha e Silva Castello Branco, na mais significativa circunstância, omite o nome dos pais de Manuel Carvalho de Almeida. E que noutras circunstâncias o diz natural de Videmonte, Linhares, e filho de Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues.

Como interpretar esta discrepância? Tendo em conta que a omissão é posterior às restantes declarações, pode desde logo especular-se que Francisco da Cunha e Silva Castello Branco teve, entre as primeiras e essa derradeira declaração, informações novas sobre a verdadeira filiação de Manuel Carvalho de Almeida.

Embora nessa época não houvesse, minimamente, o preconceito social que mais tarde existiria sobre ser filho de padre, a verdade é que existiam leis e penas para os sacerdotes que tinham filhos (e para as mães), pelo que estes tendiam a esconder o facto. Era comum, por exemplo, a mãe grávida, ou já com a criança, casar depois, sendo a criança adoptada pelo padrasto. E, muitas vezes, em geral a criança passava por filha do casal.

Poderia ter sido este o caso de Manuel Carvalho de Almeida? Poderia ele ter sabido mais tarde quem era o verdadeiro pai? Nomeadamente quando esse verdadeiro pai o levou para o Brasil? [...]

De qualquer forma, se o caso foi esse, teríamos uma dupla circunstância: uns pais “oficiais” e um pai verdadeiro, sendo que a mãe seria sempre Isabel Rodrigues. Esta hipótese justificava também que Manuel Carvalho de Almeida tivesse nascido em Videmonte, Linhares, terra onde viveria Isabel Rodrigues. Podendo na juventude ter-se chamado Manuel da Cunha, usando portanto o nome do padrasto ou pai oficial.

Não digo que isto se tenha passado. Apenas que é mais provável do que a hipótese de Manuel Carvalho de Almeida ter adoptado estes nomes, sem qualquer justificação. Tanto mais que nesta hipótese fica por explicar não só a ida de Manuel Carvalho de Almeida para o Brasil, mas sobretudo o sucesso que aí teve, coisa que na outra hipótese se explica bem. Na verdade, nessa época, não seria provável que um pobre desamparado, sem filiação apresentável, chegasse onde chegou Manuel Carvalho de Almeida. Desde logo, para ser oficial era preciso ter nobreza. O que teria, se fosse filho do padre.

Na verdade, várias das principais famílias da fidalguia portuguesa (e por arrasto da brasileira) descendem de clérigos. A começar logo pelos Bragança. Com efeito, o 1º duque de Bragança era filho bastardo de D. João I, havido quando este ainda era clérigo (freire e mestre da Ordem de Avis).

Para já não falar que o próprio D. João I já era bastardo... Todos os Lencastre descendem de Frei D. Jorge, mestre da Ordem de Santiago. Muitos dos Souza, nomeadamente os marqueses de Arronches e duques de Lafões, descendem de Dom Frei Lopo Dias de Souza, mestre da Ordem de Cristo. Boa parte dos Noronha, nomeadamente os condes dos Arcos e os marqueses de Angeja, descendem de D. Pedro de Noronha, arcebispo de Lisboa. etc., etc., etc.

Há ainda uma questão a explorar, que tem a ver com a cronologia. Consoante a provável data de nascimento de Manuel Carvalho de Almeida, é possível considerar a hipótese de seu (provável) pai o ter tido antes de se ordenar. Neste caso, as restantes considerações mantêm-se e até se podem agravar, na medida em que esse filho podia colocar problemas à ordenação, pelo que convinha mantê-lo escondido. Para já não falar que, além do mais, a diferença de estatuto entre o futuro padre e Isabel Rodrigues nunca permitiria o casamento entre eles. Sendo portanto aconselhável que para ela fosse arranjado um marido.

Na verdade, a questão do estatuto é fundamental. Para entrar no Exército como oficial, ainda para mais na Arma de Cavalaria, Manuel Carvalho de Almeida teve de fazer habilitações da sua nobreza.

...

Several, em adicional comunicado a mim, sugeriu que se tentasse encontrar a habilitação militar de Manuel. E que, no caso de não surgirem novidades dessa pesquisa, eu reescrevesse o artigo (o que estou a fazer), pondo em confronto as duas hipóteses: a de um Manuel, homem simples e destronado, e a de um Manuel, filho biológico do padre Miguel.

Vamos aguardar que pesquisadores, como o piauiense Valdemir Miranda de Castro, consigam a habilitação militar de Manuel. Penso, porém, ser provável que Manuel permaneça como filho do casal Belchior Gomes da Cunha e Isabel Rodrigues, e tenha obtido, de fora, o apoio do pai padre, seu pai biológico, de quem tomou o apelido.

A questão da habilitação militar de Manuel promete ser um bom assunto. O que se sabe é que Manuel foi feito “comissário geral da cavalaria”, ou promovido a tanto vindo provavelmente de “capitão de cavalos”, em 1713, por ato do governador-geral do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Cristóvão da Costa Freire (Pires Ferreira, 2013, p. 141), em substituição do Meste-de-Campo Antônio da Cunha Soutomayor, que morrera (Castelo Branco, 1980, p. 100). O Estado do Maranhão e Grão-Pará, em distinção do Estado do Brasil, ao sul, teve essa designação entre 1654 e 1751; em seguida teve o nome trocado para “do Grão-Pará e Maranhão”. O

capitão-general Cristóvão da Costa Freire era fidalgo que se ligava ao senhorio de Pancas, no Reino.

Curiosamente, no ano de 1713, a patente de “comissário geral da cavalaria” já não existia; tinha sido abolida pela reforma da organização militar do *ano de 1707*, sendo substituída pelas patentes de coronel, tenente-coronel e sargento-mor (Loureiro, 2015, p. 269 e 270). Neste quadro, pode ser que o uso da expressão “comissário geral da cavalaria” tenha sido feito por ser mais significativa pela tradição, ou porque a constante da carta régia que definia os poderes do governador-geral, passada antes de 1707. Observo que Cristóvão da Costa Freire governou o Estado do Maranhão e Grão-Pará de *janeiro de 1707* a junho de 1718.

Referências

CARVALHO, padre Miguel de, *Descrição do sertão do Piauí*, completado e entregue ao bispo de Pernambuco no ano de 1697, (comentários e notas do Padre Cláudio Melo). Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2009.

CASTELLO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal de. *Apontamentos bibliográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na Província do Piauí*. Teresina: 1879. Obra reeditada pela Academia Piauiense de Letras, em 2012.

CASTELO BRANCO, Renato *Os Castelo Branco d'aquém e d'além mar*, São Paulo: LR Editores, 1980.

CASTRO, Valdemir Miranda de. *Enlaces de família – uma genealogia em construção*. Esperantina: Edição do Autor, 2014.

_____ Diversas conversações por telefone com o autor deste trabalho, durante 2015.

_____ artigo publicado por Valdemir Miranda de Castro no portal Entretextos, facilmente encontrado na Internet, sob o título “Ascendência do Padre Miguel de Carvalho”, em 2015.

HOUAISS, Antônio e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*. Elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LOUREIRO, Guilherme Maia de. *Estratificação e mobilidade social no Antigo Regime em Portugal (1640-1820)*, Lisboa: Guarda-mor, 2015.

Troca de e-mails sobre os Carvalho de Almeida portugueses.

MARQUES, José. *A origem do concelho de Ribeira de Pena (1331)*. In “Revista de Guimarães”, número 1013, 1993, páginas 327-341.

MELO, Padre Cláudio. *Fé e Civilização*, Teresina: 1991.

MIRANDA, Reginaldo. *Padre Miguel de Carvalho e Almeida, fundador de paróquias e missionário do sertão*. Constante em agosto de 2017 do blog de Elmar de Carvalho.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Ser nobre na colônia*, São Paulo: UNESP, 2005.

PIRES FERREIRA, Edgardo. *Os Castelo Branco e seus entrelaçamentos familiares no Piauí e no Maranhão*, 2ª edição. Volume 5 da série *A mística do parentesco*. São Paulo: Árvore Editorial, 2013.

ROSAS, Tarcísio. *Personalidades históricas do Rio Grande do Norte (séculos XVI a XIX)*. Natal: Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL, 1999.

SOVERAL, Manuel Abranches de. *Famílias de Ribeira de Pena – subsídios para a sua genealogia (séculos XV a XVIII)*. Tal obra é encontrada no sítio: www.soveral.info. 2002.

Diversas trocas de e-mails, durante o ano de 2016 e 2017, sobre o assunto dos Carvalho de Almeida.

NOTAS

¹ Revista da ASBRAP – Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia, número 23, ano 2016. O texto original teve o título de “O Abade Miguel Carvalho de Almeida, ancestral dos Carvalho de Almeida e dos Castelo Branco do Piauí”.

² CASTRO (2015).

³ O padre Miguel de Carvalho e Silva foi prelado importante no Piauí, em substituição de seu irmão o padre Tomé de Carvalho e Silva, por volta do ano de

1724. Ele teria vindo à América Portuguesa, em 1715, para ajudar o seu irmão Tomé, com certeza a pedido desse. Em MELO (1991), página 32, se tem o seguinte: *Por razões que ignoramos, mas talvez por motivo da idade do pároco, o bispo de Pernambuco nomeou Vigário de Vara, não o padre Tomé, mas o padre Miguel de Carvalho e Silva que o cura de Mocha trouxera para ajudá-lo, em 1715. O padre Miguel era irmão do padre Tomé*”.

⁴ Esta Catarina de Almeida tem o mesmo nome completo de sua mãe, que se casara com Domingos Carvalho. Observa-se o costume de as mulheres adorarem preferencialmente o sobrenome da mãe.

⁵ Por ação de Valdemir Miranda de Castro e Gustavo Conde Medeiros, descobriu-se no Arquivo da Torre do Tombo a execução testamentária do padre Tomé de Carvalho e Silva, morto em 1735, em Oeiras, Piauí. Ocorreu de um sobrinho do padre Tomé, de nome completo Manuel de Carvalho e Silva e Almeida, ter pleiteado uma terça parte da herança do padre Tomé. Este Manuel de Carvalho e Silva e Almeida era filho de Isabel de Almeida (irmã inteira do padre Tomé de Carvalho e Silva e do padre Miguel de Carvalho e Silva), e de Domingos Dias da Silva. O casal Catarina de Almeida (tia paterna do padre Miguel) e José da Silva Carvalho teve os seguintes filhos: Isabel de Almeida (antes referida), o padre Tomé Carvalho e Silva, Maria de Almeida, Catarina de Almeida, o padre Miguel de Carvalho e Silva e Antônia de Almeida. O casal Isabel de Almeida e Domingos Dias da Silva teve os seguintes filhos: padre Miguel de Carvalho (homônimo do nosso padre Miguel), Manuel de Carvalho e Silva e Almeida (o peticionante da terça da herança do tio padre Tomé), Antônio Carvalho de Almeida (o nosso Antônio, do Piauí), Manuel de Almeida e Antônio Sanches de Carvalho.

⁶ Capitão-mor do Rio Grande do Norte significa o mesmo que governador do Rio Grande do Norte, com poderes para organizar a guerra ofensiva e a defesa militar. A simples expressão “capitão-mor” foi-se transformando durante o tempo. No entanto, quando ela se segue da indicação de um território tem esse significado. A concepção de “capitania” inclui o protagonismo de um capitão-mor.

⁷ É curioso que esse documento, datado de 1765, tenha sido apresentado em CASTELLO BRANCO (1980), páginas 217-238. A curiosidade está em que, no contexto do livro de Renato Castello Branco, ele pretendia indicar, ou mesmo comprovar, a condição incontroversa de nobreza por parte de Francisco. Talvez, Renato nunca pudesse admitir que o documento fosse usado para sugerir que Francisco não sabia bem sobre seus avós paternos.

⁸ CASTELLO BRANCO (2012).

⁹ Eu mesmo sou descendente de Manuel, várias vezes. Meu sobrenome Carvalho, no entanto, me vem, patrilinaramente e sem interrupção, de Antônio Carvalho de Almeida (segundo desse nome completo), que não é irmão nem parente documentado de Manuel, como se tem neste corrente ensaio.

¹⁰ Os apelidos da mesma pessoa podiam variar com as circunstâncias, como já se tratou no corpo do ensaio.

¹¹ Não tenho comprovação da ascendência do sobrenome “Carvalho de Almeida” a “Carvalho” de Celorico de Basto, do século 12. Todavia, esta hipótese faz sentido. É de se afastar, no entanto, sucessão por efeito de “apelido de estirpe”; deve ter ocorrido uma continuidade por avocação e adoção por linhagem colateral. Hoje, no Brasil e em Portugal, os de sobrenome Carvalho são muitíssimos, mas muito menos eles foram, no século 16.

¹² Conforme SOVERAL, em www.soveral.info/RibeiradePena.htm

¹³ Ratificados em 24nov16, por Manuel Abranches de Soveral, conforme manifestação escrita a mim, de 24nov16. Várias informações sobre datas foram feitas e confirmações de outras.

¹⁴ ANTT – Tribunal da Inquisição, processo 1000.16.

¹⁵ Ver sobre esse assunto, ver CASTRO (2015).

¹⁶ A obra foi reeditada pela Academia Piauiense de Letras, em 2009, na versão de que constam comentários e notas do Padre Cláudio Melo, historiador. Ver CARVALHO (2009), em Referências, ao final.

¹⁷ Que podia variar para Domingos de Carvalho e Almeida.

¹⁸ ROSAS (1999).

¹⁹ Conforme constante do verbete “Antônio de Carvalho e Almeida”, no sítio da Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL: fjacepejul.nr.gov.br, em outubro de 2016.

²⁰ “Numaro” é o mesmo que “numário” ou “numerário”, dinheiro. Ao que parece, o texto curiosamente diz que o vencimento só se dará quando houver dinheiro para pagar o que se prometeu.

²¹ Dados sobre o Antônio, sobrinho, constantes de PIRES FERREIRA (2013) e de CASTRO (2014).

²² Verbetes “Antônio de Carvalho e Almeida”, no site da Fundação José Augusto – Centro de Estudos e Pesquisas Juvenal Lamartine - CEPEJUL: fjacepejul.nr.gov.br, em outubro de 2016.

²³ NIZZA DA SILVA (2005), páginas 28-29.

²⁴ LOUREIRO (2015), páginas 335-341.

²⁵ Guilherme Maia de Loureiro restringe o Antigo Regime em Portugal ao período da história portuguesa entre 1640 (com a restauração da autonomia do reino em favor de uma dinastia portuguesa, a Casa da Bragança) e 1820 (quando o rei dom João VI deixa de reinar como soberano com poderes absolutos).

²⁶ Crianças enjeitadas pelos pais ao nascerem e deixadas sem identificação para serem cuidadas por alguém que as queira.

²⁷ Trata-se das regras de direito gerais do reino de Portugal, feitas ao tempo dos reis da Casa de Habsburgo (1580 a 1640), também chamados de reis filipinos, porque todos eles chamavam-se Filipe.

²⁸ Alexandre foi importantíssimo na formação histórico-geográfica do que veio a ser o Brasil, uma vez que foi o autor da concepção e da argumentação em favor do reconhecimento formal, pela Espanha, da ocupação portuguesa da enorme área a oeste da linha imposta pelo tratado de Tordesilhas. Sua ação diplomática magnífica foi concluída com a assinatura do tratado de Madrid, em 15 de janeiro de 1750. Os tratados seguintes com a Espanha, o de El Pardo, em 1761, e o de Santo Ildefonso, em 1777, rediscutiram e reafirmaram, respectivamente, a teoria de Alexandre de Gusmão sobre o valor jurídico da *posse efetiva* de terras e não mais a *posse formal*. Alexandre é o “pré-brasileiro” mais ilustre que tivemos, em termos das consequências de sua ação diplomática.

²⁹ Conforme MARQUES (1993), o concelho de Ribeira de Pena foi criado pelo rei Dom Afonso IV, em 1331, por pedido de seus moradores. Até então, Ribeira de Pena era parte do concelho de Aguiar de Pena, depois dita Vila Pouca de Aguiar. Muito tempo transcorreu até o final do século 17, no entanto, a região é a mesma.

FAMÍLIA WEBER e AFINS

Sérgio Weber

Resumo: *Esta família, de origem suíça, se fixou em Santos, no Estado de São Paulo, se expandindo também para cidades do interior desse estado, assim como para os Estados do Ceará e de Minas Gerais. Seus afins aqui apresentados são: Busse, Frauendorf, Gonçalves do Nascimento, Hentschel, Hiermeyer e Warzinsky.*

Abstract: *This family, from Switzerland, was fixed in Santos, in São Paulo State, expanded to others cities in this state and in States as Ceará and Minas Gerais. Their relatives hier shown are: Busse, Frauendorf, Gonçalves do Nascimento, Hentschel, Hiermeyer e Warzinsky.*

§ 1º

- I- KONRAD WEBER, n. 11-SET-1810 em Siblingen, Cantão de Schaffhausen, Suíça. Em 1834, nesta cidade, C.c. MARGARETHA MEYER, n. 24-MAR-1815 e falecida em 01-JUN-1850 também nesta cidade. Tiveram, pelo menos:
1(II) – JOHANNES WEBER, que segue neste §.
- II- JOHANNES WEBER, n. 01-MAIO-1836 e b. 08-MAIO-1836 em Siblingen-Schffhausen-Suíça, tendo por padrinhos Johannes Hütlich e Margret Weber e falecido em 06-JUN-1876 de tifo hexantemático. Fixado em Santos no Brasil onde, por volta de 1862, C.c. LUDOWINE HIERMEYER, n. 02-MAIO-1845 e b. 03-MAIO-1845 no Württemberg-Alemanha e falecida em 22-AGO-1930-Santos/SP, Cem Paquetá, Irmandade do Rosário Aparecida, campa 106-perpétua, filha de Joseph Hiermeyer e de Marie Crescência Alt.(Vide Título Hiermeyer).
Tiveram:
1(III)- EDUARDO WEBER, que segue neste §.
2(III)- CARLOS ARTHUR WEBER, que segue neste §.
3(III) - EUGÊNIA IDA WEBER, que segue no § 2º.
4(III)- ANA ADELAIDE WEBER, que segue neste §.
5(III)- GENY LUDOVINA WEBER, que segue neste §.
6(III)- CLARA ALBERTINA WEBER, que segue no § 3º.
7(III)- JOÃO SENEN WEBER, que segue neste §.

- III - EDUARDO WEBER, b. 16-NOV-1863-Santos/SP-I.N.S. Rosário, fls 7-verso, tendo por padrinhos Eduardo Hiermeyer e Crescentia Hiermeyer. Felecido solteiro, sem sucessão.
- III- CARLOS ARTHUR WEBER , n. 12-FEV-1867 – Santos/SP, b. 18-MAR-1867 na Catedral de Santos, tendo por padrinhos seu tio Eduardo Hiermeyer e sua avó Crescentia Hiermeyer. Faleceu em sua cidade natal em 01-MAR-1925-Cem. Paquetá C 31. Em 29-JUL-1899-Santos/SP, C.c. LAURA LEOPOLDINA DE OLIVEIRA CAMPOS, n. 15-AGO-1876-Niteroi/RJ, batizada na Matriz de São Cristóvão, tendo por padrinhos José Rufino de Azevedo e Leopoldina Guedes de Azevedo em 10- MAIO-1877, filha de José Gomes de Oliveira Campos e de Leonor Leopoldina Conrado de Campos e falecida em 18- MAR-1924 em sua terra natal. (Vide Família Gomes de Oliveira Campos e Afins). Tiveram:
- 1(IV) – IRENE MARIA WEBER, que segue no § 4º.
 2(IV) – ELZA HELENA WEBER, que segue no § 5º.
 3(IV) – CARLOS ARTHUR WEBER JÚNIOR, que segue no § 6º.
 4(IV) – FLÁVIO LUIZ WEBER, que segue no § 7º.
 5(IV)- MERCEDES BEATRIZ WEBER, que segue no § 8º.
 6(IV) – OCTÁVIO AUGUSTO WEBER, que segue no § 9º.
 7(IV) – LAURA SOFIA WEBER, que segue no § 10º.
 8(IV) – LUCÍLIA EULÁLIA WEBER, que segue no § 11º.
 9(IV) – JOÃO JORGE WEBER, que segue no § 12º.
 10(IV) – JOSÉ EDUARDO WEBER, que segue no § 13º
 11(IV) – MARIA DE LOURDES WEBER, que segue no § 14º.
 12(IV) – MARIA LEONOR WEBER, que segue no § 15º.
- III- ANA ADELAIDE WEBER, n. Santos/SP e falecida solteira em 14-JUN-1951-Santos/SP. Sem sucessão.
- III- GENY LUDOVINA WEBER, n. 03-JAN-1873 e b. 07-FEV-1873-Santos/SP. Falecida em Santos/SP . Sem sucessão.
- III- JOÃO SENEN WEBER, n. 05-SET-1876 e b. 19-SET-1876-Santos/SP. Falecido em 10-MAR-1929-Santos/SP, Cem. Paquetá , N..S. Amparo, campa 64. Sem sucessão.

§ 2º

- III- EUGÊNIA IDA WEBER, do § 1º N° 3, n. 31-JAN-1868-Santos/SP e C.c. ALBERT ERNST BARTH . Tiveram:

- 1(IV) – RICHARD ERNST BARTH, que segue neste §.
 2(IV) – ALBERT EDUARD BARTH, que segue neste §.
 3(IV) – ELZE AMALIE CLARA BARTH, que segue no § 16º.
 4(IV) – WILHELM MAX BARTH, que segue no § 17º.
 5(IV) – IDA ERNA BARTH, que segue neste §.
 6(IV) – HERTHA HELENA IDA BARTH, que segue no § 18º.
- IV- RICHARD ERNST BARTH, n. 20-AGO-1890-Santos/SP, b. 11-MAIO- 1893-Santos/SP pela Igreja Luterana de S.Paulo.
- IV- ALBERT EDUARD BARTH, n. 31-MAIO-1892-Santos/SP, b. 11-MAIO-1893-Santos/SP pela Igreja Luterana de S.Paulo e C.c. ELZA BRECHTEL.
- IV- IDA ERNA BARTH, n. 26-JAN-1897-Santos/SP, b. 15-ABR-1897-Santos/SP pela Igreja Luterana de S.Paulo.

§ 3º

- III- CLARA ALBERTINA WEBER, do § 1º, N 6, n. 24-AGO-1874-Santos/SP e lá também falecida. Casada em Santos/SP com JOSÉ HAYDEN, n. c. 1867-Rio de Janeiro e falecido em 1904- Santos/SP. Tiveram:
- 1(IV)- EDUARDO HAYDEN.
 2(IV)- MARIA ANGÉLICA HAYDEN (Maricota), n. e falecida em Santos/SP, solteira. Sem sucessão.

§ 4º

- IV- IRENE MARIA WEBER, do § 1º, Nº 1º, n. 16-AGO-1900-Santos/SP e falecida em 31-JAN-1945-Mogí das Cruzes-SP. Em 02-MAR-1922-Santos-SP, C.c. OLÁVIO BASTOS NEVES, n. 17-JAN-1897-Santos/SP e falecido em 19-OUT-1989-S.Paulo/SP, filho de Américo Galvão Neves e de Ana Monte Bastos Neves. Tiveram:
- 1(V)- IVETTE BASTOS NEVES, que segue no § 19º.
 2(V)- CARLOS DAYTON NEVES, que segue neste §.
 3(V)- ROBERTO CLAYTON WEBER NEVES, que segue neste §.
 4(V)- GEORGE HAMILTON NEVES, que segue neste §..
 5(V)- LIZETTE NEVES, que segue no § 20º.
 6(V)- WILLIAM NEWTON WEBER, que segue neste §.
 7(V)- WALDIR WILSON BASTOS NEVES, que segue no parágrafo 21.

- .V- CARLOS DAYTON NEVES, n. 17-DEZ-1925-Santos/SP e falecido em 25-JUN-1977-S.Paulo/SP. Em 04-SET-1954- S.Paulo/SP C.c CONSUELO DIAS NEVES, n. 24-JUN-1926, filha de João Dias e de Ricardina Rodrigues Dias. Tiveram:
- Tiveram:
- 1(VI) – CELSO DIAS NEVES, n. 29-JUN-1955-S.Paulo/SP.
 2(VI) – CLOVIS DIAS NEVES, n.03-NOV-1958-S.Paulo/SP.
 3(VI) – CLÁUDIO DIAS NEVES, n.10-FEV-1963-S.Paulo/SP.
- V- ROBERTO CLAYTON WEBER NEVES, n. 27-OUT-1927-Santos/SP e falecido em 31-JUL-1988-S.Paulo-SP. Casado com MARIA TEREZA DA SILVA, n. 06-MAIO-1936-Jaboticabal/SP, filha de Francisco Bueno da Silva e de Olívia Bueno da Silva. Sem sucessão.
- ,
 V- GEORGE HAMILTON NEVES, n. 30-JUN-1929-Mogí das Cruzes/SP e falecido em 01-JAN-1977-S.Paulo/SP. Solteiro.
- V- WILLIAM NEWTON WEBER, n. 23-DEZ-1933-Mogí das Cruzes/SP e falecido em 06-SET-1960-S.Paulo/SP. Em 08-FEV-1958 C.c. OLÍMPIA MAESTÁ, n. 26-MAIO-1936 - S.Paulo/SP.
 Tiveram:
- 1(VI)- MONALISA WEBER, n. 02-JAN-1959-S.Paulo/SP. Em 25-NOV- 1983-S.Paulo/SP C.c. ANTÔNIO CLARET BAUDINO, n. 15- NOV-1952-S.Paulo/SP, filho de Leonardo Ivo Baudino e de Ilda Baudino.
 2(VI)- REBECCA WEBER, n. 29-MAIO-1960-S.Paulo/SP,.

§ 5º

- IV- ELZA HELENA WEBER, do § 1º, N 2, n. 30-AGO-1901-Santos/SP e falecida em 20-DEZ-1965-S.Paulo/SP. Em 31-JUL-1922-Santos/SP C.c. EMANOEL ALBERTO ALLEN, n. 25-AGO-1901-Santos/SP, filho de Alfredo Victor Allen e de Elena Rodriguez Góes Soccas.
 Tiveram:
- 1(V) – ALBERTO CLAYTON ALLEN, n. 08-JUL-1924-Santos/SP e falecido em 04-MAIO-2000.SP, com sucessão.
 2(V) – CLEARY ALLEN, n. 24-ABR-1927-Santos/SP e falecida em 08-JAN-2007-S.Paulo/SP, com sucessão.

§ 6º

- IV- CARLOS ARTHUR WEBER JÚNIOR, do § 1º, N 3., n. 19-ABR-1903- Santos/SP e falecido em 05-MAIO-1985-S.Paulo/SP.

Em 30-JUL-1925-S.Paulo/SP C.c. YARA DEL PORTO, n. 28-DEZ-1906-Rio de Janeiro/RJ, filha de Alfredo Luiz Del Porto e de Elmira Conrado de Oliveira Campos e falecida em 03-JUL-1982-S.Paulo/SP, Cem. Protestantes G-109,Livro 4,fls 164. (Vide Família Gomes de Oliveira Campos e Afins)

Tiveram:

- 1(V)- PAULO ALFREDO WEBER, que segue neste §.
- 2(V)- ARAY CARLOS WEBER, que segue neste §.
- 3(V)- MARCELO LUIZ WEBER, que segue neste § 22º.
- 4(V)- HÉLIO MARCOS WEBER, que segue neste §.
- 5(V)- REGINA HELENA WEBER, que segue no § 23º.

V- PAULO ALFREDO WEBER, n. 09-SET-1926-Santos/SP, e falecido em 05-NOV-2002-S.Paulo/SP. Em 07-JAN-1961-S.Paulo/SP C.c. MARIA ISABEL DE SOUZA ARANHA, n. 16-JUN-1923- Bebedouro/SP, , filha de José Luiz de Souza Aranha e de Idalsina de Castro de Souza Aranha, nascidos respectivamente em Amparo/SP e em Colina/SP .

Sem sucessão.

V - ARAY CARLOS WEBER, n. 26-OUT-1927-Santos/SP e falecido em 05-OUT-1983-S.Paulo/SP.. Em 26- JAN- 1957-S.Paulo/SP C.c. MARIA APARECIDA MEIRA n. 16-SET-1926, filha de Romeu Meira e de Maria Conceição Barreto.

Tiveram:

1(VI) – VINICIUS MEIRA WEBER, n. 09-JUL-1963
S.Paulo/SP,

2(VI)– FÁBIO MEIRA WEBER, n. 11-DEZ-1966-
S.Paulo/SP.

V- HÉLIO MARCOS WEBER, n. 25-DEZ-1931-São Vicente/SP e falecido em 08-ABR-2004-Jundiaí/SP. Em 31-JAN- 1959-São Paulo/SP C.c ALDA SECCO ROSSETTO, n. 09-DEZ-1926-São Paulo/SP, filha de Guilherme Rossetto e de Rosa Secco Rossetto. Tiveram;

1(VI)- ANA PAULA WEBER, n. 07-JUN-1976-Jundiaí/SP.

§ 7º

IV- FLÁVIO LUIZ WEBER, do § 1º N. 4, n. 20-NOV-1904-Santos-SP e falecido a 15-MAIO-1970-S.Paulo/SP. Em 02-JUL-1927-Santos/SP, C.c IRACY GONÇALVES, n. 28-MAR-1907-Santa

Rita/PB e falecida em 17-SET-1991-Maringá-PR. (Vide Titulo Gonçalves do Nascimento).

Filha:

1(V)- LAIZ WEBER, segue neste §.

- V- LAIZ WEBER, n. 15-MAIO-1928-Santos/SP e C.c. ROBERTO TAVARES GALLIANO, n. 21-NOV-1925- S.Paulo/SP e falecido em 31-JUL-2005-Maringá/PR, filho de Alfredo Luzzi Galliano e de Carlota Tavares Galliano.
Tiveram:

1(VI)- STELLA TAVARES GALLIANO], que segue neste §.

- VI- STELLA TAVARES GALLIANO, n. 28-JUN- 1952-Maringá/PR., Em 18- MAIO-1978-S.Paulo/SP C.c. CELSO PEREIRA BARRETO, n. 22-AGO-1952-S.Paulo/SP, , filho de Byron Pereira Barretto e de Odette Pereira Barretto.
Tiveram:

1(VII) – GUSTAVO PEREIRA BARRETO, n. 04- AGO-1979- Maringá/PR.

2(VII) – FERNANDO PEREIRA BARRETO, n. 12-FEV-1981- S.Paulo/SP.

3(VII) – GUILHERME PEREIRA BARRETO, n. 23-OUT-1982- Maringá/PR.

§ 8º

- IV- MERCEDES BEATRIZ WEBER, do § 1º, Nº 5, n. 03-JUL-1906- Santos/SP e falecida em 11-NOV-1990-Santos/SP, Cem Paquetá. Em 06-JUL-1929-Santos/SP C.c.HENRIQUE OSWALDO ALLEN, n. 13- SET-1902 Santos/SP, filho de Alfredo Victor Allen e de Elena Rodriguez Góes Soccas.

Tiveram:

1(V) – LUIZ VICTOR ALLEN, n. 08-ABR-1930-Santos/SP.

2(V) – JOEL CARLOS ALLEN, n. 17-SET-1931-Santos/SP e falecido em 24-JUN-2017-São Vicente/SP.

§ 9º

- IV- OCTÁVIO AUGUSTO WEBER, do § 1º Nº 6, n. 29-JAN-1908- Santos/SP e falecido em 03-OUT-1979- São Paulo/SP, Cem. Protestantes ,G 40, Reg 133. Em 12- JAN-1929-Santos/SP, C.c NAIR DE CASTRO, n. 26-JUN-1906- Santos/SP e falecida em 31-

JUL-1991-São Paulo/SP, Cem. Protestantes, G 40, filha de Arnaud de Castro e de Maria Amanda Baumer.de Castro. (Vide Os Castro e Silva no Estado de São Paulo).

Tiveram:

- 1(V) - LEDA MARIA WEBER, que segue neste §.
- 2(V) – SÉRGIO WEBER, que segue neste §.
- 3(V) – LUCY WEBER, que segue no § 24º.
- 4(V) – ANTÔNIO SYLVIO WEBER, que segue neste §.
- 5(V) – THADEU WEBER, que segue neste §.
- 6(V) – JOSÉ WEBER, que segue neste §.

V- LEDA MARIA WEBER, n.14-JAN-1930-Santos/SP e falecida em 17-ABR-2014-S.Paulo/SP, Cem. Protestantes ,G 40. Solteira. Sem sucessão.

V- SÉRGIO WEBER, n. 11-MAIO-1931-Santos/SP, b. 26-JUL-1931-Igreja.São.José - Macuco-Santos/SP. . Em 04-JUL-1962-S.Paulo/SP C.c. MARIA APARECIDA DE MOURA LACERDA DUARTE , n. 02-JAN-1938-Campinas/SP, batizada em 13/MAR-1938-Aparecida do Norte/SP, filha de Mário Duarte e de Nelly Galvão de Moura Lacerda, estes ambos de Jundiaí/SP. (Vide Notas Históricas e Genealógicas de Antônio Galvão de Moura Lacerda).

Tiveram:

- 1(VI) – MÁRIO WEBER, n. e m. 25-JAN-1965-S.Paulo/SP-Cem. Vila Formosa e Cem. Protestantes G 40.
- 2(VI) – SÉRGIO WEBER JÚNIOR, n. 03-MAR-1967-S.Paulo/SP. Em 24-JAN-1998-S.Paulo/SP C.c. VANDA ANCONA, n. 20-JUN-1967-S.Paulo/SP, , filha de Alberto Ancona e de Violeta Cadranel Ancona.
Tiveram:
 - 1(VII) – FELIPE ANCONA WEBER, n. 26-AGO-1999-S. Paulo/SP.
 - 2(VII) –BRUNO ANCONA WEBER, n. 09-JUN-2004-S. Paulo/SP.
- 3(VI) – MARCUS WEBER, n. 21-ABR-1968-S.Paulo/SP. - Em 22-OUT-2016-S.Paulo /SP C.c NORMA REGINA RANALI, n. 06-JAN-1968-S.Paulo/SP, filha de José Ranali e de Maria Fernandez Ranali.
- 4(VI) – OCTÁVIO WEBER NETO, n. 03-NOV-1969-S.Paulo/SP, Em 23-JAN-1997-Igarapé- Açú/PA C.c. CRISTIANNE MAR-

QUES DA COSTA, n. 02-MAIO-1978-Igarapé-Açu/PA, filha de Benedito Silva da Costa e de Odette Marques da Costa. Tiveram:

1(VII) – BIANCA MARQUES WEBER, n. 28-MAIO-1996-S.Paulo/SP, batizada em 12-JAN-1997- Igarapé-Açu/PA, sendo seus padrinhos Antônio César Sarai-va de Mendonça e Ana Meyres Marques da Costa.

- V- ANTÔNIO SYLVIO WEBER, n. 22-ABR-1939-Santos/SP, b. 24-SET-1939-N.S. Aparecida/SP e falecido em 27-OUT-1939-Santos/SP- Cem. Paquetá.
- V- THADEU WEBER, n. e m. 16-NOV-1944-S.Paulo/SP. Cem.S.Paulo. Exumado e trasladado para ossário 2951. Cart.19ª.Zona.
- V- JOSÉ WEBER, n. e m. 02-ABR-1950-Santos/SP. Cem. Paquetá. Carneira 36-Jazigo 12.

§ 10º

- IV- LAURA SOPHIA WEBER, do § 1º, Nº 7, n. 23-ABR-1909-Santos/SP e falecida em 23-OUT-1990-S.João da Boa Vista/SP. Em 22-SET-1928 Santos/SP C.c. RUI DE OLIVEIRA CAMPOS, n. 30-NOV-1903-Santos/SP, filho de José Gomes de Oliveira Campos Filho e de Palmyra Monteiro. (Vide Família Gomes de Oliveira Campos e Afins)
Pais de:
- 1(V) – YEDDA CAMPOS, n. 02-JUN-1931-Santos/SP
- 2(V) – RENÊ CAMPOS, n.01-JUN-1932-Santos/SP.
- 3(V) – SELMA CAMPOS, n. 21-MAIO-1936-Santos/SP e falecida em 06-MAR-1981-S.J.B.Vista/SP.
- 4(V) – MARIA GISELA CAMPOS, n. 02-MAR-1942-Santos/SP.
- 5(V) – JOSÉ CARLOS CAMPOS, n. 25-JUN-1945-Santos/SP e falecido em 10-MAIO-2012-Santos/SP.
- 6(V) – LENI CAMPOS, n. 20-ABR-1949-Santos

§ 11º.

- IV- LUCÍLIA EULÁLIA WEBER, do § 1º, Nº 8, n. 15-FEV-1911-Santos/SP e falecida em 13-DEZ-1987-S.Vicente/SP. Em 25-JUL-1931-Santos/SP C.c. JOÃO BAPTISTA De SOUZA, n. 26-JUN-1900-Ipú/BA e falecido em 03-MAR-1990- São Vicente/SP.
Pais de:
- 1(V) – SYLVIO WEBER DE SOUZA, que segue neste §.
- 2(V) – MARYSIA WEBER DE SOUZA, que segue no § 25º.
- 3(V) – MARLY WEBER DE SOUZA, que segue no § 26º.

- V- SYLVIO WEBER DE SOUZA, n. 19-MAIO-1932-S.Vicente/SP, falecido em 27-FEV-1995 - Itapecerica da Serra/SP. Solteiro. Sem sucessão.

§12º

- IV- JOÃO JORGE WEBER (Joãzinho), do § 1º, Nº 9, n. 11-MAR-1913-Santos/SP e falecido em 17-JUN-1944-São Paulo/SP, Cem. São Paulo. Em 16-NOV-1938-S.Paulo/SP C.c ALICE RIGHT GOES BITTENCOURT, n 24-JUL-1915-Santos/SP, filha de Constâncio A. Gões Bittencourt e de Josepha Right Bittencourt e falecida em 03 - JAN-1993-Santos/SP, Cem. Paquetá.
Filha:
1(V)-NEUSA WEBER, n. 12-DEZ-1940-São Paulo/SP e falecida em 23-AGO-1977-São Paulo/SP. Casada com ADOLFO NEIVA, n. 18-FEV-1933-São Paulo/SP.
Tiveram:
1(VI)- ALICE WEBER NEIVA, n 13-JUL-1960-São Paulo/SP e C.c EDSON JUNQUEIRA CASTELLI, n. 20-JAN-1957-S.Paulo/SP.
2(VI)-RENATA WEBER NEIVA, n. 11-MAIO-1964-S.Paulo/SP. Casada com ANTÔNIO JÚLIO MASULINO, n.03-MAR – 1965-São Paulo/SP.

§ 13º

- IV- JOSÉ EDUARDO WEBER (Zezinho), do § 1º Nº 10, n. 11-MAR-1913-Santos/SP e falecido em 12-OUT-1989-Santos/SP. Em 19-JUN-1937-Santos/SP C.c. LEONOR LIMA, n. 12- JUL-1909-Santos/SP e falecida em 09-DEZ-1998-S.Paulo/SP- Cem. Araçá, Sep 20, Quadra 8, filha de Antônio Lima e de Cristina Lima.
Filhos:
1(V)- JOSÉ CARLOS WEBER,que segue neste §.
2(V)- REYNALDO DE LIMA WEBER, que segue no § 27º.
- V- JOSÉ CARLOS WEBER, n. 23-JUL-1938-S.Paulo/SP e falecido em 01-FEV-2013-S.Paulo/SP-Cem. Araçá. Em 26-JUN-1965-S.Paulo/SP C.c. INÊS AMARAL, n. 29-DEZ-1941- Bariri/SP, filha de Miguel Amaral e de Emília Amaral.
Tiveram:

1(VI) – CARLOS EDUARDO WEBER, n. 27-MAR-1966-S.Paulo/SP,
Em 06-NOV-1993-S.Paulo/SP, N.S. Fátima C.c SOLANGE
LOURENÇO LIMA, n. 06-NOV-1959-Passagem/RN, filha de
José Lourenço de Lima e de Maria José Chacon.
Filhas:

1(VII) – CAROLINE WEBER, 07-JAN-1997-S.Paulo/SP.

2(VII) – ALINE WEBER, n. 11-DEZ-2001- S.Paulo/SP.

2(VI)- RAQUEL WEBER, n. 03-ABR- 1976-S.Paulo/SP.

§ 14º

IV– MARIA DE LOURDES WEBER, do § 1º, Nº11. n. 12-DEZ-1916-
Santos/SP.e falecida em 10-MAIO-2008-S.Paulo/SP-Cem Protestantes.
Em 02_JAN-1941-Novo Horizonte/SP C.c. ALCÍDIO SALLES, n.
01 -DEZ-1918-Olímpia/SP, falecido em 17-SET-1991-S.João da Boa
Vista/SP, filho de Ramillo Salles e de Clara Honória Salles, de Barretos
/SP. Filhos:

1(V)- ACÁCIO SALES, que segue neste §.

2(V)- MARIA CLARA SALES, que segue neste §.

3(V)- MARIA CRISTINA SALES, que segue neste §.

4(V)- MARIA HELOISA SALES, que segue neste §.

5(V)- MARIA HELIANA SALES, que segue neste §.

V-ACÁCIO SALES, n. 29-JUL-1941- Sales/SP e falecido em 25-MAIO-2004-
Sales/SP. Em 12-JUN-1966-Novo Horizonte/SP C.c.DALVA NARDACHI-
ONE, n. 28-JUL-1936. Filhos:

:

1(VI) – ACÁCIO SALES JÚNIOR, n. 20-DEZ-1966-Sales/SP.

V – MARIA CLARA SALES, n. 01-SET-1947-Sales/SP.

V – MARIA CRISTINA SALES, n. 23-JUL-1949-Sales /SP. Casada com
LUÍS AUGUSTO VILA, n. 05-DEZ-1950 e falecido em 22-OUT-2017.

V– MARIA HELOIZA SALES, 24-MAIO-1951-Sales/SP. Casada com HAIM
MICHEL HARABAGIN, n 14-ABR-1951 e falecido em 22-JUL-2016.

V– MARIA HELIANA SALES, 15-FEV-1954-Novo Horizonte/SP. Casada
com THEODORO SANCHES FILHO, n. 29-NOV-1947-SP-SP.
Filha:

1(VI) –DANIELLA SALES, n. 20-MAIO-1977-S.Paulo/SP. Em 28-JAN-2006-S.Paulo/SP C.c. HENRIQUE TROMBETTA HYPOLITO.

§ 15º

IV- MARIA LEONOR WEBER, do § 1º, Nº 12, n. 28-DEZ-1917-Santos/SP e falecida em 03-JUN-1982-Santos/SP. Em 29-JAN-1948-São Paulo/SP, C.c ANÉSIO NAVEGA, n. 21-NOV-1922-Araçatuba/SP, filho de Theodoro da Cruz Navega e de Emília Navega e falecido em 04-JUL-1980-Mogí das Cruzes/SP. Pais de:

1(V)- CARLOS ALBERTO NAVEGA, que segue neste §.

2(V)- MARIA HELENA NAVEGA, que segue neste §.

V- CARLOS ALBERTO NAVEGA, n. 09-FEV-1949-S.Paulo/SP e falecido solteiro em 22-MAIO-2003-S.Paulo/SP, Cem. Gethsemani Sem sucessão.

V- MARIA HELENA NAVEGA, n. 24_AGO-1952- São Paulo/SP e falecida em 05-FEV-2014-São Paulo/SP. Em 23-MAIO-1986-S.Paulo/SP, C. c PEDRO FIORETTO FILHO, n. 21-OUT-1952-São Paulo/SP, filho de Pedro Fioretto e de Wanda Gonçalves Fioretto. Filhos:

1(VI)- WILLIAM NAVEGA FIORETTO, n. e m. e 01-SET-1986-São Paulo/SP.

2(VI)- CLÁUDIA NAVEGA FIORETTO, n. 15-MAR-1991-S.Paulo/SP.

§ 16º

IV – ELZE AMALIE CLARA BARTH, do § 2º, N 3, n. 21-MAR-1894-Santos/SP, batizada em 28-DEZ-1894-Santos/SP e falecida em 10-AGO-1945-S.Paulo/SP-Cem. Protestantes-Quadra G Sep 191-B, Reg 1136/173, residente à R. Bahia, 204 (Centro, 404). Casada com FELIX WÜNSCHE, n. 1878 e falecido em 24-JUN-1951-S.Paulo/SP-Cem Protestantes (I.Centro, 64).

Tiveram:

1(V)- ERNA IDA AMÁLIA WÜNSCHE, que segue neste §.

2(V)-RUDOLF WÜNSCHE, que segue neste §.

V- ERNA IDA AMALIA WÜNSCHE, 07-AGO-1913-Santos/SP, batizada em 1913-S.Vicente/SP e confirmada em 15-DEZ-1929-S.Paulo/SP.(IECLSP, 87).

V- RUDOLF WÜNSCH, n. 22-OUT-1916, batizado em 01-ABR-1917 e confirmado em 21-DEZ-1930-S.Paulo/SP- I.Centro. (Centro,

107) e C.c. INAH WÜNSCHE.

Filhos:

1(VI) – FRIEDRICH WÜNSCHE (Fred).

2(VI) – ELSE WÜNSCHE

§ 17º

- IV- WILHELM MAX BARTH, do § 2º, Nº 4, n. 28-SET-1895-Santos/SP e batizado em 29-DEZ-1895 na Igreja Evangélica Luterana de S.Paulo. Casado em 05-NOV- 1921-S.Paulo/SP com MARIA LUISE WARZINSKY, n. 30-NOV-1900-S.Paulo/SP, filha de Heinrich Warzinsky e de Frederike Christine Ernst. (Vide Título Warzinsky).
Tiveram:
- 1(V)- HAROLD ERICH BARTH, que segue neste §.
2(V)- UDO WALTER BARTH, que segue neste §.
3(V)- FRIEDRIKE HERTHA BARTH, que segue neste §.
4(V) -WOLFGANG GÜNTHER BARTH, que segue neste §.
- V- HAROLD ERICH BARTH, n. 14-AGO-1922-Santos/SP, batizado Em 21-ABR-1923 e confirmado em 04-DEZ-1938/S.Paulo/SP, quando morador no Brooklin Paulista, 5º desvio. (I.Centro, 260).
- V- UDO WALTER BARTH, n. 19-JUN-1925-S.Paulo/SP, batizado em 12-OUT-1926-S.Paulo/SP, na Igreja Evangélica Luterana de S.Paulo quando morador na Parada “15 de novembro”, 549 Santo Amaro, sendo seus padrinhos Felix e Else Wünsche. (Centro, 261).
- V- FRIEDRIKE HERTHA BARTH, n. 29-MAIO-1928-S.Paulo/SP, batizada em 23-JUN-1929-S.Paulo/SP (I.E.C.L.S.P.), tendo como padrinhos Otto Erdmann Hentschel e Lina Hentschel (Centro,415) e confirmada em 07-NOV-1943-S.Paulo/SP (Centro, 41). Em 27-FEV-1954-S.Paulo/SP C.c. WALTER HERBERT FRAUENDORF. (Vide Título Frauendorf).
- V- WOLFGANG GÜNTHER BARTH, n .02-MAIO_1936-S.Amaro/SP e batizado em 09-MAIO-1937-S.Paulo/SP (I.E.C.L.S.P.), tendo por padrinhos Bruno e Adelina Menzel quando morador a R. 15 de novembro, 549- Parada “Petrópolis”,Sto. Amaro (Centro,212).

§ 18º

IV- HERTHA HELENA IDA BARTH, do § 2º, Nº 6, n. 21-JUN-1900- Alemanha e falecida em 16-ABR-1973-S.Paulo/SP-Cem Protestantes. Casada em 1ªs núpcias com H.STECKNER (I.Paz, 34-1973). Casada em 2ªs núpcias com HERBERT JOHANNES NOSSAK, n. 1888- Alemanha e falecido em 19-JUN-1929-Santos/SP, naturalizado, Cem. Paquetá J 20-C 66.
Filhos do 2º casamento:

- 1(V)- DIETRICH HERBERT NOSSAK, que segue neste §.
2(V)- GERHARD NOSSAK, que segue neste.

V- DIETRICH HERBERT NOSSAK, n. 12-SET-1924-Santos/SP. Em 27-JUL-1957-S.Paulo/SP C.c. ILSE ELFRIEDE HEDWIG BUSSE, n. 26-JAN-1935-Piedade/SP, com bodas de ouro em 29-JUL-2007-S.Paulo/SP (Paz,2007), filha de Erwin Richard Alfred Busse e de Käthe Schmidt-Sommer.(Campo Belo/SP/SP) (Centro,142)
Tiveram:

1(VI) – GUNTHER HERBERT NOSSAK, n. 14-MAIO-1958-S.Paulo/SP. Batizado em 08-MAIO-1960-S.Paulo/SP. (Paz,32/1960).

2(VI) – INGO ERWIN NOSSAK, n. 08-MAIO-1962-S.Paulo/SP, batizado em 18-AGO-1963-S.Paulo/SP. Em 28-JUL-1990-S.Paulo/SP C.c. MARLENE FRIEDRICH, n. 17-OUT-1963-Piedade/SP, filha de Walter Friedrich e de Gertrudes Friedrich. (Paz, 1990)

Tiveram:

1(VII) – INGRID NOSSAK, n. 26-AGO-1995-S.Paulo/SP e batizada e confirmada em 05-ABR- 2009. (Paz, 2009).

V- GERHARD NOSSAK, n.1925.

§ 19º

V – IVETTE BASTOS NEVES, do § 4º, Nº 1, n. 03-ABR-1923-Santos/SP. Em 28-DEZ-1949-S.Paulo/SP C.c. JOSÉ SCHMIDT FILHO, n. 19-AGO-1924-Pouso Alegre/MG, filho de José Schmidt e de Ana Monteiro Schmidt e falecido em 03-NOV-1966-S.Paulo/SP.
Tiveram:

- 1(VI)- JOSÉ ROBERTO SCHMIDT, que segue neste §.
 2(VI)- ANA MARIA SCHMIDT, que segue neste §.
 3(VI)- LUIZ AUGUSTO SCHMIDT, que segue neste §.
 4(VI)- RICARDO SCHMIDT, que segue neste §.
 5(VI)- PAULO AFONSO SCHMIDT, que segue neste §.
- VI – JOSÉ ROBERTO SCHMIDT, n. 02-OUT-1950-S.Paulo/SP.. Em 13-
 JAN-1979- Belo Horizonte/MG C.c. REGINA HELENA RESENDE
 DA SILVA, n. 26-AGO-1953-Rio de Janeiro/RJ, filha de Marcelino
 Lucas da Silva e de Gedna Maria Murse Resende.
 Tiveram:
 1(VII) – CAMILA SCHMIDT, n. 08-JUL-1979-Belo Horizonte/MG,
 2(VII) – BIANCA SCHMIDT, n. 08-JUN-1981-Belo Horizonte-MG.
 3(VII) – FÁBIO ROBERTO SCHMIDT, n. 29-AGO-1982-Belo Hori-
 zonte-MG .
- VI – ANA MARIA SCHMIDT, n. 12-DEZ-1951-S.Paulo/SP.
- VI– LUIZ AUGUSTO SCHMIDT, n. 09-AGO-1955-S.Paulo/SP. Em 05-
 AGO-1989-Belo Horizonte/MG C.c. CLÁUDIA GARCIA, filha de
 Oswaldo de Souza Garcia e de Maria Mello Garcia.
 Tiveram:
 1(VII) – ANDRÉ SCHMIDT.
- VI– RICARDO SCHMIDT, n. 15-AGO-1958-S.Paulo/SP. Em 19-NOV-
 1988-Belo Horizonte/MG C.c. CARLA CUNHA, filha de Jonas
 Damázio Cunha e de Clécia Dutra Damázio.
 Tiveram:
 1(VII) – GABRIELA SCHMIDT, n.03-ABR-1992-Belo Horizonte/MG.
- VI- PAULO AFONSO SCHMIDT, 19-MAIO-1963-S.Paulo/SP.

§ 20º

- V- LIZETTE NEVES, DO § 4º. N 5, n. 05-OUT-1931- Mogi das
 Cruzes/SP. Em 25-JAN-1954-S.Paulo/SP C.c. EOLO DE OLIVEIRA
 BASÍLIO ,filho de Alcides Basílio e de Marília Basílio.
- Tiveram:
 1(VI) – ALCIDES BASÍLIO NETO, n. 04-JAN-1956-S.Paulo/SP
 2(VI) – MARÍLIA BASÍLIO, n. 04-JUN-1957-S.Paulo/SP.

§ 21º

- V- WALDIR WILSON NEVES, do § 4º, Nº 7, n. 31-DEZ-1937-Mogí das Cruzes/SP e falecido em 16-FEV-2005-S.J.R.Preto/SP. Em São José do Rio Preto/SP C.c. ANA RITA DOURADO.
Tiveram:
- 1(VI)- KÁTIA NANJI DOURADO NEVES, que segue neste §.
 - 2(VI)- TÂNIA REGINA DOURADO NEVES, que segue neste §.
 - 3(VI)- SANDRA CRISTINA DOURADO NEVES, que segue neste §
 - 4(VI)- PAULO ROGÉRIO DOURADO NEVES, que segue neste §.
 - 5(VI)- MÁRCIA HELENA DOURADO NEVES, que segue neste §.
 - 6(VI)- ALEXANDRE CESAR DOURADO NEVES, que segue neste parágrafo.
 - 7(VI)- RODRIGO AUGUSTO DOURADO NEVES, que segue neste parágrafo.
- VI- KÁTIA NANJI DOURADO NEVES, n. 31-OUT-1957-S.José do Rio Preto/SP. Em 16-DEZ-2000-S.J.R. Preto/SP C.c. SÉRGIO FRANCISCO DO NASCIMENTO, n 09-ABR-1957.
- VI – TÂNIA REGINA DOURADO NEVES, n. 10-JUL-1959- Olímpia/SP e falecida em 24-FEV-1992. Em 28-OUT-1989- S.J.Rio Preto/SP C.c. OLAVO CAMPOS PEREIRA, n. 17-SET-1964 e falecido em 14ABR-2000.
Tiveram:
- 1(VII)- DANILO AUGUSTO NEVES PEREIRA, n. 09-OUT-1990-S.J.Rio Preto/SP.
- VI – SANDRA CRISTINA DOURADO NEVES, n. 08-AGO-1962-S.J.R.Preto/SP. Em 16-NOV-1985-S.J.R.Preto/SP C.c. PAULO CEZAR SAEKI CECATO, n. 05-DEZ-1961.
Tiveram:
- 1(VII) – SABRINA IKEDA NEVES SAEKI, n. 07-MAR-1988-S.J.R.Preto/SP.
 - 2(VII) – PAULA CRISTINA NEVES SAEKI, n. 19-JAN-1990-S.J.R.Preto/SP.
- VI– PAULO ROGÉRIO DOURADO NEVES, n. 12-JUL-1964 e falecido Em 12-JAN-1966-S.Paulo/SP.
- VI- MÁRCIA HELENA DOURADO NEVES, n. 02-NOV-1965-S.Paulo/SP. Em 16-NOV-1996-S.J.R.Preto/SP C.c. LUIS ANTÔNIO

DE ALMEIDA, n. 13-JUN-1957.

- VI- ALEXANDRE CESAR DOURADO NEVES, n. 11-ABR-1971-S.Paulo/SP..Em 08-JAN-2000-S.J.R.Preto/SP C.c. MAGNA TEIXEIRA DE MELO DOURADO NEVES, n. 12-SET-1973.

Tiveram:

1(VI) – ANA JÚLIA DE MELO DOURADO NEVES, n. 05-JUN-2007-S.J.R.Preto/SP.

- VI- RODRIGO AUGUSTO DOURADO NEVES, n. 16-FEV-1979-S.J.R.Preto/SP. Em 14-MAR-2009-S.J.R.Preto/SP C.c KELLY BERTOLO LIMA NEVES, n. 25-FEV-1981.

§ 22º

- V- MARCELO LUIZ WEBER, do § 6º, N.3, n. 12-MAIO-1929-Santos/SP, e falecido em 17-JUL-1989-S.Paulo/SP. Em 23-FEV-1950-S.Paulo/SP C.c RUTH MOTTA, n. 07-JUL-1929-S.Paulo/SP, filha de Antônio Motta e de Antônia Venturini Motta.

Tiveram:

- 1(VI)- CARLOS EDUARDO WEBER, que segue neste §.
- 2(VI)- LUIZ ANTÔNIO WEBER, que segue no § 28º.
- 3(VI)- CEZAR AUGUSTO WEBER, que segue no § 29º.
- 4(VI) SIMONE WEBER, que segue neste §.

- VI- CARLOS EDUARDO WEBER, n. 02-MAR-1951- S.Paulo/SP..Em 01-MAR-1975-S.Paulo/SP,, em 1ªas núpcias C.c. GRACINDA MOUTINHO MARTINS. Em 2as. núpcias com ELISA APARECIDA RUTSCHKA, n. 17-DEZ-1955-S.Paulo/SP.

Filho do primeiro casamento:

1(VII)- DANIEL EDUARDO WEBER, n. 04-OUT-1975-S.Paulo/SP.

Filhos do 2º casamento:.

- 2(VII) – RAFAEL RUTSCHKA WEBER, n. 01-DEZ-1989-S.Paulo/SP.
- 3(VII) – GABRIEL RUTSCHKA WEBER, n. 08-MAR-1992-S.Paulo/SP.

- VI- SIMONE WEBER, N. 24-JUN-1967-São Paulo/SP. C.c VALTER VALTSON. Tiveram:

1(VII)- VALTSON, n. 1992-São Paulo/SP.

§ 23º

V- REGINA HELENA WEBER, do § 6º, Nº 5, n. 05-MAIO-1936-Santos/SP.Em 05- JAN-1957-S.Paulo/SP C.c. PAULO THEODOLINDO DE OLIVEIRA BARBOSA, filho de Laudelino de Oliveira Barbosa e de Olga Pereira Lima de Oliveira Barbosa.
Tiveram:

- 1(VI)- HELOISA BARBOSA, que segue neste §.
- 2(VI)- CARMEN SYLVIA BARBOSA, que segue neste §.
- 3(VI)- MARTHA BARBOSA, que segue neste §.
- 4(VI)- PAULO THADEU DE OLIVEIRA BARBOSA, que segue neste §.

VI- HELOISA BARBOSA, n. 10-JAN-1958-S.Paulo/SP. Em 26 JAN-1980-S.João da Boa Vista/SP C.c. ODAIR LOFRANO, filho de Antônio Lofrano e de Beatriz R. Lofrano.
Tiveram:

- 1(VII) – JOÃO PAULO LOFRANO.
- 2(VII) – RENATO LOFRANO.

VI- CARMEN SYLVIA BARBOSA, n. 14-FEV-1959-S.Paulo/SP.
VI- MARTHA BARBOSA, n. 28-JUL-1961-S.Paulo/SP.
VI- PAULO THADEU DE OLIVEIRA BARBOSA, n. 10-AGO-1963-S.Paulo/SP.

§ 24º

V- LUCY WEBER, do § 9º, Nº 3, n. 07-FEV-1937-Santos/SP Em 12-DEZ-1960-S.Paulo/SP C.c. JOSÉ VASCONCELOS DE ALENCAR, n. 11-DEZ-1931-Bento de Abreu/SP e falecido em 26-JUL-2012-S.Paulo/SP-Cem. Morumbi, filho de João Vasconcelos de Alencar e de Ercília Pedrosa de Alencar.
Tiveram:

- 1(VI)- JOSÉ VASCONCELOS DE ALENCAR JÚNIOR, que segue neste §.
- 2(VI)- LUCÍLIA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, que segue no § 30º.
- 3(VI)- ALEXANDRE WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, que segue no § 31º.

- 4(VI) MARINA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, que segue no § 32º.
- 5(VI) THAÏS WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, que segue no § 33º.
- 6(VI)- MÔNICA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, que segue no § 34º.
- VI- JOSÉ VASCONCELOS DE ALENCAR JÚNIOR, n. 20-SET-1961-S.Paulo/SP. Em 16-SET-1994-S.Paulo/SP, N. .S. Perpétuo Socorro, C.c CHRISTIENNE STEFANO, filha de Mário Stefano e de Eunice Ethel Stefano.
Tiveram:
1(VII)- GIOVANNA STEFANO DE ALENCAR, n. 16-ABR-1997-S.Paulo/SP.
2(VII)- DANIELLA STEFANO DE ALENCAR, n. 07-OUT-1998-S.Paulo/SP.

§ 25º

- V- MARYSIA WEBER DE SOUZA, do § 11º, Nº 2, n. 16-NOV-1935-Fortaleza/CE e falecida em 28-MAR-2011. Em 08-DEZ-1953-Mogí das Cruzes/SP, C.c. ANTENOR FURLAN, n. 29-MAR-1928-S.Pau – lo/SP e falecido em 15-SET-2002- Mogi das Cruzes/SP, filho de Sebastião Furlan e de Maria de Lima Furlan. .
Tiveram:
1(VI)- CRISTINA APARECIDA FURLAN, que segue neste §.,
2(VI)- JOÃO CARLOS FURLAN, que segue neste §.
3(VI)- MARGARETH FURLAN, que segue neste §.
4(VI)- PAULO FURLAN, que segue no § 35º
- VI- CRISTINA APARECIDA FURLAN, n. 17-NOV-1956-Mogí das Cruzes/SP.
- VI- JOÃO CARLOS FURLAN, n. 10-JAN-1958-Mogí das Cruzes/SP. Casado com IRENE EMIKO NODA, filha de Kioko Noda e de Kaor Noda.
Tiveram:
1(VII)- CAMILA NODA FURLAN, n. 12-SET-1989-Mogi das Cruzes/SP.
2(VII)- CAROLINA NODA FURLAN, n. 12-SET-1989- Mogi das Cruzes/SP.
- VI- MARGARETH FURLAN, n.10-NOV-1964-Mogi das Cruzes/SP.

§ 26º

- V- MARLY WEBER DE SOUZA, do § 11º, Nº 3 n. 03-MAIO-1937-Fortaleza/CE e, falecida em 13-MAIO-1988-Santos/SP. Em 21-FEV-1963- S.Vicente/SP C.c. VENÂNCIO MALAGOLI.
Tiveram:
1(VI)- ROSANA APARECIDA MALAGOLI, que segue neste.
2(VI)- MARCOS VALÉRIO MALAGOLI, que segue neste.
- VI- ROSANA APARECIDA MALAGOLI, n. 08-ABR-1964-Santos/SP, casada em Santos/SP com CELSO LUIS MEIRA.
Tiveram
1(VII) – FERNANDO MEIRA, n. 13-DEZ-1987-Santos/SP.
2(VII) – TAILISE MEIRA.
- VI MARCOS VALÉRIO MALAGOLI, n.15-MAIO-1966-Santos-SP.

§ 27º

- V- REYNALDO DE LIMA WEBER, do § 13º, Nº 2, n. 14-JAN-1941-S.Paulo/SP.. Em 08-MAIO-1965-S.Paulo/SP C.c. CLEUSA MARIA D'AMICO, n. 05-MAR-1944-S.Paulo/SP, filha de Romeu D'Amico e de Esther Robles D'Amico.
Filhos:
1(VI)- GRACIELA WEBER, que segue no § 36º.
2(VI)- REYNALDO DE LIMA WEBER JÚNIOR, que segue neste §.
- VI- REYNALDO DE LIMA WEBER JÚNIOR, n. 11-DEZ-1973-S.Paulo/SP. Em 30-JUN-2007-S.Paulo/SP, Paróquia da Sagrada Família-S. Caetano do Sul/SP, C.c. KELCI DE OLIVEIRA PETROLI, n. 04-MAIO-1981-S.Paulo/SP, filha de Rubens B. de Oliveira e de Neusa Petrolí..

§ 28º

- VI- LUIZ ANTÔNIO WEBER, do § 22º, Nº 2 n. 14-MAR-1952-S.Paulo/SP. Em 13-SET-1980-S.Paulo/SP, C.c MARIA CONCEIÇÃO MELLO, n. 07-MAIO-1956-S.Paulo/SP, filha de Manoel Menezes de Mello e de Maria de Lourdes Mello.
Tiveram:

1(VII) – THIAGO DE MELLO WEBER, n.30-NOV-1981-S.Paulo/SP.

§ 29º

- VI- CEZAR AUGUSTO WEBER, do § 22º, Nº 3, n. 11-JAN-1955-S.Paulo/SP. Em 11-DEZ-1982-S.Paulo/SP C.c. RUTE LOSK, n. 03-JUL-1955-S.Paulo/SP, filha de Sebastião Losk e de Alzira Muniz Losk. Tiveram:
 1(VII) – FELIPE LOSK WEBER, n. 05-OUT-1983-S.Paulo/SP.
 2(VII) – JÚLIO CESAR LOSK WEBER, n. 02-NOV-1985-S.Paulo/SP.

§ 30º

- VI- LUCÍLIA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, do § 24º, Nº 2, n. 02-ABR-1963-S.PAULO/SP. EM 28-OUT-1988-S.PAULO/SP C.C HAROLDO BRAZ MENEZES, n. 24-SET-1961-S.Paulo/SP e falecido em 01-ABR- 2012-S.Paulo/SP – Cem. Morumbi, filho de Haroldo Braz Menezes e de Bruna Curtis Menezes. Tiveram:
 1(VII) – FÁBIO DE ALENCAR MENEZES, n. 12-DEZ-1998-S. Paulo/SP, b. 07-FEV-1999-N.S.Fátima-SP-SP.

§ 31º

- VI- ALEXANDRE WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, do § 24º,Nº 3, n. 24-FEV-1965-S.Paulo/SP. Em 27-MAR-1993-S.Paulo/SP C.c. AMÉLIA ROSA PAULA CORREIA, n. 12-JAN-1966-S.Paulo/SP, filha de Manoel José Correia Ferreira e de Francisca Joaquina Mígues Ferreira Correia. Em segundas núpcias, casado com Maria Cecília Caruso, n. 31-MAR-1966-Santos-SP filha de Miguel Caruso e de Ignez Caruso. Filhos do primeiro casamento:
 1(VII) – LUCAS CORREIA VASCONCELOS DE ALENCAR, n. 19-ABR-1995 e b. 11-JUN-1995-Sta. Terezinha SP--S.Paulo/SP..
 2(VII)- ANA CAROLINA CORREIA VASCONCELOS DE ALENCAR,, n. 19-AGO-1998, b 7-FEV-1999-N.S,Fátima-S.Paulo/SP.

§ 32º

- VI- MARINA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, do § 24º, Nº 4, n. 26-MAR-1966-S.Paulo/SP. Em 02-SET-2006-S.Paulo/SP C .c EDUARDO DIAS, falecido em 05-ABR-2017-S.Paulo/SP. Tiveram:

1(VII)- LUIS FERNANDO ALENCAR DIAS, n. 10-DEZ-2008-S.Paulo/SP.

§ 33º

VI- THAÍS WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, do § 24º, Nº 5, n. 06-JAN-1968-S.Paulo/SP, casada com ANGEL BOJADSEN, filho de Demétrio Bojadsen e de Rita Bojadsen.

Tiveram:

1(VII) – BERNARDO ALENCAR BOJADSEN, n. 30-JAN-2001, b 07-AGO-2004-Paineiras do Morumbi- S.Paulo/SP.

§ 34º

VI- MÔNICA WEBER VASCONCELOS DE ALENCAR, do § 24º, nº6, n. 26-ABR-1969- S.Paulo/SP. Em 11-DEZ-1995-S.Paulo/SP C.c. LUIZ EDUARDO BRAGHETTE, filho de Nivaldo Antonio Braghette e de Lucilla Maria Cauduro Braghette.

Tiveram:

1(VII) – BRUNO VASCONCELOS DE ALENCAR BRAGHETTE, n. 15-MAIO-2004-S.Paulo/SP.

§ 35

VI- PAULO FURLAN, DO PARÁGRAFO 25,N 4., n. 26-MAR-1968-Mogi das Cruzes/SP. Casado com DOLCI HAMKENMEYER..

Tiveram:

1(VII) – CARLOS EDUARDO HAMKENMEYER, n. 23-OUT-1999-Joinville/SC.

§ 36º

VI- GRACIELA WEBER, do § 27º, Nº 1, n. 15-OUT-1971-S.Paulo/SP. Em 11-JUN-1993-S.Paulo/SP, C.c MARCOS CESÁRIO DOS SANTOS, n.30-NOV-1964-S.Paulo/SP, filho de Manoel Cesário dos Santos e de Maria Lopes dos Santos.

Filhos:

1(VII)- MARIANA WEBER DOS SANTOS, n. 19-NOV-1993-São Paulo/SP

2(VII)- DIEGO WEBER DOS SANTOS, n. 11-DEZ-1996-Santos/SP.-



Johannes Weber (1836-1876). Acervo Família Weber.



Ludowine Hiermeyer (1845-1930). Acervo Família Weber.



Carlos Arthur Weber (1867-1925) Acervo Família Weber.



Anna Adelaide Weber com seus pais.(- -1951) Acervo Família Weber.



Clara Albertina Weber (1874). Acervo Família Weber.



Carlos Arthur Weber e Laura Leopoldina de Oliveira Campos Weber. Acervo Família Weber.



Irene Maria Weber Bastos Neves (1900-1945) Acervo Família Bastos Neves.



Elza Helena Weber Allen (1901-1965). Acervo Família Weber.



Carlos Arthur Weber Jr. (1903-1985). Acervo Família Weber.



Flávio Luiz Weber (1904-1970). Acervo Família Weber.



Mercedes Beatriz Weber Allen (1906-1990). Acervo Família Weber



Octávio Augusto Weber (1908-1979). Acervo Família Weber.



Laura Sophia Weber Campos (1909-1990). Acervo Família Weber.



Lucília Eulália Weber de Souza (1911-1987). Acervo Família Weber.



João Jorge Weber (1913-1944). Acervo Família Weber.



José Eduardo Weber (1913-1989). Acervo Família Weber.



Maria de Lourdes Weber Sales (1916-2008). Acervo Família Weber.



Maria Leonor Weber Navega (1917-1982). Acervo Família Weber.



Ida Herna Barth e sua irmã Hertha Helena Ida Barth [5(IV) e 6(IV) § 2º].
Acervo Família Weber.

Notas Biográficas da Família Weber

Johannes Weber (§ 1º Nº 1 II)

Sua vida profissional foi totalmente dedicada à área ferroviária, a qual, no Brasil se expandia nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo.

É mencionada a sua atuação na Estrada de Ferro D. Pedro II esta iniciada em 1854. Nela trabalhou até o seu falecimento por tifo, enfermidade adquirida em terrenos pantanosos entre São Paulo e Mogi das Cruzes.

“Meu avô era protestante e foi enterrado no Cemitério dos Protestantes em Santos do qual minha avó Ludovina tinha uma grande chave preta” (Atas e Entrevistas).

Em uma tentativa de homicídio, certa ocasião, ele é salvo por um dos seus escravos. É o que também relata sua neta Maria de Lourdes:

“Basílio estava com ele no cais do porto [de Santos] quando alguém, criminosamente, empurrou uma das galeras que meu avô estava inspecionando. Para que ele não morresse esmagado entre os dois vagões, o escravo o puxou para fora dos trilhos, salvando a sua vida. Em agradecimento, Basílio recebeu carta de alforria”. (Atas e Entrevistas).

Consta que João Weber trabalhou também na Cia. Paulista de Estradas de Ferro, empresa esta que operava no oeste paulista.

Seu endereço foi sempre na Rua de São Leopoldo, 195 –Santos.

João Weber teve uma escrava e dois escravos. Um deles, Basílio, se tornou jardineiro para toda a família ; trabalhou também para seu filho Carlos Arthur, na Vila Matias, quando este se casou.. Basílio, quando alforriado, foi morar no Morro da Nova Cintra em Santos.

Esses três escravos não se afastaram, trabalhando para ele e recebendo ordenados como cidadãos livres.



Pajem com Carlos Arthur ao colo
Acervo Família Weber

Muito pouco é conhecido a respeito de seus objetos pessoais. A foto abaixo mostra alguns aparelhos usados em seus trabalhos nas referidas ferrovias.



Aparelhos de medida usados por Johannes Weber. Acervo Família Weber.

Carlos Arthur Weber (§ 1º Nº 2 III)

Sua vida profissional começou na área bancária onde, no Banco Alemão Transatlântico alcançou elevada posição e mesmo falando correntemente o alemão; não logrou ser gerente por não ser alemão de nascimento.

Em 1895 é admitido como procurador na empresa Theodor Wille & Cia., em sua filial em São Paulo, juntamente com Carl Schmidt. Esta, na ocasião, ocupava o prédio do antigo Hotel Palm, na atual Rua Líbero Badaró, em frente à Rua José Bonifácio. Tornara-se ela uma das maiores empresas no setor de importações e exportações. Nesta última era, neste fim de século, a maior compradora de café na praça de Santos.

Em 1899, com apenas 32 anos, era procurador, juntamente com Georg Georgius, na filial de Santos.

Em 30 de junho de 1907, Carlos Arthur Weber deixa esta firma, passando a trabalhar por sua conta na área imobiliária, com aquisições, reformas, construções e vendas. Neste período, seu patrimônio rendia o suficiente para a manutenção de sua grande família.

As perigosas instabilidades causadas pela implantação dos padrões republicanos sacudiam o país como um todo. Uma vitória, no entanto, o novo Estado de São Paulo, a duras penas, conseguira com a promulgação da Lei Estadual nº 1103, de 1907: eleições diretas pelo voto popular..

Ainda, em 14 de dezembro desse ano, Santos elege, democraticamente, prefeito e vereadores. Assim, logo em 11 de janeiro de 1908, como 2º Secretário e como 2º vereador mais votado sem contestações, Carlos Arthur Weber redige e assina a ata da 1ª. sessão da Câmara Municipal de Santos daquele ano.

Em 12 de janeiro de 1908, ele e os vereadores Camilo Borges Ratto, Carlos José Pinheiro, João Galeão Carvalhal e Antônio da Silva Azevedo Júnior tomam posse.

Na sessão de 13 de janeiro desse ano, Carlos Arthur Weber, juntamente com João Galeão Carvalhal, Camilo Borges Ratto votam contra a posse de um vereador eleito, devedor aos cofres públicos de quantia considerável.

Carlos Arthur, nesses dias, vinha lutando pela formação de uma milícia especializada no combate aos incêndios na cidade.

Até então, para estas emergências, tinha sido criado, em 1894, o Corpo Municipal de Bombeiros. Este serviço, com métodos primitivos e equipamentos precários funcionava na Rua de São Leopoldo, 19.

Somente, em 7 de setembro de 1909, foi inaugurado, com grande cerimônia, o Castelo dos Bombeiros, nas fraldas do Monte Serrate.

Presentes neste ato foram o Presidente da Câmara Municipal Antônio Azevedo Júnior, o Coronel Vasconcellos Tavares, Prefeito, Monsenhor Martins

Ladeira, Vigário da Paróquia, o Capitão-tenente Garcez Palha e os Vereadores Benedito Pinheiro e Carlos Arthur Weber, quando outros políticos tentaram, então, obscurecer esta campanha.

Carlos Arthur Weber foi vereador até 15 de janeiro de 1911, quando abandonou a vida política, para voltar às suas atividades imobiliárias.

Seu endereço, desde seu casamento, foi na Rua Rangel Pestana, 49 (depois 59 e, finalmente, 101). Situado na esquina com a Rua Júlio Conceição, tinha uma entrada para esta rua também, de número 17. Ali, durante os anos de 1903 a 1905, reformara o seu chalé. No jardim projetado, em diversos cantos, viviam rosas de vários tipos que eram, por ele colhidas. Romântica e cavalheirescamente eram elas oferecidas, diariamente, a sua tão querida Laura.

No quintal, também ao longo da Rua Júlio Conceição, um pequeno pomar completava o projeto.

Nos dias mais calmos, Carlos Arthur ia com os seus do porto de Santos a São Vicente, tomando o trem do Caminho do Forte Augusto.

Preparava, para isto, com toda a pompa, uma valise com suas toalhas, seu aparelho de barbear, etc. A composição os deixava no atual “Gonzaguinha” onde hoje é a Rua Frei Gaspar, perto da antiga Colônia dos Militares. Ali, tinha alugado uma casa para fins de semana. Com isto, seus jovens doze filhos podiam tomar seus banhos de mar.

Esta casa era vizinha a do pintor e professor Benedito Calixto. Viam eles o pintor trabalhando na praia, com seu cavalete e suas telas que ficaram famosas e caras.

De sua infância, contava ele ao seu filho Octávio que, nos seus sete anos, seguia para Mogi das Cruzes para ver as obras na Estrada de Ferro, levado por seu pai João Weber que tudo a ele explicava.

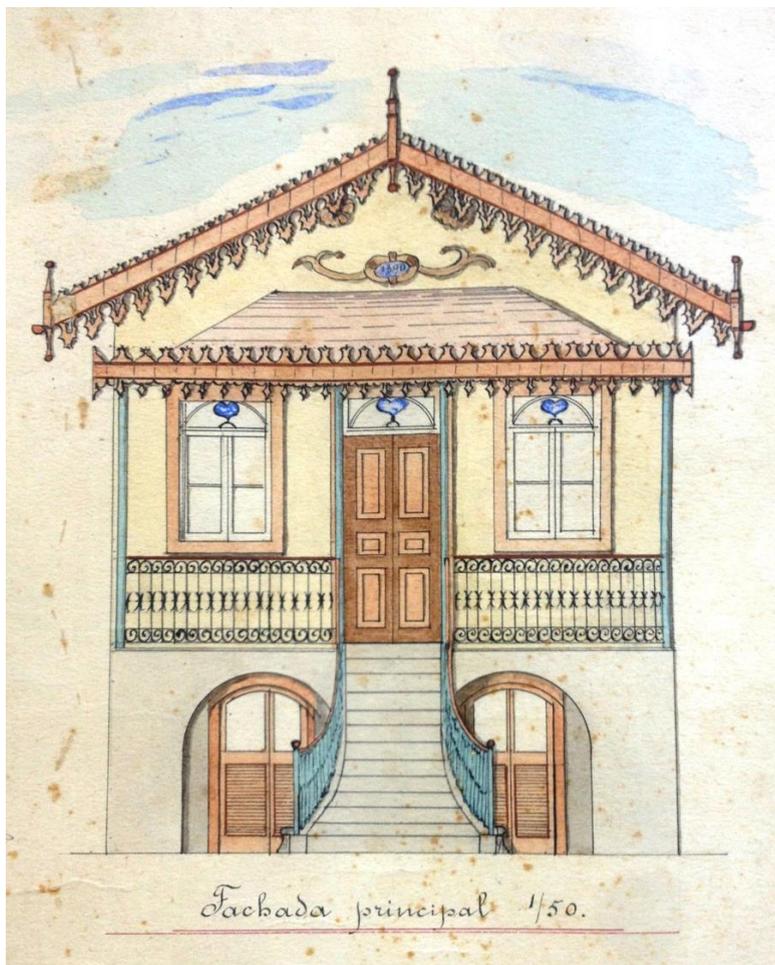
De discreta religiosidade, pertenceu e favoreceu ele a algumas irmandades locais.

Quando Laura adoeceu, levou-a para o Rio de Janeiro, para junto da família e lá ficou com ela até o seu fim. Depois, voltando para Santos, se mantinha mudo e recluso até o seu falecimento, ao completar um ano de viuvez.

De seus últimos objetos constam: livros, em número de dez, principalmente sobre Contabilidade, Escrituração Mercantil, História Natural, Gramática Portuguesa, Santorais, Contos e Fábulas., 53 cartões postais sem uso com fotos de Santos, São Vicente, São Paulo, Rio de Janeiro, Petrópolis, Ribeirão Preto e Tremembé/SP e planta da reforma de sua casa.



Vereadores visitam obras do Saneamento, c. 1906 . Carlos Arthur Weber é o 2º a partir da esquerda. Acervo Família Weber.



Fachada da residência de Carlos Arthur Weber. Acervo Família Weber



Colheres do casal Carlos e Laura Weber. Acervo Família Weber



Quebra-nozes. Casal Carlos e Laura Weber. Acervo Família Weber.



Cálice de cristal Boêmia. Casal Carlos e Laura Weber. Acervo Família Weber.



Residência de Carlos Arthur Weber na Vila Matias, Santos 1905. Acervo Família Weber.

José Hayden (§ 3º)

Comerciante de café na praça de Santos. Os ascendentes de José Hayden são, conforme o genealogista santista Luiz Carlos Sampaio de Mendonça:

José Hayden é filho de Bartolomeu Hayden Júnior e de Maria Carlota de Sá e neto de Bartolomeu Hayden, n. 22-FEV-1792-Irlanda, Condado de Tipperary e falecido em Portsmouth, Inglaterra em 17-SET-1857, vice-almirante, oficial da Marinha de Guerra do Brasil desde 1823 que, sob as ordens do almirante Lord Cochrane, tomou parte nas Guerras da Independência do Brasil, na Confederação do Equador, bem como nas campanhas ao sul do Brasil, nas províncias do Rio da Prata. Em agosto de 1828, já no posto de capitão de fragata, esteve em comissão em Angola (África). Em agosto de 1845 foi promovido a chefe de Divisão. Era condecorado com diversas ordens brasileiras e possuía medalhas de campanha. Foi casado com Ana Alexandrina da Fonseca Costa, cuja ascendência pode ser vista na tábua direta de Amílcar Montenegro Osório.

José Hayden é bisneto de John Hayden e de Jenny Malloy.

Octávio Augusto Weber (§ 1º Nº 6 IV)

Seus estudos foram feitos no Ginásio Santista, complementados com o Curso de Contabilidade. Tornou-se, com isto, hábil contabilista e competente administrador na área do comércio.

Aos desesseis anos, se encontrava ainda no Rio de Janeiro, para onde tinha a família ido em virtude da morte de sua mãe, quando, olhando para o mar, viu navios de guerra brasileiros em combate, ao longe. Era o início da Revolução de 1924.

No ano seguinte, faleceu também seu pai, deixando para ele um quinhão de aproximadamente setenta e oito contos de réis.

Começou sua vida profissional na área do Comércio Exterior, na empresa do santista Américo Martins dos Santos.

Quando seu primo Valentim Fernandes Bouças fundou a Hollerith no Rio de Janeiro, empresa esta pioneira no processamento mecânico de dados no Brasil, principalmente nos serviços públicos, foi Octávio por ele admitido como encarregado do controle estatístico desta Hollerith na Alfândega de Santos. Lá conheceu sua futura esposa Nair, quando as contratações nessa cidade foram feitas, ou seja, nos princípios da década de 1920.

Tentara, também, Octávio formar uma empresa de transportes de carga em Santos, em sociedade com um de seus tios, negócio este que não vingou e que, possivelmente, comprometeu parte de suas economias.

Funcionou, por vários anos, na área securitária e de capitalização em Santos, na Sul América Capitalização, após a Revolução de 1932. Recebeu prêmio por sua atuação neste setor.

Com os sinais de início da Segunda Guerra Mundial, o porto de Santos se retraiu, os negócios em Santos se reduziram, levando a cidade a uma triste situação econômica.

Resolveu ele trabalhar em São Paulo, cidade de seus sonhos, dinâmica, querendo ser moderna, mais segura em uma guerra, onde as possibilidades eram, então maiores.

É nessa cidade que ele vai aparecer em várias firmas, como guardalivros, sua real formação.

Logo mais, em 1939, se fixou na recentemente fundada Falcão Araújo & Cia., firma do comércio de casimiras e de outros tecidos para roupas, fundada em 27 de outubro, nas instalações da Lanatex, empresa extinta naqueles dias.

Ganhou ele a admiração e a confiança dos sócios; a eles se juntou, fazendo parte dessa sociedade, transformada em Falcão Garcia & Cia Ltda. Foi seu período áureo na esfera comercial.

Em 1949 se desligou dessa empresa trabalhando em sua em sua firma individual, na Rua Barão de Paranapiacaba, 24- 3º andar, no ramo de máquinas ferramentas, fornitureiras e relógios. Nesse período é vítima de pessoas inescrupulosas e, com isto, muito de suas economias se vai em empréstimo sem re-torno.

Em 1964, contratado pela empresa Aclaro Rolamentos Ltda lá permaneceu até 1965.

Com o surgimento do Banco Cidade de São Paulo S.A., lá assume como tesoureiro até a sua aposentadoria em 1973.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, fiel às instituições democráticas, alistou-se como voluntário santista, sendo um dos últimos infantes a deixar as posições militares do sul do estado, em 3 de outubro de 1932.

Em seu lazer, desde à infância, a Filatelia vai acompanhá-lo. Começando pelas pequenas coleções infantis, termina com apresentações sofisticadas de seus selos em congressos nacionais nas décadas de 1950 a 1970. Nesta fase foi agraciado com inúmeras medalhas de mérito por seus trabalhos.

É este o seu período de maior presença sócio-cultural quando, como secretário do Clube Filatélico de São Paulo, igualmente, assume a redação e secretaria do jornal “São Paulo Filatélico”, funções que ocupou até quase seu falecimento em 1979.

A Fotografia e o Cinema amador, da mesma forma, preencheram seus instantes de lazer, entremeados por suas leituras constantes de textos literários, científicos e técnicos, acompanhadas do colecionamento de recortes de jornais e de revistas até hoje preservados.

Dos objetos mais significativos deixados por ele em seus últimos dias de vida são: *medalhas de mérito*, obtidas por suas exposições em certames na Filatelia ou obtidas por sua atuação na Revolução de 1932, sua coleção de *selos*, seus *filmes* (Super-8) de Eventos Familiares, de Reportagens Externas e “Os Marujos” (1971), material com duração de 146 minutos, todos vertidos em CD, uma estante de 15 *livros* tendo dicionários, atlas, tratados de Contabilidade e Aritmética, assim como provérbios e contos. Seus *recortes* acondicionados em 9 cadernos, têm títulos específicos. Deixou, também, 31 *cartões postais* recebidos desde a infância, igualmente diversos *santinhos* com destaque para Santa Therezinha (com sua *imagem*) e Santo Antônio (orações), como registros de sua devoção.



Aniversário da Falcão Garcia & Cia. Ltda. Ao fundo, Octávio Weber e demais sócios. Acervo Família Weber.

Fontes Consultadas para a Genealogia e Notas Biográficas da Família Weber.

I-Publicações

Cemitério dos Protestantes, Repouso de Ilustres. Associação Cemitério dos Protestantes. São Paulo. 127 p.

BEGRICH, Martin..*Folheto Comemorativo da Comunidade Evangélica Alemã* (Festschrift der evangelischen Gemeinde) . 1933, p 46.

FOUQUET, Carlos.*Theodor Wille & Cia* .São Paulo:1945, 64 p (manuscrito).

MARTINS DOS SANTOS, Francisco. *História de Santos*.Vol 2, p 261 e 417.

- RODRIGUES, Olao. *Nos tempos de nossos avós*. Santos:1976, A Tribuna .p 203.
- SAMPAIO MENDONÇA, Luiz Carlos. *Troncos povoadores do Rio de Janeiro. A Família Hayden*. Brasil Genealógico, Rio de Janeiro, Tomo II, P 61-70, 1964. Colégio Brasileiro de Genealogia.
- SILVA BRUNO, Ernani. *Histórias e Tradições da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: 1953. José Olympio, vol 2, p 700.
- SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. v .VII, Título Freitas, p 192.
- STUDART, Guilherme,Dr. *A Família Castro*. Ceará: Typographia Central, 1883. 130 p.
- WEBER, Maria Aparecida Lacerda Duarte. *Notas históricas e genealógicas de Antônio Galvão de Moura Lacerda*. In: Revista da ASBRAP Nº 20, São Paulo: 2013. p. 679-702.
- WEBER, Sérgio. *Os Castro e Silva no Estado de São Paulo*. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro. São Paulo : 1991. p. 331-340.
- _____/ *Notas para a genealogia da Família Weber*. In: Edição Comemorativa do Cinquentenário do Instituto Genealógico Brasileiro.São Paulo: 1991. p. 341-349.
- _____/ *Família Schaefer e Afins*. In: Revista da ASBRAP Nº 22. São Paulo: 2014. p. 665-732.
- _____/ *Família Gomes de Oliveira Campos e Afins*. In: Revista da ASBRAP Nº 24. São Paulo: 2017. p.59-98.
- ZIMMERMANN, Siegfried. *Theodor Wille 1844-1969*. Hamburgo, 1969. Edi – ção do Mercado Hanseático.
- ALMANAQUE DA BAIXADA SANTISTA. A Tribuna de Santos, 1974 6ª. Edição, p 79.
- ANUÁRIO DO INSTITUTO MARTIUS STADEN (1997-1998). Vultos da Economia alemã no Brasil antes da Primeira Grande Guerra Mundial. (Die Wirtschaftlich Prägers Deutschlands Brasilien for Ersten Weltkrieg.) p 97-117. Ernst Günther Lipkau.
- CEM ANOS da casa Theodor Wille & Cia. no Brasil. De um colaborador da firma. (folheto anônimo). São Paulo, abril de 1946. Instituto Martius Staden.
- .

II- Livros de Registro

- Registros de Nascimento de Siblingen/Schaffhausen-Suíça.
- Registros de batismos e casamentos Württemberg – Family Search.
- Registros de Sepultamentos – Cemitério do Sabó e do Cemitério do Paquetá em Santos /SP – Fundação Arquivo e Memória de Santos.
- Registros e certidões de nascimento. Arquivo da Cúria Diocesana de Santos.
- Registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos – Séculos

IXX e XX. Arquivo da Igreja Evangélica Luterana- Igreja Martin Luther. São Paulo/SP.

Registros de Nascimento, Confirmação, Casamento e Sepultamento. Igreja Evangélica Luterana da Paz- São Paulo/SP.

Atas da Câmara Municipal de Santos – Livro 121 , p 5-25.-

Legislaturas- 6ª. Legislatura 15-01-1908 a 15-01-1911 –CM Santos/SP.

III-Documentos Diversos

Caderneta Militar nº 1068 – Exército Brasileiro- Classe 1908 – 4º Regimento de Infantaria-Octávio Weber – 1928.

Carteira de Identidade- Ministério da Guerra nº 22004-2G 14282-Octávio Weber 1952.

Carteira Profissional nº 20061-166ª.-Octávio Weber – 1964.-

Patente de Registro nº 85566- Recebedoria Federal de São Paulo-Octávio Weber.

Departamento da Receita da Secretaria da Fazenda –inscrição nº 274619.

Octávio Weber.-

Junta Comercial do Estado de São Paulo-Registro nº 143029, de 01-08-1950-Octávio Weber.-

IV-Jornais

SÃO PAULO FILATÉLICO, anos 1954-1965, órgão do Clube Filatélico de São Paulo.

Sociedade Philatelica Paulista – Programa da 2ª.Exposição de Divulgação Filatélica, de 29-07-1960.

V-Recortes de jornais e revistas

A TRIBUNA, 3-3-1925

O ESTADO DE SÃO PAULO, S..Paulo, 5-10-1979

A TRIBUNA , Santos, 6-10-1979

CIDADE DE SANTOS, Santos,6-10-1979

A TRIBUNA, Santos, 14-10-1979

IV – Entrevistas

Alberto Emanuel Allen

Carlos Arthur Weber Júnior

Ilka Allen

José Eduardo Weber

Maria Angélica Hayden

Maria Clara Sales
Maria de Lourdes Weber Sales
Mercedes Weber Allen
Nair de Castro Weber
Octávio Augusto Weber
Sandra Cristina Dourado Neves.

Título HIERMEYER

§ 1º

- I. ALBANUS HIERMEYER, n. Flochberg, Jagstkreis/Württemberg-Alemanha, C.c CATHARINA KUCHLER.
Pais de, pelo menos:
- 1(II) - JOSEPH HIERMEYER, n. nesse mesmo local. Em 12-FEV-1839, na igreja católica desse mesmo local, C.c MARIE CRESCENTIA ALT, b. 07-AGO-1820- Flochberg, Jagstkreis/Württemberg-Alemanha e falecida viúva em 27-FEV-1892 – Santos/SP, Cem. Paquetá, J 11-Sep. 8, filha de Anton Alt e de Marie Anne Weidmann.
Tiveram, ao menos:
- 1(III)- EDUARDO HIERMEYER, que segue neste §.
2(III)- LUDOWINE HIERMEYER, que segue neste §.
3(III)- SENEN HIERMEYER, que segue neste §.
- III- EDUARDO HIERMEYER, n. 13-SET-1840-Flochberg,Jagstkreis/Württemberg e falecido solteiro em 13-SET-1917-Santos/SP, Cem. Paquetá, Irmandade de São Francisco da Penitência, 16. Em sua campa foi encontrada uma lápide com os seguintes dizeres: “Aqui repousam os restos mortaes de Eduardo Hiermeyer, nascido em 13-09-1840 e falecido em 13-09-1917. Saudades Eternas. De sua irmã e sobrinhos”. Sem sucessão.
- III LUDOWINE HIERMEYER, n. 02-MAIO-1845-Flochberg,Jägstkreis/Württemberg-Alemanha. e falecida em 22-AGO-1930-Santos/SP, Cem. Paquetá, Irmandade do Rosário Aparecida, campa nº 106-Perpétua., quando moradora à Rua Bittencourt, 273. Com seu irmão Eduardo, criou , após os falecimentos de Carlos e Laura Weber, os quatro netos órfãos: João Jorge, José Eduardo, Maria de Lourdes e Maria Leonor.
Casada com JOHANNES WEBER, n. 01-MAIO-1836-Siblingen, Schaffhausen-Suíça. (Vide Família Weber e Afins).
- III- SENEN HIERMEYER, falecido em 13-MAIO-1874-Mogí das Cruzes/SP. Sem sucessão.



Eduardo Hiermeyer (1840-1917) (III). Acervo Família Weber.

Fontes Consultadas para a Genealogia da Família HIERMEYER

- 1-Livros de Registro de Sepultamentos – Cemitério do Paquetá em Santos/SP.
- 2-Levantamento de dados de lápide- Cemitério de Paquetá, por Mercedes Allen.
- 3-Série Alemanha, nascimentos e batismos (1558-1858) FamilySearch em 06-02-2013.
- 4-Entrevistas: Carlos Alberto Navega, José Eduardo Weber, Maria de Lourdes Sales, Mercedes Allen, Octávio Augusto Weber e Reynaldo de Lima Weber.

Título GONÇALVES DO NASCIMENTO

- I-** DURVAL GONÇALVES DO NASCIMENTO, n. Santa Rita/PB, tabelião e juiz de paz C.c UBALDINA DE FREITAS GONÇALVES, n. Santa Rita/PB.
Tiveram:
- 1(II)- IRACY GONÇALVES. (Vide Família Weber , § 7º)
 - 2(II)- RIVALDO DE FREITAS GONÇALVES, que segue neste §.
 - 3(II)- PAULO GONÇALVES DO NASCIMENTO, que segue no § 2º.
 - 4(II)- MARIA LÚCIA GONÇALVES, que segue no § 3º.
- II-** RIVALDO DE FREITAS GONÇALVES, n. 15-ABR-1908-Santa Rita/PB, advogado, delegado de polícia, C.c BENEDITA LEME DE FREITAS, (Didi), n. Leme-07-NOV-1918.
Pais de :
- 1(III)- PAULO GONÇALVES, falecido criança.
 - 2(III)- MARIA LÚCIA GONÇALVES A. DIAS GEISER.

§ 2º

- II-** PAULO GONÇALVES DO NASCIMENTO, do § 1º, Nº 3, n. Santa Rita/PB e C.c em primeiras núpcias com PASCOALINA LEME GONÇALVES.. Em segundas núpcias com DIVA GONÇALVES.
Filhos do primeiro casamento:
- 1(III)- DURVAL GONÇALVES DO NASCIMENTO NETO, com sucessão..

- 2(III)- PAULO ROBERTO GONÇALVES DO NASCIMENTO,
com sucessão.

§ 3º

- II- MARIA LÚCIA GONÇALVES, n. 09-NOV-1923-Santos/SP e falecida
Em 31-MAR-1999-Maringá/PR. Casada com ARNALDO LUIZ TA-
VARES , n. 17-MAIO-1918-S. Paulo/SP e falecido em 14-SET-2005-
Maringá/PR.
Tiveram:
1(III)- REGINA MARIA TAVARES, n. 26-JUN-1949-S.Paulo/SP e
C.c ALBER DE BRITO.
2(III)- FÁBIO LUIZ TAVARES, n. 10-MAR-1953-S.Paulo/SP e C.c
MÁRCIA GISELE PIOVESAN.
3(III)- SÉRGIO LUIZ TAVARES.

**Fontes Consultadas para a Genealogia da Família GONÇALVES DO
NASCIMENTO**

Anotações fornecidas por Laiz Weber Galliano.

Título WARZINSKY**§ 1º**

- I- HEINRICH HERMANN WARZINSKY, de São Paulo, C.c FREDERIKE HENRIETTE CHRISTINE ERNST, n. C. 1865 e falecida em 05-JAN-1926. (I.Centro, 122).
Tiveram, pelo menos:
- 1(II)- HEINRICH FRIEDRICH WARZINSKY, que segue neste §.
- 2(II)- MARIA LUISE WARZINSKY, que segue neste §.
- 3(II) LINA CHRISTINE WARZINSKY, que segue neste §.
- II- HEINRICH FRIEDRICH WARZINSKY, n. 18-JUN-1898-S.Paulo/SP e b. 11-MAR-1900-S.Paulo/SP. (Centro, 184).
- II- MARIA LUISE WARZINSKY, n. 30-NOV-1900-S.Paulo/SP e b. 16-ABR-1911-S.Paulo/SP; em 05-NOV-1921S.Paulo/SP, C.c WILHELM MAX BARTH e falecida em 04-MAR-1964-S.Paulo, Cem. Redentor. Residentes à R. Andréa Paulinete, 64 Parada Petrópolis. (Centro, 16 e 418) (Vide Família Weber e Afins, § 17º)
- II- LINA CHRISTINE WARZINSKY, n. 07-JUL-1903-S.Paulo/SP, b. 16-ABR-1911-S.Paulo/SP e k. 01-ABR-1917-S.Paulo/SP. Em 15-ABR-1922-S.Paulo/SP, C. c OTTO ERDMANN HERBERT RUDOLF HENTSCHEL. (Centro, 418). Moradores à R. Pelotas, 69 –V.Mariana. (Vide Título Hentschel).

Fontes Consultadas para a Genealogia da Família WARZINSKY

Livros de registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Falecimentos.
Arquivo da Igreja Evangélica Luterana “Martin Luther”- Paróquia Centro.
São Paulo/SP.

Livros de registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos.
Igreja Evangélica Luterana da Paz – Santo Amaro- São Paulo/SP.
Livro de Registros de Genealogias – Familienbuch – Igreja “Martin Luther”.
Cemitério dos Protestantes, Repouso de Ilustres. Associação Cemitério dos
Protestantes. São Paulo. 127 p.

Título FRAUENDORF**§ 1º**

I-ERNST FRAUENDORF, autônomo em Caieiras/SP, C. c LUISE THIELE-MANN, n. 05-JUL-1868-Wörmlitz,Halle/Saxônia-Alemanha e falecido em 24-ABR-1925.

Tiveram, pelo menos:

1(II)- IDA FRIEDERIKE LUISE FRAUENDORF, n. 19-SET-1891-SPaulo/SP, b. 15-NOV-1891-S.Paulo/SP. (Centro, 1891)

2(II)- FRIEDERIKE CHRISTIANNE EMMA FRAUENDORF, n. 30-JAN-1896-S.Paulo/SP e b. 05-ABR-1896-S.Paulo/SP.
Em 25-NOV-1922-S.Paulo/SP, C. c HANS SCHÖNFELDER, n. 17-FEV-1894-São Bento/SC, filho de Joseph e de Caroline Schönfelder. (Centro, 107). Tiveram, ao menos:

1(III)- IRMGARD SCHÖNFELDER BIALOSKORSKI, n. C 1932 e falecida em 27-MAR-1987-S.Paulo/SP. (Cem. Protestantes, 205)- V.Mariana.

3(II)- WALTER CURT FRITZ FRAUENDORF, n. 30-SET-1898-S.Paulo/SP b. 12-FEV-1899-S.Paulo/SP. (Centro,21) e falecido em 16-NOV-1973- S.Paulo/SP-Indianópolis. Cem Protestantes, Quadra F 23/24 (Cem Protestantes, 63). Em 22-DEZ-1922-S.Paulo/SP, C. c ANTONIETA NEHRING, n. 06-SET-1897-Piracicaba/SP e falecida em 01-ABR-1988-S.Paulo/SP, viúva., Ibirapuera, filha de Carlos e de Isabel Nehring, R. Andréa Paulineti,64 – Parada Petrópolis.. Bodas de 40 anos em 22-DEZ-1962, Igreja da Paz/S.Paulo/SP. (Centro,42) e (Paz, 1962) Tiveram, ao menos:

1(III)- WALTER HERBERT FRAUENDORF, n. 12-DEZ-1923-S.Paulo/SP. Em 27-FEV-1954-S.Paulo/SP, C. c FRIEDERIKE HERTHA BARTH, n. 29-MAIO-1928-S.Paulo/SP. (Vide Fa – mília Weber e Afins, § 17º, Nº 3).

Filhos:

1(IV)- VERA LOURDES FRAUENDORF, n. 11-FEV-1955-S.Pauo/SP, b.13-AGO-1955-S.Paulo/SP –V.Mariana.. (Centro,135)

- 2(IV)- RENATA FRAUENDORF, n. 07-MAIO-1956-S.Paulo /SP, b 10-NOV-1956-S.Paulo/SP. V. Mariana. (Centro,237)
- 3(IV)- WALTER FRAUENDORF, n. 24-OUT-1957-S.Paulo/ SP, b. 24-NOV-1957-S.Paulo/SP. (Centro,313)
- 4(IV)- RENÉ FRAUENDORF, n. 04-JUL-1960-S.Paulo/SP e b. 06-AGO-1960-S.Paulo/SP. (Centro,521)
- 5(IV)- MÔNICA FRAUENDORF, 04-JUL-1960-S.Paulo/SP e b. 06-AGO-1960-S.Paulo/SP. Gêmeos
- 4(II)- AUGUSTE FRIEDA FRAUENDORF, n. 22-FEV-1902-Holstein-Elmshorn, b. 10-AGO-1902, k-01-ABR-1917-S.Paulo/SP. (Centro,528)

Fontes Consultadas para a Genealogia da Família FRAUENDORF

Livros de Registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos. Arquivo da Igreja Evangélica Luterana “Martin Luther”. Paróquia Centro. São Paulo.

Livros de Registro de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos. Igreja Evangélica Luterana da Paz. Santo Amaro. São Paulo.

Cemitério dos Protestantes, Repouso de Ilustres. Associação Cemitério dos Protestantes. 127 p.

Título HENTSCHEL**§ 1º**

- I- ROBERT HENTSCHEL, n. Dresden - Alemanha. Casado com SELMA ALBRECHT.
Tiveram, ao menos:
1(II)-OTTO ERDMANN HERBERT RUDOLF HENTSCHEL, que segue neste §.
- II- OTTO ERDMANN HERBERT RUDOLF HENTSCHEL, n. 01-JUL-1893-Dresden – Alemanha, fixado em São Paulo e falecido em 23-AGO-1959-S.Paulo/SP. Em 15-ABR-1922-S.Paulo/SP, C. c LINA CHRISTINE WARZINSKY, n. em 07-JUL-1903-S.Paulo/SP, filha de Heinrich Warzinsky e de Frederike Ernst..(Centro, 102)
Filhos:
- 1(III)- ELFRIEDE WALDTRAUT HENTSCHEL, n. 27-ABR-1923-S.Paulo/SP, b. 10-JUL-1926, tendo por padrinhos Otto Denner e Luise Barth e k. 05-DEZ-1937- S.Paulo/SP. (Centro,232 e 251)
- 2(III)- HORST ROBERT HENTSCHEL, n. 01-JUN-1925-S.Paulo/SP e b. 10-JUL-1926-S.Paulo/SP. Padrinho Henrique War – Zinsky. (Centro, 251).
- 3(III)- ELLEN HILDEGARD HENTSCHEL, n. 20-DEZ-1926-S.Paulo/SP , b. 25-MAIO-1929-S.Paulo/SP e k. 07-NOV-1943 -São Paulo/SP. (Centro, 41)

Fontes Consultadas para a Genealogia da Família HENTSCHEL

Registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos.
Arquivo da Igreja Evangélica Luterana “Martin Luther”. Paróquia Centro.
São Paulo.

Registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos.
Igreja Evangélica Luterana da Paz. Santo Amaro. São Paulo.
Cemitério dos Protestantes, Repouso de Ilustres. Associação Cemitério dos
Protestantes. São Paulo. 127 p.

Título BUSSE

§ 1º

- I- JULIUS BUSSE casado com HEDWIG KÜHN.
Tiveram, pelo menos:
- 1(II)- ERWIN RICHARD ALFRED BUSSE, n. 27-FEV-1902-Walkowitz. No Brasil, morador no Sítio do Morro Alto e Falecido em 13-AGO-1973-Piedade/SP, deixando esposa, Dois filhos e cinco netos. (Paz,73-1966)
Em 07-NOV-1931-S.Paulo/SP, C. c KÄTHE MARTHA SCHMIDT-SOMMER, n. 15-JUL-1912-S.Paulo/SP, filha de Friedrich Schmidt e de Alwine Struck. (Centro,220)

“Em 7 de novembro de 1956 se achavam em torno dos filhos e da família, em Piedade, para festejar Bodas de Prata, o Sr. Erwin Richard Alfred Busse e sua esposa Käthe Martha Schmidt-Sommer, como um dos quarenta pares os quais há vinte e cinco anos em nossa igreja se casaram” (Kreuz im Süden n.º 6/1956, p 8) – Arquivo da Igreja Evangélica Lu - terana de São Paulo - Paróquia Centro.

Tiveram, pelo menos:

- 1(III)- ILSE ELFRIEDE HEDWIG BUSSE, n. 26-JAN-1935-Piedade/SP, b. 10-JUN-1935-S.Paulo/SP. (Centro,204)
Em 27-JUL-1957-S.Paulo/SP, C. c DIETRICH HER – BERT NOSSAK, n. 12-SET-1924-Santos/SP. (Vide Família Weber e Afins, § 18º)
- 2(III)- ROLF BUSSE, n. 08-MAIO-1936-Piedade/SP, b.28-JUN-1936-S.Paulo/SP. (Centro,205)

Fontes Consultadas para a Genealogia da Família BUSSE

Registros de Batismos, Confirmações, Casamentos e Sepultamentos.

Igreja Evangélica Luterana “Martin Luther”. São Paulo.
Igreja Evangélica Luterana da Paz. Santo Amaro. São Paulo/SP.
Cemitério dos Protestantes, Repouso de Ilustres. Associação Cemitério dos
Protestantes. São Paulo, 127p.

XXXXXXXXXX

GENEALOGIA DA ESCRITORA HILDA HILST

Marcelo Meira Amaral Bogaciovias

Resumo: *Estudo da genealogia da escritora paulista Hilda Hilst, ligada a famílias quatrocentonas paulistas.*

Abstract: *Study of the genealogy of the São Paulo writer Hilda Hilst, linked to 'quatrocentonas' families from São Paulo.*

A escritora Hilda Hilst será a homenageada da 16.^a Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP), a acontecer de 25 a 29 de julho de 2018. Essa é a terceira vez que a feira de literatura escolhe uma mulher como homenageada. Antes, Clarice Lispector e Ana Cristina Cesar também foram, igualmente, centro dos debates da Flip.



Hilda Hilst ¹



Hilda Hilst, jovem

¹ Visto em 6 de janeiro de 2018 em: <https://claudia.abril.com.br/noticias/hilda-hilst-sera-a-homenageada-da-flip-2018/>

De nome completo, Hilda de Almeida Prado Hilst, nasceu em Jahu, interior do Estado de São Paulo, em 21 de abril de 1930, filha de Apolônio de Almeida Prado Hilst e de Bedecilda Vaz Cardoso.

Faleceu em 4 de fevereiro de 2004 em Campinas (SP). Foi casada, teve e deixou vários amores. Não teve filhos.

A obra de Hilda Hilst

Considerada um dos grandes nomes da literatura brasileira, Hilda é autora de livros como *Cantares de Perda e Predileção* e *Fluxo-Floema*, além de *O Caderno Rosa de Lori Lamby*, marcado pelo erotismo. Sua obra está sendo reeditada pela Companhia das Letras. “Hilda queria ser lida por muitas pessoas, era seu sonho. Por isso até que enveredou por essa veia pornográfica. Quem a conhecia está dizendo que essa homenagem da Flip a deixaria muito feliz. Ela se mantinha fiel a uma obra autoral, sem concessões”, acrescenta Josélia Aguiar, curadora da mostra.



Hilda. Escrita transgressora Foto: Heitor Hui/Estadão - 10/10/2001²

² <http://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,hilda-hilst-sera-homenageada-na-flip-em-2018,70002109022>

Recebeu prêmios como o Jabuti (organizado pela Câmara Brasileira do Livro), o APCA (Associação Paulista de Críticos de Arte), o Pen Clube São Paulo, o Cassiano Ricardo (da Fundação Cultural Cassiano Ricardo, ligada à Prefeitura de São José dos Campos- SP) e está traduzida para o inglês, francês, espanhol, basco, alemão, italiano, norueguês e japonês. Grande parte de seus livros foi publicada pelo célebre editor artesanal Massao Ohno em volumes feitos com apuro estético, mas de reduzida circulação.

Após sua morte, a Globo Livros relançou toda a sua obra sob os cuidados do crítico Alcir Pécora e, atualmente, tem em catálogo os títulos *Pornô chic* e *Fico besta quando me entendem*, compilação de entrevistas com a autora. A reunião de sua obra poética, *Da poesia*, foi publicada neste ano pela editora Companhia das Letras, que tem uma série de publicações sobre a autora previstas para 2018, como *Da prosa*; a adaptação para quadrinhos de *A obscena senhora D.*, por Laura Lannes; uma coletânea ilustrada de suas poesias de amor e a edição de *Amavisse* para a Poesia de Bolso. Em 2019, a Companhia lançará a trilogia erótica e, em 2020, a biografia da autora. Daniel Fuentes, o detentor dos direitos autorais, vem negociando com outras editoras para publicar o que falta de Hilda Hilst, como cartas e inéditos.

Tem crescido o interesse pela literatura de Hilst por parte de leitores, críticos e realizadores do cinema e do teatro: a cada ano, acontecem novas montagens em companhias de pequeno e médio porte.

Hilda iniciou sua produção literária em São Paulo ainda muito jovem, com o livro de poemas *Presságio* (1950). Dona de uma linguagem inovadora e abrangente, Hilda produziu mais de quarenta títulos, entre poesia, teatro e ficção, e escreveu por quase 50 anos, recebendo importantes prêmios literários do Brasil.

A vida social e literária de Hilda Hilst

Quando Apolônio de Almeida Prado Hilst soube que teria uma filha mulher sentenciou: “que azar!”. “Aí eu quis mostrar que era deslumbrante”, disse Hilda Hilst, a azarenta, em [entrevista](#) aos *Cadernos de Literatura Brasileira* em 1999. Hilda conviveu pouco com o pai, poeta e jornalista que muito jovem foi internado com esquizofrenia, mas a imagem e a constante ausência ecoaram por toda sua vida e obra. “Quase todo o meu trabalho está ligado a ele porque eu quis. Eu pude fazer toda a minha obra através dele.”

Encontraram-se raras vezes. Passou alguns dias da adolescência na fazenda dele. Não economizava palavras para elogiar sua genialidade. Lembrava de cor alguns de seus versos. “Escrever é sentir meu pai dentro de mim, em meu coração, me ensinando a pensar com o coração como ele fazia, ou a ter emoções

com lucidez”, disse em 1978. “Meu pai ficou louco, a obra dele acabou. E eu tentei fazer uma obra muito boa para que ele pudesse ter orgulho de mim.”

Em 1932, seus pais se separaram. Em plena Revolução Constitucionalista, Bedecilda Vaz Cardoso mudou-se para Santos, com Hilda e Ruy Vaz Cardoso, filho do seu primeiro casamento. Durante a viagem, ao passarem por Campinas, a Estação Ferroviária Mogiana estava sendo bombardeada.

Em 1937, Hilda ingressou como aluna interna do Colégio Santa Marcelina, em São Paulo, onde cursou o primário e o ginásial, com desempenho considerado brilhante. Nesse ano, a mãe lhe revelou a doença de seu pai.

Em 1944, ao concluir o ginásial, passou a morar em uma pensão situada na Rua Alemanha, Jardim Europa, São Paulo. Em 1945, iniciou o curso secundário no Instituto Presbiteriano Mackenzie, onde permaneceu até a conclusão do curso. Em 1946 tem seu segundo encontro com o pai, quando o visitou na fazenda *Olhos d'água*, no município de Itapuí.

Em 1948, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Largo São Francisco), onde conheceu aquela que seria sua grande amiga ao longo da vida, a escritora Lygia Fagundes Telles. Seu primeiro livro, *Presságio*, publicado em 1950, foi recebido com grande entusiasmo pelos poetas Jorge de Lima e Cecília Meireles.

A partir de 1951, ano em que publicou seu segundo livro de poesia, *Balada de Alzira*, foi nomeada curadora do pai. Concluiu o curso de Direito em 1952. No ano seguinte começou a trabalhar no Escritório de Advocacia do Dr. Abelardo de Souza, em São Paulo, mas demite-se em 1954, abandonando a carreira por absoluta incompatibilidade com a profissão, optando pela literatura. Em 1955 publica o livro de poesia *Balada do Festival*. Em 1959, um novo livro de poesia, *Roteiro do silêncio*. No ano seguinte, outro livro de poesia: *Trovas de Muito amor Para um Amado Senhor*.

É nessa época que Adoniran Barbosa, poeta paulista, leu o segundo livro de Hilda Hilst e ficou encantado com *Bem o Quisera*, que ele considerava um dos versos mais perfeitos já escritos na língua portuguesa.

Em 1961, novo livro de poesia, *Ode fragmentária*. O músico Gilberto Mendes compõe a peça *Trova I*, inspirada no primeiro poema de *Trovas de Muito Amor Para um Amado Senhor*.

Em 1962 recebeu o Prêmio Pen Clube de São Paulo, com a publicação de *Sete cantos do poeta para o anjo*. Conhece o físico nuclear Mário Schemberg no Clube dos Artistas (ou Clubinho), localizado à Rua 7 de Abril, frequentado por intelectuais e artistas. O poeta português Carlos Maria de Araújo, seu amigo pessoal, presentia Hilda com o livro *Lettres a El Greco*, de Nikos Kazantzakis.

O livro se transforma num divisor de águas na vida da escritora, sendo um dos principais motivadores de sua futura mudança de São Paulo.

Em 1965, em companhia de Dante Casarini, mudou-se para a sede da Fazenda São José, de propriedade de sua mãe, em Campinas (SP). Iniciaram a construção de uma casa, que seria a *Casa do Sol*. Foi erguida em 8 meses, e na época não havia luz elétrica; então se usavam 60 lâmpões a querosene (a luz elétrica só viria 3 anos depois). Em 1968 os dois se casaram.



Dante Casarini e Hilda Hilst sob a figueira da *Casa do Sol*, 1966

Foi na *Casa do Sol* que viveu o resto de sua vida. Era o porto seguro de sua criação. É ali que Hilda dedicava-se exclusivamente ao trabalho literário, realizando mais de 80% de sua obra. A casa era frequentada por artistas e intelectuais das várias áreas, transformando-se num centro de fomento cultural das décadas de 70 e 80.

No ano de 1968 escreveu as peças *O visitante*, *Auto da barca de Camiri*, *O novo Sistema*, e iniciou *As aves da Noite*. Conheceu os escritores Caio Fernando Abreu, que passou a morar na Casa do Sol, e José Luís Mora Fuentes. As peças *O visitante* e *O rato no muro* foram encenadas no Teatro Anchieta, em São Paulo, para exame dos alunos da Escola de Arte Dramática (EAD-USP).

Em 1970 publicou seu primeiro livro de ficção, *Fluxo-Floema*. Os críticos literários Leo Gilson Ribeiro, Anatol Rosenfeld e Nelly Novaes Coelho foram os primeiros a reconhecer a importância dessa prosa inovadora.

Em 1985 divorciou-se de Dante Casarini, que continuou morando na *Casa do Sol* até 1991, e com o qual manteve profunda amizade até sua morte. Continuou publicando poesia, e em 1990 lançou os dois primeiros títulos da sua trilogia erótica, *O Caderno Rosa de Lori Lamby*, que a princípio escandalizou a maior parte da crítica, e *Contos d'escárnio/ Textos grotescos*, igualmente perturbador para boa parte de seus leitores. Em 1991 lançou *Cartas de um Sedutor*, encerrando sua trilogia erótica. Apesar de a trilogia representar menos de um décimo da sua obra, Hilda passou a ser considerada, por parte da crítica, como escritora essencialmente erótica.

Em 1995, parte de seu arquivo pessoal foi comprado pelo *Centro de Documentação Alexandre Eulálio*, do *Instituto de Estudos de Linguagem - IEL*, UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas), estando aberto a pesquisadores do mundo inteiro e o restante, notadamente sua biblioteca particular, encontra-se na *Casa do Sol*, sede do *Instituto Hilda Hilst*.

A Casa do Sol funciona hoje como sede do Instituto Hilda Hilst, onde se realizam residências artísticas e encenações de peças de teatro. **Instituto Hilda Hilst:** Tel.: (19) 3257-1076. Rua João Caetano Monteiro S/N, Quadra B, Chácara Casa do Sol, Parque Xangrilá. Campinas/SP. CEP 13098-605.

Internada no Hospital das Clínicas da Unicamp no dia 1.º de janeiro de 2004 devido a uma queda e consequente fratura de fêmur, Hilda Hilst veio a falecer no dia 4 de fevereiro, às 4 horas da madrugada, em decorrência de uma infecção generalizada. Foi sepultada na tarde desse mesmo dia, no Cemitério das Aleias, em Campinas.



Fonte (visto em 6 de janeiro de 2018):

<http://mulheresquehonramorole.blogspot.com.br/2012/12/hilda-hilst.html>

A origem genealógica de Hilda Hilst

Hilda de Almeida Prado Hilst nasceu em Jahu em 1930, às 23h45, numa casa da Rua Saldanha Marinho. Foi a única filha do fazendeiro de café, jornalista, poeta e ensaísta Apolônio de Almeida Prado Hilst, e de Bedecilda Vaz Cardoso, esta filha de imigrantes portugueses: Domingos Vaz Cardoso e de Emília Vaz Cardoso. Sua mãe, Bedecilda Vaz Cardoso, faleceu em 31 de maio de 1971.



Bedecilda e Apolônio

Seu pai, Apolônio de Almeida Prado Hilst, nasceu em 7 de novembro de 1896 em Jahu, tendo sido batizado aos 33 dias de idade, em 10 de dezembro de 1896, na Capela de Santo Antônio da Bica de Pedra (atual Itapuí), Estado de São Paulo. Bica de Pedra então fazia parte de Jahu; tornou-se independente em 1914, sendo que em 1938 o nome do município foi alterado para Itapuí. O pai de Apolônio ali vivia e foi um dos que subscreveram a construção da igreja matriz da nova localidade. Apolônio faleceu em 24 de setembro de 1966, filho de Eduardo Dubayelle Hilst, cafeicultor, e de Maria do Carmo de Almeida Prado. Esta era filha de Lourenço de Almeida Prado e de Ana Ferraz de Almeida.

Assento de batizado de Apolônio de Almeida Prado Hilst: ³

Polônio

Aos dez de Dezembro de mil oitocentos e noventa e seis na capela da B. de Pedra, batizei solenemente a Polônio na idade de trinta e três dias filho legítimo de Eduardo Erchis [sic] e de Maria Erchis. Foram padri-

³ Site da Igreja Mórmon: Paróquia de Jahu. Batizados, fls. 50.

nhos Lourenço N. de A. Prado por procuração passada a João Ferraz de A. P. Sobrinho e Nossa Senhora Polônia.

Padre Elisiário Martins Pedroso

Assento de casamento dos avós paternos de Hilda: Eduardo Dubayelle Hilst com Maria do Carmo de Almeida Prado:⁴

Hilst Eduardo José Marcos

D. Maria do Carmo Prado

Aos dezesseis de Junho de mil e oitocentos e um, em oratório privado desta cidade, dispensado de proclamas e demais diligências pelo poder competente, em presença do Coadjutor e das testemunhas Antônio Pompeu de Campos e Dr. Constantino Gonçalves Fraga, feitas as diligências do estilo sem que aparecesse impedimento algum canônico ou civil se receberam em matrimônio conforme o Rito Romano, os nubentes Hilst Eduardo José Marcos e D. Maria do Carmo Prado, fregueses e moradores da Paróquia, filhos legítimos, ele de Hilst Eduardo José e D. Virgínia Elisa Dubayle, ela de Lourenço d'Almeida Prado e D. Ana Ferraz de Almeida Prado, sendo o pai do noivo e noiva já falecidos, nascidos e batizados, ele em França, ela em Piracicaba, de que faço assento.

Vigário Padre Antônio Pires Guerreiro

Os avós maternos de Hilda constam do livro de genealogias da família Almeida Prado, de autoria do grande Barros Brotero.⁵ Deve-se ressaltar que Hilda já era nascida à época da edição do livro, mas ficou fora dele. Não se pode haver dúvida que tal 'esquecimento' foi proposital. Seus pais não eram casados e a mãe de Hilda era uma mulher separada do marido. A sociedade de então era muito rígida. Ainda mais em uma tradicional família quatrocentona paulista. A questão é saber de quem seria a responsabilidade pela não inclusão de Hilda na obra. Eu creditaria à própria família de Hilda, o que poderia ser traduzido como uma não aceitação. É bem provável que o 'esquecimento' tenha deixado uma pequena mágoa na nossa personagem. Mas, certamente, nada que tenha abalado sua forte personalidade.

⁴ Site da Igreja Mórmon: Paróquia de Jahu. Casamentos de 1890-1894, fls. 86 (imagem 52).

⁵ BROTERO, Frederico de Barros. *Descendentes do Ouvidor Lourenço de Almeida Prado*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1938. p. 53.

Seu avô paterno era francês, Eduardo José Marcos Hilst, natural da cidade de Lille, na Alsácia-Lorena, muito próxima da Bélgica. Veio sozinho para o Brasil. Sua mulher, Maria do Carmo de Almeida Prado, era natural de Piracicaba, onde nasceu em 29 de abril de 1872.

Enfim, Hilda Hilst era 1/4 paulista. Sua avó Maria do Carmo era filha de Lourenço de Almeida Prado e de sua mulher e prima (casados em 1844) Ana Ferraz de Almeida Prado, nascida em 31 de maio de 1830 em Tatuí (SP).

Lourenço de Almeida Prado, bisavô de Hilda, foi batizado em 29 de setembro de 1822 na matriz de Piracicaba. Era filho do Tenente-Coronel Elias de Almeida Prado e de sua mulher (casados em 1819 em Itu) Maria Rita Bueno, que também assinava Maria Rita Morato do Canto, esta filha de Manuel Morato do Canto, de Iguape (SP) e de Rita Bueno de Carvalho, de Santos.

Elias de Almeida Prado, trisavô de Hilda, nasceu em 1798 em Itu. Mudou-se para Piracicaba, onde era senhor de uma fazenda de cultura de cana, com fábrica de açúcar. Elias de Almeida Prado era filho do Capitão-Mor João de Almeida Prado, nascido em Itu, onde foi batizado em 30 de agosto de 1767, na matriz, e de sua primeira mulher Ana de Almeida.

O Capitão-Mor João de Almeida Prado era filho de Lourenço de Almeida Prado (de sua descendência trata o Dr. Barros Brotero), nascido cerca de 1729 na cidade de São Paulo, o qual passou a viver em Itu, onde se casou em 12 de agosto de 1756 e onde faleceu em 10 de fevereiro de 1798. Lourenço serviu a governança de Itu, onde foi juiz ordinário em 1764 e onde teve fazenda de cultura de cana, com produção de açúcar. Sua mulher era Maria Pacheco de Arruda, batizada em 3 de junho de 1732 em Itu, onde faleceu em 29 de janeiro de 1794.

Quanto à sua bisavó Ana Ferraz de Almeida Prado (mulher de seu primo Lourenço de Almeida Prado), era filha de Joaquim Ferraz de Almeida e de sua mulher (casados em 1826 em Itu) Antônia de Almeida Prado, filha dos já citados Capitão-Mor João de Almeida Prado e de Ana de Almeida.

Bibliografia:

FOLGUEIRA, Laura Santos; e DESTRI, Luisa. *Eu e não outra: a vida intensa de Hilda Hilst*. São Paulo: Tordesilhas, 2018.

Visto em fevereiro de 2018: <https://www.hildahilst.com.br/hilda>

Visto em 6 de janeiro de 2018: <https://www.hildahilst.com.br/blog/para-onde-vao-os-trens-meu-pai>

